

Companhia Paranaense de Energia - Copel
CNPJ/MF 76.483.817/0001-20
Inscrição Estadual 10146326-50
Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1
www.copel.com copel@copel.com
Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel - Curitiba - PR
CEP 80420-170

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE 2010

Junho/2011

ÍNDICE

1. DIMENSÃO GERAL	1
1.1. Mensagem do Presidente	1
1.2. Referencial estratégico	3
1.3. Estratégia e análise: gestão empresarial voltada para a sustentabilidade.....	3
1.4. Destaques.....	4
Leilão de Transmissão	4
Leilões de Geração	5
Modernização Tecnológica	6
Obtenção do Selo Pró-Equidade de Gênero	6
Retomada do Programa Excelência da Gestão Copel	7
1.5. Sobre o Relatório Anual de Gestão e Sustentabilidade	7
1.6. Perfil organizacional.....	9
1.6.1. Organograma das participações e composição acionária	10
1.7. Estrutura Operacional.....	10
1.7.1. Geração	10
1.7.2. Novos projetos de geração	13
1.7.3. Transmissão	14
1.7.4. Distribuição	16
1.7.5. Comercialização de energia em 2010	21
1.7.6. Telecomunicações.....	21
1.7.7. Participações.....	22
1.8. Produtos da Copel: participação no mercado.....	23
1.9. Responsabilidade e engajamento com partes interessadas.....	23
1.10. Principais certificações e prêmios.....	27
2. DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA	29
2.1. Estrutura e boas práticas de governança.....	29
2.2. Assembleia Geral.....	31
2.3. Conselho de Administração - CAD	31
2.4. Comitê de Auditoria	31
2.5. Conselho Fiscal.....	32
2.6. Diretoria Executiva	32
2.7. Código de Conduta.....	33
2.8. Conselho de Orientação Ética	33
2.9. Canal de Comunicação Confidencial.....	33
2.10. Comitê Permanente de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes	34
2.11. Relacionamento com acionistas e investidores.....	34
2.12. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	35
2.13. Acordo de Acionistas.....	35
2.14. Papéis de emissão da Copel: índices Bovespa e Latibex.....	35
2.15. Auditorias.....	36
2.16. Gestão de riscos	37
2.17. Tecnologia da Informação.....	38
3. DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	42
3.1. Receita Operacional Líquida	42
3.2. Custos e Despesas Operacionais.....	42
3.3. EBITDA ou LAJIDA.....	44
3.4. Resultado Financeiro.....	44

3.5.	Endividamento	45
3.6.	Lucro Líquido.....	46
3.7.	Valor Adicionado.....	47
3.8.	Desempenho do Preço das Ações.....	47
3.9.	Valor Econômico Agregado - VEA OU EVA.....	47
3.10.	Investimentos na Concessão.....	48
3.11.	Inadimplência de consumidores	49
4.	DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL	50
4.1.	Desempenho nas áreas social e cultural.....	50
4.2.	Projeto e Programas Corporativos Sociais.....	52
4.3.	Cidadania empresarial	55
4.4.	Apoio a Políticas Públicas.....	57
4.5.	Comunidade	60
4.6.	Governo e Sociedade	64
4.7.	Clientes.....	64
4.7.1.	Marketing comercial e institucional	69
4.8.	Fornecedores	71
4.9.	Colaboradores.....	73
4.9.1.	Indicadores de empregabilidade	79
5.	DIMENSÃO AMBIENTAL.....	82
5.1.	Controle de impactos ambientais	82
5.1.1.	Sistema de Gestão Integrado	82
5.1.2.	Gestão Socioambiental de novos empreendimentos.....	82
5.1.3.	Madeira Legal.....	85
5.1.4.	Controles do tema socioambiental.....	85
5.1.5.	Gerenciamento de Termos de Compromisso - TCs, Termos de Ajustamento de Conduta - TACs, multas e notificações socioambientais	85
5.2.	Gestão de reservatórios de usinas hidrelétricas.....	86
5.2.1.	Gestão Socioambiental de Reservatórios	86
5.2.2.	Controle da qualidade da água dos reservatórios	86
5.2.3.	Programa de monitoramento e controle das algas nos reservatórios	87
5.2.4.	Programa de peixamento de reservatórios	87
5.2.5.	Programa Florestas Ciliares.....	88
5.2.6.	Controle de espécies exóticas invasoras.....	89
5.3.	Gestão socioambiental de ativos de transmissão e distribuição de energia elétrica....	89
5.3.1.	Manejo sustentável da vegetação sob linhas de transmissão.....	89
5.3.2.	Programa socioambiental de arborização urbana.....	90
5.3.3.	Tecnologias de redes de distribuição de energia.....	91
5.3.4.	Utilização de óleo vegetal como fluido isolante	92
5.3.5.	Programa de Eficiência Energética - PEE.....	93
5.4.	Gestão de recursos naturais	93
5.4.1.	Materiais	93
5.4.2.	Energia	96
5.5.	Emissões.....	96
5.5.1.	Emissões de gases do efeito estufa - GEE	96
5.5.2.	Outras emissões indiretas de gases do efeito estufa - GEE	97
5.5.3.	Iniciativas para reduzir emissões de gases de efeito estufa - GEE.....	97
5.5.4.	Emissões de óxidos de enxofre e nitrogênio	99
5.5.5.	Emissões de Material Particulado - MP	99
5.5.6.	Utilização de Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio - SDO.....	99

5.5.7. Efluentes	99
5.6. Resíduos	99
5.7. Eliminação de Ascarel - manuseio e destinação final ambientalmente adequada	102
5.8. Derramamentos significativos	103
5.9. Programa de Gestão da Biodiversidade.....	103
5.9.1. Recuperação da biodiversidade em áreas degradadas	103
5.9.2. Programa de criação de unidades de conservação	104
5.9.3. Projeto Muriqui.....	106
5.9.4. Projeto Dunas e Restingas	106
5.9.5. Controle de espécies ameaçadas na UHE Mauá.....	106
5.10. Fontes de energia renováveis	107
5.11. Veículo elétrico	109
5.12. Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D voltados ao meio ambiente.....	109
5.12.1. Projetos encerrados	109
5.12.2. Novos projetos	110
5.13. Indicadores socioambientais.....	111
6. BALANÇO SOCIAL	113
7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	117

1. DIMENSÃO GERAL

1.1. Mensagem do Presidente

Apresentamos, com orgulho e satisfação, o Relatório Anual de Gestão e Sustentabilidade da Copel referente ao exercício de 2010, elaborado com base nas diretrizes estratégicas e nos compromissos de sustentabilidade assumidos pela Companhia como signatária do Pacto Global da ONU, como participante da *Global Reporting Initiative* - GRI e como associada do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

Historicamente, a cultura de gestão da Copel busca orientar-se por preceitos éticos e responsáveis, com respeito a empregados, consumidores e acionistas, cultura esta, aliás, que pretendemos ver firmemente reafirmada nos próximos anos, em condição que, pela via da parceria e do consenso, procurará tanto evitar confrontos judiciais quanto prestar serviços de qualidade a nossos clientes, em atendimento às obrigações societárias e aos requisitos para fornecimento de energia determinados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Rentabilidade adequada em projetos será meta de destaque, que agregará valor à Companhia, conduzindo-a, com solidez, ao futuro. A Copel está retornando ao ambiente dos grandes empreendimentos de geração e de transmissão de energia elétrica, participando competitivamente de leilões promovidos pela Aneel, num claro sinal de expansão de mercados.

Seguindo a orientação de nosso acionista majoritário, o Estado do Paraná, o trabalho da Copel nos próximos anos estará voltado também a garantir expansão e fortalecimento da Companhia em segmentos de histórica excelência — geração, transmissão e distribuição de energia, com ênfase em investimentos para melhoria dos ativos da distribuição —, além de consistente atuação em telecomunicações.

Em consolidação de sua marca e com vistas à expansão, sempre que conveniente, a Copel avaliará a viabilidade de sua participação minoritária em projetos, com presença em maior número de leilões de concessão, geração e transmissão, otimizando sempre o investimento e prevendo retorno condizente com os anseios dos acionistas.

Já a partir de 2011, entrará em vigor um plano estratégico de longo prazo que definirá os grandes rumos da Copel, em alinhamento a objetivos de desenvolvimento do Paraná, paralelamente ao plano básico de curto prazo, no qual estarão definidas as metas e os objetivos para o ano em curso.

A área de Pesquisa & Desenvolvimento estará igualmente em foco, voltando a estimular avanços tecnológicos no setor elétrico. Redes inteligentes (*smart grids*) deverão encabeçar o desenvolvimento de novas tecnologias em todos os segmentos de atuação da Copel.

Projetos de telecomunicação enfatizarão utilização mais abrangente do anel de fibra óptica da Companhia, prevendo produtividade aumentada e eficiência às operações de seu sistema elétrico. Projetos importantes poderão ser desenvolvidos em parceria com o Governo do Estado, com melhor aproveitamento do potencial dessa tecnologia e do conhecimento de ponta que a Copel detém na área digital.

Em 2010, a Copel encerrou o exercício, pela primeira vez adotando os padrões internacionais de contabilidade - IFRS, alcançando o lucro líquido de R\$ 987,8 milhões. Em 2009, o resultado totalizou R\$ 1.026,4 milhões, pelo padrão vigente à época. Para fins comparativos às novas práticas, o lucro líquido de 2009 foi ajustado, totalizando R\$ 791,8 milhões. O Lajida, por sua vez, ficou em R\$ 1.476,0 milhões.

Ainda sobre resultados financeiros, em exercícios anteriores, para consumidores adimplentes, reajustes tarifários não foram aplicados na data de sua homologação pela Aneel, o que representou sensível impacto no resultado de tais exercícios. Essa medida não terá continuidade, pois os reajustes tarifários, estabelecidos pela Agência Reguladora com base em critérios técnicos de remuneração, preveem serviço prestado com qualidade e confiabilidade, condição de que a administração não deve abrir mão.

Em 2010, por outro lado, foi mantida a política de distribuição de 25% do resultado como dividendos, antecipando-os na forma de juros sobre o capital próprio.

A Companhia pretende, com eficiência operacional ampliada, e norteada por uma visão de excelência em sustentabilidade e em práticas diferenciadas de governança corporativa, reunir mais plenamente condições de cumprir seus desafios a partir de 2011, destinando investimentos para melhor atendimento a nossos consumidores e para um sistema de distribuição de qualidade ampliada, reduzindo eventuais interrupções não programadas.

Registramos, para encerrar, nosso agradecimento ao Governador do Paraná, Beto Richa, representante do acionista controlador da Companhia, aos demais integrantes da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal e a todos os empregados da Copel — os quais, em ação conjunta, estão empenhados em promover continuamente o crescimento e a valorização da Copel a partir de 2011, em sua retomada da posição de referência em qualidade de gestão, eficiência e excelência no setor elétrico brasileiro.

Curitiba, maio de 2011

Lindolfo Zimmer

Diretor Presidente

1.2. Referencial estratégico

Visão

Simplesmente a melhor da década.

Missão

Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Princípios e Valores

A Copel tem como balizador da gestão estratégica, organizacional e de pessoas, orientando todas suas ações e decisões internas e externas, e também de seus membros, o seguinte conjunto de valores:

- Ética;
- Respeito às pessoas;
- Dedicção;
- Transparência;
- Segurança;
- Responsabilidade; e
- Inovação.

1.3. Estratégia e análise: gestão empresarial voltada para a sustentabilidade

A Copel definiu como prioridade a implantação da gestão empresarial orientada para a sustentabilidade, cujo modelo busca o alinhamento dos esforços para atingir e garantir, com base nos valores da Companhia e na gestão otimizada dos processos, os resultados nos eixos econômico, social e ambiental, de forma balanceada para as partes interessadas, bem como seu desenvolvimento e crescimento sustentável, com vistas à adequação aos padrões internacionais de governança, transparência e sustentabilidade, em conformidade com o compromisso renovado junto ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas - ONU, do qual a Copel é signatária desde 2000. Todas as ações da Copel se baseiam em uma gestão fundamentada nos princípios da Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa, cuja íntegra está disponível no *site* da Companhia (www.copel.com), a qual está totalmente alinhada aos cinco valores expressos no posicionamento estratégico corporativo, aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aos dez princípios do Pacto Global da ONU.

Desta forma, os Princípios da Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa fortalecem a gestão para a sustentabilidade, guiando todas as decisões e ações da Companhia, buscando a ética na condução dos negócios, o respeito e a transparência a todas as partes interessadas e a ampla promoção da diversidade; valores também destacados em nosso Código de Conduta.

Em 2010, a Companhia manteve seus esforços na busca de resultados para atender aos dois grandes desafios estratégicos listados a seguir:

- Excelência operacional com aumento da produtividade e otimização de custos, qualidade nos serviços prestados e melhoria da satisfação dos consumidores; e
- Expansão sustentável alinhada aos objetivos do Governo do Estado, com investimentos socioambientais e geração de benefícios para a sociedade paranaense.

Nesse âmbito, as ações foram baseadas nas diretrizes estabelecidas pela alta administração para a busca da produtividade em curto prazo e do crescimento em longo prazo; da excelência em custos; nos relacionamentos com as partes interessadas; em inovações na transmissão de dados (imagem e voz); e pesquisas de novas tecnologias para a expansão da matriz energética com fontes renováveis e não poluentes.

Para a contribuição e o alcance dos resultados esperados, o foco do planejamento empresarial foi a execução do plano estratégico, tendo como principais atividades:

- Comunicação da Estratégia envolvendo o universo de gerentes e empregados, com o objetivo de promover o entendimento, motivação e comprometimento dos funcionários;
- Reuniões de análises críticas e estratégicas visando o aprimoramento do processo de desenvolvimento e gestão da estratégia, a partir da qualificação dos critérios e metodologias;
- Qualificação dos indicadores e metas para os diferentes níveis hierárquicos seguindo as boas práticas do mercado e premissas da Fundação Nacional da Qualidade; e
- Desdobramento da estratégia em toda a organização e formalização das metas em Compromissos de Gestão até o menor nível gerencial.

1.4. Destaques

Leilão de Transmissão

A Copel participou do leilão da Aneel realizado em 11 de junho na Bolsa de Valores de São Paulo, para a concessão de novas obras de transmissão de energia. A Companhia — que pela primeira vez disputou em leilão a concessão de empreendimentos localizados no estado de São Paulo —

arrematou a concessão de dois empreendimentos: a construção e operação de uma linha de transmissão em 500 mil volts e 356 km de extensão entre as subestações Araraquara II e Taubaté e a construção da subestação Cerquilha III, em 230/138 KV. Ambas localizam-se no interior do estado, são integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e reforçarão a rede básica do Sistema Interligado Nacional.

Essa linha de transmissão, segundo a Aneel, vai possibilitar o escoamento pleno da energia proveniente das usinas do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) até os principais centros de carga da região Sudeste. A cidade paulista de Cerquilha tem aproximadamente 40 mil habitantes e está localizada nas proximidades de Piracicaba, Sorocaba e Campinas, região que vem registrando forte crescimento nos níveis de consumo de energia elétrica. Onde já operam duas subestações, a Copel irá construir a terceira, na tensão de 230 mil volts e com 300 MVA de potência de transformação, adicionando mais eletricidade para o suprimento de toda a região.

Leilões de Geração

- **Colíder**

No leilão para contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração realizado em 30.07.2010 pela Aneel, a Copel arrematou a concessão para construir e operar a Usina Colíder, empreendimento com 300 MW de potência, no Mato Grosso, próximo à cidade de Colíder, a 700 km de Cuiabá.

A Usina Colíder será o primeiro de quatro aproveitamentos hidrelétricos previstos para ser executados no curso do rio Teles Pires, no norte do Mato Grosso. O empreendimento terá potência instalada suficiente para atender ao consumo de uma cidade com 850 mil habitantes e deverá começar a produzir energia em 2014. Seu sistema de transmissão será formado por uma subestação e uma linha de transmissão com 130 km de extensão, ambas na classe de tensão de 500 mil volts.

- **PCH Cavernoso 2**

A Copel deve iniciar em breve as obras de construção da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Cavernoso 2, na região central do Paraná, entre os municípios de Candói e Virmond. O empreendimento, com 19 MW de potência e capacidade para suprir o consumo de uma comunidade com 50 mil habitantes. O início de produção de eletricidade está previsto para 2012.

A viabilização do empreendimento foi decorrência da participação da Copel no leilão de fontes renováveis de energia realizado pela Aneel, ocasião que a Companhia negociou a eletricidade a ser

produzida na futura PCH em contratos de longo prazo, com 30 anos de duração. Cada megawatt-hora da PCH Cavernoso 2 foi comercializado ao preço de R\$ 146,99.

O empreendimento pertencerá integralmente à Copel e será instalado onde opera desde a década de 50 a PCH Cavernoso, construída na década de 50 e que tem 1,3 megawatt de potência. Esta antiga central — que será preservada como patrimônio histórico e cultural da região — ficará entre a barragem e a casa de força da nova PCH, devendo prosseguir operando com a vazão sanitária que será mantida entre as duas estruturas.

Modernização Tecnológica

Os esforços iniciados em anos anteriores no sentido de modernizar os sistemas da Copel foram intensificados em 2010, com o desenvolvimento de dois novos programas que entrarão em operação em 2011: o Sistema Integrado de Gestão Empresarial - ERP e o Sistema Gestão de Consumidores - CIS. Ambos serão poderosas ferramentas de gestão e controle de todos os processos administrativos, financeiros e comerciais, considerando todos os demais processos a eles relacionados, o que propiciará ganhos na otimização e agilidade de seus processos internos, garantindo, assim, o atendimento à regulação do Setor Elétrico e de Telecomunicações. A disponibilização de informações consistentes em tempo real, aliás, trará melhorias no atendimento aos clientes e aos negócios da Companhia.

Obtenção do Selo Pró-Equidade de Gênero

O Programa Pró-Equidade de Gênero é uma iniciativa do Governo Federal que, por meio da Secretaria Especial de Políticas da Presidência da República e com base no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, reafirma os compromissos da promoção da igualdade entre mulheres e homens inscrita na Constituição Federal de 1988. Conta também com a parceria do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Unifem e da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

O Programa tem por finalidade o desenvolvimento de concepções e procedimentos na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho, contribuindo para a eliminação de todas as formas de discriminação, seja no acesso, na remuneração, ascensão e permanência no emprego.

Nesse âmbito, é concedido o Selo Pró-Equidade às organizações comprometidas com a equidade de gênero, como forma de destaque e distinção, tendo a Copel o recebido em 2010, evidenciando seu firme compromisso com a equidade de gênero em toda a organização.

Das 100 empresas inscritas, 71 passaram para a segunda fase e, destas, apenas 58 cumpriram os requisitos estabelecidos pelo programa para receber o selo, sendo três do Paraná.

Retomada do Programa Excelência da Gestão Copel

Em 2010, o resultado obtido pela Copel na avaliação do PNQ — já usado como parâmetro para aferir sua maturidade de gestão desde 2007 — foi o maior de todas as participações e apresentou tendência favorável.

Face ao nível atual de maturidade, pela 1ª vez a Copel avançou até a etapa 3, recebendo a visita da banca examinadora às suas instalações, mostra de seu compromisso com a governança corporativa e a sustentabilidade empresarial.

1.5. Sobre o Relatório Anual de Gestão e Sustentabilidade

Por meio de seu Relatório Anual de Gestão e Sustentabilidade, a Copel apresenta relato de suas ações e de seus resultados econômicos, sociais e ambientais, seguindo as diretrizes de transparência e de responsabilidade socioambiental:

- da Agência Nacional de Energia Elétrica, que por meio de seu Despacho nº 3034, de 21.12.2006, apresenta às concessionárias e permissionárias do setor de energia elétrica modelo de relato anual de suas atividades, nas Dimensões Geral, Governança Corporativa, Econômico-financeira, Social e Setorial e Ambiental, com foco na prestação de um serviço público socialmente responsável, com respeito às necessidades da sociedade, e satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas de energia;
- da *Global Reporting Initiative* - GRI (versão GRI/G3), organização criada em 1997, vinculada ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA);
- das orientações do GRI na publicação intitulada “Fazendo a Conexão - usando as diretrizes GRI/G3 de relatório para a Comunicação de Progresso do Pacto Global da ONU”;
- do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase;
- da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T15; e
- da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Abrangência

O presente relatório cobre informações referentes ao exercício fiscal de 2010, comparando-as com as do relatório anual anterior, e está disponível também nos idiomas inglês e espanhol.

Stakeholders

As principais partes interessadas que a Companhia espera que venham a utilizar o presente relatório são o público interno, clientes, fornecedores, governo, acionistas, sociedade e comunidade.

Indicadores GRI/G3

Os indicadores GRI/G3 essenciais e adicionais considerados não materiais aos negócios e partes interessadas da Companhia constam na matriz de localização e correlação como tal. Os indicadores materiais cujas informações não estavam disponíveis em virtude da não-realização de sua coleta de forma sistemática até então foram tratados como meta para inclusão em relatórios futuros. Com exceção das demonstrações contábeis e do desempenho econômico-financeiro, que seguem a legislação brasileira, todos os demais indicadores ambientais e sociais seguiram os parâmetros e bases de cálculo preconizadas pelos protocolos GRI/G3.

Já as demonstrações contábeis, incluindo o Balanço Social, consolidam também o desempenho da Companhia Paranaense de Gás - Compagas, da Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. - Elejor, da Copel Empreendimentos, da UEG Araucária e da Centrais Eólicas do Paraná, companhias nas quais a Copel tem participação majoritária, e, a partir de janeiro de 2008, da Dominó Holdings S.A. (controlada em conjunto com os outros acionistas).

Em termos das Descrições sobre as Formas de Gestão de cada grupo de indicadores preconizadas nas diretrizes GRI/G3, elas se encontram assim distribuídas neste relatório:

- Descrição sobre Forma de Gestão do Desempenho Econômico - capítulo 3
- Descrição sobre Forma de Gestão do Desempenho Ambiental - capítulo 5
- Descrição sobre Forma de Gestão do Desempenho Social - capítulo 4
- Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente - capítulo 4
- Direitos Humanos - capítulo 4
- Sociedade - capítulo 4
- Responsabilidade pelo Produto - capítulo 4

Os meios pelos quais as partes interessadas podem obter informações adicionais sobre os aspectos econômicos, ambientais e sociais da Copel, bem como comentar ou sugerir melhorias para a próxima edição do relatório, estão relacionados no item 8, relativo à Composição dos Grupos Responsáveis pela Governança.

Comparabilidade

Para favorecer a comparação de dados, e em consonância com o que dispõe o Despacho Aneel nº 3.034, apresentamos séries históricas de três anos para os indicadores operacionais e de produtividade, sociais e ambientais. Itens econômicos são registrados em séries de dois anos no que concerne ao Balanço Social.

Confiabilidade

Estabelecemos como meta para 2011 a verificação externa de todos os dados socioambientais do Relatório Anual de Gestão e Sustentabilidade 2010, para assegurar maior transparência e credibilidade às informações relatadas, com publicação de parecer pertinente.

Nível de aplicação

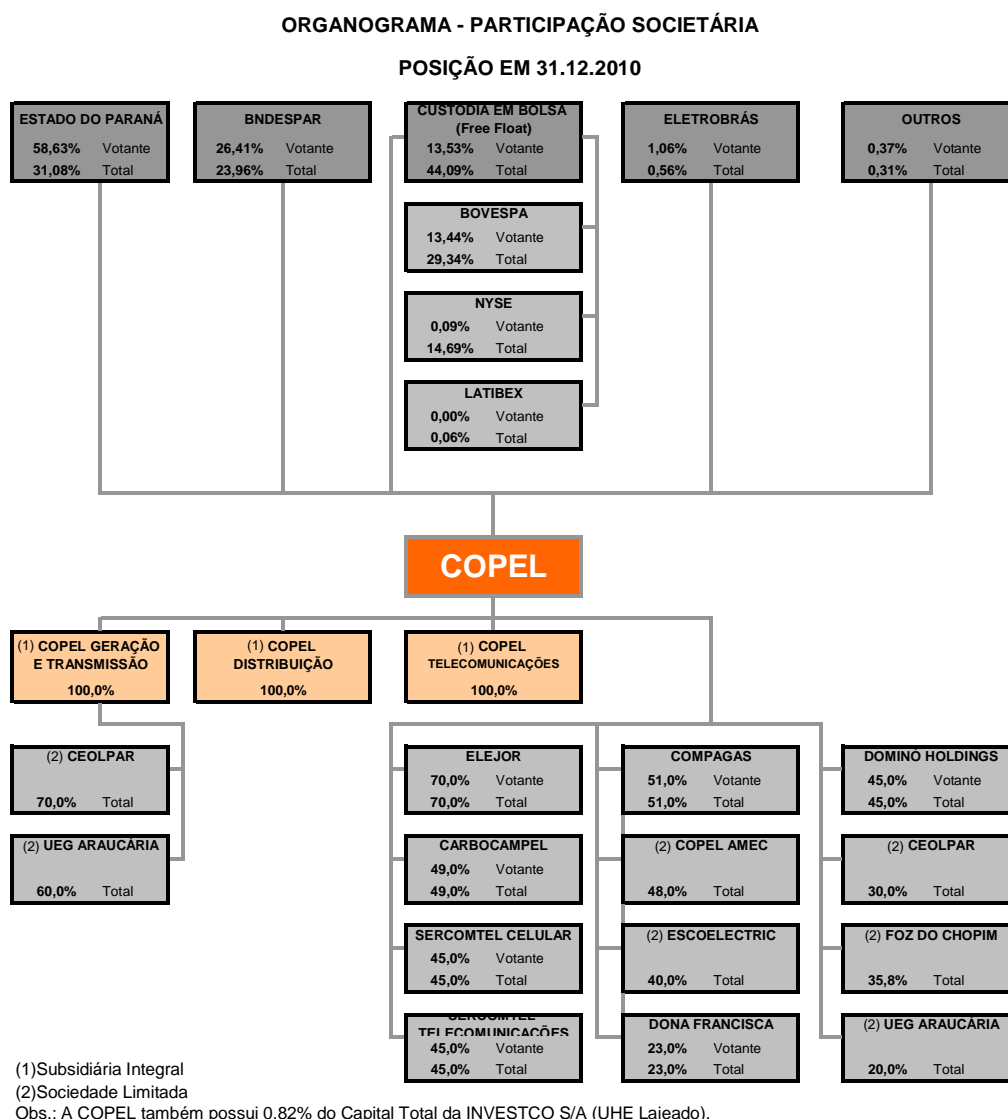
A Copel autodeclara-se nível "A", conforme selo:



1.6. Perfil organizacional

A Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede na Rua Coronel Dulcídio nº 800, bairro Batel, CEP 80420-170, em Curitiba - PR, é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída sob a forma de sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, e destinada, através de suas subsidiárias, a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, distribuição, comercialização e o transporte de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, podendo também participar, em conjunto com empresas públicas ou privadas de consórcios, companhias e empresas cujos objetivos sejam o desenvolvimento de atividades nas áreas de energia, telecomunicações e gás natural.

1.6.1. Organograma das participações e composição acionária



1.7. Estrutura Operacional

1.7.1. Geração

Em 2009, a Copel desenvolveu estudos e projetos para expansão de sua capacidade de geração de energia elétrica, com destaque para a aprovação, pela Aneel, do projeto básico da PCH Cavernoso II, empreendimento que deverá agregar mais 19 MW de potência ao parque gerador da Companhia. Para expansão da geração a partir de empreendimentos de fonte hidráulica, a Copel mantém as seguintes estratégias prioritárias:

- participar de leilões de energia elétrica, em particular no Estado do Paraná; e

- investir em projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, de forma isolada e em parcerias com a iniciativa privada, de modo a promover o desenvolvimento sustentável por meio da implantação de projetos que incentivem o desenvolvimento regional.

No âmbito da operação e manutenção do parque gerador, estão em andamento obras e projetos, com investimentos de R\$ 27 milhões, com vistas a garantir maior confiabilidade ao sistema elétrico como um todo. Dentre eles, destacam-se:

- aquisição de dois transformadores reservas para a Usina Hidrelétrica Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia);
- aquisição de transformador reserva para a Usina Hidrelétrica Gov. Parigot de Souza;
- aquisição de novo transformador e revitalização de 11 transformadores na Usina Hidrelétrica Segredo;
- aquisição de 2 dois rotores *pelton* para a Usina Hidrelétrica Chaminé; e
- troca de comportas na Usina Hidrelétrica Chopim I.

Concessões de Geração

A Copel é titular das concessões e autorizações de geração estabelecidas pelo Contrato de Concessão nº 45/99, firmado em 24.06.1999, e pela Resolução Aneel nº 278/1999, publicada em 29.09.1999. A participação da Copel em concessões e autorizações de geração é estabelecida e regida pelos seguintes documentos: Contrato de Concessão nº 188/98, firmado em 28.08.1998; Resolução Aneel nº 351/1999, publicada em 23.12.1999; Resolução Aneel nº 114/2000, publicada em 24.04.2000; Contrato de Concessão nº 125/2001, firmado em 25.10.2001; Resolução Aneel nº 753/2002, publicada em 19.12.2002; Resolução Aneel nº 757/2002, publicada em 19.12.2002; e Contrato de Concessão nº 001/2007, firmado em 03.07.2008.

Desde 1999, todas as usinas da Copel cujas concessões encerraram — 13 no total — tiveram seus contratos de concessão prorrogados pelo Poder Concedente por mais 20 anos, de acordo com o previsto em lei. Para as demais usinas, cujos contratos de concessão ainda não venceram, nossa expectativa é que sejam prorrogados por mais 20 anos, contados a partir do respectivo vencimento. Os contratos de concessões de novas usinas, tais como Mauá, não são prorrogáveis.

As informações do Contrato de Concessão nº 045/1999 estão relacionadas a seguir:

Contrato de Concessão nº 045/1999					
Tipo	Usina	Ato de outorga	Termo final	Ato de prorrogação	Novo termo final

Contrato de Concessão nº 045/1999

Tipo	Usina	Ato de outorga	Termo final	Ato de prorrogação	Novo termo final
Hidrelétrica	Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto (Foz do Areia)	Dec. nº 72.293, de 24/05/1973	24/05/2003	Portaria MME nº 22, de 25/01/2001	23/05/2023
Hidrelétrica	São Jorge	Dec. nº 75.033, de 04/12/1974	12/12/2004	Portaria MME nº 249, de 17/04/2003	03/12/2024
Hidrelétrica	Apucarantina	Dec. nº 76.432, de 13/10/1975	13/10/2005	Portaria MME nº 249, de 17/04/2003	12/10/2025
Hidrelétrica	Guaricana	Dec. nº 78.238, de 13/08/1976	15/08/2006	Portaria MME nº 367, de 18/08/2005	16/08/2026
Hidrelétrica	Chaminé	Dec. nº 78.238, de 13/08/1976	15/08/2006	Portaria MME nº 367, de 18/08/2005	16/08/2026
Hidrelétrica	Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	Dec. nº 84.209, de 14/11/1979	15/11/2009	Portaria MME nº 331, de 02/09/2009	14/11/2029
Hidrelétrica	Derivação do Rio Jordão	(i) Dec. nº 84.209, de 14/11/1979 (ii) Portaria DNAEE no 476, de 07/06/1994	15/11/2009	Portaria MME nº 331, de 02/09/2009	14/11/2029
Hidrelétrica	Gov. José Richa (Salto Caxias)	Dec. nº 84.680, de 02/05/1980	04/05/2010	Portaria MME nº 331, de 02/09/2009	04/05/2030
Hidrelétrica	Cavernoso	Dec. nº 85.628, de 07/01/1981	07/01/2011	Portaria MME nº 331, de 02/09/2009	04/05/2030
Hidrelétrica	Rio dos Patos	Dec. nº 89.378, de 14/02/1984	14/02/2014	possível	-
Hidrelétrica	Gov. Parigot de Souza (Capivari/Cachoeira)	(i) Dec. nº 56.027, de 23/04/1965 (ii) Dec. nº 69.475, de 05/10/1971	25/05/1995	Portaria MME nº 195, de 22/06/1999	07/07/2015
Hidrelétrica	Mourão	Dec. nº 53.419, de 20/01/1964	26/01/1994	Portaria MME nº 195, de 22/06/1999	07/07/2015
Hidrelétrica	Chopim I	Dec. nº 53.770, de 20/03/1964	24/03/1994	Portaria MME nº 195, de 22/06/1999	07/07/2015
Termelétrica	Figueira	(i) Dec. nº 64.258, de 21/03/1969 (ii) Dec. nº 68.757, de 16/06/1971	26/03/1999	Portaria MME nº 195, de 22/06/1999	26/03/2019

Apresentamos, a seguir, informações sobre os contratos de concessão de empreendimentos de geração em que a Companhia detém participação:

Contrato de Concessão nº 188/98

Tipo	Usina	Consórcio	Ato de outorga	Termo final	Prorrogação
Hidrelétrica	Dona Francisca	Dona Francisca Energética AS - Dfesa	Dec. Nº 83.767, de 24/07/1979 Dec. De 08/08/1997 Dec. De 15/06/1998	27/08/33	Possível

Contrato de Concessão nº 125/01

Tipo	Usina	Consórcio	Ato de outorga	Termo final	Prorrogação
Hidrelétrica	Santa Clara	Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor	Dec. De 23/10/2001	24/10/36	possível
	Fundão				

Contrato de Concessão nº 001/07

Tipo	Usina	Consórcio	Ato de outorga	Termo final	Prorrogação
Hidrelétrica	Mauá	Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	Dec. De 28/06/2007	02/07/42	não é possível

Resolução Aneel nº 278/99				
Tipo	Usina	Consórcio	Termo final	Prorrogação
Eólica	Palmas	Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	28/09/29	possível
Resolução Aneel nº 351/99				
Tipo	Usina	Consórcio	Termo final	Prorrogação
Termelétrica a Gás Natural	Araucária	UEG Araucária Ltda.	22/12/29	possível
Resolução Aneel nº 114/00				
Tipo	Usina	Consórcio	Termo final	Prorrogação
PCH	Foz do Chopim	Foz do Chopim Energética	23/04/30	possível
Resolução Aneel nº 753/02				
Tipo	Usina	Consórcio	Termo final	Prorrogação
PCH	Fundão I	Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor	18/12/32	possível
Resolução Aneel nº 757/02				
Tipo	Usina	Consórcio	Termo final	Prorrogação
PCH	Santa Clara I	Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor	18/12/32	possível

1.7.2. Novos projetos de geração

Usina Hidrelétrica Mauá - O empreendimento, que começou a ser construído em julho de 2008, incorporará 361 MW de potência instalada e 197,7 MW médios de energia assegurada aos parques geradores da Copel e da Eletrosul. A usina absorverá investimentos da ordem de R\$ 1,1 bilhão por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS, parceria entre Copel (51%) e Eletrosul (49%). De acordo com os prazos estabelecidos pela Aneel, a UHE Mauá deverá entrar em operação comercial em 2011.

PCH Cavernoso II - O projeto compreende o futuro aproveitamento a ser implantado no rio Cavernoso, no Paraná. A usina terá três unidades geradoras, que totalizam 19 MW de potência instalada. O projeto básico apresentado pela Copel foi aprovado pela Aneel em 07.11.2009. Para o início da implantação do empreendimento, previsto para o começo de 2011, aguarda-se a emissão da outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia - MME e da licença ambiental de instalação pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP. A Copel detém 100% do empreendimento, com investimento previsto de aproximadamente R\$ 120 milhões.

Usina Hidrelétrica São Jerônimo - O projeto compreende o futuro aproveitamento hidrelétrico de São Jerônimo, localizado no Rio Tibagi, no Paraná. A usina terá capacidade instalada de aproximadamente 331 MW, com energia assegurada de 165,5 MW médios. A implementação do empreendimento terá como base a concessão de uso do bem público para exploração do aproveitamento hidrelétrico de São Jerônimo, cujo investimento previsto será da ordem de R\$ 1,1 bilhão.

Usina Hidrelétrica Colíder - O projeto está localizado no rio Teles Pires, nos municípios de Colíder, Itaúba, Nova Canaã do Norte e Cláudia, no estado do Mato Grosso. Consiste na construção de uma usina com capacidade instalada de 300 MW, com energia assegurada de 179,6 MW médios, e de uma linha de transmissão de 500 kV com 130 km de extensão. O início da implantação do empreendimento está previsto para o começo de 2011, após a assinatura do contrato de concessão com o Ministério de Minas e Energia - MME e a emissão da licença ambiental de instalação pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso - Sema. A Copel detém 100% do empreendimento, com investimento previsto de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão.

1.7.3. Transmissão

O segmento tem como principal atribuição prover serviços de transporte e transformação de energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia.

Em resposta ao permanente desafio de adequar seu sistema de transmissão de energia ao contínuo crescimento de carga no Estado, a Copel manteve, durante todo o ano de 2010, seu desafio de executar um arrojado programa de obras de transmissão, estabelecendo contínuos recordes de construção de novas subestações a ser entregues à população paranaense.

Foram ampliadas as subestações Rolândia, Rio Branco do Sul, Palmas, Rio Azul e Fazenda Iguaçu, estando prevista ainda a conclusão das ampliações das Subestações Jardim Bandeirantes (Londrina) e Olímpico (Cascavel).

Também foram acrescentados 466 MVA ao sistema Copel, 110,89 km de novas linhas de transmissão e foram recapacitadas 11,90 km de linhas, com investimento da ordem de R\$ 279,91 milhões para as obras a ser iniciadas e/ou concluídas em 2010.

Projeto em andamento (novas concessões)

A Copel arrematou, no leilão de empreendimentos de transmissão Aneel 001/2010, os lotes A e I. A outorga das concessões ocorreu por decretos de 14.09.2010 e os Contratos de Concessão Aneel 010 e 015/2010 foram assinados em 06.10.2010. Os novos empreendimentos de transmissão serão realizados no estado de São Paulo, conforme descrição a seguir:

- Lote A - Tem como objetivo a Expansão da Rede Básica através da construção da Linha de Transmissão 500 kV Araraquara II — Taubaté, circuito simples, com aproximadamente 356 km de extensão, o que representará um acréscimo da receita anual da Copel Geração e Transmissão, no valor de R\$ 20.017.332,24, referente aos novos ativos a ser disponibilizados

à Rede Básica, pelo período de 30 anos, sendo possível renovação, de acordo com o Contrato de Concessão; e

- Lote I - Tem como objetivo a Expansão da Rede Básica através da construção da Subestação Cerquilha III, que representará um acréscimo da receita anual da Copel Geração e Transmissão, no valor de R\$ 3.254.736,90, referente aos novos ativos a ser disponibilizados à Rede Básica, pelo período de 30 anos, sendo possível renovação, de acordo com o Contrato de Concessão.

Ambos os empreendimentos tiveram seus projetos básicos concluídos e encaminhados à Aneel para aprovação em dezembro de 2010.

Encontra-se também em obras a linha de transmissão Foz do Iguaçu — Cascavel Oeste, em 525 kV, com 115 km, no Paraná, objeto do contrato de concessão 27/2009, assinado em 19.11.2009. A implantação teve início em outubro de 2010, após a obtenção da Licença Prévia, em julho, e da Licença de Instalação, em setembro.

Por fim, ao mesmo tempo que será construída a UHE Colider 300 MW, no Mato Grosso, será construída uma linha de transmissão de 130 km em 500 kV no mesmo estado, com investimento previsto em R\$ 100 milhões.

Concessões de Transmissão

A Companhia opera os ativos de transmissão (rede básica) por meio dos seguintes documentos: Contrato de Concessão nº 060/2001, de 20.06.2001; Contrato de Concessão nº 075/2001, de 17.08.2001; e Contrato de Concessão nº 006/2008, de 17.03.2008.

Além destes, encontram-se em construção os empreendimentos de transmissão (rede básica) objetos do contrato de concessão 027/2009, assinado em 19.11.2009, referente à Linha de Transmissão 500 kV Cascavel Oeste — Foz do Iguaçu; do contrato de concessão 010/2010, de 06.10.2010, referente à Linha de Transmissão 500 kV Araraquara — Taubaté; e de contrato de concessão 015/2010, assinado em 06.10.2010, referente à subestação 230/138 kV Cerquilha III

A principal concessão de transmissão da Copel encontra-se no Contrato de Concessão nº 60/2001, que vence em 07.07.2015, mas é renovável pelo prazo de 20 anos. Todos os demais contratos de concessão poderão ser renovados por mais 30 anos.

Revisão tarifária da Copel Geração e Transmissão S.A. (negócio Transmissão)

Em 2009, estava prevista a 2ª revisão tarifária ordinária a ser aplicada às concessionárias de transmissão. Todavia, face à Aneel não ter aprovado tempestivamente a metodologia, o processo foi

postergado para 2010, e aplicou-se a metodologia do reajuste, que consiste em atualização das Receitas Anuais Permitidas - RAPs pelo IGPM. Sendo assim, as RAPs relativas aos ativos de transmissão da Copel Geração e Transmissão foram fixadas pela Resolução Homologatória nº 843/2009.

O quadro a seguir mostra um comparativo das receitas de transmissão da Copel entre os ciclos tarifários 2008/2009 (definido pela Resolução Homologatória nº 670/2008) e 2009/2010 (definido pela Resolução Homologatória nº 843/2009). Para proceder ao reajuste foi utilizado o IGP-M acumulado de junho/08 a maio/09, conforme prevê o contrato de concessão. A variação deste índice no período foi de 3,64%.

Além da correção das receitas referentes às instalações que já se encontravam em operação, foram ainda consideradas receitas referentes a novos ativos que entraram no período, bem como promovidos ajustes que se tornaram necessários devido ao processo de cisão da Copel Transmissão. A tabela a seguir mostra o crescimento das receitas de transmissão no período.

Ciclo/Resolução	Rede básica	Conexões	Total
2008-09 - Res. 670/2008	224.830.586,10	30.492.303,67	255.322.889,77
2009-10 - Res. 843/2009	250.055.524,24	33.320.629,93	283.376.154,17
Diferença em reais	25.224.938,14	2.828.326,26	28.053.264,40
Diferença em percentual	11,2%	9,3%	11,0%

Em consonância com a definição da metodologia de revisão tarifária a ser aplicada para as concessionárias de transmissão, a Resolução Homologatória nº 758/2009 fixou a metodologia para definição e atualização do Banco de Preços de Referência Aneel, a ser utilizado nos processos de autorização, licitação para outorga de concessão e revisão tarifária, das concessionárias de transmissão de energia elétrica. Os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para a realização do 2º ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de transmissão foram aprovados pela Resolução Normativa Aneel nº 386/2009.

1.7.4. Distribuição

No âmbito da distribuição de energia elétrica, a Copel tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam ao atendimento dos mais de 3,7 milhões de consumidores de energia, em 1.111 localidades pertencentes a 392 dos 399 municípios do Paraná e, adicionalmente, ao município de Porto União, em Santa Catarina. Além de operar e manter as instalações nos níveis de tensão até 34,5 kV, em vista

da cisão da Copel Transmissão (Res. Aut. Aneel nº 1.120 de 27.11.2007), a Copel Distribuição assumiu essas mesmas atividades também nas instalações de níveis de tensão 69 e 138 kV, que até então eram de responsabilidade da Companhia extinta.

Entre as obras realizadas em 2010, destacam-se as seguintes subestações:

- Sengés, com 4 MVA, na cidade de Sengés;
- São João do Triunfo, com 7 MVA, na cidade de São João do Triunfo;
- Xaxim, com 83 MVA, na cidade de Curitiba;
- Campina do Siqueira, com 83 MVA, na cidade de Curitiba;
- Imbituva, com 41,67 MVA, na cidade de Imbituva;
- Jardim Bandeirantes 2, com 41,67 MVA, na Cidade de Londrina;
- Tamoio, com 41,67 MVA, na cidade de Umuarama; e
- Santa Felicidade, com 41,67 MVA, na Cidade de Curitiba;

Foram ainda ampliadas as Subestações Rolândia, Rio Branco do Sul, Palmas, Rio Azul e Fazenda Iguaçu.

Novas linhas foram concluídas, dentre as quais salientam-se:

- 230 kV Londrina / seccionamento Apucarana—Figueira, com 14,5 km de extensão;
- 138 kV Rio Azul / Mallet, com 22,1 km de extensão; e
- 69 kV Pilarzinho / Santa Felicidade, 6,8 km de extensão.

Ao todo, estes empreendimentos adicionaram, em 2010, 466 MVA ao sistema Copel, 110,8 km de novas linhas e foram recapitados 11,9 km de linhas.

Perfil Organizacional Específico ao Setor Elétrico

No âmbito da distribuição de energia elétrica, a Copel tem como principais atividades prover, operar e manter a infra-estrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades têm como objetivo atender aos mais de 3,6 milhões de consumidores de energia, em 1.109 localidades pertencentes a 392 dos 399 municípios do Paraná, e, adicionalmente, ao município de Porto União, em Santa Catarina. Além de operar e manter as instalações nos níveis de tensão até 34,5 kV, em vista da cisão da Copel Transmissão (Resolução Aneel nº 1.120/2007), a Copel Distribuição assumiu essas mesmas atividades também nas instalações de níveis de tensão 69 e 138 kV, que até então eram de responsabilidade da Companhia extinta.

Participação e crescimento do mercado

De janeiro a dezembro de 2010, o mercado total faturado, que inclui o mercado cativo, consumidores livres atendidos pela Copel Geração, suprimento às concessionárias e permissionárias cresceu 5,1%, atingindo 22.926 GWh contra 21.810 GWh em 2009. O mercado cativo, que representou 92,9% do mercado faturado, registrou crescimento de 5,2% em 2010.

A quantidade de consumidores faturados pela Copel em dezembro de 2010 apresentou variação de 3,6% ao atingir 3.759.410 consumidores. De janeiro a dezembro desse ano, foram agregados ao mercado cativo 131.216 consumidores, sendo 105.056 residenciais, 2.238 industriais, 8.849 comerciais, 13.702 rurais e 1.371 das demais classes.

A classe residencial, que representou 25,8% do mercado total, apresentou crescimento de 4,6% em 2010, atingindo 5.925 GWh contra 5.664 GWh em 2009. O consumo médio residencial em 2010 registrou variação de 0,9% ao atingir 166,5 kWh/mês. A melhoria do crédito, a queda dos preços de produtos da chamada linha branca, ainda como reflexo da redução do IPI e a evolução positiva da massa de salários da população ocupada aliada à recuperação do emprego formal, são fatores que contribuíram para o desempenho da classe em 2010.

O consumo industrial faturado, responsável por 35,5% do consumo total, obteve um acréscimo de 5,1% em 2010. Esta variação resulta da combinação do desempenho do mercado livre atendido pela Copel Geração que teve um crescimento de 0,9% e do industrial cativo, que foi de 5,8% resultado alcançado particularmente em razão do bom desempenho da indústria alimentos, veículo automotores e de máquinas e equipamentos.

Conforme dados do IBGE, o indicador da produção industrial paranaense em 2010 refletiu o desempenho positivo da maior parte dos setores investigados, com “veículos automotores” exercendo a maior pressão sobre o índice geral ao registrar crescimento de 57,6%. O resultado paranaense (14,2%) ficou acima da média nacional (10,5%) e de outros estados fortemente industrializados, tais como São Paulo e Rio de Janeiro. Esse patamar também equivale a mais que o dobro do verificado nos estados da região Sul.

A classe comercial, que participou com 19,5% do mercado da Copel, apresentou variação de 6,3%, atingindo 4.466 GWh no acumulado do ano. Este desempenho se deve ao bom momento em que se encontram os ramos de comércio e serviços aliado ao aquecimento do mercado de trabalho e aumento do crédito ao consumidor.

A classe rural consumiu 1.774 GWh e cresceu 5,6%, em decorrência da expansão do número de consumidores em 3,9% e da expansão da economia. Esta classe representa 7,7% do mercado

faturado da Copel. O consumo médio rural atingiu 403,1 kWh/mês, crescimento de 1,7% comparado a 2009.

As demais classes de consumo, Poderes Públicos, Iluminação Pública, Serviços Públicos e Próprio, complementam o mercado de energia elétrica da Copel. Com 8,9% de participação, estas classes apresentaram um acréscimo de 2,7% no acumulado do ano de 2010, consumindo 2.047 GWh.

O quadro a seguir resume a participação e o crescimento do mercado da Copel em 2010:

NÚMERO DE CONSUMIDORES				
CLASSE	2010	2009	VAR. (%)	PART. (%)
RESIDENCIAL	2.964.805	2.859.749	3,7	78,9
INDUSTRIAL	69.198	66.960	3,3	1,8
COMERCIAL	308.987	300.138	2,9	8,2
RURAL	366.694	352.992	3,9	9,8
PODERES PÚBLICOS	34.842	34.016	2,4	0,9
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	10.037	9.601	4,5	0,3
SERVIÇOS PÚBLICOS	4.203	4.117	2,1	0,1
PRÓPRIO	633	610	3,8	0,0
TOTAL CATIVO	3.759.399	3.628.183	3,6	100,0
INDUSTRIAS LIVRES GER*	10	10	0,0	0,0
COMERCIAIS LIVRES DA GER*	1	0	-	0,0
TOTAL LIVRES DA GER*	11	10	10,0	0,0
SUPR.ÀS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	4	4	0,0	0,0
TOTAL COPEL	3.759.414	3.628.197	3,6	100,0

Revisão tarifária da Copel Distribuição S.A.

O processo de revisão tarifária periódica tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão (geralmente de 4 anos), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Destaca-se que, enquanto nos reajustes tarifários anuais a “Parcela B” da receita é atualizada monetariamente pelo IGP-M, no momento da revisão tarifária periódica são calculadas a receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados.

A revisão tarifária periódica é realizada mediante o cálculo do reposicionamento tarifário e do estabelecimento do Fator X. Nesse processo são estabelecidas, na primeira etapa, tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes e com uma remuneração justa e adequada sobre os investimentos realizados, com a devida prudência. Na segunda, é estabelecido o Fator X, cujo objetivo é o compartilhamento do ganho de escala com os consumidores.

A Resolução Homologatória Aneel nº 663, de 23.06.2008, estabeleceu, de forma provisória, as novas tarifas de fornecimento de energia elétrica da Copel a partir de 24.06.2008, considerando o reajuste total médio negativo de 3,35%. Esse índice incorporava os percentuais do Índice de Reposicionamento Tarifário negativo de 7,17% e os componentes financeiros externos à revisão

tarifária periódica de 3,82%. Destaca-se que, em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro negativo de 3,27%, que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o consumidor percebeu, no período 24.06.2008 a 23.06.2009, aumento médio de 0,04%.

Na segunda etapa, foi calculado o fator X, que é o estabelecimento de metas de eficiência para o segundo período tarifário, que serão expressas na tarifa. Com base na metodologia estabelecida pela Resolução nº 234/2006, o cálculo preliminar deste fator resultou em 2,09% para a Copel.

A Resolução Homologatória nº 826/2009 homologou o resultado definitivo da segunda revisão tarifária periódica, fixando o reposicionamento tarifário a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica e sobre as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD. As primeiras foram reposicionadas em -7,49%. A variação de receita, decorrente da diferença entre o reposicionamento provisório, estabelecido na REH nº 663/2008, e o definitivo foi considerada no reajuste tarifário anual de 24.06.2009.

Reajuste tarifário da Copel Distribuição S.A.

A Resolução Homologatória nº 839/2009 homologou o resultado do reajuste tarifário anual sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica, fixou as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, e as tarifas de suprimento de energia elétrica para as empresas Companhia Campolarguense de Energia - Cocel, Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO e Força e Luz Coronel Vivida - Forcel. As tarifas de energia elétrica da Copel Distribuição foram, em média, reajustadas em 18,04%, sendo 11,42% relativos ao reajuste tarifário anual e 6,62% relativos aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 12,98% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Na ocasião a Copel requereu o deferimento dos componentes financeiros, face ao impacto do reajuste para os consumidores, que já estavam sofrendo o impacto da crise financeira, visando à manutenção do mercado e do nível de adimplência, mas o pedido foi negado pela Aneel.

Em virtude da decisão da Aneel, na 176ª Assembleia Geral Extraordinária, a Copel decidiu aplicar desconto equivalente ao aumento médio da respectiva classe de consumo para todos os consumidores cativos finais adimplentes.

Em 22.06.2010, com a Resolução nº 1015/2010, a Aneel homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2010 sobre as tarifas de suprimento e de fornecimento de energia elétrica, fixou as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, estabeleceu a receita anual das instalações de conexão e fixou o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Copel Distribuição S.A. As tarifas de energia elétrica da Copel Distribuição foram, em média, reajustadas em

9,74%, sendo 6,88% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 2,86% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 2,46% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Nesta ocasião, a Copel optou por não manter a política de desconto tarifário que vinha sendo praticada desde 2004 aos consumidores adimplentes.

Concessão de Distribuição

A Companhia opera seu negócio de distribuição de acordo com o Contrato de Concessão nº 46/1999, firmado em 24.06.1999. O prazo de concessão foi prorrogado pela Portaria MME nº 196, de 22.06.1999, até 07.07.2015. O contrato prevê a possibilidade de prorrogação por mais 20 anos.

Em março de 2010, a Copel assinou aditivo ao contrato de concessão de distribuição para neutralizar os ganhos e as perdas de receita decorrentes das variações de mercado aplicadas sobre o item dos Encargos Setoriais da Parcela A. Em decorrência, os próximos reajustes tarifários da Copel deverão ser menores, resultando em uma redução anual média de 0,5% na receita da Distribuição.

1.7.5. Comercialização de energia em 2010

Em 2010, a Copel recuperou o lastro contratual de sua carteira de contratos, afetado pela frustração contratual de CIEN. Essa recuperação deu-se pela participação, nos últimos três anos, em todas as rodadas do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D e nos leilões de ajuste.

Todavia, para o atendimento de 100% do mercado previsto para 2010 no cenário de referência, a Copel necessita do reconhecimento pela Aneel dos montantes relativos à alteração da disponibilidade de energia de Itaipu e dos montantes frustrados do leilão de ajuste de 2010 como exposição involuntária.

1.7.6. Telecomunicações

Em conformidade com o Ato nº 31.337 da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações, a Copel presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, elaborando estudos e projetos específicos, com observância à legislação vigente, no Estado do Paraná e na Região II do Plano Geral de Outorgas. A exploração de tais serviços dá-se por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em níveis nacional e internacional. A Copel opera serviço de comunicação multimídia desde 2002.

Rede de fibra óptica: investimentos relevantes

Em 2010, o acréscimo de 3.155 km de cabos ópticos de acesso urbano (totalizando ao final do ano

11.270 km) aumentou significativamente a capilaridade da rede óptica da Copel. São 242 municípios atendidos através de 6.358 km de cabos ópticos interurbanos. Por meio dessa rede, a Copel propicia velocidade e confiabilidade para 980 empresas que investem no Paraná e contam com seus serviços. Em pesquisa realizada recentemente, 98% desses clientes se manifestaram satisfeitos ou muito satisfeitos com a Companhia, que conta, em sua carteira, com clientes dos mais diversos ramos de atividades, como escolas, bancos, supermercados, provedores de internet, indústrias, órgãos públicos, lojas e operadoras de telefonia fixa e celular, prestando serviços de canais dedicados, internet banda larga, redes privadas, videoconferência e hospedagem, utilizando tecnologias de ponta em fibra óptica.

1.7.7. Participações

A Copel participa acionariamente de outras sociedades ou consórcios em diversas áreas de atuação. Com vistas a concentrar investimentos em empreendimentos alinhados a seu *core business* e a seu referencial estratégico, a Companhia vem reavaliando sua carteira de ativos em participações.

Na modalidade de produtor independente de energia elétrica, a Copel tem participação em cinco empreendimentos de geração, com potência instalada total de 887,4 MW, estando todos em operação. Participa também nos setores de saneamento, gás, telecomunicações e serviços. Na Nota Explicativa 1 apresentamos informações pormenorizadas sobre as participações da Copel.

No setor de energia a Companhia tem participação em vários empreendimentos de geração, com potência instalada total de 1.790 MW, conforme demonstrado a seguir:

Empreendimento	Capacidade Instalada (MW)	Sócios	PPA assinado com
Dona Francisca	125,0	COPEL - 23,03% Gerdau - 51,82% Celesc - 23,03% Desenvix - 2,12%	COPEL GET
Centrais Eólicas do Paraná	2,5	COPEL - 30% COPEL GET - 70%	Consumidores livres
Foz do Chopim	29,1	COPEL - 35,77% Silea Participações - 64,23%	Consumidores livres
Araucária	484,1	COPEL - 20% COPEL GET - 60% Petrobras - 20%	Locado para Petrobras Locado para Petrobras
Elejor - Usina Santa Clara	123,8	COPEL - 70%	COPEL Distribuição
- Usina Fundão	122,6	Paineiras - 30%	Consumidores Livres
Lajeado (Investco S.A.)	902,5	CEB Lajeado - 16,95% Paulista Lajeado Energia S.A. - 5,93% EDP Energias do Brasil S.A. - 4,57% Lajeado Energia S.A. - 62,43% COPEL - 0,82% Furnas Centrais Elétricas S.A. - 0,21% Outros - 9,09%	(1)

⁽¹⁾ Os ativos da UHE Lajeado estão arrendados às demais concessionárias da mesma em frações ideais dos ativos existentes.

A Copel também tem participação em outros setores, como empresas de gás, telecomunicações, saneamento e serviços, conforme apresentado na tabela a seguir:

Empreendimento	Setor	Sócios
Compagas ⁽¹⁾	Gás	COPEL - 51,0% Gaspetro - 24,5% Mitsui Gás - 24,5%
Sercomtel S.A. Telecom	Telecomunicações	COPEL - 45,0% Município de Londrina - 55,0%
Sercomtel S.A. Celular	Telecomunicações	COPEL - 45,0% Município de Londrina - 55,0%
Dominó Holdings S.A.	Saneamento	COPEL - 45,0% Andrade Gutierrez - 27,5% Daleth Participações - 27,5%
Escoelectric Ltda.	Serviços	COPEL - 40,0% Lactec - 60,0%
Copel-Amec Ltda ⁽²⁾	Serviços	COPEL - 48,0% Amec - 47,5% Lactec - 4,5%
Carbocampel S.A.	Exploração de Carvão	COPEL - 49,0% Carbonífera Cambuí - 51,0%

⁽¹⁾ A Dutopar foi incorporada pela Mitsui Gás em agosto de 2010.

⁽²⁾ Em processo de liquidação.

1.8. Produtos da Copel: participação no mercado

Principais produtos (%)	Brasil	Região Sul	Paraná
Geração de energia elétrica ⁽¹⁾	5,3	⁽²⁾ 29,0	⁽²⁾ ⁽³⁾ 58,7
Transmissão de energia elétrica ⁽⁴⁾	2,5	14,2	46,2
Distribuição de energia elétrica ⁽⁵⁾	5,9	34,6	⁽⁶⁾ 96,8
Distribuição de gás	3,4	34,4	72,0

⁽¹⁾ Não incluídas as participações da Copel

⁽²⁾ Não incluída a Usina de Itaipu

⁽³⁾ Não inclui as usinas do Rio Paranapanema

⁽⁴⁾ Refere-se à Receita Anual Permitida - RAP

⁽⁵⁾ Participação no atendimento ao mercado cativo/livre (preliminar)

⁽⁶⁾ Dado estimado

1.9. Responsabilidade e engajamento com partes interessadas

No período 2009-2010, as partes interessadas direta e sistematicamente envolvidas com a Companhia foram: público interno, clientes, fornecedores, poderes públicos, acionistas e investidores, sociedade e organizações ligadas ao meio ambiente. O ano de 2010 foi marcado pela intensificação do diálogo com o público interno, no escopo do segundo ciclo da Norma AA1000, com a categorização e o aprofundamento de grupos de interesse específicos, a fim de tratar de temas críticos afetos a tais grupos, principalmente no tocante a questões raciais, étnicas, de gênero e de pessoas com deficiência.

O terceiro ciclo de implantação da Norma AA1000, em andamento, permitirá seu melhor alinhamento com o novo modelo de Gestão para a Sustentabilidade da Companhia.

Canais de Diálogo

O atendimento a questionamentos enviados à Companhia pelo canal Fale Conosco está disponível também em nosso *site*, pelo endereço eletrônico copel@copel.com. Neste canal, a premissa é responder prontamente a todos os questionamentos recebidos, atitude que tem proporcionado o crescimento de seu uso pelas partes interessadas. A matriz completa de canais de diálogo da Copel também está disponível em nosso *site*, www.copel.com.

Diálogo com o Público Interno

Como canal direto de comunicação com todos os seus empregados, a Copel mantém a Pesquisa de Clima Organizacional - PCO, realizada anualmente. As últimas PCOs apontaram, como fatores nos quais a Copel deve atuar de forma corporativa, para melhorar seu desempenho, Liderança e Crescimento e Desenvolvimento Profissional.

No âmbito do Programa de Promoção da Diversidade, no período compreendido entre 2007 e 2009, diversos diálogos foram realizados com grupos que apresentam necessidades e características específicas na Companhia.

Os temas mais críticos foram levantados pelo grupo de Pessoas com deficiências e dizem respeito, principalmente, à inadequação da estrutura física e arquitetônica, à falta de tradução de eventos, de materiais audiovisuais para deficientes auditivos e de impressos para os visuais, ao despreparo da força de trabalho para a efetiva inserção destes profissionais e o aproveitamento de seu potencial integral. Tais temas serão tratados em planos de ação específicos. Um deles será voltado à promoção da diversidade e outro especificamente às questões de acessibilidade.

Diálogo com Clientes

Os 3,7 milhões de clientes atendidos pela Copel têm à disposição diversos canais de acesso para efetuar solicitações, sugestões e reclamações. Entre os canais de maior destaque no volume de atendimentos está o *call center* (0800 51 00116), com custo zero para o cliente, constituído por empregados próprios e por força de trabalho contratada, formada por portadores de necessidades especiais contratados das diversas associações de deficientes físicos do Paraná.

O *call center* responde por 80% dos atendimentos anuais, com média de 625 mil ligações mensais atendidas em 2010, seguido pelas 152 unidades de atendimento personalizado, localizados nos maiores centros urbanos, que totalizaram em média 160 mil/mês em 2010.

Como fontes de atendimento alternativas, a Copel dispõe de uma agência virtual em seu *site* (www.copel.com), que permite aos clientes solicitar serviços, realizar consultas e obter informações.

Atualmente o *site* da Copel recebe aproximadamente 700 mil visitas mensais e no mesmo período são acessadas aproximadamente 2,5 milhões de páginas, sendo que, dessas, 1,2 milhões são relacionadas à Agência Virtual.

Também dispõe de 15 postos de atendimento móvel, que percorrem bairros em grandes cidades e localidades que não possuem unidade fixa de atendimento personalizado para resolver as necessidades mais urgentes dos clientes, além de orientar sobre o uso seguro e eficiente da energia, direitos, deveres e programas sociais. Em 2010, essas unidades realizaram 432 eventos, nos quais 34.491 pessoas estiveram presentes e houve 22.174 atendimentos.

Adicionalmente, a Copel oferece, nas agências dos correios em todo o Estado, envelopes pré-pagos para envio de documentos e solicitações à Companhia.

Em 2010, a Copel disponibilizou uma nova facilidade para os clientes, que consiste no registro de falta de energia através de mensagens por telefone celular também conhecida como SMS (*Short Message Service*) ou “torpedo”. Para utilizar esse serviço o cliente envia uma mensagem para o número 28593 com o texto SL e o número de identificação constante na fatura de energia.

Também foi implementado o registro de falta de energia automatizado na Central de Atendimento Telefônico. Nesse caso, os clientes podem informar uma falta de energia sem a necessidade de falar pessoalmente com os atendentes.

Diálogo com Fornecedores

Os gestores de cada contrato de fornecedores com a Copel se relacionam com eles mantendo contato constante para identificar eventuais anomalias e melhorar o processo de fornecimento.

Os fornecedores são avaliados por meio de instrumentos específicos, conforme seu segmento de atuação.

Para os prestadores de serviços de engenharia de construção e de serviços e manutenção de redes, o desempenho é monitorado e avaliado durante toda a execução e ao término de cada contrato. As empresas são avaliadas com uma nota de zero a dez, por meio de critérios pré-estabelecidos de qualidade, prazo, segurança, entre outros, todos descritos nos contratos.

A Copel estabeleceu também um processo para avaliação do desempenho de fornecedores de materiais que, além de atender suas diretrizes, otimiza o relacionamento com fornecedores, obtém informações gerenciais e oferece uma ferramenta adequada para a gestão dos contratos.

A Copel desenvolve seus fornecedores de materiais e equipamentos por meio de avaliações industriais e homologação de materiais, e seus fornecedores de serviços através de treinamentos. As

avaliações industriais não se restringem à aprovação ou reprovação de um fornecedor, indicando oportunidades de melhoria nas instalações e processos desse fornecedor, estabelecendo, assim, um ciclo de melhoria que permite seu desenvolvimento e ampliação da oferta e sustentabilidade da cadeia.

Para assegurar o desenvolvimento dos fornecedores de serviços, a Copel estabelece critérios técnicos de treinamento para determinados serviços, viabiliza a sua operacionalização através de parcerias e promove treinamentos de segurança no início da execução dos contratos. Visa com isso alinhar os fornecedores com os procedimentos e valores da empresa, como, por exemplo, o treinamento de poda de árvores, dentro da gestão da arborização urbana, que inclui critérios ambientais.

Em 2010, a Copel constituiu um Comitê Permanente para tratar, de forma mais integrada, a Gestão da Cadeia de Suprimentos com as seguintes atribuições: fomentar e facilitar a implementação de estratégias e ações que possibilitem melhoria da gestão da cadeia e do desempenho da Companhia nos indicadores e critérios de excelência e sustentabilidade relativos ao tema; propiciar o engajamento e o diálogo estratégicos com os fornecedores, utilizando os princípios e requisitos da Norma AA1000; promover o comprometimento e a responsabilidade de todos os envolvidos na cadeia de suprimentos, em busca de resultados e melhoria contínua das práticas e contribuir para o desenvolvimento dos fornecedores, estabelecendo parâmetros vinculados a padrões de excelência e sustentabilidade.

A partir do planejamento estabelecido em 2010, serão desenvolvidos, em 2011, novos ciclos de diálogo com fornecedores, de capacitação dos gestores de contrato, e de adequação das normas internas relativas a compras de materiais e contratação de serviços.

Diálogo com Acionistas e Investidores

A Copel mantém canal de comunicação efetivo com seus acionistas e investidores por meio dos departamentos de relações com investidores e de acionistas e custódia, de seu *site* (www.copel.com/ri), de e-mails (ri@copel.com e acionistas@copel.com), de sua central de atendimento telefônico (0800-41-2772) e dos informativos impressos “Informe RI Copel” e “Informativo Trimestral”, entre outros comunicados e relatórios que são encaminhados aos profissionais do mercado de capitais e acionistas e disponibilizados também no *site* da Companhia. Desde 2009 foi ampliada a atuação do canal de atendimento aos acionistas minoritários (acionistas@copel.com), que agora tem comunicação direta com o Conselho de Administração da Copel.

Copel de Portas Abertas para Você

Desenvolvido como uma forma de estabelecer diálogo com os clientes e a comunidade, o Programa “Copel de Portas Abertas para Você” consolida uma postura proativa da Companhia na busca de maior aproximação e diálogo com o público.

Desde sua criação, em 2005, nos padrões da Norma AA1000 de diálogo direto com as partes interessadas, os eventos do Programa têm ocorrido em todas as regiões do Estado e são abertos à participação de qualquer interessado. Contam também com a participação das lideranças regionais e locais da Companhia. Objetivam informar às partes interessadas sobre a atuação da Copel na região, sobre o uso seguro e eficiente da energia, sobre os direitos e deveres dos consumidores e sobre o acesso aos programas sociais, além de prestar o atendimento comercial feito por unidades móveis. Por meio do Programa, a Copel identificou, na comunidade, a existência de dúvidas sobre o serviço prestado e a necessidade de eventuais alterações em nossos processos internos de atendimento.

A divulgação dos eventos relativos ao Programa é realizada através de convites dirigidos a associações representativas das comunidades e de mensagens em rádios e jornais locais. Em 2010, foram realizados 42 eventos em grandes, médias e pequenas cidades em todo o Estado, totalizando 8.790 pessoas presentes nesses acontecimentos.

1.10. Principais certificações e prêmios

Dentre as principais certificações e prêmios conquistados em 2010, destacam-se:

Prêmio / Conquista / Certificação	Certificador
TOP OF MIND 2010 - Grande Empresa Marca do Paraná	Revista Amanhã e Instituto Bonilha de Pesquisa
TOP OF MIND 2010 - Empresa que você gostaria de trabalhar (pela quarta vez consecutiva)	Revista Amanhã e Instituto Bonilha de Pesquisa
TOP OF MIND 2010 - Empresa Pública Eficiente	Revista Amanhã e Instituto Bonilha de Pesquisa
Prêmio CIER de Qualidade e Satisfação dos Clientes - 2010. 2º lugar - Categoria Prata	CIER - Comisión de Integración Energética Regional - América Latina
Empresa Destaque do Ano - 2010 -Segmento "Provedores de Serviços Corporativos" - Telecomunicações. Além de destaque no ano, a Copel foi classificada em 44º lugar na lista das 100 Maiores Empresas Brasileiras de Telecomunicações	Anuário Telecom
Platts Top 250 - Global Energy Company 2010	Agência de avaliação de mercado Platts, uma divisão da McGraw-Hill Companies, com sede em Nova Iorque
Grandes e Líderes 2010, nas categorias: "Maior Empresa do Setor de Energia", "Maior Patrimônio Líquido do Paraná" e "3ª Maior Empresa do Paraná", ocupando o 6º lugar entre as 500 maiores empresas do Sul	Revista Amanhã e empresa de auditoria independente "PricewaterhouseCoopers"
Expo Money 2010, na categoria "Respeito ao Investidor Individual"	Expo Money 2010
As Melhores da Dinheiro 2010, Melhor Empresa Brasileira no Setor	Revista Isto é Dinheiro
Prêmio Perfil Empresarial do Paraná 2010, V Ranking das Sociedades Anônimas, 1º lugar no setor de Ind. de Energia e Derivados	Jornal Indústria & Comércio, Associação Comercial do Paraná, Federação das Associações comerciais e Empresariais do Estado do Paraná, Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná e Instituto Indicare de Análise e Planos Empresariais
Prêmio BEST PRACTICES AWARDS 2010, Placa de reconhecimento à excelência do programa de preservação das instalações e equipamentos da Usina Termelétrica de Araucária	Revista Combined Cycle Journal

2. DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa, e utiliza como parâmetro o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, nos termos de seu Código das Melhores Práticas. Os administradores buscam, dessa forma, contribuir para a perenidade da Empresa, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros; e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

A Companhia adota regimentos internos para todos os seus órgãos colegiados, contendo orientação para tratar eventuais conflitos de interesse, tema este também presente em seu Código de Conduta.

O compromisso da Copel com os dez princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas - ONU é permanentemente reafirmado e revalidado pelas práticas da Companhia, voltadas a proteger e garantir a dignidade do trabalho, a transparência na gestão, a lisura nas questões financeiras e a proteção ao meio ambiente. Paralelamente, a Copel contribui para a divulgação e cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs, os quais visam combater a pobreza, a fome, a doença, o analfabetismo, a degradação do ambiente e a discriminação contra as mulheres, que devem ser atingidos até 2015.

Em 2007, a Copel realizou *workshop* de autoavaliação da gestão, que teve participação de diretores, assistentes e assessores de diretoria, superintendentes e profissionais. O resultado dessa avaliação foi comunicado a todos os empregados, especialmente no tocante às estratégias definidas a partir dos debates. Esperou-se, com isso, obter o empenho de todos na execução dos objetivos empresariais propostos, além de orientar que o atual Programa de Excelência de Gestão seja voltado para a sustentabilidade, com a finalidade de padronizar os critérios e processos organizacionais, para a melhoria da gestão e do monitoramento do desempenho da Copel.

Os indicadores e as metas definidos nesse processo foram monitorados e, em 2009, foram realizadas apresentações à Diretoria e Presidência sobre o andamento das ações do Programa de Excelência de Gestão.

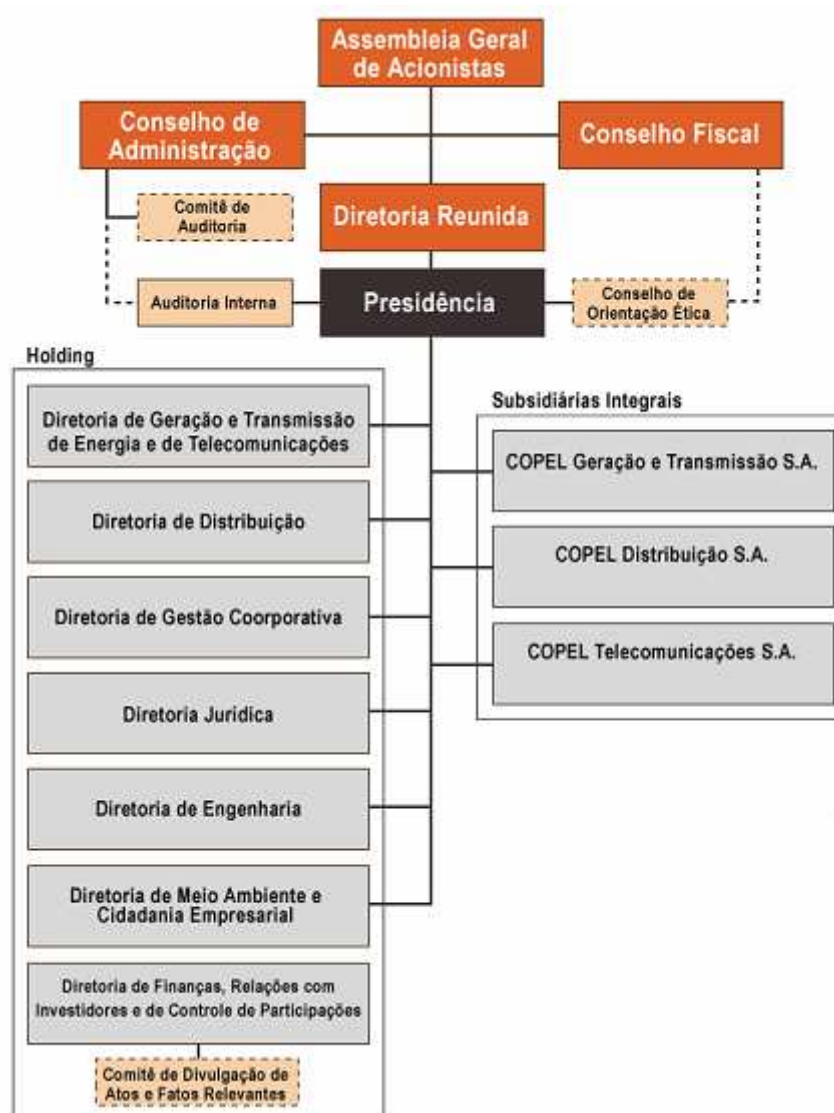
2.1. Estrutura e boas práticas de governança

Tag Along

A Copel garante direitos de *tag along* para suas ações ordinárias minoritárias, assegurando a seus detentores o preço mínimo de 80% do valor pago pelas ações integrantes do bloco de controle.

Organograma

O organograma a seguir apresenta estrutura organizacional da Companhia, com três subsidiárias integrais, e o comitê e conselhos oficiais responsáveis por supervisionar, implementar e auditar políticas econômicas, ambientais, sociais e correlatas da Copel:



Remuneração

A Companhia especifica, em Assembleias Gerais, a participação no capital da sociedade e a remuneração individual ou agregada dos administradores, destacando as mudanças ocorridas nessa participação ao longo do ano, explicitando os mecanismos de remuneração variável, quando for o caso, e seu impacto no resultado.

Controles internos

O Comitê de Auditoria é responsável pela revisão e pela supervisão dos sistemas de controles

internos e de administração de riscos da Companhia, sendo que a efetividade de tais sistemas é revista anualmente, no mínimo.

2.2. Assembleia Geral

A Assembleia Geral de Acionistas é o fórum no qual os acionistas têm poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções consideradas convenientes quanto a sua defesa e seu desenvolvimento.

A Assembleia Geral Ordinária é realizada no primeiro quadrimestre de cada ano, podendo os acionistas se reunir eventualmente, sempre que entenderem necessário, em qualquer data, tendo as Assembleias Gerais Extraordinárias, em regra, sido realizadas duas vezes por ano.

2.3. Conselho de Administração - CAD

O funcionamento e as competências do CAD são estabelecidos em seu regimento interno, no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas. Os membros do CAD têm mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos. Dentre seus integrantes, um é empregado da Companhia indicado pelos demais empregados e outros dois são indicados pelo acionista BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, por força de acordo de acionistas. Pela Diretoria da Copel, apenas o Diretor Presidente é membro do CAD e atua como secretário executivo do Órgão. As posições de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia não são ocupadas pela mesma pessoa.

Dentre os nove membros do atual mandato do Conselho de Administração, cinco são considerados independentes, nos termos da Lei Sarbanes-Oxley, sendo um deles especialista financeiro e Presidente do Comitê de Auditoria, órgão consultivo e permanente, diretamente ligado ao CAD.

Em 2010, foi dada continuidade ao processo formal de avaliação periódica do CAD e de seus conselheiros individualmente. As reuniões ordinárias do CAD são realizadas quatro vezes ao ano, podendo os conselheiros se reunir eventualmente, sempre que entenderem necessário, em qualquer data, em reuniões extraordinárias do Colegiado, as quais, em regra, têm sido realizadas três vezes por ano. Não há norma ou exigência específica relativa às oportunidades econômicas, ambientais e sociais. A administração da Companhia analisa tais aspectos em suas decisões e assuntos de maior relevância e, em virtude da matéria ou do valor envolvido, são submetidos a deliberação do CAD.

2.4. Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é constituído por três membros, independentes e integrantes do Conselho de Administração, nos termos da Lei Sarbanes-Oxley, com mandato de dois anos. Dentre suas

competências estabelecidas naquela lei e no regimento interno do Comitê constam a revisão e supervisão dos processos de elaboração das demonstrações contábeis trimestrais e anuais e de controles internos e administração de riscos, bem como o zelo pela qualidade e eficiência desses processos. Nessa atividade, o Comitê deve relatar ao Conselho de Administração da Companhia eventual inobservância a normas legais e regulamentares que coloquem em risco a continuidade dos negócios da Copel.

O Comitê de Auditoria realiza, trimestralmente, reuniões com o Conselho Fiscal, com a finalidade de analisar as demonstrações contábeis da Companhia. As reuniões ordinárias do Comitê são realizadas bimestralmente, porém seus membros podem, durante o exercício, e a qualquer tempo que julgarem necessário, convocar reuniões, as quais, em regra, têm sido realizadas 10 vezes ao ano, com as diretorias da Companhia, auditores independentes e a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou o esclarecimento de suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos trabalhos de auditoria, à adequação dos recursos necessários para realizá-los e à discussão de todos os assuntos considerados relevantes.

2.5. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal - CF também é eleito em Assembleia Geral. É permanente e composto por cinco membros efetivos e cinco suplentes, para mandato de um ano, sendo três membros indicados pelo acionista controlador, um pelos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e outro pelos acionistas minoritários titulares de ações preferenciais. Seu funcionamento e competências são estabelecidos no Estatuto Social, no regimento interno e na Lei das Sociedades Anônimas. O Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente para cumprir sua função primordial de analisar e opinar sobre as demonstrações contábeis trimestrais e anuais da Companhia. Extraordinariamente, pode se reunir para tratar de outros assuntos de sua competência, sempre que necessário, observada a convocação por seu Presidente. Os membros desse Conselho, ou pelo menos um deles, participam das Assembleias Gerais de Acionistas, das reuniões do Conselho de Administração e das reuniões do Comitê de Auditoria que tratem de assuntos de sua competência.

2.6. Diretoria Executiva

A diretoria é eleita pelo Conselho de Administração, sendo composta por oito membros, com mandato de três anos. É responsável pelas funções executivas da Copel, com atribuição privativa de representá-la. Suas atribuições, deveres e responsabilidades individuais são estabelecidos no Estatuto Social, sendo a forma de atuação prevista em regimento interno. A Diretoria realiza reuniões ordinárias semanalmente e, extraordinariamente, por convocação do Diretor Presidente,

por decisão própria ou a pedido de outro Diretor. A Companhia não vincula a remuneração dos executivos ao alcance de metas financeiras e não financeiras.

2.7. Código de Conduta

Em 2003, a Copel instituiu seu Código de Conduta, com base nos valores empresariais e na sua cultura corporativa, respeitando, também, os princípios internacionais da Lei Sarbanes-Oxley. Esse instrumento tem se consolidado dinamicamente, de modo a refletir a integridade de seus procedimentos em todas as suas relações, sejam internas, com seus empregados, ou com todas as demais partes interessadas em seus negócios. Em 2008, seu conteúdo foi revisado e atualizado, inclusive mediante consulta pública com todas as partes interessadas, envolvendo administradores, empregados, fornecedores, clientes, acionistas e consumidores. Tendo sido, na sequência, encaminhada a cada empregado da Companhia uma via impressa do Código de Conduta, mediante assinatura de termo de recebimento e de conhecimento de seu conteúdo.

2.8. Conselho de Orientação Ética

O Conselho de Orientação Ética tem como objetivo discutir, orientar ações da Copel e examinar casos que lhe sejam apresentados, fazendo recomendações no sentido de que a atuação da Companhia seja permanentemente conduzida por princípios moralmente sãos no desenvolvimento de seus negócios, zelando pela divulgação e pela efetiva aplicação do Código de Conduta aos empregados da Copel. O Conselho é composto por nove membros, sendo oito empregados da Companhia, coordenados por um representante da sociedade civil, o que garante maior transparência e participação das partes interessadas no processo.

Anticorrupção

A Companhia desaprova a corrupção em todas as suas formas. O Código de Conduta da Copel insere tal princípio e é recebido por todos os empregados da Companhia e disseminado na intranet e no *site* da empresa.

2.9. Canal de Comunicação Confidencial

O Comitê de Auditoria recebe comunicações confidenciais sobre o descumprimento de dispositivos legais e de normas internas relativas à contabilidade, controles internos ou assuntos de auditoria aplicáveis a elas. O recebimento dessas comunicações confidenciais consta de política estabelecida pela Copel e ocorre através do Canal de Comunicação Confidencial, criado para atender exclusivamente o Comitê de Auditoria, de modo que possa avaliar preocupação manifestada por qualquer parte interessada.

O acesso ao Canal de Comunicação Confidencial é realizado pelo telefone 0800-643-5665.

Ouvidoria

Buscando a consolidação de fortes instrumentos de gestão, desde 2003 a Copel mantém na estrutura organizacional uma Ouvidoria com política definida para a função, em alinhamento com os objetivos do modelo de planejamento para a sustentabilidade e com a necessidade de exercício das melhores práticas de Governança Corporativa.

A Ouvidoria atua como canal de diálogo para desenvolvimento de relacionamento ético, respeitoso e transparente entre a Copel e todas as partes interessadas. Este instrumento amplifica as potencialidades da instituição ouvidoria e a torna componente de um sistema de integridade, de monitoramento e de controle para a Companhia, acionistas, empregados e a sociedade em geral.

O acesso à Ouvidoria da Copel pode ser feito por telefone (0800-647-0606), correio (Caixa Postal 5505 - CEP 80231-970 - Curitiba - PR), internet (ouvidoria@copel.com) ou pessoalmente, na Rua Visconde do Rio Branco, 1.680 - Centro, em Curitiba - PR.

2.10. Comitê Permanente de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes

O Comitê Permanente de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes foi implantado com o intuito de preservar a imagem e a credibilidade da Copel junto aos acionistas, investidores, analistas e profissionais do mercado de capitais. O Comitê é composto por, no mínimo, dois representantes da Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, dois representantes da Presidência, um representante da Diretoria Jurídica e um coordenador. A principal atribuição do Comitê é assessorar o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações na aplicação da Política de Divulgação da Copel, cabendo a seus membros revisão e aprovação das informações a ser divulgadas ao mercado de capitais por quaisquer meios.

2.11. Relacionamento com acionistas e investidores

A Copel conta com 25.007 acionistas, que detêm o capital social da Companhia, correspondente a R\$ 6.910,0 milhões, representados por 273.655 mil ações, sem valor nominal.

A Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, ao longo de 2010, prestou atendimento a expressivo número de acionistas, investidores e analistas dos mercados de capitais nacional e internacional. A Companhia também participou de conferências, seminários e reuniões e realizou *road shows* nos principais centros financeiros do Brasil, da Europa e da América do Norte.

2.12. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A partir da Lei nº 9.249/1995, a Copel tem adotado como política a distribuição de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos, de forma total ou parcial. O montante de dividendos distribuídos é de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com o artigo 202 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/1976.

2.13. Acordo de Acionistas

Está em vigor na Companhia acordo de acionistas firmado entre o Estado do Paraná e o BNDES Participações S.A. - BNDESPar, cujo objetivo principal é assegurar ao BNDESPar a indicação de dois membros para o Conselho de Administração da Copel e ter conhecimento prévio das matérias societárias submetidas à apreciação do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia.

2.14. Papéis de emissão da Copel: índices Bovespa e Latibex

Os papéis de emissão da Copel integram os seguintes índices medidos pela Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa:

- Ibovespa: mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. Sua relevância advém do fato de o índice retratar o comportamento dos principais papéis negociados na Bovespa. Esse índice manteve a integridade de sua série histórica e não sofreu modificações metodológicas desde sua implementação em 1968.
- ISE: o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.
- IEE: primeiro índice setorial da Bovespa, o Índice de Energia Elétrica - IEE foi lançado em agosto de 1996, com o objetivo de medir o desempenho do setor de energia elétrica, constituindo-se em instrumento que permite a avaliação da performance de carteiras especializadas nesse setor.

Adicionalmente, os papéis da Companhia integram os seguintes índices medidos pelo *Latinoamerica en Euros - Latibex* da Bolsa de Madri:

- *FTSE Latibex All share*: são todas as ações listadas no *Latibex*;
- *FTSE Latibex Brasil*: cobre as ações mais líquidas brasileiras no *Latibex*; e

- *FTSE Latibex TOP*: cobre as 15 ações mais líquidas no *Latibex*.

2.15. Auditorias

Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Companhia — utilizando a melhor prática recomendada pelas Normas Internacionais de Auditoria Interna, preconizada pelo *The Institute of Internal Auditors* — é regida por um regulamento aprovado pela Alta Administração (Diretoria, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração), está estatutariamente subordinada ao Conselho de Administração, responde funcionalmente ao Comitê de Auditoria do Conselho de Administração e administrativamente à Presidência.

Sua atuação é centralizada, com acesso livre e irrestrito a todas as unidades administrativas, registros, arquivos e documentos, informações internas e externas, sempre que as tarefas exigirem.

Seu papel institucional é desenvolver uma atividade independente e objetiva que presta serviços de avaliação e consultoria e tem como objetivo adicionar valor e melhorar as operações da organização. A Auditoria Interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos através da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa.

No tocante ao gerenciamento de riscos e controles, atua na melhoria dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles, bem como na manutenção de controles efetivos, avaliando sua efetividade e eficiência e promovendo melhoria contínua.

No tocante à governança corporativa, a Auditoria Interna deve avaliar e fazer recomendações apropriadas para a melhoria do processo, notadamente no que cabe ao desempenho eficaz das diversas áreas da organização, através de uma abordagem voltada a riscos.

Os trabalhos a ser desenvolvidos no decorrer do exercício são escolhidos com base em riscos, preocupações da alta administração, determinantes legais e normativos para avaliação, além de histórico de trabalhos desenvolvidos. O planejamento Anual de Atividades é aprovado pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração, sofrendo acompanhamento mensal pelo Comitê de Auditoria.

Auditoria externa

Nos termos estabelecidos pela Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, a Companhia e suas subsidiárias integrais contrataram a *Deloitte Touche Tohmatsu* Auditores Independentes para

prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis. Desde sua contratação, foram prestados somente serviços relacionados à auditoria independente. A Companhia tem como ponto fundamental não contratar outros serviços de consultoria que interfiram na independência dos trabalhos de auditoria externa.

Para atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, a partir de 2005, os principais controles dos ciclos que podem causar falhas ou erros nas demonstrações contábeis acima do nível de materialidade são testados pelas auditorias interna e externa. Como medida de governança, os procedimentos da auditoria interna para realização são disponibilizados para avaliação pelos auditores externos.

2.16. Gestão de riscos

A Copel iniciou, em 2006, com auxílio de uma consultoria especialmente contratada, a implantação da Gestão Integrada de Riscos Corporativos - GIRC por meio de projeto corporativo acompanhado periodicamente pela Diretoria, que busca acompanhar a gestão de riscos nas áreas corporativas e nas suas subsidiárias. Este processo procura maximizar, de maneira consistente e permanente, valor (econômico, social e ambiental) para todas as partes interessadas.

A Política e o Modelo de Gestão de Riscos foram aprovados em 2009, com a finalidade de definir os princípios e as diretrizes de atuação da Companhia. Entre os princípios norteadores estão a classificação e forma de avaliação dos riscos, bem como definição de parâmetros de apetite ao risco. A abordagem adotada é integrada, corporativa e gerenciada de forma descentralizada pelos gestores de riscos, com coordenação do Departamento de Gestão de Riscos e Controles, área formalmente instituída para este fim.

No entendimento da Copel, “risco” é o evento que se ocorrer afetará desfavoravelmente o alcance do objetivo estratégico, de processo ou projeto. Ou seja, a Gestão de Riscos auxilia a Companhia na consecução de seus objetivos e, portanto de sua missão.

Devido à incerteza intrínseca do risco e, portanto da frequência de ocorrência e do impacto, a Copel considera também impactos qualitativos, tais como dano de imagem e operacional, além do impacto financeiro, que é quantitativo. Além disso, a Companhia analisa as medidas de mitigação do risco, que são os controles, indicadores e planos de ação. Após o cálculo dos impactos é feita uma classificação dos riscos conforme sua Exposição Final. Essa classificação auxilia na priorização dos riscos e condiciona a tomada de decisão, bem como a urgência para implantação de planos de ação e destinação de recursos.

Essa metodologia de avaliação permite que as práticas de Gestão de Riscos da Copel sejam aderentes ao Princípio da Precaução, que prevê que riscos potenciais devem ter medidas de mitigação que prevejam o dano. Nesse sentido a Companhia, não só prevê o dano, como também promove mecanismos de mitigação do risco, pois segundo as práticas formais da Copel, riscos classificados como moderado, alto ou crítico, devem possuir, como primeira opção, medidas de mitigação.

A estratégia adotada pela Copel para a Gestão de Riscos permite identificar e considerar todas as formas de riscos em seu processo decisório, segundo os seguintes níveis de abordagem:

- Riscos-chave de negócio: riscos associados aos objetivos estratégicos da Companhia, sendo foco de atuação da alta administração (Conselho de Administração, Presidência, Diretoria Reunida, Comitê de Riscos e comitê envolvido com o assunto tratado, se houver) dependendo da Exposição Final do Risco.
- Riscos-chave de processos: relacionados aos objetivos dos processos da companhia, sendo de foco de atuação dos seus gestores de processos.
- Riscos-chave de projetos: referentes aos objetivos dos projetos constantes no portfólio, sendo de foco de atuação dos gestores de projetos.

Em 2010 os riscos-chave de negócio foram revisados pela Copel, a qual analisou o risco de forma integrada, não só avaliando-o (de acordo com impactos financeiro, operacional e de imagem), mas identificando as diferentes formas de mitigação: controles, indicadores ou planos de ação. Também na revisão foram envolvidos todos os colaboradores e áreas que atuam na execução destas formas de mitigação, além do envolvimento do Gestor do Risco designado formalmente. Também em 2010 a Gestão de Riscos participou da avaliação de riscos de projetos.

2.17. Tecnologia da Informação

As estratégias corporativas na área de Tecnologia da Informação - TI para o período 2008-2012 têm como objetivo atender às necessidades dos negócios da Copel definidas em seu planejamento estratégico de forma a propiciar avanço tecnológico consistente e necessário, com foco em modernização dos sistemas, processamento centralizado, viabilização de infraestrutura, padrões abertos baseados em interface *web* e adoção de soluções viáveis de software livre.

Modernização Tecnológica

Os esforços iniciados em anos anteriores no sentido de modernizar os sistemas da Copel foram intensificados em 2010, com o desenvolvimento de dois novos programas que entrarão em operação em 2011: o Sistema Integrado de Gestão Empresarial - ERP e o Sistema Gestão de Consumidores -

CIS. Ambos serão poderosas ferramentas de gestão e controle de todos os processos administrativos, financeiros e comerciais, considerando todos os demais processos a eles relacionados, o que propiciará ganhos na otimização e agilidade de seus processos internos, garantindo, assim, o atendimento à regulação do Setor Elétrico e de Telecomunicações. A disponibilização de informações consistentes em tempo real, aliás, trará melhorias no atendimento aos clientes e aos negócios da Companhia.

Os programas deverão propiciar significativas melhorias e otimizações nos processos de gestão empresarial e de gestão de consumidores. Ainda neste contexto foram contratadas as soluções de Gestão de Contratos de Compra e Venda de Energia e BPMS - *Business Process Management Suite*, destinado a promover o gerenciamento dos processos de negócio.

Foram continuados os programas SASE - Modernização dos Sistemas de Automação de Subestações com 31 subestações (96,88%) e sete centros de operação (COE) automatizados no âmbito da Geração (100%) e 400 subestações (99,50%) e 5 centros de operação (COD) (100%) automatizados da Distribuição, substituição dos módulos de comunicação (2011) e, até final de 2012, o núcleo do sistema e demais funcionalidades para homologação, ainda dará sustentação à implantação do *Smart Grid* na Copel, na automação de subestações e redes de distribuição, conforme Circular 047/2009) e Migrageo - Modernização Sistemas Georeferenciados, que dá suporte a vários processos de negócio da empresa, especialmente na área de Engenharia da Distribuição: moderniza os sistemas de geoprocessamento, em obsolescência, e garante a continuidade dos processos empresariais que dependem de informações geográficas, com manipulação digital de mapas necessários às áreas de planejamento e operação da Distribuição sem necessidade das tradicionais mapotecas para armazenar papéis, reduzindo significativamente a utilização deste insumo.

Entre as formas de manter a sustentabilidade como norteador dos negócios da Copel em 2010, destacamos:

- Participação ativa no Programa de Gestão Ambiental Integrado por Microbacias - PGAIM, através do desenvolvimento de um sistema de informações geográficas socioambientais integrado em microbacias utilizando software livre. O sistema serve como ferramenta de apoio para o processo, que agrega esforços de instituições públicas para que, de forma articulada, planejada e sistêmica, trabalhem para a melhoria das águas no Paraná;
- Inclusão, em nossos contratos de serviços de impressão, de cláusulas exigindo o fornecimento de percentual dos insumos em papel reciclado, com início em Julho/2010, conforme o Decreto Estadual 15696.

- Contratação de tecnologia específica e adequação de sistema para impressão e autoenvolvimento de faturas de energia, eliminando aproximadamente três milhões de envelopes por mês. Aproximadamente um milhão e duzentas mil faturas por mês são impressas e autoenvolvidas em papel reciclado.
- Desenvolvimento de tecnologia para implantação total do programa Leitura e Impressão Simultânea - LIS, que reduzirá a média mensal de impressões de faturas autoenvolvidas para aproximadamente quinhentas mil.
- Projeto de Gestão de Resíduos Sólidos, para implantação de sistema informatizado para cadastro, monitoramento e destinação dos resíduos gerados pela Copel, disponibilizando informações de âmbito corporativo e para atendimento de exigências legais. O sistema serve como ferramenta de apoio para o PGRS (Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos), que tem como diretriz a orientação para o correto manejo e destinação final dos resíduos. O prazo previsto para implantação do projeto é maio de 2011.
- Implantação do Despacho Otimizado no Sistema de Operação da Distribuição - SOD, para priorizar atendimentos de emergência em unidades consumidoras críticas no cumprimento de metas estabelecidas, otimizando os atendimentos, reduzindo uso de mão de obra e veículos, contribuindo para redução no uso de combustíveis e emissão de resíduos sólidos no meio ambiente. Além disso, evita imposição de multas do poder concedente pelo não cumprimento de metas estabelecidas no atendimento.
- Desenvolvimento de sistemas para atendimento a clientes e disponibilização de novos serviços. Nesse aspecto, foi implantada a Gestão de Atendimento Personalizado - GAP, que gerencia atendimento de consumidores, dimensiona número apropriado de atendentes, proporcionando atendimento mais eficiente a consumidores e economia de recursos;
- Reformulação da agência virtual, no site da Copel, disponibilizando novos serviços aos clientes, evitando deslocamentos até a agência. O cliente pode também visualizar a localização geográfica e por satélite da agência Copel, facilitando o acesso, quando necessário.
- Implantação do módulo de comunicados com outras concessionárias e consumidores no sistema GOP, em intervenções programadas no sistema elétrico. Isto resulta em maior agilidade e segurança, pois o cadastro de contatos com outras empresas/clientes, criação dos comunicados a partir da programação e envio são executados com segurança, integrados com a programação correspondente: otimiza a comunicação com concessionárias e grandes consumidores, facilitando a programação e utilização de recursos materiais e humanos.

- Desenvolvimento e implantação da solução de suporte ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, contemplando as obrigações relativas à Escrituração Contábil Digital - ECD, à Escrituração Fiscal Digital EFD - e à Nota Fiscal Eletrônica NF-e. Trouxe maior agilidade e segurança no atendimento às legislações fiscal e tributária pelas áreas de contabilidade, tributária, arrecadação, faturamento, entre outras, proporcionando ganho na imagem da Copel. Além disso, a Copel é fortemente comprometida com a substituição de documentos físicos (papel) por eletrônicos, contribuindo para o conceito de TI verde.
- Investimentos em virtualização, com atualização tecnológica, aquisição de máquinas mais eficientes, substituição de equipamentos antigos por máquinas virtuais, economizando espaço físico e energia no *datacenter*, através dos seguintes processos:
 1. Virtualização de servidores - projeto implantado com 11 servidores físicos, que atendem aproximadamente 183 servidores virtuais. Para 2011, a ampliação da atualização tecnológica prevê aumento na capacidade para mais de 500 servidores virtuais.
 2. Virtualização de aplicações e *desktops* - em desenvolvimento, para acesso aos novos postos de atendimento e agências da Copel, que precisam ser atendidos via satélite, melhorar a disponibilidade da infraestrutura da Central de Atendimento Telefônico, viabilizar a implantação do programa de Modernização e Atualização do Sistema de Geoprocessamento e otimizar a gestão sobre os softwares em uso na Empresa. Na primeira etapa serão 1500 aplicações e *desktops* virtualizados, com potencial de ampliação para cerca de 5000 futuramente. A consolidação deste projeto permitirá estações mais eficientes energeticamente e drástica redução nas manutenções dessas estações, resultando em aumento de sua vida útil.

3. DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Esta análise foi elaborada observando os novos padrões internacionais de contabilidade em 2010 e também em 2009 para efeito de comparabilidade.

3.1. Receita Operacional Líquida

Em 2010, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 651,0 milhões, representando 10,4% de aumento em relação a 2009. Tal variação decorre principalmente de:

- 1) Acréscimo na Receita de Fornecimento de Energia Elétrica em 7,5%, em virtude dos seguintes fatores:
 - aumento de 5,2% no mercado cativo de energia elétrica, o que representa um incremento de 1.062,2 GWh na energia fornecida, principalmente nas classes industrial e comercial, que tiveram crescimento de 5,8% e 6,3%, respectivamente;
 - acréscimo de 3,6% na quantidade de consumidores;
 - extinção da política de desconto tarifário; e
 - repasse tarifário médio de 2,46%, a partir de 24.06.2010, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 1.015, de 24.06.2010.
- 2) Acréscimo na Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica em 15,1%, decorrente principalmente do reajuste tarifário em 24.06.2010. Detalhamento na NE nº 30.
- 3) Acréscimo na Receita de Construção em 10,2% — a Companhia contabiliza receitas relativas a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica, as quais totalizaram em R\$ 663,5 milhões em 2010 e R\$ 601,9 milhões em 2009. Os respectivos gastos são reconhecidos na demonstração do resultado do período, como custo de construção, quando incorridos.
- 4) Acréscimo da Receita de Telecomunicações em 22,0%, decorrente do aumento do número de clientes em 36,1%, e acréscimo do número de circuitos comercializados, em 14,9%.
- 5) Acréscimo na Receita de Distribuição do Gás Canalizado, no valor de R\$ 32,1 milhões, devido principalmente ao aumento em 33,0% no número de clientes.

3.2. Custos e Despesas Operacionais

Houve acréscimo de R\$ 761,1 milhões em 2010, representando um aumento de 14,6%, influenciado, principalmente, por:

- 1) Acréscimo de R\$ 155,4 milhões em **Energia Elétrica Comprada para Revenda**, devido principalmente ao aumento da energia adquirida em Leilão em R\$ 185,8 milhões e aumento no Programa de Incentivo a Novas Fontes de Energia Alternativa - Proinfa em R\$ 30,3 milhões, compensado pelo decréscimo de energia elétrica comprada de Itaipu no montante de R\$ 52,7 milhões;
- 2) Acréscimo de R\$ 402,7 milhões em **Provisões e Reversões** decorrente principalmente da reversão da adesão ao Refis em 2009, no valor de R\$ 178,8, e da provisão referente ação da Cofins em 2010, no valor de R\$ 234,6 milhões;
- 3) Acréscimo de R\$ 29,8 milhões em **Despesas de Serviços de Terceiros**, principalmente em função do aumento em manutenção do sistema elétrico, de R\$ 16,1 milhões, e em processamento e transmissão de dados, no valor de R\$ 9,5 milhões;
- 4) Acréscimo de R\$ 14,9 milhões em **Material** em função principalmente do aumento em materiais do sistema elétrico, no valor de R\$ 8,5 milhões, e de materiais de construção civil, no valor de R\$ 4,4 milhões;
- 5) Acréscimo de R\$ 14,5 milhões na conta de **Planos Previdenciário e Assistencial**, decorrente principalmente da contabilização dos efeitos do cálculo atuarial, definido anualmente por atuário contratado;
- 6) Acréscimo de R\$ 20,8 milhões em **Outras Despesas Operacionais**, decorrente principalmente do valor de perdas pela não recuperabilidade de ativos, de R\$ 44,6 milhões, e do aumento em Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos, de R\$ 32,0 milhões; compensado pelo decréscimo devido à adesão ao Programa de Recuperação Fiscal em 2009, no valor de R\$ 61,9 milhões;
- 7) Acréscimo de R\$ 39,6 milhões em **Encargos do Uso da Rede**, decorrente dos reajustes contratuais observados no período; e
- 8) Acréscimo de R\$ 61,3 milhões em **Despesa de Construção** (detalhes na NE nº 2.15.3).

3.3. EBITDA ou LAJIDA

Cálculo do EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) - Em R\$ mil		Consolidado
	2010	2009
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da empresa controladora	987.807	791.776
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas não controladores	22.474	20.502
IRPJ e CSLL diferidos	(127.517)	(38.851)
Provisão para IRPJ e CSLL	497.968	290.770
Resultado da equivalência patrimonial	(99.337)	(14.327)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(348.425)	(6.735)
Lajir/Ebit	932.970	1.043.135
Depreciação e Amortização	542.992	539.781
Lajida/Ebitda - ajustado	1.475.962	1.582.916
Receita Operacional Líquida - ROL	6.901.113	6.250.140
Margem do EBITDA/LAJIDA⁽¹⁾	21,4%	25,3%

⁽¹⁾ Ebitda ÷ ROL

3.4. Resultado Financeiro

1) **Receitas Financeiras** - apresentaram acréscimo de R\$ 314,8 milhões em relação a 2009, devido principalmente ao:

- Acréscimo de R\$ 154,4 milhões em Variações Monetárias sobre o repasse da CRC, corrigido pelo IGP-DI, índice que no período de janeiro a dezembro de 2010 teve variação positiva de 11,3%, enquanto que, no mesmo período de 2009, a variação foi negativa em 1,4%; e
- Acréscimo de R\$ 151,2 milhões de atualização monetária do ativo financeiro da atividade de distribuição.

2) **Despesas Financeiras** - apresentaram decréscimo de R\$ 26,9 milhões em relação a 2009, sendo influenciadas principalmente pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 92,6 milhões, verificada através do Programa de Recuperação Fiscal, decorrente da apropriação, em 2009, dos encargos moratórios sobre os débitos incluídos no parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009, considerando o benefício fiscal nela estabelecido e ainda a constituição dos débitos que, segundo a mesma Lei, ocorreria até novembro de 2009, não tendo portanto, quaisquer valores referente a encargos refletidos no resultado financeiro de 2010. Maiores detalhes na NE nº 32.
- Decréscimo em **encargos de dividas**, no valor de R\$ 30,5 milhões decorrente principalmente pela transferência de R\$ 23,4 milhões para o imobilizado, de acordo com as normas internacionais;
- Compensados pelo acréscimo em **variação monetária** sobre Uso de Bem Público - UBP da Elejor, no valor de R\$ 25,2 milhões;

- Acréscimo em **variações monetárias** sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 33,6 milhões, devido principalmente a desvalorização anual do Real frente ao Dólar, moeda que reajusta vários contratos de financiamento, que teve variação anual negativa de 4,3% em 2010, enquanto que em 2009 a variação anual foi negativa de 25,5%, e pela variação anual do IGPM, que em 2010 foi positiva de 11,3%, em comparação com a variação anual negativa de 1,7% registrada no ano de 2009; e pela
- Compensação contratual sobre quitação antecipada do saldo das debêntures da Elejor junto ao BNDES, de R\$ 19,5 milhões.

3.5. Endividamento

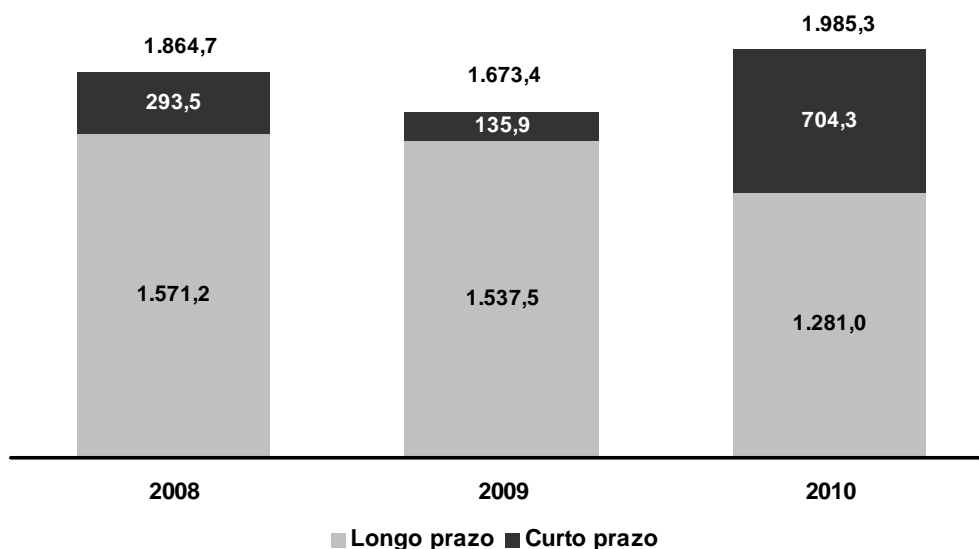
As variações da dívida de curto e longo prazo referentes aos empréstimos e financiamentos decorreram principalmente dos seguintes ingressos de recursos:

- R\$ 350,0 milhões referentes ao Contrato de Abertura de Crédito Fixo com o Banco do Brasil;
- R\$ 163,5 milhões relativos aos contratos com o Banco do Brasil e BNDES para a construção da UHE Mauá;
- R\$ 38,1 milhões referentes ao contrato com a Eletrobrás para aplicação no programa “Luz para Todos”; e
- R\$ 0,9 milhões referentes a dois contratos junto à Finep.

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 402,2 milhões, com detalhamento no quadro a seguir:

Amortizações - 2010 (Em R\$ milhões)	Principal	Encargos + Variação	Total
Empréstimos e financiamentos	46,6	106,4	153,0
Debêntures	177,9	71,3	249,2
Total	224,5	177,7	402,2

O gráfico a seguir demonstra a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em curto e longo prazo:



Rating

O Rating nacional de longo prazo da Copel e de sua quarta emissão de debêntures é de 'AA' (bra) conforme Agência *Fitch Ratings* em 08.09.2010.

3.6. Lucro Líquido

Em 2010, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 987,8 milhões, sendo 24,8% maior que o obtido no exercício anterior, de R\$ 791,8 milhões. O lucro líquido antes da adoção das práticas internacionais foi de R\$ 1.026,4.

Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

(em R\$ mil)	2010			2009			2008
	Total	2ª Parcela	1ª Parcela	Total	2ª Parcela	1ª Parcela	
Aprovação na AGO	28/04/11	28/04/11	17/08/10	27/04/10	27/04/10	11/11/09	23/04/09
Data de pagamento	-	-	20/09/10	-	27/05/10	07/12/09	29/05/09
Lucro	987.808	-	359.654	1.026.433	-	846.433	1.078.744
Valor para Ações ON	142.170	99.151	43.019	126.126	41.102	85.024	132.398
Valor para Ações PNA	984	855	129	644	389	255	648
Valor para Ações PNB	138.306	96.454	41.852	122.689	39.968	82.721	128.788
Total Distribuído	281.460	196.460	85.000	249.459	81.459	168.000	261.834

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio da 1ª parcela de 2010 está de acordo com a antecipação de pagamento de JCP da Holding para seus acionistas, proposto na 1.911ª Reunião, de 09.08.2010, autorizado na Ata da Nonagésima Quarta Reunião Extraordinária do CAD de 17.08.2010, considerando os resultados obtidos pela Companhia até 30 de junho do corrente exercício, bem como a oportunidade decorrente da disponibilidade de recursos em caixa, a conveniência administrativa da medida, o benefício fiscal advindo da Lei Federal nº 9249/1995 e o procedimento previsto na Lei Federal nº 6.404/76 (Lei das S.A.) e no Estatuto Social da Companhia. O CAD aprovou

a proposta de antecipação de pagamento de JCP, em substituição aos dividendos de 2010, com pagamento a ser iniciado em 20.09.2010, aos acionistas com posição até 20.08.2010, de acordo com a Lei nº 9.249/95, cujo valor será compensado por ocasião da definição dos dividendos anuais de tal exercício, como segue:

- 1) valor bruto: R\$ 85,0 milhões;
- 2) valor do provento por ação:
 - para ações ordinárias R\$ 0,29662;
 - para ações preferenciais de classe "A" R\$ 0,32638;
 - para ações preferenciais de classe "B" R\$ 0,32638.

O pagamento da 2ª parcela ocorrerá em até 60 dias da realização da AGO.

3.7. Valor Adicionado

No exercício de 2010, a Copel apurou R\$ 6.129,3 milhões de Valor Adicionado Total - VAT, 13,4% superior ao apurado no ano anterior, o que corresponde a R\$ 726,0 milhões. A seguir, representação gráfica da Distribuição do Valor Adicionado. A demonstração na íntegra encontra-se nas Demonstrações Contábeis.

3.8. Desempenho do Preço das Ações

Cotações		2010	2009	Variação% 2010 - 2009
Bovespa	ON	R\$ 38,00	R\$ 36,50	4,1%
	média ON	R\$ 35,95	R\$ 26,53	35,5%
	PNA	R\$ 42,01	R\$ 27,11	55,0%
	média PNA	R\$ 30,29	R\$ 24,84	21,9%
	PNB	R\$ 41,50	R\$ 37,04	12,0%
	média PNB	R\$ 38,09	R\$ 28,20	35,1%
	Índice Bovespa	69.304	68.588	1,0%
NYSE	Índice de Energia Elétrica	27.242	24.327	12,0%
	ON (ELPVY)	US\$ 21,80	US\$ 21,12	3,2%
	média ON	US\$ 20,43	US\$ 13,77	48,4%
	PNB (ELP)	US\$ 25,17	US\$ 21,45	17,3%
	média PNB	US\$ 21,89	US\$ 14,60	49,9%
Índice Dow Jones	11.577,51	10.428,05	11,0%	
Latibex	PNB (XCOP)	€ 18,65	€ 14,82	25,8%
	média PNB	€ 16,43	€ 10,31	59,4%
	Índice Latibex	3.787,80	3.476,20	9,0%

3.9. Valor Econômico Agregado - VEA OU EVA

O Valor Econômico Agregado - VEA ou EVA representa o lucro econômico, ou seja, o quanto a

Companhia agregou de riqueza com o capital empregado em suas operações, após remunerar esse mesmo capital.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ECONÔMICO ADICIONADO - VEA ou EVA
Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado	
	2010	2009
1. Receita operacional líquida	6.901,1	6.250,1
2. Custos e despesas operacionais	(5.968,1)	(5.207,0)
3. Resultado de equivalência	99,3	14,3
4. Receitas financeiras	652,2	337,4
5. IR e CS sobre os lucros gerados pelos ativos	(452,0)	(330,2)
6. Lucro operacional gerado por ativos líquido de tributos	1.232,5	1.064,6
7. Margem operacional (6 ÷ 1)	0,1786	0,1703
8. Capital de terceiros	1.985,2	1.673,4
9. Capital próprio	10.381,4	9.920,6
10. Investimento a remunerar (8 + 9)	12.366,6	11.594,0
11. Giro do investimento (1 ÷ 10)	0,5580	0,5391
12. Retorno operacional dos investimentos - ROI (7 x 11)	9,97%	9,18%
ou ROI em R\$ milhões	1.259,4	1.085,3
13. Tx. média ponderada de remuneração do capital de 3ºs	9,87%	8,57%
14. Participação do capital de terceiros (8 ÷ 10)	16,05%	14,43%
15. Tx. remuneração capital do capital próprio	12,00%	12,00%
considerando beta 0,4298		
16. Participação do capital próprio (9 ÷ 10)	83,95%	85,57%
17. Custo médio ponderado de capital - CMPC ou wacc (13 x 14 + 15 x 16)	11,66%	11,51%
ou CMPC em R\$ milhões	1.472,9	1.360,8
18. Ativo operacional líquido	17.210,7	15.937,5
19. Passivo de funcionamento	(4.578,4)	(4.115,1)
20. Investimento a remunerar	12.632,3	11.822,4
VEA ou EVA ((12 - 17) x 20)	(213,5)	(275,5)
Melhora no VEA em 2010	62,0	

3.10. Investimentos na Concessão

O programa de investimentos para 2011 foi aprovado em 02.12.2010 pela 131ª reunião ordinária do CAD. A seguir, demonstramos os investimentos realizados e os previstos para 2011:

Empresas (em R\$ milhões)	Realizado		Variação % 2010-2009	Previsto 2011
	2010	2009		
Copel Geração e Transmissão	106,9	58,8	81,8	860,4
Copel Distribuição	676,3	655,2	3,2	933,3
Copel Telecomunicações	75,4	38,4	96,4	102,4
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (UHE Mauá)	168,7	191,4	(11,9)	164,4
Total	1.027,3	943,8	8,8	2.060,5

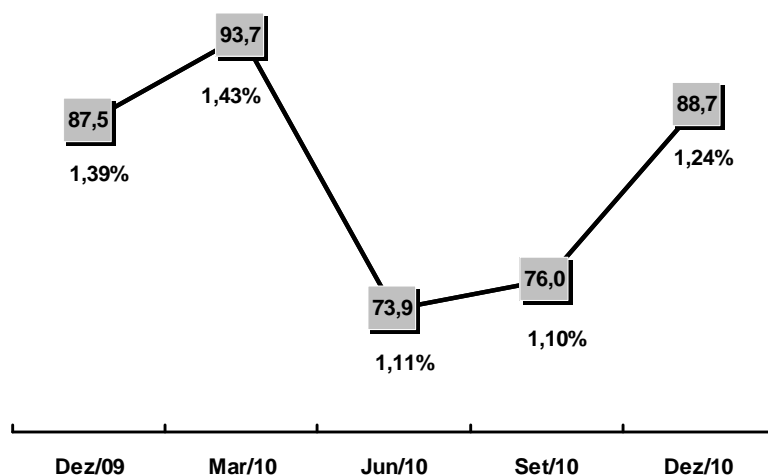
3.11. Inadimplência de consumidores

A partir do período contábil de 2003, a Copel passou a calcular o índice de inadimplência do produto fornecimento de energia elétrica, utilizando a seguinte metodologia de cálculo:

$$\text{Inadimplência (\%)} = \frac{\sum \text{Débitos vencidos } > 15 \text{ dias } \leq 360 \text{ dias}}{\sum \text{Faturamento no período de 12 meses}}$$

Para o cálculo, considera-se inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até 360 dias, em conformidade com o prazo de aviso de vencimento (Resolução Aneel nº 456/2000), e é excluído o reconhecimento de perdas dos débitos vencidos. A recuperação da renda per capita paranaense e as ações de controle da inadimplência, com o destaque para as negociações de débitos de grandes consumidores e negatização dos inadimplentes, contribuíram para a redução do índice de 1,39% em dezembro de 2009 para 1,24% em dezembro de 2010.

Composição da Inadimplência do Fornecimento de Energia elétrica (R\$ milhões)



4. DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL

4.1. Desempenho nas áreas social e cultural

Incorporação dos princípios do pacto global

A Companhia declara-se fortemente comprometida com o Pacto Global das Nações Unidas desde seu lançamento, em 2000. O alinhamento das iniciativas e políticas corporativas com os princípios do Pacto é uma busca sistemática da Copel, como referencial ético global ao dia-a-dia da Companhia, que, por conseguinte, dividiu seus esforços em três grandes linhas de atuação.

A primeira refere-se às dimensões internas da organização e envolvem constante aperfeiçoamento de sistemas de gestão e políticas corporativas. A segunda, considerada estruturante, está voltada à ação externa da Companhia e diz respeito ao apoio à formulação, implementação e melhoria de políticas públicas inclusivas que promovam maior sustentabilidade da sociedade como um todo. A terceira é a atuação direta, normalmente em parceiras com outras empresas, instituições ou organizações, em projetos e iniciativas sociais e ambientais.

Separadas apenas para maior clareza, as três linhas são tratadas como estrategicamente sinérgicas e complementares. No quadro a seguir, essas três dimensões estão brevemente resumidas e correlacionadas aos Princípios do Pacto Global aos quais respondem:

Incorporação dos Princípios do Pacto Global: legenda

1	Respeitar e proteger os direitos humanos	5	Abolir o trabalho infantil	9	Encorajar tecnologias que não agredam o meio ambiente
2	Impedir violações de direitos humanos	6	Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho	10	Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina
3	Apoiar a liberdade de associação no trabalho	7	Apoiar abordagem preventiva aos desafios ambientais	*	Indeterminado
4	Abolir o trabalho forçado	8	Promover a responsabilidade ambiental		

Projetos/programas/sistemas de gestão/participações e políticas internas	Princípios do Pacto Global a que respondem	Início	Término
Políticas e sistemas de gestão			
Programa de diálogo e desenvolvimento de fornecedores, voltado à implantação de práticas de avaliação de fornecedores de materiais e de auditoria no primeiro nível da cadeia desse rol de fornecedores	Todos	2008	*
Instalação de comissão interna e plano de ação para a promoção de direitos humanos	1, 2, 3, 4, 5, 6, 8	2008	*
Programa Corporativo de Acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, atitudinal e urbanística)	1, 2, 6	2007	2010
Programa de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Comunitário Sustentável	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9	2007	2010
"Copel de Portas Abertas para Você": diálogo com as partes interessadas, em formato de audiência pública, com a participação da alta direção.	Todos	2006	*
Apoio a políticas públicas e melhoria de gestão			
Participação no Comitê Brasileiro do Pacto Global	Todos	2000	*
Participação em organizações do setor elétrico que discutem e promovem eficiência	Todos	Diversos	*

energética e melhorias ambientais: Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica - ABCE, Empresa de Planejamento Energético - EPE, Associação dos Produtores Independente de Energia - APINE, Comitê de Meio Ambiente do CIGRÉ, Associação Brasileira de Geradores de Energia - ABRAGE, Comitê Brasileiro de Grandes Barragens - CBDB			
Participação em associações que discutem e promovem melhorias ambientais: Agenda 21, Conselho Temático Permanente de Infraestrutura e Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP-PR, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA, Comitês de Bacias dos Rio Iguaçu e Tibagi, Consórcio para Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi - COPATI, Câmara Técnica de Cartografia e Geoprocessamento do Paraná	7, 8, 9	Diversos	*
Participação no Comitê de Entidades de Combate à Fome e pela Vida - COEP e no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA - PR	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9	1995/ 2003	*
Participação no Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial - CPCE, para promoção conjunta de responsabilidade social no Estado do Paraná	Todos	2005	*
Participação voluntária no Movimento Paraná Competitivo e em bancas examinadoras dos prêmios: Nacional da Qualidade, Qualidade no Serviço Público, Sucesso Empresarial e Paranaense da Qualidade em Gestão	Todos	2000	*
Participação no GESPÚBLICA no Estado do Paraná: sistema que busca promover gestão pública de excelência, ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão	Todos	2003	*
Participação no Programa de Gestão Ambiental Integrada - PGAI da Copel, Sanepar e de Secretarias do Estado, para criar sinergia de ações realizadas, em seu âmbito de atuação, no contexto de microbacias hidrográficas, com o propósito de promover a melhoria da qualidade e disponibilidade das águas mediante aperfeiçoamento do uso, manejo e conservação adequada do solo, da água e das florestas.	1, 2, 7, 8,9	2008	*
Programas, projetos, ações sociais e ambientais: maiores destaques			
Programa de arrecadação de doações a entidades assistenciais e instituições de serviço social, sem fins lucrativos e de interesse coletivo, por meio da fatura de energia, cuja política beneficia atualmente um total de 74 entidades. Para se candidatar, a entidade deve ter caráter assistencial ou ser de interesse coletivo, não ter fins lucrativos e apresentar a documentação requerida.	Todos	1999	*
Doação anual, através de incentivos fiscais, ao Fundo dos Direitos da Infância e Adolescência - FIA	1, 2, 5	2006	*
Programa Voluntariado Corporativo - EletriCidadania: empregado dispõe de até quatro horas/mês para prestar serviço voluntário	1, 2	2001	*
Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos Luz das Letras - Fase II	1, 8	2009	*
Programa Luz Fraterna: convênio com o Governo Estadual para isenção de pagamento para consumidores baixa renda que consomem até 100 KWh/mês.	1, 2, 4, 5, 10	2005	*
Universalização de Energia - "Programa Luz para Todos" - ligação de toda a população rural do Estado à rede da Companhia.	1, 2, 4, 5, 10	2003	*
Programa Aprendiz: programa estadual de aprendizagem para adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 14 e 18 anos, submetidos a medidas socioeducativas ou beneficiados com remissão. O Programa é coordenado pela Secretaria de Estado da Criança e Juventude e conta com a participação de órgãos da administração pública direta e indireta, instituições formadoras e entidades executoras das medidas.	1, 2, 4, 5, 10	2003	*
Programa Tarifa Rural Noturna: incentivo ao aumento da produção agrícola, por meio de desconto tarifário para unidades consumidoras classificadas como rurais, atendidas em baixa tensão.	1, 2, 4, 5	2007	2012
Programa Irrigação Noturna: estímulo ao uso da irrigação para aumento da produção agrícola e melhoria da qualidade de vida na área rural. Tarifa e equipamentos subsidiados a consumidores rurais.	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9	2003	*
Programa Luz Legal: instalação de entradas de serviço para regular e levar segurança na utilização da energia ns áreas de invasão, urbanizadas e regularizadas pela Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar.	1, 2	2003	*
Programa Avicultura Noturna: incentivo ao aumento da produção e exportação da carne de frango, por meio de desconto tarifário para unidades consumidoras rurais classificadas como avicultura, atendidas em baixa tensão.	1, 2, 4, 5	2007	2010
Programa Luz Legal: regularização do fornecimento de energia elétrica em áreas de invasão regularizadas pela Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar.	1, 2	2003	*
Paraná em Ação: programa promovido pela Secretaria Especial de Relações com a Comunidade, com o objetivo de oferecer serviços gratuitos que promovam a cidadania e inclusão social. A Copel participa prestando atendimento comercial e orientações sobre uso seguro e eficiente da energia elétrica.	1, 2	2003	*

Paraná Digital: inclusão digital no ensino público, por meio da conexão de escolas estaduais à Internet.	1, 2, 4, 5, 6, 10	2003	*
Programa Aprendiz: programa estadual de aprendizagem para adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 14 e 18 anos, submetidos a medidas socioeducativas ou beneficiados com remissão. O Programa é coordenado pela Secretaria de Estado da Criança e Juventude e conta com a participação de órgãos da administração pública direta e indireta, instituições formadoras e entidades executoras das medidas.	1, 2, 4, 5, 10	2003	*
Tarifa social para entidades sociais, que atendem a critérios normatizados pela Copel, e consumidores baixa renda, os quais podem obter desconto de até 65% na tarifa, se consumo médio mensal for de até 220 kWh.	1, 2, 4, 5, 10	2003	*
Programa Tributo às Águas: apoio ao desenvolvimento sustentável de comunidades de entorno	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10	2004	2014
Programa de Gestão Corporativa de Resíduos: reduzir, reutilizar e reciclar todos os resíduos gerados pela Companhia	7, 8, 9, 10	2005	*
Programa de Eficiência Energética: voltado ao uso eficiente da energia elétrica em instalações residenciais, industriais, comerciais e públicas, localizadas na área de concessão da Copel	7, 8, 9	2000	*
Programas da Estação Experimental de Estudos Ictiológicos: monitoramento e repovoamento dos rios e reservatórios do Paraná.	7, 8, 9	2005	*
Controle de espécies invasoras: monitoramento da entrada do mexilhão dourado (<i>Limnoperna fortunei</i>) e de outras espécies.	7, 8, 9	2000	*
Programas, projetos, ações sociais e ambientais: maiores destaques			
Recuperação de áreas degradadas: produção e reposição de vegetações nativas em áreas degradadas e de preservação.	7, 8, 9	1999	*
Plano diretor do uso dos reservatórios e seus entornos: define ações para o gerenciamento do uso e ocupação em faixa de mil metros	7, 8, 9	1992	*
Programa de Educação Ambiental para a sustentabilidade	7, 8, 9, 10	2003	*
Programa Socioambiental de Arborização Urbana: auxilia municípios na adequação da arborização visando convivência pacífica entre árvores e redes de distribuição	7, 8, 9	1992	*
Programa de Gestão corporativa de gases de efeito estufa: para inventariar as emissões e propor mecanismos de redução/neutralização, com posteriores desdobramentos	7, 8, 9	2007	*

4.2. Projeto e Programas Corporativos Sociais

Em 2008, a humanidade comemorou os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos e as empresas mais responsáveis, signatárias do Pacto Global, em sua esfera de influência, atuaram para proteger, respeitar e remediar os direitos humanos.

A Copel se engajou neste esforço global e convidou todos os seus fornecedores, parceiros, clientes e demais partes interessadas a participar também. No ano de 2010, por exemplo, consolidou-se a Rede de Agentes Socioambientais, cujos destaques foram: a instituição de cronograma de treinamento e capacitação dos empregados, que passam a ser multiplicadores e atuarão junto aos fornecedores e prestadores de serviços, contratados e cadastrados, visando abordar assuntos relacionados à sustentabilidade, código de conduta, segurança, meio ambiente, responsabilidade socioambiental entre outros; a definição das questões de sustentabilidade que devem ser abordadas nos treinamentos.

Projeto São Bernardo

Em 2010, foram efetuados levantamento de dados e acompanhamento da situação das famílias que ocupam irregularmente uma Área de Preservação Permanente - APP de responsabilidade da Copel,

na localidade de São Bernardo, no município de União da Vitória - PR. Foi então elaborado um diagnóstico sobre a situação existente, o qual embasou o projeto São Bernardo, que prevê, em parceria com o poder público municipal, a retirada das famílias de catadores que ocupam essa área e convivem com o constante risco de alagamento. A etapa seguinte contempla a recuperação da mata ciliar, que será objeto de conservação permanente por parte da Copel.

Benefícios do Projeto:

- 1) Recuperação da mata ciliar em torno do reservatório da Copel que abrange o perímetro urbano do município de União da Vitória;
- 2) Implementação de espaços de lazer onde ocorram a interação harmônica entre o ser humano e a natureza;
- 3) Envolvimento dos atores sociais locais na efetivação da ação e consequente melhora da interação entre a Copel e a comunidade;
- 4) A remoção das famílias possibilitará reaver, recuperar e conservar a APP, conforme previsto em legislação, e garantir a elas maior segurança e saúde, já que a área de risco constante de alagamento é propícia à proliferação de vetores de doenças

Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos - Luz das Letras

Em 2008, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, foi concluída a nova versão do software de Alfabetização Luz das Letras Fase II, que se constitui em ferramenta de apoio à alfabetização de jovens, adultos e idosos, por meio do tema “Uma História para Contar”. A implementação definitiva ocorreu no primeiro semestre de 2009.

Em 2010, a Secretaria de Educação sinalizou a possibilidade de alterações no programa ou no modelo de aplicação, de acordo com as novas diretrizes da educação no Estado. As definições sobre a nova formatação e padrão a ser adotado, a cargo do Governo do Estado, devem acontecer no início de 2011.

Educação socioambiental

A proposta da educação socioambiental para a sustentabilidade é trazer a reflexão e sensibilizar cada empregado para a responsabilização individual, no que se refere à sustentabilidade nos processos e atividades desenvolvidos da empresa, nas relações cotidianas, expresso nas atitudes e comportamentos.

Este trabalho é focado na abordagem de que cada empregado(a) é um agente de transformação e responsável pela mudança que queremos ver na empresa, na sociedade, no mundo.

A Copel oferece treinamentos internos com enfoque na sustentabilidade, com objetivo de “estimular a percepção abrangente do indivíduo de sua conexão sistêmica com o meio em que vive e de seu papel na construção da História, inspirando comportamentos responsáveis e ambientalmente sustentáveis na empresa e na sociedade”.

Entre as ações desenvolvidas em 2010 nesse âmbito, destacamos:

- treinamentos com enfoque socioambiental para público interno e para terceirizados;
- realização do 1º Seminário Copel de Boas Práticas Socioambientais;
- estabelecimento de relacionamento com órgãos oficiais, entidades representativas civis e comunidades do entorno dos empreendimentos objetivando ações de desenvolvimento local inclusivo sustentável;
- atendimento a visitantes no Museu Regional do Iguaçu ;
- atendimento e aplicação de visita monitorada, com atividades educativas, no Museu Regional do Iguaçu;
- realização de exposições e mostras itinerantes com enfoque em educação socioambiental, bem como resgate e preservação da cultura;
- participação em seminários e treinamentos externos, com disponibilização de vagas para empregados, com objetivo de ampliação de conhecimento, atendendo à dinâmica socioambiental e aprendizado contínuo.

Cursos realizados em 2010 com enfoque na sustentabilidade - meio ambiente e cidadania empresarial

Resumo dos cursos realizados em 2010 com enfoque na Sustentabilidade - Meio Ambiente e Cidadania Empresarial					
Sigla	COD	Curso	CH	Turmas	Nº partic.
Agirsust	07044A	Agindo de forma sustentável	4	19	358
Residuo	07044D	Caminho do resíduo transformando pelo saber	4	2	45
Palencma	07044J	Encerramento das comem. do dia do meio ambiente	4	1	79
Enpreqge	07044Q	Encontro paranaense de equidade de gênero	16	1	29
Eucuido	07043Z	Eu cuido do meio ambiente	8	3	47
Bpsoamb	07044K	I seminário Copel de boas práticas socioambientais	16	1	131
Libras	101025	Linguagem Brasileira de Sinais	90	1	15
Cpascar	079911	Oficina de gestão de ascarel na Copel	4	1	30
Gvcvpde	08020S	Programa de gestão de voluntários:cidadania	16	2	37
Acespcd	10120H	Seminário técnico de acessibilidade - Crea-PR	4	18	612
Sucadusp	10103M	Sustentabilidade na cadeia de suprimentos	4	1	64
Total				50	1447

4.3. Cidadania empresarial

Programa de Promoção da Diversidade

Iniciado em agosto de 2007, o Programa está subdividido em frentes de trabalho que abrangem raça, etnia, gênero e Pessoas com Deficiência - PcDs do quadro funcional. Este último tem interação direta com o Grupo de Acessibilidade e é voltado à busca de soluções para adaptação das instalações físicas, dos canais de comunicação e da cultura da Companhia no que concerne às pessoas com deficiência. Todas as ações realizadas nestas frentes de trabalho focam na disseminação da cultura da diversidade, cidadania empresarial e respeito aos direitos humanos, com enfoque no público interno e externo.

A política de igualdade de gênero foi instituída na Copel em agosto de 2007. Na época, foi instituído o Programa de Promoção da Diversidade e constituída uma comissão para fazer a gestão do Programa. E no fim de 2009 iniciou-se a implantação do Comitê Pró-Equidade de Gênero, que conta desde então com membros de todas as diretorias da empresa e desenvolveu diversas ações em prol da valorização da diversidade ao longo de 2010.

No início de 2010, a Copel participou do lançamento da iniciativa de Gênero no Pacto Global, organizada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Unifem e pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em Nova Iorque.

O plano de ação da Copel para conscientizar seus empregados sobre a importância da diversidade e igualdade de gênero no ambiente de trabalho abrangeu, por exemplo, promoção de palestras sobre o tema no Programa de Desenvolvimento Gerencial, que atinge líderes e futuros líderes da empresa, palestras para os novos empregados, ampliação do tempo de licença maternidade de quatro para seis meses, fixação de material de comunicação alusivo ao Programa em todas as sedes, além de palestra sobre o tema “Princípios de Empoderamento das Mulheres - Igualdade significa Negócios”.

A Copel também fez um mapeamento interno, por meio de uma Pesquisa de Clima Organizacional, das áreas onde os empregados percebem atitudes discriminatórias no ambiente de trabalho para, assim, poder atuar mais pontualmente. E para que o Programa chegasse também à comunidade externa, a empresa colocou frases sobre a questão nas faturas de energia elétrica em datas comemorativas e promoveu palestras explicativas e relacionadas à saúde da mulher para que os empregados e empregadas pudessem receber orientação e repassá-las a seus familiares.

Neste ano a Copel recebeu também o Selo Pró-equidade de Gênero, concedido pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, que visitou a Companhia em agosto.

Programa Corporativo de Acessibilidade

Em 2010, foram efetuadas diversas adequações em instalações, mobiliários e equipamentos, para atender aos requisitos de acessibilidade, ergonomia, segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho para todos. Além disso, houve várias aquisições de softwares e equipamentos de tecnologia assistiva, que promovem a verdadeira inclusão profissional dos empregados com algum tipo de deficiência.

Está em operação, desde agosto de 2010, projeto piloto de atendimento acessível, onde um surdo ou mudo que conheça a Língua Brasileira de Sinais - Libras pode utilizar um terminal eletrônico disponibilizado para ter atendimento especial, através de vídeo-atendimento. Inicialmente são dois empregados capacitados em Libras e lotados na Central que realizam a interação com o cliente. Também foram incluídas novidades e efetuadas melhorias no site corporativo, buscando torná-lo cada vez mais acessível para as pessoas com deficiência visual.

A primeira Pesquisa Qualitativa com Pessoas com Deficiência, realizada em maio de 2010, foi essencial para conhecer o grau de acessibilidade que a Copel oferece a seus clientes residenciais e a Qualidade da Comunicação da Copel junto a seus clientes com Deficiência. Também está servindo de norte para a continuidade das ações e para ajustar o foco de atuação nos principais problemas apontados.

Em 2010, além da abordagem sobre os temas acessibilidade e inclusão nos eventos e treinamentos dos programas existentes na empresa, como segurança e prevenção de acidentes - Sipat e Programa de Integração dos Novos Empregados - Pine, também houve eventos de treinamento e desenvolvimento com enfoque específico em acessibilidade e inclusão social, como os seguintes:

Programa Corporativo de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Comunitário Sustentável

A Copel, como membro permanente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar - Consea, empreende um projeto piloto de Segurança Alimentar com Base Orgânica. O projeto não visa apenas à mudança do sistema atual alimentar dos empregados e familiares, mas reforça os compromissos com a sustentabilidade, incentivando a agricultura familiar orgânica, em prol da melhoria da qualidade de vida, e promovendo a inclusão social através da geração de empregos. Implementado no primeiro semestre de 2008 na Usina Termelétrica de Araucária, o projeto teve participação de produtores orgânicos, empregados da Copel, empregados terceirizados, manipuladores de alimentos, familiares do entorno e de gestores que disseminarão os conceitos para o restante da Companhia.

Em 2010, o Programa de Segurança Alimentar atuou com foco em duas principais vertentes, que estiveram presentes simultaneamente nas ações realizadas: Educação Alimentar e Viabilização / valorização da produção orgânica, de forma social e ambientalmente sustentável. Foram desenvolvidas iniciativas como o Projeto Consum'ator e a Capacitação com o apoio do SESI, que utilizam esse modelo e estão melhor detalhados adiante.

As iniciativas têm como base a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Losan, marco da sociedade civil, que discutiu e criou a Lei, aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal sem nenhuma ressalva.

Projeto Consum'ator

O Projeto Consum'ator consiste em sensibilizar e criar demanda, junto aos empregados da Copel, por alimentos orgânicos produzidos de forma sustentável. São contempladas pequenas propriedades rurais, que passam a utilizar a produção orgânica com técnicas de produção sustentável, metodologia que habilita os produtores a se tornar fornecedores de alimentos *in natura* diretamente aos consumidores do projeto (inicialmente, apenas empregados da Companhia), por meio de logística estabelecida para entrega nas unidades da Copel.

Neste projeto ocorre a disseminação e a conscientização sobre os temas saúde, segurança alimentar e produção sustentável, por meio da aplicação da agricultura orgânica certificada. A fiscalização do cultivo dos produtos é feita por meio da verificação quanto à utilização das técnicas de preservação dos recursos naturais, produção orgânica (ausência total de agrotóxicos) e conservação do solo, conforme os padrões estabelecidos pelas instituições certificadoras de produtos orgânicos (Tecpar e Ecovida). Existe o apoio do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA, por meio de engenheiros agrônomos que realizam a orientação técnica aos produtores.

Capacitação com apoio do Sesi no programa Cozinha Brasil

A Copel, em parceria com o SESI, viabilizou a aplicação do programa Cozinha Brasil nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, num total de 160 horas de curso sobre aproveitamento integral de alimentos e propriedade nutricional dos alimentos, manipulação e higienização dos alimentos. Foram treinados 93 alunos no curso de Agente de Educação Alimentar e Nutricional e 180 alunos no curso Básico de Educação Alimentar e Nutricional.

4.4. Apoio a Políticas Públicas

Historicamente, a Copel, como fomentadora do desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná, participa e apoia diversos movimentos conjuntos com órgãos do governo, Organizações não

Governamentais - ONGs e outras entidades para a ampla promoção da cidadania, sobretudo junto às comunidades mais carentes. Nesse âmbito, destacamos:

Conselho de Segurança Alimentar do Paraná - Consea-PR

Espaço de articulação entre o Governo do Paraná, a sociedade civil organizada e o Governo Federal, o Consea-PR tem caráter consultivo, com a função de propor políticas, programas e ações que assegurem o direito à alimentação como parte integrante dos direitos de todo cidadão.

Em 2003, o Governo do Paraná, em ação interinstitucional articulada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social com as demais Secretarias de Estado, incluindo a Copel, e em parceria com a sociedade civil organizada, formulou o programa Fome Zero Paraná. Desde então, a Copel vem participando de todos os levantamentos, diagnósticos, elaboração de projetos e análises das políticas públicas de Segurança Alimentar do Estado do Paraná e do Brasil. Em 2008, foram realizadas 10 reuniões ordinárias, somando 160 horas anuais, e encontros com as comissões regionais do Estado do Paraná.

No Brasil, a celebração do Dia Mundial da Alimentação, em 16 de outubro, foi ampliada para a Semana Mundial da Alimentação, ocasião em que entidades da sociedade civil, ministérios, governos estaduais e municipais promoveram iniciativas relacionadas ao tema “Fortalecer a Agricultura Familiar para Garantir a Segurança Alimentar”.

Em novembro de 2008, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Losan foi analisada com destaque no seminário de extensão universitária "Investir na agricultura familiar e ecológica para garantir a segurança alimentar e nutricional sustentável". O evento foi promovido pelo Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná - UFPR e pelo Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição da Região Sul - Cecan-Sul, com apoio do Consea-PR e de diversas entidades do Estado do Paraná.

Em 2010, as ações do Consea-PR foram tratadas em diversos seminários e reuniões internos, inclusive com a Diretoria Executiva. As informações e propostas positivas desses eventos foram disseminadas e replicadas em todas as ações (capacitações, palestras e demais eventos) da Copel voltadas para a segurança alimentar e valorização da produção orgânica sustentável em pequenas propriedades rurais.

Incentivos Fiscais

A Copel transformou a prática de doação através de incentivo fiscal em política e convida empresas parceiras e fornecedores a fazer o mesmo. A Companhia potencializa ao máximo a utilização de

recursos dedutíveis aos Incentivos Culturais (Lei Rouanet), Incentivo ao Esporte e ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA, com base em estimativas anuais do imposto a pagar.

As contribuições sob efeito da Lei Rouanet de 2010 foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Governo Federal, num total de R\$ 4,9 milhões. O projeto que recebeu o maior aporte foi o Plano Anual de Atividades do Museu Oscar Niemeyer, com o montante de R\$ 0,8 milhões.

A Companhia destinou a projetos inscritos no FIA o montante de R\$ 1,2 milhões, sendo que o maior aporte foi para o Centro de Apoio à Recuperação Infantil - Cari, que recebeu R\$ 0,5 milhões.

Através da Lei do Incentivo ao Esporte, a Copel também destinou R\$ 1,0 milhão. O principal projeto foi o denominado “A Busca Pela Excelência em Handebol” - Cerhand, da Fundação da Universidade Estadual de Maringá - UEM, com o montante de R\$ 0,5 milhões.

Direitos Indígenas

A Copel tem acompanhado e supervisionado o diagnóstico socioambiental da terra indígena Apucarantina pelas prestadoras de serviços Fadec/UEM e Fael/UEL, participando das reuniões do comitê gestor e acompanhando a comissão de agricultura e o programa emergencial de agricultura da terra indígena Apucarantina. É verificado, ainda, o cumprimento das atribuições da Copel elencadas nos Termos de Ajustamento de Conduta propostos pelo Ministério Público para as comunidades indígenas de Apucarantina e de Barão de Antonina. O Programa de Eficientização Energética da Copel, que existe em nível corporativo, vem sendo aplicado nas terras indígenas de todo o Paraná, e conta com o apoio efetivo dos agentes socioambientais da Copel, especialmente nas questões de levantamento de dados e disseminação dos benefícios do Programa.

Em 2010 também foi preparado o procedimento licitatório para contratação de diagnóstico ambiental e projeto de recuperação de áreas de preservação permanentes na terra indígena Barão de Antonina.

Como forma de reforçar o atendimento aos direitos das comunidades indígenas, iniciou-se em 2010 estudo sobre as implicações legais quanto ao estabelecimento de convênio entre a Copel e a Fundação Nacional do Índio - Funai, por meio de uma proposta de iniciativa da Companhia que se fundamenta nos seguintes objetivos:

- Aprimorar o fornecimento de energia elétrica às comunidades indígenas atendidas pela Copel, por meio da contratação de um agente de contato indígena (da própria comunidade);

- Auxiliar na disseminação do uso consciente e seguro da energia, nas questões relativas às faturas de energia e na melhoria contínua do processo de comunicação da Copel com essas comunidades.

4.5. Comunidade

Desenvolvimento Local Inclusivo Sustentável - DLIS

O Desenvolvimento Local Inclusivo Sustentável - DLIS abrange ações de cidadania empresarial participativa e integrada. Busca equilíbrio entre as questões econômicas, ambientais, sociais e culturais, ajudando a construir ativos sociais e capacidades locais fortes (municípios/comunidades). Atua por meio da articulação e criação de fóruns de desenvolvimento locais, incentivando e promovendo a participação da comunidade e suas instituições na construção de novas realidades a partir da educação socioambiental, capacitação e profissionalização. Contribui para a utilização adequada dos recursos disponíveis (naturais, sociais e humanos) nas comunidades, aliando a preservação e conservação ambiental com a melhoria da qualidade de vida de toda a população local. Para possibilitar o controle e o acompanhamento das ações e dar visibilidade dos resultados, foi instituído o processo DLIS no âmbito de nossa Coordenação Socioambiental e elaborados indicadores para mensurar a evolução das atividades.

Constitui-se em uma forma de abordagem participativa da Companhia, que busca aliar as capacidades locais com as oportunidades de desenvolvimento sustentável, buscando a adequada gestão e mitigação dos impactos socioambientais na implantação de seus novos empreendimentos.

Encontra-se em tramitação no governo do Estado, um Termo de Cooperação Técnica para apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba, no âmbito da implantação da UHE Mauá entre a Copel, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater e as Prefeituras daqueles dois municípios.

As ações desenvolvidas pela equipe do DLIS permitem trocas de experiências e informações entre os atores sociais e a comunidade, incentivam o envolvimento da população desde a fase de pré-instalação e também articulam para a formação das redes e dos arranjos institucionais locais. Estes arranjos locais promovem, com o apoio da Copel, a visão de sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental, o desenvolvimento de potencialidades locais e a disponibilização de recursos para as comunidades impactadas. São abrangidos os seguintes aspectos:

Fluxo de trabalhadores antes, durante e após o período da construção da usina:

Por meio das articulações do DLIS, em conjunto com atores locais, instituições públicas e privadas, são organizados e promovidos cursos, oficinas e eventos de capacitação profissional para as pessoas da comunidade, visando ao melhor aproveitamento possível da mão de obra local na construção e manutenção dos novos empreendimentos da Copel.

São incentivados, ainda, projetos e ações de capacitação para o aproveitamento dos potenciais econômicos locais, melhoria da qualidade de vida e manutenção dos trabalhadores no local após o término da construção do empreendimento.

Impactos nas comunidades vizinhas:

Por meio do DLIS ocorrem discussões e debates voltados para a valorização da cultura, dos costumes e dos “saberes locais” (potencialidades), além do estímulo à preservação das tradições e da estrutura social existente. O posicionamento do DLIS é de agregação de boas soluções de desenvolvimento, atuando como apoiador de iniciativas e práticas sustentáveis.

Mitigação dos impactos causados pelas mudanças no uso da terra, incluindo perda do bem comum global - área dos reservatórios e de construção da usina (como acesso à terra, recursos naturais e patrimônio)

Paralelamente às ações de mitigação dos impactos socioambientais, o DLIS apoia a introdução e o desenvolvimento de técnicas adequadas do uso da terra e de aproveitamento sustentável dos recursos naturais e das potencialidades produtivas locais. São priorizadas as atividades que valorizem a cultura e os costumes locais e se desenvolvam preservando e integrando o meio ambiente e o meio social.

Impactos na infraestrutura (como estradas e moradia) e no acesso a serviços (como educação, serviços públicos e assistência médica), mudanças na estética e na qualidade da paisagem

Por meio do DLIS são articulados, junto às comunidades, projetos e programas de melhoria na infraestrutura, na educação e nos serviços públicos ou de utilidade pública, de acordo com as prioridades elencadas nos fóruns de desenvolvimento local.

Os aspectos comentados acima são concretizados por meio de diversas ações distribuídas no entorno dos empreendimentos da Copel, dentre as quais podemos destacar:

- Constituição do Fórum Permanente de Desenvolvimento Local Sustentável em Ortigueira e Telêmaco Borba;

- Revisão do Termo de Referência do Desenvolvimento Sustentável de Ortigueira e Telêmaco Borba;
- Participação com o poder público e sociedade civil de Ortigueira para concepção da política pública de turismo para o município;
- Inclusão da Copel como representante oficial do Conselho Municipal de Defesa e Proteção Ambiental de Telêmaco Borba - Comdepa e apoio para a Constituição da Agenda 21 Local;
- Apoio ao Fórum Permanente de Desenvolvimento Local Sustentável em Ortigueira na elaboração de projetos no âmbito da piscicultura e viabilização de oficinas de beneficiamento da pele de peixe, como estratégia de geração de emprego e renda no município;
- Apoio no projeto de reestruturação do Parque Municipal do Tibagi para a inclusão da Sala Verde (Ministério do Meio Ambiente), como estratégia de educação socioambiental da Copel para a região da UHE Mauá;
- Parceria entre a Copel, a Secretaria Municipal de Educação e a Divisão de Urbanismo de Telêmaco Borba, a Secretaria de Estado da Educação e o Consórcio Intermunicipal para a Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi - Copati, que objetiva a realização de oficinas de construção de maquetes, envolvendo as escolas e os artesãos da região, como estratégia de sensibilização da comunidade para as questões socioambientais da Bacia do Rio Tibagi;
- Relacionamento com os meios de comunicação locais para divulgação dos programas socioambientais da Copel e perspectivas do DLIS da UHE Mauá;
- Realização de campanha educativa para a arrecadação de materiais recicláveis nas escolas municipais de Ortigueira, com oficina de capacitação para a construção de aquecedor solar com materiais recicláveis. Cerca de 800 crianças foram sensibilizadas sobre reciclagem e geração de energia pelo analista socioambiental Leandro Luciano em parceria com o Copati;
- Articulação e participação do DLIS no Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias - PGAIM, a exemplo do município de Luiziana, onde se deu o início das atividades do Programa de Recomposição da Mata Ciliar da microbacia do Alto Mourão; e
- Ações do Programa de Gestão Ambiental Integrada por Microbacias - PGAIM, com os seguintes destaques:
 - Participação na instalação da Câmara Técnica de Qualidade da Água e Uso Múltiplo do Reservatório do GEM de Mauá e apresentação de diversos estudos e ações da Copel e do Consórcio Cruzeiro do Sul para os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira;

- Apoio à realização de diagnóstico participativo no município de Corbélia, na microbacia Rancho Mundo (UHE Melissa), com enfoque rural — que apontou a necessidade de readequação de estradas dos meios rural — e urbano, que demonstrou a necessidade de realização de Agenda 21 Escolar, em parceria com a Sanepar, a SEED, a Emater, o ITCG, o Ministério Público Estadual e a Prefeitura Municipal de Corbélia;
- Realização de quatro oficinas de projetos no município de Luiziana, referentes a ações na microbacia Alto Mourão, em parceria com ITCG, SEED e Emater;
- Apoio à elaboração e emissão de parecer técnico dos projetos da microbacia Alto Mourão (Luiziana): adequação de estradas vicinais municipal; voçoroca e galeria de águas pluviais; recuperação florestal de nascentes e mata ciliar e gestão de resíduos sólidos do município de Luiziana;
- Apoio à realização de vídeo institucional sobre a Usina Mourão, em parceria com a Agenda 21 Local de Campo Mourão. O vídeo será utilizado como instrumento de educação socioambiental enfatizando a importância da usina no desenvolvimento da região e para os cuidados com o Meio Ambiente;
- Realização de oficina de capacitação de recuperação de nascentes no município de Ortigueira, atendendo o público de Ortigueira e Telêmaco Borba, em parceria com Emater, SEMA, Sanepar e Prefeitura de Ortigueira;
- Apoio à elaboração de projeto para recuperação florestal no Município de Cruz Machado;
- Ações de disseminação, discussão e tratamento sobre questões socioambientais em diversos municípios de entorno aos empreendimentos da Copel, por meio de eventos periódicos realizados no âmbito do DLIS e do PGAIM, em que são levantadas as necessidades e as preocupações das comunidades e mapeados os principais problemas socioambientais, cuja definição de prioridades e suas formas de solução ocorrem de forma participativa, envolvendo todos os setores da comunidade; e
- Participação da Coordenação Estadual no âmbito do território Caminhos do Tibagi, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, que visa dar apoio às ações para a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS, instrumento que possibilitará a apresentação de programas e projetos para obtenção de recursos junto àquele órgão federal, objetivando e potencializando o desenvolvimento sustentável nos municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba.

Programa de Alfabetização Luz das Letras

Em 2009, as ações desenvolvidas em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná concentraram-se na capacitação de 250 coordenadores do programa “Paraná Alfabetizado”, habilitando-os à utilização do software de Alfabetização Luz das Letras - Fase II, durante o Encontro de Formação Continuada, que aconteceu nas cidades de Faxinal do Céu e Foz do Iguaçu.

Assim, o programa “Paraná Alfabetizado” em 2010 contará com uma nova ferramenta para auxiliar na alfabetização de jovens, adultos e idosos, em todas as unidades de ensino da rede estadual que possuem laboratórios de informática, proporcionando a interação das ferramentas da escrita com os avanços da informática. A nova versão do software funciona tanto na plataforma de Software Livre quanto em Windows e pode ser utilizado *on-line* ou ainda instalado no computador.

4.6. Governo e Sociedade

O Programa Copel de Investimentos Sociais visa promover os direitos humanos, a cidadania e a responsabilidade socioambiental, através do repasse de recursos, de forma planejada e consciente, a iniciativas que promovam a transformação social, em prol do desenvolvimento sustentável com retorno para a sociedade paranaense. Garantir, assim, investimentos que contribuam com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio - ODMs, princípios do Pacto Global e sejam coerentes com os objetivos estratégicos da Companhia é o foco da Copel.

A tabela a seguir resume o desempenho da Companhia, no período de 2008 a 2010, no que concerne a sua atuação junto ao governo e à sociedade:

Atuação da Copel na área social	2010	2009	2008
Governo e Sociedade: eventos e aplicação de recursos da Copel em campanhas e programas			
Recursos alocados em programas governamentais (não obrigados por lei) federais, estaduais e municipais (R\$ mil)	-	-	655
Nº de eventos em prol da:			
segurança alimentar	-	-	10
desenvolvimento da cidadania	-	-	-
Recursos publicitários destinados a campanhas institucionais para o desenvolvimento da cidadania (R\$ mil)	4.340	3.490	3.633
Recursos investidos nos programas que utilizam incentivos fiscais/total de recursos destinados a investimentos sociais (R\$ mil)	7.099	5.897	7.312

4.7. Clientes

Com diversos canais de acesso listados no site da Companhia (www.copel.com) aos vários segmentos de sua carteira de clientes, a Copel agrega qualidade e agilidade na prestação de orientações e no atendimento às solicitações, sugestões e reclamações.

Para segmentos específicos, como clientes de alta tensão, a Companhia disponibiliza atendimento

diferenciado com teleatendentes especializados (0800-643-7575). Grandes clientes industriais e comerciais têm como principais canais de acesso analistas comerciais de negócios, que são capacitados para prestar atendimento comercial e técnico personalizado, e o Centro de Operação da Distribuição - COD, para emergências relacionadas a fornecimento de energia.

Os clientes têm representatividade através do Conselho de Consumidores, instituído em novembro de 1993, com as atribuições de examinar questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, tarifas, adequação dos serviços prestados ao consumidor final e apresentar sugestões para o aprimoramento das relações da Companhia com seus consumidores e com a comunidade em geral. O Conselho é composto por representantes das classes de clientes residencial, comercial, rural, poder público e industrial, além de representante da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.

O *site* da Companhia oferece, desde 2008, navegação rápida e fácil a seus *stakeholders*, incluindo aqueles com deficiência visual. Outra facilidade é o simulador de consumo de energia, que permite ao usuário avaliar os gastos com eletricidade em seu domicílio ou especificamente de um equipamento ou aparelho. Estão disponíveis no *site* serviços como consultas aos desligamentos programados, consultas aos locais credenciados para pagamento das faturas e solicitações de manutenção de iluminação pública quando de responsabilidade da Companhia. O acesso ao conteúdo também é possível a partir de dispositivos móveis, como telefone celular ou *palmtop*.

Em 2010, o *site* foi reformulado em sua página principal para voltar-se ao cliente, cujo conteúdo destaca os serviços mais acessados e páginas de consulta de maior interesse com acesso rápido: direitos e deveres; iluminação pública; legislação do setor; editais de concursos; locais de atendimento; locais para pagamento de conta e taxas e tarifas. Introduziu a agência virtual na primeira página, com todos os serviços prestados. Também separou os negócios da Companhia — Geração, Transmissão/Distribuição e Telecomunicações — no menu principal, direcionando a pesquisa de acordo com a área de interesse.

Necessidade, satisfação e reclamação de clientes

Em 2010, foram realizadas várias pesquisas de opinião para levantar as necessidades e avaliar a satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados pela Copel em distribuição de energia e telecomunicações.

No âmbito da distribuição de energia, foram realizadas a Pesquisa de Satisfação do Cliente Residencial Abradee, a Pesquisa Aneel de Satisfação do Consumidor, a Pesquisa Qualitativa sobre a Acessibilidade Copel e a Pesquisa Qualitativa sobre o Projeto Táxi Elétrico no Aeroporto Afonso Pena.

Ainda em realização, temos a Pesquisa de Satisfação das Prefeituras, a Pesquisa de Hábitos de Consumo e Uso e Posse de Equipamentos, a Pesquisa de Satisfação sobre a Acessibilidade da Copel para as Pessoas com Deficiência e a Pesquisa de Satisfação dos Clientes da Copel Telecomunicações.

A Copel é a melhor empresa de distribuição de energia em atendimento ao cliente da América Latina, segundo a Pesquisa Abradee. O índice de satisfação dos clientes residenciais com a qualidade dos serviços prestados pela Copel Distribuição aumentou de 89,9% em 2009 para 90,2% em 2010.

A Telecomunicações da Copel também presta serviços em nível de excelência: 95,0% dos clientes estão satisfeitos com os serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta indicadores relativos à monitoração de nossa carteira de clientes no período de 2007 a 2010:

Venda de energia (GWh): % total	2010	2009	2008
Residencial	25,8	26,0	25,2
<i>Baixa renda</i>	3,3	3,3	3,4
<i>Convencional</i>	22,5	22,7	21,8
Industrial Cativo	30,9	30,7	31,8
Industrial Livre GER	4,6	4,8	5,6
Comercial Cativo	19,5	19,3	18,6
Rural	7,7	7,7	7,5
Poder público	2,7	2,7	2,6
Iluminação pública	3,5	3,6	3,5
Serviço público	2,7	2,7	2,7
Próprio	0,1	0,1	0,1
Concessionárias	2,4	2,3	2,3
Permissionárias	0,1	0,1	0,1
Satisfação do cliente			
Índices de satisfação obtidos pela Pesquisa IASC - Aneel	62,22	69,9	65,50
ISC - Índice de Satisfação do Cliente (preço e qualidade)	63,9	64,4	60,20
ISQP (qualidade percebida)	90,2	89,9	85,70
Total de ligações atendidas (call center)	7.231.453	6.371.942	7.366.847
Nº de atendimentos nos escritórios regionais	2.127.185	1.721.112	1.757.276
Reclamações em relação ao total de ligações atendidas (%)	1,98	1,71	1,5
Tempo médio de espera até o início de atendimento (seg.)	14''	70''	49''
Tempo médio de atendimento (min.)	3'14''	3'18''	3'12''
Nº de encaminhamento de reclamações de consumidores			
À Empresa	110.520	141.764	111.027
Ao Procon	411	358	273
À Justiça	1.302	1.588	2.012
Reclamações: principais motivos (%)			
Nº de encaminhamento de reclamações de consumidores à Ouvidoria	5.134	6.859	5.702
Principais motivos de reclamações perante a Ouvidoria: (em %)			
Procedimento irregular: inclui autorreligação, desvio de energia e medição adulterada	14,9	9,4	19,0
Atendimento ao cliente: inclui tempo de espera, retorno/resposta, respeito/cortesia	10,5	15,1	17,3
Valor da conta de luz: inclui leitura do consumo de energia, tarifa e débitos pendentes.	3,8	20,4	12,2
Ligação/religação: inclui cobrança de taxas, prazo, vistoria da entrada de serviço, postinho de luz.	12,4	10,2	12,0

Outros: de cunho administrativo e sobre cadastros	2,5	23,3	9,2
Interrupção do fornecimento: inclui desligamento não programado/programado/solicitado, duração e frequência	9,6	7,4	8,3
Fatura: inclui emissão de 2ª via, débito em conta corrente, pagamentos, entregas e contas vinculadas.	15,6	3,6	5,1
Rede/linha: sobre aumento de carga/reforço na rede, obras de extensão e prazos	5,9	4,5	5,3
Ressarcimento: inclui danos materiais, morais, físicos, lucros cessantes e prazos	17,1	7,8	3,2
Tensão: inclui nível e variação/oscilação	2,4	2,3	3,2

Principais motivos de reclamações perante a Ouvidoria: (em %)

Iluminação pública: sobre lâmpadas/luminárias, cobrança e prazos	1,1	1,4	2,4
Meio ambiente: inclui poda/corte de árvores, obras/construção	1,7	1,6	1,1
Suspensão do fornecimento: inclui reclamações sobre deficiência técnica, falta de pagamento e suspensão indevida	2,2	2,4	1,0
Programa social: sobre cadastro, universalização e prazos	0,3	0,6	0,8
Reclamações consideradas procedentes em relação aos casos finalizados	40,6	43,0	30,1

Qualidade técnica e continuidade dos serviços prestados: indicadores

O quadro a seguir apresenta dados da qualidade técnica dos serviços prestados no período de 2008-2010:

Qualidade técnica dos serviços prestados	2010	2009	2008
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC): (1) geral da Copel (valor apurado)	11,46	12,91	12,18
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC): geral da Copel (limite)	14,1	14,1	13,2
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC): (2) geral da Copel (valor apurado)	9,46	11,04	10,69
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC): geral da Copel (limite)	12,8	13,5	12,78

(1) O DEC expressa o intervalo de tempo que, em média, cada consumidor do conjunto considerado ficou privado do fornecimento de energia elétrica, no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos.

(2) O FEC exprime o número de interrupções que, em média, cada consumidor do conjunto considerado sofreu no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos.

Segurança e saúde do cliente e consumidor

Há a prática de seccionamento e aterramento de cercas rurais e aterramento de transformadores para evitar acidentes sob as linhas de distribuição rurais. Também no sentido de mitigação dos riscos à sociedade, há o programa de prevenção de acidentes com energia com a população, pelo qual os empregados proferem palestras para alunos da 4ª série de todas as escolas estaduais, desde 1998. Há também, neste sentido, a campanha nacional de segurança com energia elétrica, promovida pela Abradee desde 2006, que visa ao contato direto com o consumidor, indo às ruas com material explicativo ilustrando os riscos potenciais e as formas de prevenção que podem ajudar a população a não utilizar a energia de forma errada, o que causa acidentes.

Em 2010, ocorreram nove óbitos em consequência da má utilização da energia elétrica em toda área de concessão da Copel. Não existem, contudo, processos contra a Companhia alegando doença relacionada à energia elétrica.

Segurança e saúde dos empregados e comunidade

A Segurança e Saúde do Trabalho na Copel é composta por Técnicos de Segurança do Trabalho, Engenheiros de Segurança, Médicos do Trabalho, Enfermeiros do Trabalho e Auxiliares de Enfermagem do Trabalho. A Copel possui 49 Cipas distribuídas por todo Estado. A forma de atuação parte das exigências das Normas Regulamentadoras nº 4 e 5 do Ministério do Trabalho e Emprego e das especificidades da Empresa. Os profissionais de segurança e saúde estão lotados de forma regional, orientados por normas e procedimentos emanados pela Coordenação de Segurança do Trabalho e pelo Departamento de Saúde Ocupacional, na forma corporativa, elaborando Programas de Prevenção de Riscos Ambientais, Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, especificações técnicas de equipamentos de proteção individual, emitindo pareceres, coordenando campanhas e orientando as atividades dos profissionais de segurança e saúde do trabalho e das Cipas em todo âmbito da Empresa. Para contribuir ainda mais com a prevenção de acidentes com equipamentos de transportes, a Copel mantém Comissões de Análise de Acidentes - CAA, com o objetivo de definir responsáveis e premiar empregados por bom desempenho na condução e manutenção de veículos da Empresa. A CAA possui comissões regionais e uma comissão central. Cada comissão é formada por membros indicados pela Empresa e empregados eleitos. Tanto as comissões como os profissionais de segurança e saúde do trabalho seguem diretrizes corporativas estabelecidas por uma Política de Segurança e Saúde do Trabalho.

A análise e o controle de riscos relativos à segurança e saúde dos empregados estão integrados a todas as etapas das atividades da Copel, por meio de ações conjuntas das áreas de segurança do trabalho, saúde ocupacional, serviço social, treinamento e meio ambiente, com envolvimento direto de gerentes e empregados, conforme estabelece a Política de Segurança do Trabalho. A força de trabalho participa da identificação dos fatores que influenciam a saúde e a segurança por meio um aplicativo informatizado Caça ao Risco, de Reuniões Setoriais de Segurança, de reuniões e ações de Cipas, de treinamentos, de Análise Preliminar de Risco, análise de casos ocorridos, de campanhas e de inspeções, nos quais são tratados problemas específicos. A comunicação sobre segurança e saúde aos empregados é feita por meio da intranet, no Portal de Segurança e Saúde do Trabalho, de acesso a todos, disponibilizando informações e interatividade.

A prevenção de acidentes com a comunidade é realizada com treinamentos em escolas, empresas e reuniões de comunidade, utilizando-se de material didático padronizado com instrutores formados, entrevistas em emissoras de rádio por todo o Estado do Paraná em convênio com a Secretária de Estado da Saúde, acordos diretos com as emissoras para a divulgação diária de informações sobre o uso seguro da eletricidade e mensagens mensais na fatura de energia elétrica encaminhada a todos

os clientes. Ações de segurança e saúde para empregados contratados são disciplinadas em manual específico que integra o contrato de prestação de serviços. A Companhia realiza palestras de integração a cada novo contrato sobre os padrões de atividades de riscos, voltadas à segurança do trabalho, e acompanha o cumprimento de requisitos legais meio de inspeções periódicas. O controle do treinamento mínimo obrigatório de trabalhos com eletricidade é realizado através de aplicativo próprio, que contém informações sobre os empregados das empreiteiras e dos contratos com elas firmados.

4.7.1. Marketing comercial e institucional

A Companhia busca equilíbrio econômico, social e ambiental visando à sustentabilidade empresarial, aliada às boas práticas de governança corporativa, para atingir os objetivos de seu planejamento estratégico. Em consonância com as estratégias corporativas são desenvolvidos os planos de marketing e comunicação.

A comunicação corporativa procura destacar a importância da missão da Companhia no desenvolvimento do Estado, seus negócios e serviços em geração, transmissão e distribuição de energia, além de telecomunicações. Em conjunto com o plano de comunicação para a sustentabilidade, divulga as ações desenvolvidas pela Copel para a preservação do meio ambiente, os estudos de energias alternativas, os investimentos sociais feitos nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde, beneficiando milhares de pessoas em todo o Paraná, e o desempenho e perspectivas econômicas da Companhia. Como resultado final, fortalece a imagem da Copel perante todo o público.

A preocupação constante em se comunicar com todas as partes interessadas reforça a importância dos canais de relacionamento a elas oferecidos e dos canais de atendimento disponibilizados para todos os consumidores e, através de pesquisas periódicas, esses canais são avaliados e aprimorados, favorecendo o diálogo, a interação dos assuntos institucionais e mercadológicos e a consolidação da comunicação como um componente estratégico na organização.

A comunicação mercadológica é responsável por levar ao conhecimento de todos os clientes da companhia as informações sobre seus produtos, serviços e canais de atendimento, objetivando aumentar a satisfação dos clientes e a percepção do valor entregue pela Copel. O principal objetivo desta comunicação é destacar a agilidade e qualidade no atendimento, nos produtos e serviços, além de informações de utilidade pública sobre uso seguro e eficiente de energia elétrica. Também reforça o alinhamento das diretrizes técnicas, operacionais e comerciais ao posicionamento corporativo em relação à sustentabilidade e governança corporativa.

Também são utilizados os canais de comunicação interna para preparar o quadro de pessoal na qualidade correspondente ao relacionamento com as partes interessadas.

Todos os canais de comunicação, internos e externos, divulgam o mesmo conteúdo nas mensagens, reforçando a comunicação integrada de marketing.

Para atender aos clientes com necessidades especiais, a Copel oferece a fatura de energia em Braille, e seu site é acessível aos deficientes visuais desde 2008. Os atendentes das agências realizaram treinamento para atender os deficientes auditivos em Linguagem Brasileira de Sinais - Libras. As agências e postos de atendimento estão sendo adequados para atender aos portadores de deficiência física e com dificuldade de locomoção.

A cada dois anos (2006, 2008 e 2010) a Copel realiza uma pesquisa de imagem junto a seus *stakeholders* para avaliação da marca e imagem da Companhia, empregando técnicas qualitativa (entrevistas em profundidade e grupos de discussão) e quantitativa (entrevistas pessoais presenciais). A técnica qualitativa permite aos entrevistados — fornecedores, acionistas, governo, membros do Conselho de Administração da Companhia, órgãos reguladores, comunidade (associações de bairros em áreas urbanas), sociedade (ONGs representando segmentos ambiental, cultural e social), mídia (rádios, TVs, jornais, agências de propaganda) e clientes (livres, residenciais, industriais, comerciais, de serviços, empregados da Copel e terceirizados) — emitir opinião de forma não estruturada, possibilitando melhor compreensão das razões e motivações adjacentes à marca e imagem da Companhia.

Uso racional e seguro de energia: ações de comunicação

As campanhas de divulgação à sociedade sobre o uso seguro da energia elétrica para evitar acidentes, preocupação constante da Companhia, há alguns anos evoluiu para uma ação mais sustentável, incorporando conceitos sobre cidadania e cuidados com o meio ambiente. O programa denominado Kit Escola é um dos principais meios de comunicação utilizados para esse fim e consiste na realização de palestras realizadas por técnicos de segurança e 650 voluntários em todo o Paraná.

Outro meio eficiente para informar a população sobre o uso seguro da energia elétrica são as mensagens transmitidas em emissoras de rádios, através de convênio com a Associação de Radiodifusão do Paraná, com 240 emissoras. Cada uma veicula oito mensagens ao dia, o que significa 1.920 mensagens por dia e 57.600 por mês.

As campanhas de Verão no Litoral Paranaense e Semana Nacional da Segurança com Energia Elétrica — realizadas anualmente — também contribuem na disseminação de informações junto a escolas, empresas de construção civil e consumidores em locais públicos como praças,

supermercados, terminais de ônibus e shopping centers.

Seguindo um calendário anual pré-estabelecido, as áreas das diversas regionais no Estado realizam palestras em empresas, cooperativas rurais, canteiros de obras, associações de classe e na comunidade em geral e participam de feiras e eventos regionais.

Os clientes também recebem mensagens em suas faturas de energia e envelopes. Clientes das áreas rurais recebem o calendário rural de autoleitura do consumo de energia no qual constam informações sobre segurança no uso da energia e outros conceitos sobre sustentabilidade.

Agentes arrecadadores

Desde 1985, a Copel mantém convênio com a rede de agentes arrecadadores. A Companhia é pioneira na constituição desse canal alternativo de pagamento de contas de luz. Constituída atualmente de 2.030 estabelecimentos no Paraná, nas áreas urbana e rural, a rede de agentes arrecadadores é responsável pelo recebimento do pagamento de 40% das faturas de energia, correspondendo a um milhão e 200 mil faturas de energia elétrica/mês. A parceria contempla também a distribuição de material informativo sobre uso seguro e eficiente da energia aos clientes.

Postos de atendimento móvel

Com quinze unidades volantes para percorrer pequenas localidades e bairros dos grandes centros que não contam com unidades de atendimento personalizado, a Companhia possibilita acesso a seus serviços comerciais e orienta sobre o uso seguro e eficiente da energia, direitos, deveres e programas sociais.

4.8. Fornecedores

A Copel realiza contratações de materiais e serviços em conformidade com a Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e outros instrumentos legais pertinentes, não sendo possível que se estabeleçam critérios que visem à escolha regionalizada de fornecedores. A Lei prevê isonomia aos participantes do certame, ficando a administração responsável pelo estabelecimento das exigências técnicas e comerciais e pela publicidade do processo. Em 2010, aproximadamente 26,15 % do valor total dos contratos de materiais e serviços firmados pela Copel coube a fornecedores do Estado do Paraná, 73,79 % a fornecedores de outros estados da Federação e 0,06 % a fornecedores estrangeiros.

Nos processos de cadastramento de fornecedores e nas fases de habilitação dos participantes de licitações, é exigida declaração, assinada por sócio, proprietário ou diretor, devidamente identificado, de que a empresa cadastrada ou licitante não imputa trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 anos e qualquer trabalho a menor de 16 anos. Exige-se também, nessa

declaração, que aquela informe se emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz. Na habilitação de fornecedores, os quais são classificados pela especificidade do serviço e pelo seu porte, há avaliação de aspectos relacionados a questões de natureza jurídica, regularidade fiscal, econômico-financeira e técnica, recebendo as empresas habilitadas Certificado de Registro Cadastral, o qual é utilizado para habilitação em processos licitatórios da Companhia.

Em todos os contratos de materiais e serviços firmados pela Copel com seus fornecedores contempla-se cláusula relativa a questões de responsabilidade social e de direitos humanos, na qual as partes contratantes se comprometem a:

Não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.

Esses contratos também contemplam cláusulas específicas quanto à condição de trabalho infantil e escravo ou análogo, nas quais as partes contratantes se comprometem a:

Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços a fim de que estes também se comprometam no mesmo sentido;

Da mesma forma, destaca-se a preocupação com o meio ambiente, em cláusula onde as partes se comprometem a:

Proteger e preservar o meio ambiente, bem como prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente e correlatas, emanados das esferas Federal, Estadual e Municipal, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.

As condições contratuais de materiais e serviços também estabelecem que a Copel poderá, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações conferidas ao fornecedor contratado, sendo-lhe permitidas visitas a quaisquer estabelecimentos deste. Estes contratos firmados pela Copel com seus fornecedores são gerenciados por gestores de contrato disponíveis em todas as unidades na Companhia, responsáveis pelo contínuo e amplo acompanhamento, fiscalização e controle de seu objeto e das condições contratuais pactuadas entre as partes até seu encerramento, de acordo com

as normas e manuais técnicos e administrativos próprios da Companhia.

Nas inspeções de avaliação industrial, existem itens de verificação específicos relativos a riscos ambientais, ocorrência de discriminação, de trabalho infantil ou de trabalho em condições de escravidão ou similar.

4.9. Colaboradores

As relações trabalhistas são regidas pela CLT e os empregados são representados por dezoito sindicatos. Por ser uma empresa de economia mista, a contratação de empregados só pode ocorrer mediante realização de concurso público, predominantemente para cargos de base, com ampla possibilidade de participação de brasileiros natos ou naturalizados, independente de gênero, raça ou crença. A Copel destina vagas em seus concursos públicos para candidatos portadores de necessidades especiais e afrodescendentes. A Copel também tem estagiários, que não compõem a força de trabalho, pois a Lei no 11.788/2008 define o estágio como um complemento da formação educacional.

Além disso, compõem a força de trabalho empregados (sem coordenação direta) de empresas que prestam serviços à Copel, nas seguintes atividades desenvolvidas por empregados de terceiros nos processos principais: Atendimento a clientes, Atendimento emergencial, Construção de obras de Redes de Distribuição, Manutenção do sistema elétrico, Ligação, Suspensão e Religação, Leitura de Medidores em Baixa Tensão. A mão de obra terceirizada não é coordenada diretamente pela Copel. Para respeitar a legislação relativa à contratação de empregados e evitar ações na justiça do trabalho, requerendo a equiparação com a força de trabalho da Copel, essa norma determina que os seguintes fatores não devem estar presentes na prestação de serviço: pessoalidade (exigência de pessoa específica para execução do serviço), habitualidade (continuidade ou não eventualidade na execução do serviço) e subordinação (ordens, fiscalização e aplicação de punição diretamente) dos empregados de terceiros com administradores e empregados da Copel. Os empregados dos fornecedores trabalham sob a coordenação direta dos prepostos das respectivas empresas, portanto, não são incluídos na força de trabalho. A distribuição da força de trabalho se dá por nível de escolaridade e carreira. As necessidades e expectativas identificadas junto aos empregados são oportunidade de crescimento e desenvolvimento profissional, salário justo, condições adequadas de trabalho, reconhecimento pela gerência, segurança do trabalho (disponibilização de equipamentos de proteção individual e coletiva, treinamentos) e reconhecimento da empresa perante a sociedade.

Desenvolvimento profissional

As necessidades de capacitação e desenvolvimento são feitas com base na metodologia Diagnóstico

de Necessidade de Desenvolvimento - DND, realizada anualmente por nossa área de Recursos Humanos em todas as áreas. Esse diagnóstico é realizado em três modalidades de demandas de treinamento: corporativas, obrigatórias e específicas das áreas. As demandas de treinamento corporativas são derivadas dos objetivos do mapa estratégico e seus programas e projetos. Em alguns casos a capacitação é incorporada ao escopo do programa ou projeto corporativo, integrando-se ao processo de gerenciamento de projetos.

Também há cursos ofertados pela Copel para os contratados, tais como os exigidos pela NR-10, medição comercial, operação de redes e subestações e outros estabelecidos em contrato. O controle desses treinamentos é realizado pelo sistema Cadastro de Empregados de Empreiteiras. Os cursos disponíveis aos contratados são semelhantes aos ofertados aos empregados.

Política salarial

O alcance de metas de alto desempenho e a cultura da excelência são estimulados pelo modelo de remuneração composto de partes fixa e variável. A remuneração fixa é estabelecida de acordo com o enquadramento do empregado no Plano de Cargos e Salários - PCS. Modernizado em 2005, com a adoção dos conceitos de carreiras (operacional, administrativa, profissional técnica de nível médio e profissional de nível superior), cargos e funções, considerando as demandas dos processos principais e de apoio e alinhada aos processos do Modelo de Gestão de Pessoas, o PCS orienta a progressão funcional e salarial dos empregados, com base nas melhores práticas de mercado. A progressão das funções é feita com base em características que contemplam a multifuncionalidade, complexidade, flexibilidade, iniciativa e criatividade nas carreiras. Essa progressão é uma forma de reconhecimento ao desempenho do empregado, além de aumentar o potencial de aumento salarial. O PCS fornece aos gerentes informações sobre os cargos e funções para o melhor aproveitamento da capacidade dos empregados na realização de suas atividades, incentivando o alcance de metas de alto desempenho e a cultura da excelência, além de permitir aos empregados uma visão clara de sua posição e perspectivas de carreira. Como melhoria, em 2007 promoveu-se revisão da estrutura do PCS, com reavaliação e reclassificação dos níveis de algumas funções administrativas e operacionais, assegurando uma posição adequada destas funções em relação à complexidade e demais requisitos das atividades.

Outra forma de incentivo aos empregados de alto desempenho é a perspectiva de receber salários 20% acima do salário de mercado. Desde 2003, anualmente, percentuais que variam de 1 a 2,5% da folha de salários nominais são distribuídos aos empregados com alto desempenho ou para correção dos salários em relação aos salários de mercado. Com base na relação entre o salário atual e o salário de mercado e no desempenho do empregado, os gerentes definem promoções salariais individuais.

A comparação dos salários em relação ao mercado é obtida por meio de pesquisa realizada anualmente junto às empresas do setor elétrico pela consultoria Watson, e também de outras pesquisas adquiridas de consultorias especializadas (Deloitte, Hay Group e Sextante, por exemplo). A amostra é composta de organizações estaduais e nacionais de mesmo porte. A política salarial é atualizada periodicamente a fim de acompanhar novas situações de mercado e corrigir distorções.

Visando valorizar o reconhecimento do desempenho e assegurar transparência e isonomia na promoção de empregados aos estágios profissionais seniores e consultores, anualmente é executado processo formal de avaliação de profissionais de nível superior com os requisitos necessários. Os empregados apresentam um currículo padronizado, com dados da sua formação, treinamentos realizados, resultados obtidos, trabalhos desenvolvidos na empresa, entre outros.

A componente de remuneração variável, distribuída em função de lucros obtidos, ocorre a partir de duas práticas contempladas no acordo coletivo de trabalho: abono salarial concedido na data-base do ACT, em outubro de cada ano, e por meio da distribuição da Participação nos Lucros e Resultados - PLR, em maio de cada ano. Os indicadores e metas de resultados a ser considerados para a distribuição da PLR são negociados, desde 1996, entre a empresa e uma comissão de empregados instituída especificamente para este fim, composta por seis empregados eleitos e oito representantes de entidades sindicais. O processo é refinado anualmente, durante a negociação, por meio da revisão e melhoria dos padrões. Até 2007 a distribuição da PLR tinha como pré-requisito a existência de lucro, não importando o resultado dos demais indicadores. Como melhoria, em 2008 o indicador relativo ao lucro deixou de ser pré-requisito, passando a ser um dos componentes da carteira de indicadores que define o montante a ser distribuído aos empregados, valorizando, assim, o alcance de outras metas estratégicas e operacionais. Atualmente, o montante a ser distribuído a título de PLR pode alcançar até duas remunerações do empregado. A definição do montante considera, de forma inovadora, os resultados de treze indicadores associados aos objetivos financeiros, operacionais, de segurança do trabalho e de satisfação dos clientes do mapa estratégico. Esses resultados são consolidados por meio Índice de Desempenho Geral - IDG, obtido a partir da somatória do índice de desempenho dos indicadores em relação às metas pactuadas pela CENPLR. O montante (MF) da PLR é obtido pela fórmula: $MF = IDG \times 2RB$.

Outras formas de reconhecimento que promovem a motivação dos empregados são: homenagem prestada aos empregados que completam 10, 15, 20, 25 e 30 anos de empresa, durante evento comemorativo (usualmente almoço ou jantar); premiação por segurança no trânsito concedida aos empregados que utilizam veículos da Copel DIS quando alcançam 10 mil, 50 mil, 100 mil e 150 mil quilômetros sem envolvimento em acidentes, ultrapassagem do limites de velocidade ou multas;

viagem de lazer com familiares para os empregados que atingem 200 mil quilômetros sem acidentes; cartas de elogio por atos relevantes; reconhecimento junto ao público interno com matérias no Copel online e Revista Copel Informações por fatos ou atos relevantes; créditos para cursos ou eventos para os trabalhos vencedores do Copel Inovações; e participações em eventos nacionais e internacionais como resultado de trabalhos de P&D+i.

Benefícios

Através da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é mantenedora, há concessão de plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, cuja finalidade é propiciar segurança e proteção aos participantes, garantindo-lhes complementação de renda na aposentadoria, doença ou invalidez e amplo plano de assistência médico-hospitalar e odontológica, entre os melhores oferecidos pelo mercado, promovendo e protegendo a saúde de seus participantes e beneficiários.

A Fundação Copel administra um plano privado de assistência à saúde, denominado Prosaúde, cujo modelo é o de autogestão. O funcionamento do plano tem a autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar sob nº 35515-1. O Prosaúde representa um instrumento de caráter médico-social que possibilita recursos destinados a dar cobertura às despesas de saúde aos seus participantes e dependentes, com recursos e serviços credenciados ou de livre-escolha (por meio de reembolso).

A Fundação Copel disponibiliza uma carteira de empréstimos a seus participantes, obedecendo as disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

O plano de saúde operado pela Fundação tem uma das melhores avaliações no Índice de Desempenho de Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde. É reconhecido por proporcionar aos participantes os mais recentes avanços na assistência médico-hospitalar e assistência odontológica, oferecendo uma ampla cobertura de procedimentos.

Outro benefício do Prosaúde é a assistência farmacêutica. Seu objetivo é conceder benefícios de natureza farmacêutica a todos os seus participantes e dependentes relacionados inscritos no Módulo Médico-Hospitalar, Odontológico e neste plano, possibilitando reembolso com gastos de medicamentos, de acordo com as coberturas previstas no plano.

Adicionalmente, entre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, abono de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Copel e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Liberdade de associação e negociação coletiva

A totalidade dos empregados da Copel é representada nas relações de trabalho com a Companhia por meio de sindicatos independentes, os quais, em conformidade com a legislação brasileira, podem organizar-se por categoria e base territorial (município).

A Copel mantém estreito relacionamento com todas as 18 entidades representativas dos empregados: sindicatos de categorias de base (eletricitários) e categorias profissionais e/ou diferenciadas. A direção sindical tem livre acesso às gerências locais e a todas as instalações da Companhia, a fim de levar aos empregados as comunicações de seu interesse, além de dispor de canal formal direto com a área de recursos humanos.

A participação dos empregados nas negociações tem papel de fundamental importância e vai desde a presença em assembleias sindicais, para elaboração da pauta de reivindicações, até a deliberação da categoria pela aceitação ou rejeição das propostas da Companhia. A Copel também incentiva a participação dos empregados em conselhos, órgãos de classe e associações profissionais, entre outras entidades.

Adicionalmente, a Companhia envida esforços no sentido de levar ao conhecimento prévio dos empregados as mudanças significativas em sua operação, sempre com a maior antecedência possível, e com a participação das entidades sindicais, quando pertinente.

Saúde e segurança no trabalho

A Copel, considerando o contexto do serviço especializado em engenharia de segurança e medicina do trabalho - SESMT e o acompanhamento e controle de saúde ocupacional, conta com médicos do trabalho especializados distribuídos nas principais regiões da empresa, equipe de enfermagem e apoio administrativo. Estes profissionais realizam não apenas os exames médicos legais e obrigatórios, mas uma série de programas de prevenção em saúde, com diagnóstico precoce de patologias cardíacas, ginecológicas, urológicas e comorbidades.

Também mantém controle estatístico dos índices e causas de afastamentos do trabalho motivados por doenças, além do acompanhamento dos processos junto à Previdência Social quando é necessário afastamento prolongado através de convênio específico com aquele instituto.

Sempre que a capacidade laborativa mostra-se comprometida, por qualquer fator, ainda realiza o estudo e readequação necessária para que o exercício profissional seja o mais seguro e adequado possível, conjuntamente com equipe multidisciplinar.

Assessora ainda as CIPAS e diversas áreas com palestras sobre temas de saúde, incluindo cursos

sobre primeiros socorros, difundindo informações ao corpo funcional e promovendo a qualidade de vida.

O Programa Copel de Qualidade de Vida, implantado em 1998, tem o objetivo de despertar o interesse dos empregados na busca constante da melhoria da qualidade de vida e consolidar as ações desenvolvidas anualmente na Copel. O entendimento é que qualidade de vida é o resultado do conjunto de ações referentes à promoção da saúde, relações sociais no trabalho, melhoria do estilo de vida pessoal e familiar e ações educativas desenvolvidas para que o trabalho se realize com plena satisfação e bem-estar. Para tanto, são desenvolvidos vários programas, sendo os principais: Programa Promoção de Saúde, que é composto pela Gestão Pessoal de Saúde; exames médicos periódicos; benefícios assistenciais e previdenciários; programa de dependências químicas; programa de absenteísmo-doença; Campanha Dê Preferência à Vida; Programa Valorizando a Vida; Programa Caça ao Risco e Minuto da Segurança. Além disso, são oferecidas ações complementares, como o Programa de Alimentação Saudável (alimentação oferecida dentro da Empresa), Semana da Saúde, campanhas de vacinação e informativos de saúde no Copel Online.

Para melhoria das relações sociais no trabalho são desenvolvidos programas de atendimento e integração social, Programa de Responsabilidade Social EletriCidadania, divulgação e entendimento do Código de Conduta. São promovidos programas comemorativos no aniversário da Copel, homenagem aos aniversariantes de Copel (aniversário de admissão na empresa) e envio de mensagens em datas comemorativas (aniversário de admissão, aniversário de nascimento, dia da profissão, entre outros).

Para melhoria no estilo de vida pessoal e familiar as seguintes ações educativas são oferecidas: Programa de Preparação para a Aposentadoria; Programa Gestão Financeira; Programa Energia e Saúde (atividades de ginástica laboral, condicionamento físico e atividade antiestresse); Jogos Internos Copel; Jogos do SESI; e Programa Auxílio-Educação.

Adicionalmente são estimuladas práticas de voluntariado e apoio às campanhas do agasalho, doação de brinquedos, oficina de brinquedos, campanha de Natal (arrecadação de alimentos/brinquedos/roupas), além de encenações de Autos de Natal em diversos municípios.

4.9.1. Indicadores de empregabilidade

A tabela a seguir apresenta dados relativos a empregabilidade dos colaboradores e administradores da Copel no período de 2008 a 2010:

No tocante à remuneração dos administradores da Companhia, informamos que, para cada membro em exercício do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, é paga remuneração mensal equivalente a 15% daquela que, em média, é atribuída a cada Diretor, incluindo a 13ª remuneração, observados os termos do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.343/1985.

Indicadores de empregabilidade	2010	2009	2008
Empregados até 30 anos de idade (%)	22,49	21,37	23,29
Empregados com idade entre 30 e 44 anos (%)	40,00	39,60	41,49
Empregados com idade superior a 45 anos (%)	37,52	39,03	35,22
Nº de mulheres em relação ao total de empregados (%)	20,5	19,18	18,01
Mulheres em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	17,36	15,14	12,20
Empregados negros (pretos e pardos) em relação ao total de empregados (%)	10,85	10,16	9,64
Empregados negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	4,52	3,98	4,90
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	9,36	8,79	5,68
Empregados do programa de contratação de aprendizes (*) (%)	0,83	0,93	1,04
Empregados portadores de deficiência	89	81	74
Remuneração (acumulado no ano em R\$ mil)			
Remuneração dos administradores	8.900	8.496	7.705
Remuneração dos empregados	560.267	528.962	476.552
Folha de pagamento bruta	811.514	810.051	673.827
Encargos sociais compulsórios	188.000	173.089	155.715
Benefícios	237.664	245.605	99.540
Educação	2,818	2,580	2,547
Alimentação	81.852	67.955	58.390
Saúde	79.411	62.854	20.553
Fundação	52.271	54.139	16.855
Indenizações trabalhistas	19.737	56.852	(825)
Outros (auxílio doença complementar, seguros, auxílio maternidade prorrogado, auxílio invalidez e morte acidental)	918	740	1.505

(*) A Copel está inserida no âmbito do Decreto Estadual 3492/2004, que trata do Programa de Inserção do Adolescente no mercado de trabalho. Os menores são contratados por um ano, podendo ser a contratação prorrogada por igual período, estando sua jornada de trabalho limitada em quatro horas diárias, de segunda a sexta-feira.

Participação nos resultados (acumulado no ano)			
Investimento total em programa de participação nos resultados da Copel (R\$ mil)	66.152	64.994	65.816
Valores distribuídos em relação à folha de pagamento bruta (%)	8,15	8,02	9,77
Ações da Copel em poder dos empregados (%)	0,01	0,01	0,01
Divisão da maior remuneração pela menor remuneração em espécie paga pela Copel (inclui participação nos resultados e bônus)	27,0	27,0	27,0
Divisão da menor remuneração da Copel pelo salário mínimo vigente (inclui participação nos resultados e programa de bônus)	1,8	1,9	2,0
Perfil da remuneração [% de empregados em cada faixa salarial (R\$ mil): dados de dezembro]			
Até 2.000,00	57,86	42,76	51,76
De 2.001 a 4.000	30,75	38,72	35,02
De 4.001 a 6.000	4,80	10,76	5,83
Acima de 6.000	6,59	7,77	7,39

Por categorias (salário médio no ano corrente) (R\$ mil)

Indicadores de empregabilidade	2010	2009	2008
Cargos gerenciais	7.729	7.608	7.605
Cargos administrativos	1.644	1.805	1.785
Cargos de produção	2.788	2.668	2.582
Salário Médio de empregados/as gerentes e não gerentes (Salário nominal médio em R\$: dados de dezembro)			
Mulheres não gerentes	2.392,09	2.316,77	2.296,53
Mulheres gerentes	5.876,75	6.060,34	5.829,04
Homens não gerentes	2.521,05	2.459,80	2.373,61
Homens gerentes	7.827,34	8.023,50	7.752,19
Saúde e segurança no trabalho (acumulado no ano)			
Nº total de acidentes de trabalho com empregados	145	158	157
Nº total de acidentes de trabalho com terceirizados/contratados	94	167	136
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	0,018	0,018	0,025
Acidentes com afastamento temporário de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	65,7	68,3	50,3
Acidentes que resultaram em mutilação ou outros danos à integridade física de empregados e/ou de prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo, incluindo LER (%)	0,0	0,0	0,0
Acidentes que resultaram em morte de empregados e/ou prestadores de serviço (%)	0,0	0,0	0,006
Índice de Taxa de Frequência - TF total da Copel no período, para empregados	4,38	5,57	5,05
Investimentos em programas específicos para portadores de HIV (R\$ mil)	NA (*)	NA (*)	NA (*)
Investimentos em programas de prevenção e tratamento de dependência (drogas e álcool) (R\$ mil)	50	10	20
Escolaridade e desenvolvimento profissional (dados de dezembro): % em relação ao total de empregados			
Ensino fundamental	3,90	4,84	5,78
Ensino médio	54,60	54,43	54,68
Ensino superior	41,51	40,73	39,53
Pós-graduação: especialização/mestrado/doutorado	14,05	13,28	13,01
Analfabetos na força de trabalho	-	-	-
Valor investido em desenvolvimento profissional e educação	-	-	-
Quantidade de horas de desenvolvimento profissional por empregado/ano	69,0	67,4	61,7
Comportamento frente a demissões (acumulado no ano)			
Nº de empregados ao final do período	9.041	8.682	8.518
Nº de admissões durante o período	1.171	824	530
Reclamações trabalhistas			
Total no período ⁽¹⁾	416	432	598
Montante reivindicado em processos judiciais (R\$ mil) ⁽²⁾	82.843	120.022	254.275
Valor provisionado no passivo (R\$ mil) ⁽³⁾	69.254	85.348	95.343
Nº de processos existentes ⁽⁴⁾	2.117	2.199	2.319
Nº de empregados vinculados nos processos ⁽⁵⁾	416	432	598
Nº de beneficiados pelo programa de previdência complementar	10.028	9.569	8.852
Nº de beneficiados pelo programa de preparação para a aposentadoria	276	310	279
Trabalhadores terceirizados (valores acumulados de dezembro) ^(*)			
Nº de trabalhadores terceirizados/contratados	5.223	5.089	5.090

⁽¹⁾ Processos recebidos na Copel de empregados ativos e inativos e cadastrados no CPJ (em andamento são 528)

⁽²⁾ Valores estimados corrigidos dos processos de ex-empregados (relat. do passivo)

⁽³⁾ Provisão (valores prováveis)

⁽⁴⁾ Número de processos com exclusão daqueles em vias de encerramento ou suspensos por acordo judicial, bem como dos demais classificados como ativo contábil

⁽⁵⁾ Considera-se um por processo excluídos os de sindicatos

^(*) A Copel, em face de contratar trabalhadores terceirizados através de empresas prestadoras de serviços, não possui registro de dados relativos a perfil de remuneração, nível de escolaridade e Índice de Taxa de Gravidade - TG de seus empregados terceirizados/contratados

No tocante à remuneração dos administradores da Companhia, informamos que, para cada membro em exercício do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, é paga remuneração mensal equivalente a 15% daquela que, em média, é atribuída a cada Diretor, incluindo a 13ª remuneração,

observados os termos do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.343/1985.

5. DIMENSÃO AMBIENTAL

- **Política de gestão socioambiental**

No âmbito do modelo de gestão empresarial para a sustentabilidade, a Copel busca o alinhamento de esforços para garantir o atendimento aos resultados econômico, social e ambiental de forma balanceada para as partes interessadas, bem como o desenvolvimento e o crescimento sustentável.

Nos últimos anos, o foco estratégico da Companhia vem se consolidando na implantação deste sistema de gestão e na sua incorporação na cultura e nas atividades cotidianas, respondendo, assim, ao compromisso renovado perante o Pacto Global, firmado em 2001.

Todos os projetos, programas e ações desenvolvidos pela Companhia são orientados pela Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial, disponível em www.copel.com.

5.1. Controle de impactos ambientais

5.1.1. Sistema de Gestão Integrado

Visando à melhoria contínua de seu desempenho socioambiental, em setembro de 2009, iniciaram-se os trabalhos referentes à implantação do Sistema de Gestão Integrado - SGI nas usinas operadas pela Copel. Com o SGI, a Copel busca obter as certificações ISO 14.000 e OSHAS 18.000 e sua integração com a já obtida certificação ISO 9.000.

Em 2010, foi realizado diagnóstico ambiental das usinas e dos polos administrativos previstos no escopo do SGI. Este diagnóstico consistiu no levantamento e registro de aspectos e impactos ambientais, na identificação das medidas e controles existentes e na definição de oportunidades de melhoria que, por sua vez, geraram planos de ação para controle dos impactos negativos e potencialização dos impactos positivos.

5.1.2. Gestão Socioambiental de novos empreendimentos

- **Usina Hidrelétrica - UHE Mauá**

A Usina Hidrelétrica Mauá terá potência instalada de 361 MW - energia capaz de atender ao consumo de aproximadamente 1 milhão de pessoas — e deve iniciar a operação comercial em 2011. A barragem da hidrelétrica será construída no rio Tibagi, entre os municípios paranaenses de Telêmaco Borba e Ortigueira.

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS, responsável pela UHE Mauá, vai investir

aproximadamente R\$ 120 milhões, 13% do custo da UHE, no Projeto Básico Ambiental - PBA do empreendimento, que reúne 34 programas voltados à proteção ambiental e à promoção social.

O CECS foi instituído em 2006 e é constituído pela Copel Geração e Transmissão S.A., com participação de 51%, e pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%.

No ano de 2010, foi implementado o Grupo de Estudos Multidisciplinar - GEM, que é coordenado pelo CECS e conta com a participação dos responsáveis pelos programas ambientais do Ministério Público, órgãos ambientais (SEMA, IAP e IBAMA), universidades regionais, organizações não governamentais e comunidade. O objetivo deste grupo é discutir e aprimorar os programas ambientais relacionados ao empreendimento.

Os programas estão em plena execução. No ano de 2010, merece destaque a construção do Horto Florestal, denominado Horto das Caviúnas, homenagem a uma espécie arbórea ameaçada de extinção e que está presente na área do horto florestal e nos remanescentes florestais ao redor do reservatório. Este horto tem caráter definitivo e a princípio atenderá a demanda de mudas no Programa de Recuperação da Faixa Ciliar do PBA de Mauá e posteriormente atenderá as demandas de recuperação de áreas degradadas nas regiões de ocorrência da Floresta Estacional Semidecidual no Estado do Paraná. Também merece destaque a construção do Centro de Triagem de Animais Silvestres, que tem caráter provisório e atenderá ao resgate de fauna durante a execução do programa de Limpeza da Bacia de Acumulação, previsto para ser realizado em 2011.

- **Usina Hidrelétrica - UHE Colíder**

O mais novo empreendimento da Copel será instalado no rio Teles Pires, região norte do Mato Grosso, e terá 300 megawatts de potência instalada.

A Licença Prévia - LP para a UHE Colíder foi emitida em 19.12.2009 pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - SEMA-MT, atestando a sua viabilidade ambiental, após análise e discussão do respectivo Estudo de Impacto Ambiental - EIA.

O Projeto Básico Ambiental - PBA da UHE Colíder contém 32 programas e 29 subprogramas socioambientais, visando à mitigação e/ou compensação dos impactos socioambientais negativos provocados pela construção do empreendimento, bem como à potencialização e otimização dos impactos positivos.

A Licença de Instalação - LI para a UHE Colíder foi emitida em 21.12.2010 pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - SEMA-MT.

- **Pequena Central Hidrelétrica - PCH Cavernoso II**

Com capacidade instalada 19 megawatts e investimentos estimados em cerca de R\$ 120 milhões, a obra de Cavernoso 2 representa a retomada da construção de pequenas centrais hidrelétricas pela Copel. As obras de construção da pequena central hidrelétrica Cavernoso II têm início previsto para Janeiro 2011, com conclusão em 2013.

Em setembro de 2010, foi finalizado o Projeto Básico Ambiental - PBA para solicitação da Licença de Instalação do empreendimento, atendendo a todas as condicionantes da Licença Prévia. O PBA é constituído de 16 programas ambientais, voltados a preservação ambiental e promoção social, assim como a compensação pelos impactos socioambientais provocados pela construção da usina.

- **Linha de Transmissão - LT 525 kV Foz do Iguaçu — Cascavel Oeste**

A Linha de Transmissão 525 kV Foz do Iguaçu — Cascavel Oeste tem por finalidade interligar a Subestação Foz do Iguaçu — Furnas com a Subestação Cascavel-Oeste. A Copel foi recomendada no estudo “Análise de Reforços Associados ao Sistema de Transmissão de Itaipu” da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, concluído em janeiro de 2007. Este estudo apresentou a LT como a melhor solução técnico-econômica para minimizar os efeitos das quedas de torres das linhas de Extra Alta Tensão - EAT associadas à Usina Hidrelétrica de Itaipu, as quais acarretam elevada restrição de despacho na usina e provocam forte impacto na estabilidade do Sistema Interligado Nacional.

A Licença de Instalação do empreendimento foi emitida em 22.08.2010. O PBA da LT é composto por oito programas ambientais: Reposição Florestal; Compensação Ambiental; Comunicação Social; Educação Ambiental, com ênfase na conservação da fauna; Prospecção, Monitoramento e resgate arqueológico; Monitoramento do risco de colisão de aves silvestres com a LT; Aferição de ruídos e campos eletromagnéticos; Relocação de famílias, reconstrução de benfeitorias e/ou indenização das áreas impactadas.

- **Linha de Transmissão - LT 500kV Araraquara — Taubaté**

A nova linha de transmissão, a ser construída entre os municípios de Araraquara e Taubaté, passará por 28 municípios do interior paulista. Em agosto de 2010, foram iniciados os levantamentos preliminares. Foram realizados sobrevôos na região, identificando áreas verdes e propriedades a ser cadastradas com a finalidade de definir o melhor traçado da linha, considerando os aspectos técnicos e socioambientais, visando a um empreendimento de baixo impacto socioambiental.

Em novembro, foi firmado contrato com a empresa Ambiotech Consultoria Ltda. para elaboração do

EIA/RIMA, previsto para ser finalizado em maio de 2011.

5.1.3. Madeira Legal

Em 2010, a Copel, via Instrução Normativa “IAP 020206-4 - Aquisição de madeira e seus derivados”, definiu os procedimentos para a aquisição de madeira de espécies nativas, exóticas e seus derivados, tanto em aquisições diretas quanto na contratação de serviços de terceiros que utilizem os referidos insumos.

Este procedimento fornece critérios para a elaboração das especificações técnicas necessárias para a aquisição ou para o projeto básico de serviços, obras e serviços de engenharia que incluam madeira, assegurando que a utilização de madeira e seus derivados provenha de áreas florestais com autorização de corte e rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva.

5.1.4. Controles do tema socioambiental

Tendo em vista o pleno atendimento às exigências da Lei americana Sarbanes-Oxley - SOX, foi realizada, em agosto de 2010, uma revisão criteriosa de toda a documentação dos subtemas socioambientais, e de seus respectivos controles internos, resultando em Planos de Remediação das lacunas encontradas, mais consistentes e adequados à realidade da Companhia.

Com isso, observou-se uma alteração na quantidade e na classificação dos controles existentes, a saber: em fins de 2009, foram identificados 29 controles, sendo 13 chave e 16 não-chave, sendo mapeados, na atual documentação, 35 controles, dos quais 19 são chave e 16 não-chave.

5.1.5. Gerenciamento de Termos de Compromisso - TCs, Termos de Ajustamento de Conduta - TACs, multas e notificações socioambientais

Com o intuito de atender às lacunas de controles internos apontadas pelas auditorias da SOX, foi criado, em 2007, o relatório de gerenciamento de multas e notificações ambientais, no âmbito de nossa Diretoria de Distribuição.

Por sua relevância como instrumento de gestão, e em consequência da criação da Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial, teve seu escopo ampliado, passando a incorporar não apenas as questões ambientais da Distribuição, mas também a complexidade inerente às demandas socioambientais relativas a todos os negócios e subsidiárias integrais da Companhia, e passou a ser chamado de Relatório de Gerenciamento de TCs, TACs, Multas e Notificações Socioambientais.

A partir de 2010, a emissão do relatório passou a ser quadrimestral, obedecendo ao mesmo cronograma de atualização dos Certificados de Controles Internos da SOX.

A Copel não sofreu nenhuma multa ou notificação em 2010.

5.2. Gestão de reservatórios de usinas hidrelétricas

Em 2010, foi instituída uma comissão para tratar dos assuntos relacionados aos reservatórios das Usinas da Copel. Esta é composta por representantes das áreas socioambiental, fundiária, operação e manutenção e segurança empresarial.

A comissão vem trabalhando no desenvolvimento do plano de gestão, de procedimentos e tratativas de ocorrências nos reservatórios, de indicadores e da instituição das comissões locais de gestão. O objetivo é identificar e dar visibilidade aos problemas, bem como buscar a solução para as várias situações que acontecem nos reservatórios e seu entorno.

5.2.1. Gestão Socioambiental de Reservatórios

Programa que visa a melhorar a qualidade e a disponibilidade da água nos reservatórios da Copel por meio da gestão de informações dos reservatórios e da gestão por microbacias hidrográficas. Através deste, a Copel participa do Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias - PGAIM, do Estado do Paraná, que visa promover a qualidade e a disponibilidade das águas no Estado, e do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais Municipais no Estado do Paraná - PNCPR, que mobilizou gestores municipais de todo o Estado. Dentre as microbacias selecionadas no Estado do Paraná, a Copel atua de forma mais incisiva nas microbacias das cidades de Ortigueira, Telêmaco Borba, Luiziana, Campo Mourão e Cruz Machado.

A Copel coordena o desenvolvimento do Sistema de informações Geográficas Socioambientais em Microbacias - SIG-SAM, ferramenta de geoprocessamento desenvolvida em cooperação com outras entidades para gestão das microbacias, disponibilizado gratuitamente na Internet.

5.2.2. Controle da qualidade da água dos reservatórios

Com o objetivo de compreender os fenômenos relacionados à dinâmica do reservatório e embasar as ações necessárias para preservar a qualidade da água e assegurar seus usos múltiplos, além do cumprimento aos requisitos legais, a Copel realiza o monitoramento trimestral da água em seus reservatórios por meio da coleta e análise da água a montante, a jusante e no reservatório das usinas hidrelétricas. As amostras coletadas são encaminhadas para laboratórios certificados para realização de análises físico-químicas, microbiológicas, de fitoplâncton e de perfis de temperatura e oxigênio dissolvido. Os dados obtidos são utilizados na elaboração de relatórios sobre a qualidade da água nos reservatórios. Estes relatórios são encaminhados anualmente ao órgão ambiental.

Alguns reservatórios, por suas condições diferenciadas, demandam ações mais específicas, como é o caso da Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (UHE GBM), na qual, desde 2009, são realizadas análises bimestrais em pontos a montante, a jusante e no reservatório. Além deste monitoramento mais frequente, ainda ocorre bimestralmente a análise de parâmetros relacionados ao aporte de nutrientes proveniente dos rios afluentes ao reservatório.

5.2.3. Programa de monitoramento e controle das algas nos reservatórios

Eutrofização é a concentração exagerada de nutrientes em um corpo d'água. Trata-se de um problema ambiental, originado principalmente por descargas de esgoto em grande volume na bacia de contribuição, assim como por fertilizantes, esterco e certos defensivos agrícolas carregados pelas chuvas para a bacia. A eutrofização, aliada a altas temperaturas e à grande luminosidade promovida pelo sol em grandes reservatórios, desencadeia o crescimento exagerado de populações de algas, principalmente cianobactérias (algas azuis), num processo conhecido como floração de algas.

Em excesso, as cianobactérias podem provocar gosto e odor desagradável na água e desequilibrar os ecossistemas aquáticos. Algumas cianobactérias são capazes de liberar toxinas, podendo provocar sérias consequências a pessoas e animais que ingerirem ou tiverem contato direto com a água contaminada. Por esta razão, o reservatório da UHE GBM, também utilizado para fins de lazer, sofreu diversas interdições nos últimos anos.

Em 2010, além do monitoramento dos cinco pontos amostrados bimestralmente, outras medidas foram adotadas visando à determinação de cargas de nutrientes que alcançam o reservatório. Estudos em parceria com o Lactec e a Associação Instituto Internacional de Ecologia e Gerenciamento Ambiental - AIIEGA buscam estimar as fontes das maiores cargas de nutrientes, visando direcionar ações para minimizar o problema. Como estas ações são de longo prazo e dependem da mobilização do Poder Público, empresas e população, a Copel busca envolver todos estes segmentos por meio de programas ambientais, como Florestas Ciliares e Gestão Socioambiental de Reservatórios.

Na UHE Mauá, a Copel realizou o monitoramento de algas em oito estações, com frequência mensal de coleta. A Copel está articulando com outras instituições, tais como: Sanepar, Emater, Secretaria de Agricultura entre outras, no intuito de fomentar ações para melhoria da qualidade ambiental na bacia hidrográfica e mitigação da possibilidade de eutrofização do futuro reservatório.

5.2.4. Programa de peixamento de reservatórios

Uma das ações mais importantes desenvolvidas pela Companhia, visando ao equilíbrio dos

ecossistemas, é o repovoamento dos reservatórios com espécies nativas de peixes, algumas sob risco de extinção, como é o caso do surubim do Iguaçu, o peixe de maior porte do rio Iguaçu. A necessidade de estudos sobre o comportamento reprodutivo e a biologia de espécies de peixes migradores em seu habitat natural após a construção das barragens, assim como a definição de condutas para a realização do repovoamento dos reservatórios, têm sido uma constante preocupação da Copel.

A Estação Experimental de Estudos Ictiológicos - EEI da Copel, localizada na UHE GNB, é um centro dedicado a pesquisar espécies típicas do Rio Iguaçu e reproduzi-las em larga escala, contribuindo para manter o equilíbrio ambiental de toda a bacia. Usando aprimorados métodos científicos e os mais modernos equipamentos, a estação responde pela condução das principais pesquisas voltadas a ictiofauna do Iguaçu.

A EEI conta com uma área alagada de 6.250 m², distribuída em 10 tanques. Produz uma média anual de aproximadamente 1 milhão de alevinos, tendo iniciado a produção de peixes para repovoamento em 1996.

Em 2010, a produção de alevinos de espécies nativas chegou ao número de 1.034.000. Essa produção é mais que o dobro da produção de 2009. As ações de repovoamento contemplaram 17 reservatórios, nos quais foram soltos 395.000 alevinos de espécies nativas das bacias hidrográficas. Outros 639 mil alevinos foram doados à Sanepar e prefeituras, para utilização em programas de educação ambiental e eventos relacionados ao Dia do Rio.

Outra atividade desenvolvida pelos técnicos da EEI, é o resgate de peixes presos nas turbinas, no fechamento de vertedouros e nas obras de manutenção de PCHs. Foram resgatados 1.441 peixes, dos quais 1.358 vivos, que foram soltos imediatamente a jusante das usinas.

Pesquisas realizadas em 2010 permitiram a criopreservação do sêmen de Surubim do Iguaçu (*Steindachneridion melanodermatum*), além do completo domínio da reprodução controlada de Lambaris do rabo-vermelho (*Astyanax* sp B) ambos nativos do Iguaçu. O Surubim do Iguaçu ocorre nos trechos mais baixos do rio e os maiores exemplares atingem entre 12 e 15 Kg em habitat natural e lambari do rabo-vermelho é o maior lambari do rio Iguaçu. Também em 2010, foi elaborado o termo de abertura para construção da Estação Experimental de Estudos Ictiológicos - EEI na UHE Mauá, com previsão de início da produção de peixes em 2012. O objetivo da estação é a pesquisa, reprodução e soltura de espécies de peixes da bacia do rio Tibagi.

5.2.5. Programa Florestas Ciliares

O Programa Florestas Ciliares foi implementado em 2006 e visa à recuperação ambiental das

margens dos reservatórios das usinas da Companhia. Desde sua criação, o Programa Florestas Ciliares propiciou o plantio de 635.818 mudas, correspondendo a uma área reflorestada de 284 hectares.

Em 2010, foram plantadas 102.371 mudas em uma área de 80 hectares às margens dos reservatórios das seguintes usinas hidrelétricas: Governador Pedro Viriato Parigot de Souza - GPS; Governador Ney Aminthas de Barros Braga - GNB (Segredo); Derivação do Rio Jordão e Governador José Richa - GJR (Salto Caxias).

Durante o ano, foi dada continuidade às atividades do Projeto de Cooperação Florestal, visando à recuperação da faixa ciliar em áreas de terceiros no entorno dos reservatórios da Copel e dos seus afluentes diretos. Nas usinas de GNB e GJR foram construídos 11,5 km de cerca no entorno dos reservatórios para proteger a Área de Preservação Permanente do pisoteio e da circulação do gado e possibilitar a recuperação ambiental da área.

5.2.6. Controle de espécies exóticas invasoras

Espécie exótica é aquela introduzida fora de sua área de distribuição natural, incluindo qualquer parte do organismo que permita a sua reprodução. Caracteriza-se como invasora aquela cuja introdução e/ou dispersão ameaça a diversidade biológica de uma determinada região. Essas espécies modificam processos sistêmicos naturais e, atualmente, são consideradas a segunda maior ameaça à biodiversidade mundial, atrás apenas da destruição de habitats causada pela exploração humana direta.

No ano de 2010, foram realizadas ações de erradicação de Pinus na UHE GPS, de Alfeneiro (*Ligustrum lucidum* e *Ligustrum japonicum*), Nêspera (*Erybothria japonica*) e Pinus na UHE GBM e de Limoeiros (*Citrus lemon*) na UHE GJR. Foi realizado um levantamento das espécies exóticas invasoras nas vilas da UHE GBM para futura remoção dos indivíduos e encontra-se em fase de elaboração um contrato de controle de Pinus na UHE São Jorge, onde ocorrem os campos naturais (estepe).

Em 2011, está prevista a realização de diagnósticos de macrófitas aquáticas no reservatório da UHE GJR e de espécies vegetais invasoras no reservatório da UHE Chaminé e a implantação de projeto piloto para controle das espécies invasoras.

5.3. Gestão socioambiental de ativos de transmissão e distribuição de energia elétrica

5.3.1. Manejo sustentável da vegetação sob linhas de transmissão

Em 2010, a Copel implantou cinco projetos de Linhas de Transmissão - LTs, sendo quatro

predominantemente rurais ou mistas, atravessando áreas de preservação ambiental. Os impactos ambientais são mitigados por meio de diversas ações, desde a fase de projeto até a construção. O traçado da linha prioriza áreas agrícolas, pastagens, capoeiras ou vegetação de menor interesse de preservação, ainda que isto implique custo adicional pela inclusão de vértices sucessivos e torres mais altas. Quando não é possível evitar que a LT atravesse pequenas faixas com cobertura florestal, o inventário florestal realizado na fase de levantamento topográfico subsidia ações mitigatórias. Nesta etapa, podem ser definidas torres mais altas para possibilitar a passagem dos cabos por sobre a vegetação e minimizar as interferências. As torres eventualmente inseridas em área de preservação ocupam uma área mínima correspondente à área da base da torre, acrescida de uma área circundante necessária para a construção e manutenção. Como medida compensatória, são plantadas mudas para reposição da área desmatada.

5.3.2. Programa socioambiental de arborização urbana

Programa de cooperação com as prefeituras para aprimorar a gestão da arborização das cidades, concebido a partir da compreensão de que somente tratando de maneira integrada as redes de distribuição de energia e a arborização será possível maximizar os benefícios de ambas. Adicionalmente busca-se a promoção da segurança, mitigação dos impactos causados pelas podas de árvores e melhoria na continuidade do fornecimento de energia elétrica.

Para tanto, a Copel firma convênios com as prefeituras municipais para substituição de árvores que oferecem riscos aos sistemas elétricos e fornecimento de mudas. Em 2010, foram executados os convênios firmados com os municípios de Japira, São João e Realeza e iniciados convênios com outros 16 municípios — Apucarana, Cafelândia, Campo Bonito, Florestópolis, Ibiporã, Irati, Marmeleiro, Pitanga, Porecatu, Prudentópolis, Porto Vitória, São Mateus do Sul, Santa Fé, Santo Antonio do Paraíso, Vera Cruz do Oeste e Wenceslau Braz. Também foram iniciados as negociações e os trâmites para assinatura de convênios com outros 10 municípios.

A Copel busca incentivar a profissionalização da gestão da arborização nos municípios, investindo continuamente na capacitação e qualificação de gestores e servidores municipais, por meio de cursos, reuniões e da publicação de materiais técnicos. Em 2010 foi finalizada a primeira fase do curso "Arborização urbana - A árvore certa no lugar certo", realizado desde 2007 em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDU e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP. Por meio desta iniciativa, foram realizados 12 cursos e capacitados 653 servidores em 246 municípios da área de concessão. Os quatro cursos realizados em 2010 abrangeram 195 servidores municipais de 88 municípios.

A Companhia compartilha suas experiências por meio da participação em grupos técnicos, a exemplo do “GT Manejo de Vegetação Copel - Prefeitura de Curitiba” e o “GT Manejo de Vegetação em Sistemas Elétricos da Fundação Coge”.

A empresa está participando de proposta de projeto piloto de certificação de podador em sistemas elétricos de potência, coordenado pela Fundação Coge e executado pelo SENAI.

Desde 2008, a Copel é associada a *International Society of Arboriculture* - ISA e a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana - SBAU, visando a prospectar as técnicas mais modernas na gestão da arborização urbana e incluí-las nos seus processos. Em 2010, a Copel recebeu um certificado da *International Society of Arboriculture* - ISA em agradecimento pela empresa ter sido associada na modalidade "*Bronze Level Patron*".

5.3.3. Tecnologias de redes de distribuição de energia

Os impactos socioambientais mais significativos das redes de distribuição são: riscos de acidentes com terceiros; conflitos com a arborização; e poluição visual. Para mitigar estes impactos, em locais arborizados ou em áreas rurais com vegetação protegida por lei, a Copel adota tecnologias substitutivas às redes nuas, como a rede compacta protegida, a rede secundária isolada, a rede isolada e a rede subterrânea.

- **Rede de Distribuição Compacta Protegida - RDC e Rede de Distribuição Secundária Isolada - RSI**

As Redes de Distribuição Compacta Protegida - RDCs são preferencialmente utilizadas em áreas urbanas arborizadas ou com perspectiva futura de arborização, uma vez que minimizam a área de interferência com a vegetação e a necessidade de poda das árvores.

As Redes de Distribuição Secundária Isolada - RSIs são, desde 2004, adotadas como padrão único construtivo para as redes de distribuição de energia em baixa tensão. Nestes padrões de rede, a isolação e compactação dos condutores permitem maior proximidade dos galhos de árvores, sem o risco de provocar interrupções em caso de contato eventual e não permanente nos condutores. A RSI mitiga o impacto da distribuição de energia na flora e na fauna, reduzindo as necessidades de poda e os acidentes com animais.

As RDCs e RSIs representam 79,2% e 9,7 % do total de redes construídas em 2010, nas áreas urbana e rural, respectivamente.

- **Rede isolada**

Outra tecnologia de rede que tem sido estudada pela Copel é a rede aérea isolada. Trata-se de uma tecnologia de cabos isolados que permitem o contato permanente com a arborização. Este tipo de rede torna a necessidade de poda de árvores quase nula.

- **Rede Subterrânea**

A rede subterrânea, além do baixo impacto na arborização, é a de melhor aspecto estético, mitigando o impacto visual das redes aéreas e melhorando o conforto e a qualidade de vida da população.

Em 2010, foi concluída a implantação das redes subterrâneas no Novo Centro, em Maringá, com 3 km de extensão e na saída das Subestações Xaxim, Santa Felicidade, Campina do Siqueira, em Curitiba e da Subestação Jardim Bandeirantes, em Londrina, totalizando 17 km de rede.

A Companhia conta hoje com aproximadamente 100 km de rede de média tensão, 206 km de rede de baixa tensão e 2000 caixas e poços de inspeção. Muitos empreendimentos estão em fase de implantação (projetos, estudos e construção), a exemplo de: rede do Parque Nacional do Iguaçu (13 km); atendimento às comunidades no litoral do Paraná (35 km).

A Copel, em parceria com projetistas, empreendedores e fornecedores, também estuda e viabiliza redes subterrâneas no interior de condomínios residenciais.

5.3.4. Utilização de óleo vegetal como fluido isolante

Os óleos vegetais isolantes, além de ser provenientes de fontes renováveis, são mais biodegradáveis que os óleos minerais. Desta forma, espera-se diminuir os danos ambientais ocasionados por vazamentos devido a acidentes ou furto destes equipamentos com o uso do óleo vegetal.

Por ser bastante recente a utilização de óleo vegetal como fluido isolante, não há dados suficientes de campo que comprovem seu desempenho ao longo do tempo. Por esta razão, a Copel vem realizando estudos e pesquisas em transformadores e disjuntores de distribuição através da implantação gradual de equipamentos isolados a óleo vegetal, conforme segue:

- **Foz do Iguaçu** - 21 transformadores de 15 kV - 500 kVA na rede subterrânea;
- **Cascavel** - 17 transformadores de 15 kV - 112,5 kVA na rede aérea do entorno do lago municipal, 5 transformadores de 15 kV - 75 kVA na rede aérea do Parque Tarquinio e 4 disjuntores, nas tensões de 15 e 34,5 kV, em Subestações;

- **Maringá** - 18 transformadores de 15 kV - 112,5 kVA na rede subterrânea e 12 transformadores de 13,8 kV – 500 kVA;
- **Curitiba** - 2 transformadores de 15 kV - 75 kVA na rede aérea do Almoarifado Central da Copel e 3 reguladores de tensão de 34,5 kV - 400 kVA.

Todos os equipamentos que utilizam óleo vegetal isolante estão sendo monitorados através de análises físico-químicas e de gases dissolvidos para obtenção de dados que possibilitem a avaliação de seu desempenho em campo. Com isso, será possível fazer uma avaliação da viabilidade técnica, operacional e financeira, da utilização do óleo vegetal isolante como opção para aplicação como fluido isolante e de refrigeração em equipamentos elétricos, visando a definição de uma política futura de utilização de óleo vegetal isolante na Companhia.

Em outubro de 2010, doze novos transformadores subterrâneos, 500 kVA 13,8kV-220/127V isolados a óleo vegetal isolante foram instalados no Novo Centro de Maringá.

Em 24.05.2010, visando à continuidade dos estudos, a Copel instalou um transformador, em uma subestação de distribuição, isolado a óleo vegetal de Crambe, para monitoramento constante de seu desempenho. A escolha desta oleaginosa se deu pelo fato de que a mesma não compete com as oleaginosas utilizadas na cadeia alimentar humana e/ou animal comparativamente às comumente utilizadas para produção de óleo vegetal isolante: milho, soja e girassol. O Crambe é uma oleaginosa que produz até 38% de óleo em sua semente, não comestível, podendo ser utilizada como cobertura de solo em períodos de entressafra. Todo o seu cultivo é mecanizado, utilizando os mesmos equipamentos para plantio de soja e milho.

5.3.5. Programa de Eficiência Energética - PEE

O PEE, desde 1999, visa evitar ou adiar impactos ambientais negativos associados à construção e manutenção de SEs e RDs, entre eles os impactos associados a utilização de materiais, por meio da eficiência no uso da energia em entidades beneficiadas (instalações municipais, escolas e entidades assistenciais e de pesquisa). As “vans de eficiência energética” são centros móveis de aprendizagem interativa com recursos pedagógicos fundamentados na LDB da Educação Nacional, voltados ao combate ao desperdício e a mudança de hábitos dos consumidores.

5.4. Gestão de recursos naturais

5.4.1. Materiais

No que diz respeito à aquisição de materiais, a Copel possui ações diretamente ligadas e alinhadas com sua Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial. No sistema de Cadastro de

Fornecedores - CDF, que existe há mais de 30 anos, o fornecedor é identificado e classificado, considerando como critérios os aspectos técnicos, jurídicos, de regularidade fiscal, responsabilidade social e ambiental e aspectos econômico-financeiros, o que ajuda a assegurar disponibilidade de fornecimento no longo prazo.

A Copel desenvolve seus fornecedores de materiais e equipamentos por meio de avaliações industriais e homologação de materiais. Nas avaliações industriais, que fazem parte do processo de cadastramento de fornecedores desde 1985, o responsável pela avaliação conduz esta atividade indicando oportunidades de melhoria nas instalações e processos desse fornecedor, estabelecendo, assim, um ciclo de melhoria que permite seu desenvolvimento e ampliação da oferta e sustentabilidade da cadeia.

- **Reciclagem e reaproveitamento de materiais**

Desde 2005, a Copel realiza a reciclagem da sucata de cabos de alumínio retirados da rede de energia elétrica. A alternativa é a mais adequada sob os pontos de vista técnico, econômico, ambiental e social, pois a sucata não é reaproveitada como cabo, mas sim reprocessada, originando a matéria prima para a produção de novos cabos. Em 2010, foram encaminhadas para reciclagem 246 toneladas de sucata de alumínio, obtendo em retorno 170 km de cabo de alumínio isolado e 75 toneladas de cabo de alumínio nu.

Os transformadores retirados do sistema elétrico são encaminhados para avaliação técnica e triagem dos inservíveis e recuperáveis. Após a recuperação, os equipamentos são reincorporados aos estoques da empresa. Em 2010, foram recuperados 7.040 transformadores, monofásicos e trifásicos, sendo 3.008 recuperados internamente e 4.032 externamente.

Outra iniciativa relativa ao reuso de materiais é a recuperação de medidores danificados retirados das unidades consumidoras. Pequenos reparos são realizados internamente, sendo encaminhados para empresas especializadas em recuperação aqueles cuja necessidade técnica demanda maiores reparos e troca de peças. Na etapa seguinte, os medidores são encaminhados ao posto de ensaios, autorizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, existente na Copel, onde são realizados ensaios metrológicos e verificação técnica para serem liberados e reutilizados. Em 2009, foram recuperados 94.709 medidores, sendo de 92% o índice de recuperação de medidores danificados retirados das instalações consumidoras. Em 2010, foram recuperados 120.000 medidores.

- **Utilização de Papel e Plástico**

No decorrer de 2009, foi implantado o uso de papel reciclado na Companhia, refletindo mudanças culturais, participação efetiva e engajamento dos empregados à nova prática adotada. Em 2010, foram utilizadas aproximadamente 63,5 milhões de folhas de papel. Destas, cerca de 80% foram folhas de papel reciclado, representando um aumento de 62% em relação ao ano de 2009. Por outro lado, o consumo total de papel teve uma redução de 35% em relação a 2009, grande parte em função do autoenvolvimento de faturas, prática implementada no segundo semestre de 2010. O autoenvolvimento de faturas representou uma redução de, aproximadamente, 3.000.000 de envelopes por mês.

Em novembro de 2010, foi iniciado, em uma das instalações da Copel (Polo km3), onde trabalham cerca de 2.000 empregados, o projeto de substituição do uso de copos plásticos por xícaras de porcelana e copos de vidro, visando reduzir a geração de resíduos. A ação teve resultado positivo, com a redução na utilização de copos de plástico de aproximadamente 210.000 unidades por mês.

- **Consumo de Água**

As atividades da Copel não interferem nas áreas úmidas listadas pela Convenção de Ramsar (1971), que trata da conservação e uso racional de zonas úmidas, assim como o consumo de água não afeta significativamente ecossistemas e habitats naturais. No processo de geração de energia elétrica, ocorre simplesmente o turbinamento da água represada nos reservatórios, não sendo considerada, portanto, água consumida.

O sistema de resfriamento das usinas utiliza água bruta de corpos d'água superficiais e ocorre em circuito aberto, sem recirculação, exceto na Usina Elétrica a Gás - UEG Araucária, onde o reaproveitamento de água foi de 4,4% em 2010. A Copel não recicla a água utilizada em suas unidades administrativas.

Em 2010, o prédio da Unidade de Transmissão Norte, em Londrina, foi adaptado para aproveitar a água da chuva nas atividades que não demandam o uso de água tratada. Essa ação já resultou na economia de aproximadamente 1.000 m³ de água. Outras três agências na região de Ponta Grossa já instalaram o sistema de captação e armazenagem da água da chuva: Telêmaco Borba, Castro e Jaguariaíva.

O consumo de água, oriunda da rede pública de abastecimento, foi de 163.228 m³ em 2010, apresentando aumento de 6,3 % em relação ao consumo de 2009 — 153.597 m³.

5.4.2. Energia

O consumo próprio de energia elétrica refere-se ao funcionamento das sedes administrativas e pontos de apoio de subestações. O montante consumido, em 2010, foi de 24.748 MWh.

Tabela 5.1 - Consumo de energia por empregado

	2010	2009	2008
Consumo de energia por empregado (kWh/empregado)	2.778	2.691	2.960

O parque gerador da Companhia conta com duas usinas que utilizam combustível não renovável: Usinas Termelétricas Figueira e Araucária, que utilizam carvão mineral e gás natural, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta o consumo de combustíveis não renováveis nessas usinas no período de 2007 a 2010:

Tabela 5.2 - Energia direta produzida – Usinas Termelétricas

Usina Termelétrica Figueira				
Energia de Fonte Primária	2010	2009	2008	2007
Carvão mineral (t)	80.312	80.216	70.618	72.888
Carvão mineral (GJ)	2,09 x 10 ⁶	2,01 x 10 ⁶	2,80 x 10 ⁵	2,97 x 10 ⁵
Usina Termelétrica Araucária				
Energia de Fonte Primária	2010	2009	2008	2007
Gás natural (m ³)	273.056.374	195.644.368	149.429.548	356.936.073
Gás natural (GJ)	10,65 x 10 ⁶	7,69 x 10 ⁶	5,83 x 10 ⁶	1,39 x 10 ⁷

O consumo de combustíveis pela frota própria é apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 5.3 - Consumo de combustíveis pela frota própria

Combustível	2010		2009		2008	
	Quantidade	Energia (GJ)	Quantidade	Energia (GJ)	Quantidade	Energia (GJ)
Gasolina (l)	1.427.331	47,32 x 10 ⁶	1.356.964	44,98 x 10 ⁶	1.617.555	53,62 x 10 ⁶
Álcool (l)	1.038.429	24,94 x 10 ⁶	1.190.769	28,60 x 10 ⁶	1.108.700	26,62 x 10 ⁶
Gás Natural (m ³)	227,4	8,87	47,8	1,86	0	0
Diesel (l)	4.344.142	16,00 x 10 ⁷	4.460.271	16,42 x 10 ⁷	4.253.256	15,66 x 10 ⁷

5.5. Emissões

5.5.1. Emissões de gases do efeito estufa - GEE

A Copel realiza anualmente o inventário de gases do efeito estufa - GEE da empresa, baseado no modelo de cálculo do *GHG Protocol* Brasil. Ao elaborar o inventário de emissões, a Companhia optou pela escolha de reportar suas emissões com base na abordagem por controle operacional. Neste contexto, a Usina Termelétrica Araucária não entra nos valores relativos as emissões, assim como outros empreendimentos que a Copel possui participação.

De acordo com o inventário, as maiores fontes de emissão da Copel são a Usina Termelétrica Figueira e a frota da companhia.

A Companhia pretende melhorar a qualidade dos próximos inventários, incluindo emissões relativas às perdas de energia elétrica nos sistemas de transmissão e distribuição e utilizando uma abordagem de quantificação de emissões do gás hexafluoreto de enxofre - SF₆.

Tabela 5.4 - Emissões de CO₂ nas Usinas Termelétricas

Emissões de CO ₂ nas termelétricas (t)			
	2010	2009	2008
UTE Figueira	173.741	173.534	168.768
UTE Araucária	419.406	356.529	272.310

A frota de veículos destinada às atividades operacionais e ao transporte de pessoas a serviço da Companhia é adquirida com prioridade para os modelos que utilizam álcool como combustível. Quando necessária a aquisição de modelo a diesel, procura-se verificar atendimento às exigências legais quanto à emissão de poluentes. Na Copel o setor de transporte e demais áreas que fazem uso de veículos da companhia, realizam a prática de manutenções operativas, preventivas e corretivas, principalmente no que tange ao catalisador e ao sistema de escapamento, para controle da emissão de poluentes.

Apresentamos, a seguir, dados de emissões de CO₂ pela frota própria da Copel no período de 2008 a 2010:

Tabela 5.5 - Emissões de CO₂ pela frota própria

Combustível	2010		2009		2008	
	Quantidade	Emissão CO ₂ (t)	Quantidade	Emissão CO ₂ (t)	Quantidade	Emissão CO ₂ (t)
Gasolina (l)	1.427.331	3.097	1.356.964	2.945	1.617.555	3.510
Álcool (l)	1.038.429	1.433	1.190.769	1.643	1.108.700	1.530
Gás Natural (m ³)	227,4	0,4	47,8	0,1	0,0	0,0
Diesel (l)	4.344.142	11.382	4.460.271	11.686	4.253.255,7	11.143,5
Total	-	15.912	-	16.274	-	16.184

5.5.2. Outras emissões indiretas de gases do efeito estufa - GEE

As emissões referentes a compra de energia são publicadas no inventário de emissões de GEE da Companhia. Contudo, informações referentes ao escopo 3 - emissões de terceirizados, viagens aéreas e outros elementos não são considerados.

Demais emissões indiretas de gases causadores do efeito estufa não são consideradas significativas pela Copel.

5.5.3. Iniciativas para reduzir emissões de gases de efeito estufa - GEE

Em 2008, a Copel foi uma das empresas que aderiu ao Programa Brasileiro *GHG Protocol*. O programa busca promover a mensuração e a gestão voluntária das emissões de gases de efeito estufa - GEE, proporcionando aos participantes o acesso a instrumentos e padrões de qualidade

internacional para contabilização e elaboração de relatórios de GEE. O Programa também se propõe a constituir uma plataforma nacional para publicação de inventários de GEE corporativos e organizacionais.

A implementação do Programa é uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas - FGV, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS, o *World Resources Institute* - WRI e o *World Business Council for Sustainable Development* - WBSCD.

Em 2010, a Copel executou as seguintes atividades:

- Elaboração e divulgação no *site* da companhia do seu segundo inventário corporativo de gases de efeito estufa, de acordo com as definições iniciais do Programa Brasileiro *GHG Protocol*, tomando como base o ano de 2009;
- Publicação de informações sobre emissões de GEE no *Carbon Disclosed Project (CDP)*;
- Participação, em conjunto com outras empresas do setor elétrico, no projeto de P&D para a definição de uma metodologia para medição de emissões de GEE de reservatórios de usinas hidrelétricas;
- Realização de um projeto P&D, em conjunto com o Lactec, para medição de GEE na bacia de acumulação do reservatório da UHE Mauá nas fases de formação do reservatório, ou seja, antes, durante e após o enchimento do reservatório. O projeto está aprovado e as fases de estudo, modelagem e testes em laboratório já apresentam resultados. Este estudo possibilitará ao setor energético e, por conseguinte, a Copel, uma análise da formação dos gases de efeito estufa na formação dos reservatórios, podendo avaliar aos questionamentos que surgiram nos últimos anos a respeito do volume de emissões provocadas pelos reservatórios;
- Contratação de consultoria para elaboração de projeto MDL em aplicação ao empreendimento UHE Mauá, com o intuito de estudar e submeter a obtenção de créditos de carbono.
- Realização de estudo de mudanças climáticas pelo instituto MaxGaia, para levantamento de informações das publicações feitas nos assuntos relacionados a mudanças climáticas, ao setor energético e a região sul, com o intuito de avaliar os cenários existentes para as áreas de atuação da companhia.

A Companhia também adota a forma de reuniões por sistemas de teleconferência e videoconferência entre suas diversas unidades como forma de minimizar o deslocamento físico e uso de veículos da

Companhia, economizando assim, combustíveis e reduzindo as emissões de gases de efeito estufa.

5.5.4. Emissões de óxidos de enxofre e nitrogênio

As emissões de óxidos de nitrogênio - NO_x e dióxido de enxofre - SO₂ nas Usinas Termelétricas Figueira e Araucária, são apresentados na tabela a seguir. Os valores foram obtidos mediante análise efetuada nas referidas usinas e são relatadas ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Tabela 5.6 - Emissões de NOx e SO2

Emissões atmosféricas	2010	2009	2008
NO _x (t)	141	414	276
SO ₂ (t)	1.822	3.908	1.480

5.5.5. Emissões de Material Particulado - MP

As emissões de material particulado de fontes fixas ocorrem na Usina Termelétrica Figueira e são monitoradas semestralmente. Em 2010, o volume gerado foi de 26,47 toneladas.

5.5.6. Utilização de Substâncias Destruídores da Camada de Ozônio - SDO

A Copel utiliza gases destruidores da camada de ozônio apenas na operação e manutenção de ar condicionado de suas instalações. A companhia não possui em estoque tais substâncias, pois a reposição, quando necessária, é feita por empresas contratadas para realização deste serviço. Para tanto, a Copel possui Cadastro Técnico Federal no IBAMA e emite anualmente relatório consolidado de substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal.

5.5.7. Efluentes

O monitoramento de efluentes da Usina Termelétrica Araucária é realizado quinzenalmente pelo Lactec, que emite relatórios semestrais da qualidade de efluentes. Na Usina Termelétrica Figueira, o monitoramento é realizado pela própria empresa. São avaliados parâmetros físico-químicos e microbiológicos com o objetivo de avaliar o atendimento aos padrões de lançamento estabelecidos pela legislação.

Em 2010 foi dado início aos trabalhos visando a revitalização das Estações de Tratamento de Efluentes das usinas hidrelétricas, sendo realizado um levantamento das condições atuais. Como forma de controle são realizadas periodicamente análises de qualidade de água a montante e a jusante das usinas.

5.6. Resíduos

Em 2007, a Copel instituiu o Programa de Gestão Corporativa de Resíduos e constituiu uma Comissão Permanente responsável pela implementação do Programa, que tem como principais objetivos:

- (a) dotar a Companhia de gestão integrada do fluxo de materiais e resíduos;
- (b) definir e promover ações de sustentabilidade no processo de tratamento e destinação final de resíduos;
- (c) educar, difundir e integrar conceitos, ações e práticas da gestão de resíduos;
- (d) integrar todos os empregados ao trabalho de gestão corporativa de resíduos, promovendo troca de experiências, envolvendo as áreas e difundindo corporativamente suas boas práticas;
- (e) realizar intercâmbios de experiências com instituições públicas e privadas; e
- (f) colaborar na implementação de sistema de gestão socioambiental e na obtenção de certificações.

Em 2010, destacam-se as seguintes ações, no âmbito do Programa de Gestão Corporativa de Resíduos:

- Atualização de normas internas referentes à gestão de materiais e resíduos PCB (Ascarel), que estabelecem as regras e procedimentos para o manuseio, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final de líquidos isolantes, materiais, equipamentos e recipientes contendo Ascarel ou que entraram em contato com esta substância;
- Elaboração e publicação de normas internas estabelecendo os procedimentos para o transporte terrestre de produtos, resíduos e equipamentos fixos e móveis que contenham substâncias perigosas, assim como os procedimentos para a contenção, recolhimento e destinação de substâncias perigosas provenientes de vazamentos e derramamentos acidentais nas carrocerias dos veículos;
- Elaboração de normas internas para o manejo ambientalmente adequado dos seguintes resíduos: baterias chumbo-ácido; lâmpadas fluorescentes; materiais com amianto; pilhas usadas; pneus; resíduos de construção e demolição civil; e rejeitos radioativos.
- Elaboração, implementação e monitoramento de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS para o Polo administrativo km3, para a Oficina de Manutenção Eletromecânica de Maringá e para a obra da Unidade de Regeneração de Óleos Isolantes - Utrol, em Cascavel. Para 2011, está prevista a elaboração de PGRS para outras 47 unidades da Companhia, incluindo Usinas, PCHs, Unidades Administrativas, Agências, Subestações e Unidades de Manutenção. Também serão revisados os Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS;
- Diagnóstico das condições das estruturas de armazenamento e manuseio de resíduos, equipamentos e produtos químicos (Depósito de Resíduos Perigosos Classe I, Pátio para Resíduos Não Perigosos Classe II e Pátio de Armazenamento de Equipamentos com Óleo Mineral e área de Armazenamento de Produtos Químicos) nas instalações de Curitiba, Ponta

Grossa, Cascavel, Londrina e Maringá. Os diagnósticos resultaram em planos de ação, que deverão ser implantados objetivando a correção das não conformidades identificadas;

- Elaboração de rótulos para transporte e de Fichas de Emergência para produtos químicos manipulados na Companhia;
- Participação, pela terceira vez consecutiva, do evento Reciclação - Feira Brasileira de Reciclagem, Preservação & Tecnologia Ambiental.

Os resíduos perigosos classe I gerados na Companhia são encaminhados a empresas especializadas no tratamento e disposição final, devidamente licenciadas para tais atividades. Para os resíduos críticos, são realizadas vistorias nestas empresas visando garantir o pleno atendimento das cláusulas contratuais e da legislação social e ambiental vigente.

A tabela a seguir apresenta dados do tratamento e destinação final de resíduos perigosos gerados na Companhia:

Tabela 5.7 - Destinação final de resíduos perigosos

Resíduo	Unidade	Quantidade			Método de tratamento / disposição final	Custo (R\$ mil)
		2010	2009	2008		
Ascarel	t	12,8	-	-	descontaminação e reciclagem de carcaças metálicas impermeáveis de equipamentos. Incineração do óleo e de sólidos permeáveis contaminados	160,2
Óleo mineral isolante	l	259.958,0	201.770,0	270.687,0	regeneração	53,5
Resíduos contaminados com óleos e solventes	t	38,5	21,3	30,5	co-processamento em fornos de indústria de cimento	19,7
Panos contaminados com óleos e solventes	un	49.800,0	56.160,0	50.880,0	reaproveitamento após lavagem industrial	41,4
Solo contaminado com óleos	m ³	8,0	-	-	aterro industrial classe I	15,0
Lâmpadas fluorescentes (vapor de mercúrio e mistas)	un	182.272,0	-	234.329,0	desmercurização e reciclagem	82,0
Telhas de amianto	t	54,4	-	-	aterro industrial classe I	21,7
Clorogênio	kg	30,0	-	-	aterro industrial classe I	

Com o objetivo de buscar um destino sustentável para os resíduos orgânicos, em algumas áreas e locais da empresa, vem sendo desenvolvida a técnica de compostagem. Aplicada a resíduos resultantes do preparo e da sobra de refeições, oriundas de refeitórios e de vegetais gerados em serviços internos de ajardinamento e poda de árvores, traz como resultado um composto rico em nutrientes minerais, o qual é aplicado em áreas degradadas e de jardinagem nas instalações da Companhia.

Demais resíduos não perigosos são reutilizados internamente ou alienados em licitação pública considerando sua destinação para reciclagem e reaproveitamento.

5.7. Eliminação de Ascarel - manuseio e destinação final ambientalmente adequada

A Copel vem realizando de forma progressiva o inventário de equipamentos elétricos isolados a PCB. Os equipamentos PCB são encaminhados para destinação final através da contratação de empresa licenciada para descontaminação e reciclagem de carcaças metálicas impermeáveis de equipamentos e incineração do óleo e de sólidos permeáveis contaminados.

Atualmente, a Copel possui 8 transformadores de potência isolados a PCB (nível alto) em operação, totalizando 8.380 litros deste fluido. Estes equipamentos estão localizados na Usina Termelétrica Figueira e serão destinados adequadamente quando da modernização da Usina, prevista para 2011.

A Copel também realiza inventário de equipamentos elétricos isolados a óleo mineral que possam estar contaminados com PCB (nível baixo). Até 2010, foram realizadas análises do teor de PCB em óleo mineral isolante, pela norma ABNT NBR 13882 - Líquidos Isolantes Elétricos - Determinação do Teor de Bifenila Policlorada (PCB), dos transformadores de potência na Companhia. Os resultados deste inventário estão apresentados na tabela abaixo.

Tabela 5.8 - Equipamentos isolados a óleo mineral isolante contaminados por PCB (PCB - nível baixo)

	Copel Distribuição S.A.	Copel Geração e Transmissão S.A.
Total de transformadores de potência isolados a óleo mineral	724	193
Total de transformadores de potência analisados quanto ao teor de pcb no óleo isolante	588	132
Total de transformadores de potência analisados que apresentam teor de pcb maior que 50 mg/kg	107	2
Volume de óleo mineral isolante com teor de pcb maior que 50 mg/kg	520.937	66.000

Nos dias 18 e 19.11.2010, a Copel participou da “Oficina sobre Gestão, Eliminação e Disposição Final de Bifenilas Policloradas - PCBs” promovida pelo Ministério do Meio Ambiente (MME) que teve por finalidade promover a discussão sobre a proposta de Plano de Ação para a elaboração e implementação do Plano Nacional de PCB, em atendimento à Convenção de Estocolmo. O objetivo da Copel é alinhar as diretrizes da Companhia às diretrizes do Plano Nacional de PCB. Para tanto, realizou, em 16 de dezembro de 2010, um workshop com a finalidade de promover o envolvimento e a disseminação do tema nas diversas áreas da empresa. Em Dezembro, foi constituído grupo de trabalho “Óleos Minerais Isolantes Contaminados com PCB” na Copel, com o objetivo de ordenar as várias medidas e iniciativas já adotadas pelas diversas áreas da Companhia no que concerne à questão e implementar novas medidas.

Em 2011, será dada continuidade a realização de análise do teor de PCB em óleo mineral isolante, pela norma ABNT NBR 13882 - Líquidos Isolantes Elétricos - Determinação do Teor de Bifenila Policlorada - PCB, em equipamentos elétricos que ainda não tiveram seu óleo analisado.

5.8. Derramamentos significativos

Em 2010, não ocorreram derramamentos significativos nas operações da Copel, apenas pequenos vazamentos de óleo mineral isolante decorrentes de furto de transformadores e defeitos em equipamentos isolados a óleo.

Em setembro e outubro de 2010, ocorreram dois derramamentos de produtos químicos às margens da represa do Capivari (reservatório da UHE Governador Parigot de Souza - GPS), ocasionados pelo tombamento de caminhões de terceiros, um carregado com óleos e graxas lubrificantes e outro com manta e resina asfáltica. Logo após a comunicação destes acidentes, a equipe da área de Meio Ambiente da Copel se deslocou até o local para avaliar os possíveis impactos e tomar as primeiras medidas de contenção. Simultaneamente, as empresas responsáveis pelas cargas foram acionadas para que tomassem as medidas necessárias para contenção e recuperação ambiental das áreas afetadas pelos derramamentos.

5.9. Programa de Gestão da Biodiversidade

A Copel, com a finalidade de contribuir ativamente para a conservação da biodiversidade do Paraná, instituiu o Programa de Gestão da Biodiversidade, que tem como estratégias: a) utilizar o potencial das áreas naturais bem conservadas pertencentes à Companhia que não sejam áreas de preservação permanente ou reserva legal, prevendo sua transformação em unidades de conservação, notadamente em reserva particular do patrimônio natural - RPPN; b) estimular a recuperação ambiental das áreas naturais pertencentes à Companhia, representativas das várias regiões fitogeográficas do Estado, localizadas em espaços administrativos e operacionais; bem como a conservação da biodiversidade das bacias hidrográficas formadoras dos reservatórios da Copel; c) implementar ações para contribuir para a formação dos corredores de biodiversidade do Paraná; d) incentivar as áreas de construção e manutenção da Companhia a adotar métodos de minimização de impactos sobre a biodiversidade em seus projetos; e e) promover a sinergia com os programas corporativos já existentes.

5.9.1. Recuperação da biodiversidade em áreas degradadas

O principal trabalho de recuperação de áreas degradadas está concentrado nos canteiros de obras das usinas hidrelétricas da Copel, antigas áreas que durante a construção abrigaram estruturas civis. O objetivo final é a restauração do ecossistema, a fim de que retornem à sua fisionomia original. Nas instalações das linhas de transmissão é realizada a recomposição vegetal com hidrossemeadura, visando recuperar locais com solo exposto, evitando processos erosivos.

Para tanto, a Copel produz, nos Hortos Florestais, espécies arbóreo/arbustivas que, no ano de 2010, totalizaram 201.712 mudas. Visando atender a demanda de mudas no estado todo e considerando a importância de se obter sementes locais para manter a variabilidade genética de cada ecossistema, a Copel criou em 2010 dois novos viveiros de mudas (totalizando 6 viveiros) e, desta forma, abrange todas as unidades fitogeográficas do estado do Paraná, são elas:

Tabela 5.9 - Viveiros de mudas

Viveiros da Copel	Unidade Fitogeográfica
Viveiro UHE GPS	Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica)
Viveiro UHE GBM	Ecótone Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Mista
Viveiro UHE GNB	Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária)
Viveiro UHE GJR	Floresta Estacional Semidecidual
Viveiro UHE MUA	Ecótone Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Mista
Viveiro UHE Mourão	Savana (Cerrado)

Em 2010, o Horto Faxinal do Céu foi elevado a categoria de Jardim Botânico por suas características paisagísticas e de conservação *ex-situ* das espécies.

5.9.2. Programa de criação de unidades de conservação

A Copel possui várias áreas, em diversos biomas, altamente preservadas. São elas: 10.000 hectares localizados na Serra do Mar Paranaense - Floresta Ombrófila Densa; 500 hectares localizados na Floresta Ombrófila Mista; 100 hectares localizados na Estepe Gramíneo Lenhosa, ou Campos Gerais; 120 hectares em áreas de várzeas (Áreas Úmidas); e 120 hectares em área de Floresta Estacional Semidecidual. O Grupo de Trabalho de Unidades de Conservação, formado por técnicos da Copel e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, estudou estas áreas e propôs a transformação de 5.838 hectares em Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, localizadas na Floresta Ombrófila Densa, na Serra do Mar Paranaense.

Em julho de 2009, a proposta foi aprovada pela Diretoria da Copel e em outubro, a documentação do processo foi encaminhada para análise e anuência da Aneel para a continuidade dos trabalhos. Em 2010, foram realizadas reuniões técnicas com a Aneel onde foram feitas complementações de dados e na documentação.

Além das áreas supra citadas, o quadro a seguir apresenta outras áreas da Companhia, já transformadas em Unidades de Conservação:

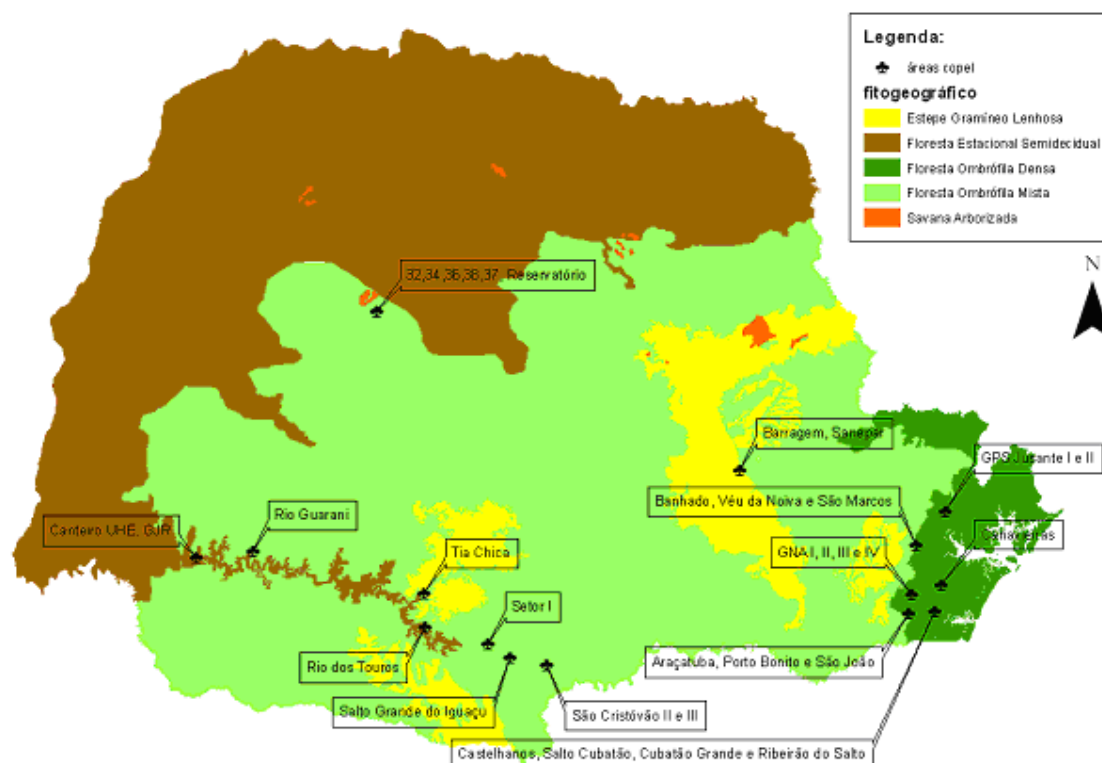
Tabela 5.10 - Unidades de Conservação Criadas pela Copel

Unidades de conservação criadas pela Copel ⁽¹⁾			
Denominação do imóvel	Área (ha)	Município	Nome da Unidade de Conservação
UHE Mourão	560,40	Campo Mourão	Parque Estadual do Lago Azul
	1.266,96	Campo Mourão, Luiziana	
UHE Gov. Ney Braga	1.231,06	Pinhão	Estação Ecológica do Rio dos Touros
UHE Derivação do Jordão	423,12	Candói e Reserva do Iguaçu	Estação Ecológica Tia Chica
UHE Gov. José Richa	107,27	Capitão Leônidas Marques	Parque Estadual Rio Guarani

(1) Unidades de conservação criadas pela Companhia em decorrência de seus empreendimentos e repassadas ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP para administração.

Tabela 5.11 - Propriedades da Copel localizadas em unidades de conservação

Unidade de Conservação	Categoria da IUCN	Município	Área (ha)	Tipo de operação
APA Estadual de Guaratuba	V	São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Guaratuba e Morretes	10.400	Geração, transmissão, distribuição de energia
APA Estadual da Escarpa Devoniana	V	Ponta Grossa, Carambeí e Castro	129	Geração, transmissão, distribuição de energia
Parque Estadual Pico do Marumbi	II	Morretes	225,98	Geração, transmissão, distribuição de energia
Parque Estadual Pico do Paraná	II	Antonina	865,18	Geração e distribuição de energia
Parque Estadual do Lago Azul	II	Campo Mourão e Luiziana	1827,36	Geração, transmissão, distribuição de energia
Estação Ecológica Tia Chica	Ia	Candói e Reserva do Iguaçu	423,12	Distribuição de energia
Estação Ecológica Rio dos Touros	Ia	Pinhão	1231,06	Geração e distribuição de energia
Parque Estadual Rio Guarani	II	Três Barras do Paraná	2235	Geração, transmissão, distribuição de energia


Figura 5.1 - Localização das áreas por unidades fitogeográficas do Estado do Paraná

5.9.3. Projeto Muriqui

O Projeto Muriqui visa à conservação dos muriquis que habitam uma área sob a linha de transmissão Bateias—Jaguariaíva, no município de Castro - PR. O grupo, encontrado durante a construção da linha, é o único já registrado no Estado do Paraná e é uma espécie de primata reconhecida nacional e internacionalmente como ameaçada de extinção. A pesquisa que será realizada através do projeto subsidiará as ações para a conservação da espécie. A contratação desta pesquisa se dará através de convênio com a Sociedade para Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS, com parceria de outros pesquisadores e biólogos renomados, para subsidiar as ações de conservação da espécie. A documentação para o convênio já estava pronta quando o processo teve que ser paralisado no início de 2010, devido ao acesso à fazenda que abriga grande parte da área de vida dos muriquis ter sido vetado pelo proprietário. Para o projeto ser viável novamente, a SPVS precisou estabelecer parceria com duas empresas cujas reservas legais (20% da área da propriedade com vegetação nativa) fazem parte da área de vida dos muriquis. Após sucesso na parceria foi dada continuidade ao processo de convênio, o qual será estabelecido em 2011.

5.9.4. Projeto Dunas e Restingas

Coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA e pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, conta também com a ativa participação da Copel. A restinga é considerada Área de Preservação Permanente (APP), o que garante a preservação da orla. Em 2009, a Copel, a Sema e o Batalhão de Polícia Ambiental do Estado assinaram protocolo de intenções doando às Associações de Surf, idealizadoras do projeto, 5,1 mil postes de eucalipto da Copel para isolar áreas de restinga e de formação de dunas.

A instalação dos postes deu-se em 2010 e hoje a orla paranaense dos municípios de Guaratuba, Pontal do Paraná e Matinhos está com suas áreas de restinga protegidas contra a entrada de veículos e com a real possibilidade de recuperação do ambiente. A iniciativa, alinhada com a política de sustentabilidade e cidadania empresarial, contribui para o retorno da biodiversidade e educação ambiental da população.

5.9.5. Controle de espécies ameaçadas na UHE Mauá

A UHE Mauá e o seu reservatório abrangerão uma área total de 9 mil hectares, dos quais 3 mil hectares são atualmente cobertos por florestas em diversos estágios sucessionais. O levantamento de vegetação realizado no EIA/RIMA e o inventário florestal para supressão identificaram a ocorrência de 4 espécies presentes na lista de espécies ameaçadas de extinção do Ibama (lista federal) e 20 espécies presentes na lista de espécies ameaçadas do IAP (lista estadual), sendo que 3

apresentam status “Em perigo” e 17 apresentam o status “Rara”.

Atualmente, o viveiro da UHE Mauá está produzindo mudas de 33 espécies, sendo que 6 destas estão presentes na lista de espécies ameaçadas do IAP.

5.10. Fontes de energia renováveis

A busca por fontes renováveis de energia é um dos temas mais importantes da atualidade. Atenta a esta nova fronteira de oportunidades e à necessidade de diversificação da sua matriz energética, a Copel tem o desafio de estudar e prospectar oportunidades de negócios com fontes não agressivas ao patrimônio natural, renováveis, não poluentes, geradoras de renda e fomentadoras do desenvolvimento social. Algumas das ações em desenvolvimento são:

- **Energia fotovoltaica**

Em 2010, a Copel, em parceria com a Universidade Federal do Paraná - UFPR, Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e Universidade de São Paulo - USP, iniciou a estruturação de um projeto de pesquisa e desenvolvimento - P&D+I Aneel visando a tornar painéis fotovoltaicos e baterias mais eficientes, por meio do desenvolvimento de novos materiais e novas tecnologias.

Está previsto para o ano de 2011 o desenvolvimento de outro P&D+I Aneel, com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, com o objetivo de buscar inovações em equipamentos de retificação e proteção em instalações de painéis fotovoltaicos.

- **Projeto microalgas**

Em outubro de 2009, foi assinado convênio de cooperação técnico-científica entre Copel, Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar e Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio - Fapeagro, para o projeto de P&D “Desenvolvimento de Tecnologias para a Produção de Microalgas como Fonte de Óleo para a Produção de Biocombustíveis e Aproveitamento de Coprodutos”. Seu desafio é desenvolver competência tecnológica no Paraná, buscando o estado da arte nesta área: produção de energéticos diversos como o hidrogênio, querosene de aviação, diesel, gasolina e álcool a partir do óleo extraído de microalgas cultivadas em fotobiorreatores.

O Projeto teve início efetivo em janeiro de 2010, sendo dedicado à implantação da estrutura de pesquisa no Iapar e ao início das pesquisas. A principais atividades desenvolvidas foram as seguintes: inauguração do laboratório de microalgas; pesquisa, desenvolvimento e construção de fotobiorreator de bancada; coleta de 102 espécies nativas em lagos e esgotos da região de Londrina;

identificação e catalogação de 72 espécies nativas; aquisição, cultivo e estudos de 8 cepas da Universidade do Texas; pesquisa, desenvolvimento e elaboração do mapa de cultivo para microalgas do Paraná; realização do 1º Workshop do Projeto Microalgas em Londrina; e descoberta de uma espécie nativa no efluente de criação de suínos.

- **Produção de biogás com microalgas**

Produção de biogás por meio da biodigestão anaeróbia da biomassa de microalgas encontradas nos reservatórios das usinas hidrelétricas de Foz do Areia e Alagados.

O projeto, desenvolvido em parceria com o Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar, consiste em três etapas de execução: **i)** coleta e análise laboratorial da biomassa algal, visando determinar o nível da atividade metanogênica; **ii)** ampliação da escala laboratorial para a produção de biogás em biodigestores de pequeno porte; **iii)** produção do biogás em escala comercial, considerando a viabilidade técnica e econômica do projeto.

Em janeiro de 2010, teve início o monitoramento dos corpos d'água com o objetivo de verificar a presença de microalgas. Apesar de não ter sido identificada a presença em níveis que suprissem a demanda requerida para viabilização do projeto, em abril, foi realizada a primeira coleta nos reservatórios estudados, visando a criação em laboratório dos microorganismos, porém, sem resultados satisfatórios. Desta forma, os trabalhos de monitoramento dos reservatórios das usinas estudadas continua sendo realizado e a execução do projeto aguarda a ocorrência da proliferação de microalgas.

- **Projeto políticas públicas & energias renováveis**

Iniciado em fevereiro de 2010, o projeto parte da constatação de que grande parte dos projetos com fontes renováveis de energia depende de políticas públicas e corporativas voltadas para seu fomento, de modo a assegurar sua viabilidade econômico-financeira.

Desenvolvido em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, a Universidade Federal do Paraná - UFPR, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IpardeS, o Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar e a Sociedade Brasileira de Planejamento Energético - SBPE, o projeto tem as seguintes finalidades: Pesquisar e propor políticas públicas e corporativas para o desenvolvimento de fontes renováveis de energia; Pesquisar as políticas públicas implantadas nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) para identificar oportunidades de desenvolvimento para o Estado

do Paraná e novos negócios para a Copel.

Neste ano, as atividades de pesquisa resultaram na organização do 1º Workshop de Políticas Públicas e Energia Renovável, ocorrido na Copel e que contou com a presença de palestrantes especialistas e de pesquisadores das instituições parceiras. Também resultou na publicação do livro científico denominado "Dossiê de pesquisa: fontes renováveis de energia" que reúne 48 pesquisadores em 13 artigos que tratam de pesquisas na área.

5.11. Veículo elétrico

Em 2007, a Copel assinou o termo de inclusão ao convênio para parceira no projeto de pesquisa de viabilidade técnica e econômica de veículos movidos à eletricidade, Projeto VE, desenvolvido e gerido pela Itaipu Binacional e *Kraftwerk Oberhasli AG - KWO*. Neste convênio foi também incluída a participação da Eletrobras, além de outras concessionárias de energia, da Fiat, Weg e Correios.

Em outubro de 2010, a Copel colocou em circulação o primeiro táxi elétrico do Brasil. Ao mesmo tempo, a Companhia inaugurou seu primeiro eletroposto, equipamento que faz a recarga das baterias do veículo, e que foi instalado na área de desembarque do terminal. O veículo elétrico ficará disponível para uso e experimentação dos passageiros que desembarcam no Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Para este projeto experimental do táxi elétrico, a Copel firmou um convênio com a Infraero, Prefeitura de São José dos Pinhais e Cooperativa Aerotáxi. O uso do veículo como táxi tem o objetivo de iniciar um estudo sobre o impacto que esta nova tecnologia terá no sistema elétrico quando este tipo de automóvel começar a ser utilizado.

5.12. Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D voltados ao meio ambiente

5.12.1. Projetos encerrados

- **Geração de energia a partir de etanol: reformador integrado a célula a combustível.**

Duração: 2004 a 2009.

Objetivos: **i)** desenvolvimento de novos materiais para reforma catalítica de etanol a hidrogênio; **ii)** construção de reator de reforma de etanol; e **iii)** acoplamento do reator a uma célula de pequeno porte. Foram desenvolvidos e testados catalisadores para a reforma de etanol (processo de obtenção de hidrogênio). **Resultados:** **i)** os catalisadores desenvolvidos apresentaram resultados razoáveis de conversão de etanol em hidrogênio, porém o projeto apontou para a necessidade do desenvolvimento de catalisadores mais eficientes e estáveis; **ii)** foram definidos os parâmetros

básicos para o projeto de um reator de reforma de etanol; e **iii**) o estudo do balanço de planta de uma célula a combustível a gás natural permitiu a obtenção do conhecimento necessário para a integração de um reator de reforma de etanol a uma célula combustível de pequeno porte.

Investimento: R\$1.944.527,62

- **Aplicação de biodiesel e de misturas à base de diesel/biodiesel e diesel/etanol/aditivo em grupos geradores.**

Duração: 2006 a 2009.

Sobre o projeto: foi estudada substituição do diesel utilizado em geradores de energia elétrica por novas alternativas de combustível, em especial as provenientes de fontes renováveis (biodiesel). A partir dos resultados, a Copel teve um parâmetro seguro das vantagens e desvantagens do uso de biodiesel em grupos geradores e dos cuidados associados à sua aplicação, além de propiciar uma alternativa de geração com vantagens ambientais em comparação com o diesel e substituí-lo por um combustível renovável e de origem nacional.

Investimento: R\$ 1.222.700,30

5.12.2. Novos projetos

- **Avaliação de Gases de Efeito Estufa (GEE) da área de influência de reservatórios em construção - Estudo de Caso: Mauá.**

Duração: 2010 -2013.

Objetivo: estudar a emissão de GEE em reservatórios em construção.

Sobre o projeto: Determinar a contribuição da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Mauá em relação a emissão de gases de efeito estufa por meio da modelagem do reservatório e determinação dos pontos de medição na região que será alagada. Será realizada a modelagem das condições pelas quais o reservatório sofrerá os efeitos contribuintes: sedimentação, climatologia, hidrologia, e demais áreas de pesquisa. Com estas informações, serão escolhidos os pontos de coleta. As medições serão realizadas antes, durante e após o enchimento do reservatório, avaliando-se a formação de gases de efeito estufa.

Investimento: R\$ 2.404.376,00

5.13. Indicadores socioambientais

Dimensão ambiental					
Indicadores ambientais					
Recuperação de áreas degradadas	2010	2009	2008	2007	Observações importantes
Área preservada e/ou recuperada por manejo sustentável de vegetação sob as linhas de transmissão (em ha)	30,01	118,52	45,21	83,98	(1)
Área preservada/total da área a ser desmatada nas obras de linhas de transmissão (%)	87	84,00	87,00	ND	(2)
Rede protegida isolada (rede ecológica ou linha verde) na área urbana (em km)	8453	5694	4590	3442	
Percentual da rede protegida isolada/total da rede de distribuição na área urbana (%)	79,2	10,8	8,9	6,5	
Gastos com gerenciamento do impacto ambiental (arborização, manejo sustentável, com equipamentos e redes protegidas) (R\$ mil)	90.796	78.781	74.560	21.283	
Quantidade de acidentes por violação das normas de segurança ambiental	0	0	0	0	
Número de autuações e/ou multas por violação de normas ambientais	0	3	4	4	
Valor incorrido em autuações e/ou multas por violação de normas ambientais (R\$ mil)	0	33	278	37	(3)

(1) Considerado a extensão de área onde se utilizou o procedimento de alteamento das estruturas visando à preservação da vegetação sob as linhas de transmissão.

(2) Corresponde ao percentual de áreas que foram preservadas na construção das linhas de transmissão.

(3) Valores referentes às multas aplicadas no ano e não aos valores pagos.

Geração e tratamento de resíduos					
Emissões					
Volume anual de gases do efeito estufa (CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFC, PFC, SF ₆), emitidos na atmosfera (em toneladas de CO ₂ equivalentes) - Frota da Copel	14.563	16.274	16.712	16.949	
Volume anual de gases do efeito estufa (CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFC, PFC, SF ₆), emitidos na atmosfera (em toneladas de CO ₂ equivalentes) das UTEs Figueira e Araucária	593.147	530.063	441.078	758.163	
Efluentes					
Volume total de efluentes industriais (m ³ /ano)	50,19*10 ⁶	50,19*10 ⁶	50,19*10 ⁶	50,19*10 ⁶	(4)
Volume total de efluentes industriais com tratamento (m ³ /ano)	50,19*10 ⁶	50,19*10 ⁶	50,19*10 ⁶	50,19*10 ⁶	
Percentual de efluentes industriais tratados (%)	100	100	100	100	

(4) UTE Figueira responde por 98% do volume de efluentes.

Manejo de resíduos perigosos					
Percentual de equipamentos substituídos por óleo mineral isolante sem PCB (ascarel) no processo de distribuição de energia	100	100	100	100	(5)
Percentual de equipamentos substituídos por óleo mineral isolante sem PCB (ascarel) no processo de geração de energia (%)	72	72	72	27	(6)
Percentual de lâmpadas descontaminadas em relação ao total substituído na Companhia	100	100	0	100	
Percentual de lâmpadas descontaminadas em relação ao total substituído nas unidades consumidoras	ND	ND	ND	ND	
Gastos com tratamento e destinação de resíduos tóxicos (incineração, aterro, biotratamento etc.) (R\$)	R\$ 393.528,35	229.036,42	656.755,11	1.368.390,61	

(5) Todos os equipamentos cadastrados, isolados a ascarel, foram substituídos em 2006.

(6) Valor acumulado. O percentual informado refere-se ao resíduo descartado e não apenas à retirada do equipamento.

Uso de recursos no processo produtivo e em processos gerenciais da organização					
Consumo total de energia (em kWh)	24.748.000	23.864.606	23.028.866	23.400.610	
Consumo de energia por kWh distribuído (vendido)	0,0010176	0,001094	0,001081	0,001144	
Consumo total de combustíveis pela frota de veículos da Companhia por quilômetro rodado					

- diesel	0,143	0,142	0,137	0,147	
- gasolina	0,099	0,098	0,097	0,123	
- álcool	0,114	0,117	0,116	0,110	
- gás natural	0,088	0,077	0	0	
Consumo total de água por fonte (em m3):					
- abastecimento (rede pública)	163.228	151.589	545.905	556.875	
- fonte subterrânea (poço)	ND	ND	ND	ND	
- captação superficial (cursos d'água)	ND	ND	ND	ND	
Consumo total de água (em m3)	163.228	153.597	545.905	556.875	
Consumo de água por empregado (em m3)	18,33	17,71	64,95	66,72	

Educação e conscientização ambiental

<i>Educação ambiental na organização</i>					
Número de empregados treinados nos programas de educação ambiental	1447	1.342	1.987	1.188	
Percentual de empregados treinados nos programas de educação ambiental/total de empregados	16,25	15,54	23,64	14,23	
Número de homens-horas de treinamento ambiental/total de homens-horas de treinamento	1,82	16.870	1.861	565	
Recursos aplicados (R\$ mil)	47,7	209,5	333,6	26,0	
<i>Ensino técnico e superior</i>					
Número de unidades de ensino técnico e superior atendidas	14	8	11	5	
Número de alunos atendidos	652	120	520	110	

6. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				Consolidado	
		2010		2009	
1 - BASE DE CÁLCULO					
NE 30	Receita Líquida - RL	6.901.113		6.250.140	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL	
NE 31.3	Remuneração dos administradores	8.922	0,1	8.496	0,1
	Remuneração dos empregados	560.267	8,1	528.962	8,5
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	81.852	1,2	67.955	1,1
NE 31.3	Encargos sociais compulsórios	188.001	2,7	173.089	2,8
NE 23.3	Plano previdenciário	52.272	0,8	54.139	0,9
NE 23.3	Saúde (Plano assistencial)	79.412	1,2	62.854	1,0
	Segurança e medicina no trabalho	6.519	0,1	4.976	0,1
	Educação	2.818	-	2.580	-
	Cultura	3.195	-	1.942	-
	Capacitação e desenvolvimento profissional	12.448	0,2	10.050	0,2
	Auxílio creche	829	-	663	-
NE 31.3	Participação nos lucros e/ou resultados	66.151	1,0	64.994	1,0
NE 31.3	Indenizações Trabalhistas	19.737	0,3	56.852	0,9
(1)	Outros benefícios	1.575	-	1.225	-
	Total	1.083.998	15,7	1.038.777	16,6
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL	
	Esporte	975	-	837	-
NE 31.7	Lei do incentivo ao esporte	975	-	837	-
	Cultura	4.898	0,1	4.295	0,1
NE 31.7	Projetos culturais diversos - lei Rouanet e ISS	4.898	0,1	4.295	0,1
	Saúde e saneamento	134.613	2,0	108.406	1,7
	Programa Luz para Todos	89.696	1,3	99.812	1,6
	Programa Tarifa Noturna	5.911	0,1	8.048	0,1
	Programa de Reassentamento de Famílias	39.006	0,6	534	-
	Programa Luz Legal	-	-	12	-
	Combate à fome e segurança alimentar	16	-	1	-
	Outros	7.141	0,1	5.903	0,1
	Programa de acessibilidade	2.200	-	30	-
	Indenização para comunidades indígenas	2.719	-	4.424	0,1
NE 31.7	Fundo dos direitos da criança e do adolescente	1.226	-	765	-
	Convênio IBAB - Guardião das águas	919	-	655	-
	Participações externas e apoio a políticas públicas	56	-	11	-
	Outros programas	21	-	18	-
	Total das contribuições para a sociedade	147.643	2,2	119.442	1,9
	Tributos (excluídos encargos sociais)	3.834.646	55,6	3.290.912	52,7
	Total	3.982.289	57,8	3.410.354	54,6

NE - Nota Explicativa

(continuação)

		Consolidado						
		2010			2009			
		<u>% Sobre RL</u>			<u>% Sobre RL</u>			
4 - INDICADORES AMBIENTAIS								
Investimentos relacionados com as operações da empresa		183.579	2,7	162.997	2,6			
	PEE e P&D	78.537	1,1	76.645	1,2			
	Rede Compacta	90.796	1,3	78.691	1,3			
	Programas de proteção de fauna e flora	10.667	0,2	5.633	0,1			
	Gestão de resíduos	3.579	0,1	2.028	-			
Investimentos em programas e/ou projetos externos		931	-	975	-			
(2)	Educação Ambiental e Museu Reg. Iguaçú	292	-	898	-			
(3)	Projeto créditos de carbono	165	-	39	-			
	Programa Tributo às águas	400	-	34	-			
	Outros Programas	74	-	4	-			
Total		184.510	2,7	163.972	2,6			
(4)	Quantidade de sanções ambientais	2		3				
	Valor das sanções ambientais (R\$ Mil)	-		33				
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL (inclui controladas)								
Empregados no final do período		9.041				8.682		
Admissões durante o período		1.171				824		
Escolaridade dos empregados(as):		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
Total Superior e extensão universitária		3.784	2.692	1.092	3.580	2.567	1.013	
Total 2º Grau		4.906	4.211	695	4.688	4.067	621	
Total 1º Grau		351	325	26	414	383	31	
Faixa etária dos empregados(as):								
Abaixo de 18 anos		66				69		
De 18 até 30 anos (exclusive)		1.967				1.786		
De 30 até 45 anos (exclusive)		3.616				3.438		
De 45 até 60 anos (exclusive)		3.352				3.340		
Acima de 60 anos		40				49		
Mulheres que trabalham na empresa		1.813				1.665		
% Mulheres em cargos gerenciais:								
em relação ao nº total de mulheres		5,3				4,6		
em relação ao nº total de gerentes		17,4				15,1		
Negros(as) que trabalham na empresa		981				882		
% Negros(as) em cargos gerenciais:								
em relação ao nº total de negros(as)		2,5				2,3		
em relação ao nº total de gerentes		4,5				4,0		
Portadores(as) de necessidades especiais		89				81		
Dependentes		19.166				19.698		
Estagiários(as)		846				763		
Terceirizados		5.223				5.089		
(5)	Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício	2.319				2.199		
	Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício	863				852		

(continuação)

	2010	2009
Consolidado		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	39	27
Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)	245	325
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos(as) + Cipa	todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	todos(as) empregados(as)	todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos(as) empregados(as)	todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são sugeridos	são sugeridos
Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	110.520	141.764
no Procon	411	358
na Justiça	1.302	1.588
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		
na empresa	100,0%	100,0%
no Procon	89,5%	91,3%
na Justiça	21,9%	23,9%
7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA		
Valor adicionado total a distribuir	6.129.291	5.403.321
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	5,0%	6,3%
Pessoal	12,9%	14,5%
Governo	65,6%	64,2%
Acionistas	4,6%	4,6%
Retido	11,9%	10,4%

(continuação)

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

- A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase, não mais prescreverá seu modelo padrão de Balanço Social por entenderem que esta ferramenta e esta metodologia já se encontram amplamente difundida entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando a transparência de suas informações.
 - As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis e também contém informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.
 - Este Balanço Social contempla dados das controladas Compagas, Elejor, UEG Araucária Ltda, Copel Empreendimentos Ltda e Centrais Eólicas do Paraná Ltda - Ceolpar, em virtude da consolidação de seus resultados com a Copel, exceto quando indicado de outra forma.
- (1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez e Morte acidental.
 - (2) Estes valores referem-se somente à Educação Ambiental da comunidade. Os valores de público interno estão incluídos em Capacitação e Desenvolvimento Profissional.
 - (3) Estes valores referem-se aos gastos do Contrato de Validação dos Créditos de Carbono efetuados pela controlada Elejor.
 - (4) Estas informações referem-se a Termos de Compromisso - TC's, Termos de Ajustamento de Conduta - TAC's, multas e notificações socioambientais das subsidiárias integrais da Copel: Copel Distribuição, Copel Geração e Transmissão e Copel Telecomunicações.
 - (5) Estas informações referem-se somente às subsidiárias integrais da Copel: Copel Distribuição, Copel Geração e Transmissão e Copel Telecomunicações.
-

7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: MAURICIO SCHULMANN
Secretário Executivo: LINDOLFO ZIMMER
Membros: IVAN LELIS BONILHA
VAGO (Posição em 31.05.2011)
PERDO LUIZ CERIZE
JOSE RICHÁ FILHO
VAGO (Posição em 31.05.2011)
PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR
VAGO (Posição em 31.05.2011)

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente: PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR
Membros: JOSE RICHÁ FILHO
PEDRO LUIZ CERIZE

CONSELHO FISCAL

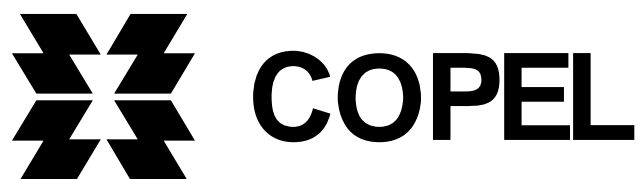
Presidente JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Membros Titulares: LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
VAGO (Posição em 31.05.2011)
JORGE MICHEL LEPELTIER
WANCLER FERREIRA DA SILVA
Membros Suplentes: OSNI RISTOW
SÉRGIO ROBERTO ZONATTO
ROBERTO BRUNNER
MARCELO CERIZE
JOSÉ LUIZ MONTANS ANACLETO JUNIOR

DIRETORIA

Diretor Presidente LINDOLFO ZIMMER
Diretora de Gestão Corporativa YÁRA CHRISTINA EISENBACH
Diretor de Distribuição PEDRO AUGUSTO DO NASCIMENTO NETO
Diretor de Engenharia JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações RICARDO PORTUGAL ALVES
Diretor de Geração e Transmissão de Energia e de Telecomunicações JAIME DE OLIVEIRA KUHN
Diretor de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial GILBERTO MENDES FERNANDES
Diretor Jurídico JULIO JACOB JUNIOR

CONTADOR

Contador - CRC-PR-045809/0-2 ADRIANO FEDALTO
Informações sobre este Relatório: rsustentabilidade@copel.com Fone: +55 (41) 3331-4051
Informações sobre Relações com Investidores: ri@copel.com Fones: +55 (41) 3222-2027/ 3331-4359
Fax: +55 (41) 3331-2849



Companhia Paranaense de Energia - Copel

CNPJ/MF 76.483.817/0001-20

Inscrição Estadual 10146326-50

Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel - Curitiba - PR

CEP 80420-170

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2010

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balço Patrimonial.....	3
Demonstrações do Resultado	5
Demonstrações do Resultado Abrangente.....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	8
Demonstração do Valor Adicionado.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1 Informações Gerais	12
2 Principais Políticas Contábeis	12
3 Principais Julgamentos Contábeis e Estimativas	36
4 Efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC	39
5 Caixa e Equivalentes de Caixa	55
6 Aplicações Financeiras	55
7 Clientes	58
8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	60
9 Contas a receber vinculadas à concessão	61
10 Outros Créditos.....	66
11 Estoques.....	66
12 Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Tributos	67
13 Despesas Antecipadas	72
14 Depósitos Judiciais	72
15 Créditos com Pessoas Ligadas	73
16 Investimentos.....	74
17 Imobilizado.....	88
18 Intangível	97
19 Obrigações Sociais e Trabalhistas	105
20 Fornecedores.....	106
21 Empréstimos e Financiamentos	108
22 Debêntures	116
23 Benefícios Pós-Emprego	117
24 Encargos do Consumidor a Recolher.....	125
25 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.....	126
26 Contas a pagar vinculadas à concessão – uso de bem público.....	126
27 Outras Contas a Pagar	129
28 Provisões para Litígios	129
29 Patrimônio Líquido.....	137
30 Receita Operacional Líquida	143
31 Custos e Despesas Operacionais	145
32 Resultado Financeiro	151
33 Segmentos Operacionais	151
34 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.....	155
35 Contratos de Arrendamento Operacional	156
36 Instrumentos Financeiros	158
37 Transações com Partes Relacionadas.....	170
38 Seguros	173
39 Informações adicionais requeridas extraordinariamente pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.....	176
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	179
RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA 2010	182
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	185
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL	186
DECLARAÇÃO	187

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco Patrimonial

levantado em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVO	NE nº	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	5	89.822	479.044	318.455	1.794.416	1.518.523	1.649.481
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	6	175	79.120	438	534.095	365.243	314.774
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinculados	6	-	-	-	64.078	5.047	127
Clientes	7	-	-	-	1.162.627	1.071.986	981.842
Dividendos a receber	15	889.823	164.477	292.219	5.851	5.135	5.247
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	8	-	-	-	58.816	49.549	47.133
Contas a receber vinculadas à concessão	9	-	-	-	54.700	44.070	27.685
Outros créditos	10	-	2	2	161.069	133.002	105.050
Estoques	11	-	-	-	121.424	112.102	83.547
Imposto de renda e contribuição social	12	122.995	109.383	96.517	158.213	270.558	200.544
Outros tributos correntes a recuperar	12	-	-	-	37.536	31.933	28.021
Despesas antecipadas	13	-	-	-	4.965	4.966	3.573
		1.102.815	832.026	707.631	4.157.790	3.612.114	3.447.024
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	6	-	-	69.063	7.151	40.103	69.063
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinculados	6	-	-	-	26.280	24.195	37.868
Clientes	7	-	-	-	43.729	51.932	85.046
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	8	-	-	-	1.282.377	1.205.025	1.272.770
Depósitos judiciais	14	230.235	52.954	53.271	400.699	159.012	173.514
Contas a receber vinculadas à concessão	9	-	-	-	2.423.345	1.828.220	1.460.462
Outros créditos	10	-	1.759	3.132	15.224	16.949	12.214
Imposto de renda e contribuição social	12	-	-	-	12.341	-	-
Outros tributos correntes a recuperar	12	-	-	-	84.862	83.957	62.468
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	144.757	68.146	124.465	507.710	397.882	398.873
Créditos com partes relacionadas	15	1.068.002	988.421	929.293	1.575	-	-
		1.442.994	1.111.280	1.179.224	4.805.293	3.807.275	3.572.278
Investimentos	16	10.108.610	9.718.656	9.634.650	483.450	405.653	406.755
Imobilizado	17	-	-	-	6.663.945	6.659.648	6.772.095
Intangível	18	-	-	-	1.748.954	1.828.213	1.735.689
		11.551.604	10.829.936	10.813.874	13.701.642	12.700.789	12.486.817
TOTAL DO ATIVO		12.654.419	11.661.962	11.521.505	17.859.432	16.312.903	15.933.841

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balço Patrimonial
levantado em 31 de dezembro de 2010 (continuaço)
Valores expressos em milhares de reais - R\$

PASSIVO	NE nº	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTE							
Obrigaçoes sociais e trabalhistas	19	293	271	243	175.584	206.957	159.388
Fornecedores	20	333	579	564	612.568	543.529	497.832
Imposto de renda e contribuio social	12	14.985	-	13.013	153.249	124.505	134.263
Outras obrigaçoes fiscais	12	82.128	95.932	50.615	378.871	325.990	235.588
Empréstimos e financiamentos	21	17.860	15.868	24.896	83.095	81.698	98.461
Debêntures	22	621.157	17.238	169.233	621.157	54.195	195.000
Dividendos a pagar		158.916	84.630	239.265	163.634	90.806	243.652
Benefícios pós-emprego	23	119	45	34	24.255	22.505	21.344
Encargos do consumidor a recolher	24	-	-	-	56.105	29.523	43.123
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	25	-	-	-	155.991	121.005	126.484
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	26	-	-	-	40.984	38.029	38.166
Outras contas a pagar	27	-	15	4	71.308	84.581	75.744
		895.791	214.578	497.867	2.536.801	1.723.323	1.869.045
NÃO CIRCULANTE							
Coligadas e controladas		3.675	1.109	-	-	-	-
Fornecedores	20	-	-	-	144.936	175.796	214.157
Obrigaçoes fiscais	12	20.076	82.792	-	32.252	131.650	618
Imposto de renda e contribuio social diferidos	12	25.297	25.297	25.297	887.218	901.084	935.022
Empréstimos e financiamentos	21	380.997	388.254	414.959	1.280.982	784.144	769.056
Debêntures	22	-	600.000	600.000	-	753.384	802.116
Benefícios pós-emprego	23	-	-	-	384.208	352.976	331.165
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	25	-	-	-	90.732	90.493	72.079
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	26	-	-	-	340.099	312.626	319.433
Outras contas a pagar	27	-	-	-	-	2.953	6.674
Provisões para litígios	28	298.460	53.934	241.165	866.378	560.111	653.382
		728.505	1.151.386	1.281.421	4.026.805	4.065.217	4.103.702
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29						
Atribuível aos acionistas da empresa controladora							
Capital social		6.910.000	4.460.000	4.460.000	6.910.000	4.460.000	4.460.000
Reservas de capital		-	838.340	838.340	-	838.340	838.340
Ajustes de avaliação patrimonial		1.559.516	1.660.634	1.750.069	1.559.516	1.660.634	1.750.069
Reserva legal		478.302	428.912	377.590	478.302	428.912	377.590
Reserva de retenção de lucros		2.056.526	2.908.112	2.316.218	2.056.526	2.908.112	2.316.218
Dividendo adicional proposto		25.779	-	-	25.779	-	-
		11.030.123	10.295.998	9.742.217	11.030.123	10.295.998	9.742.217
Atribuível aos acionistas não controladores							
		-	-	-	265.703	228.365	218.877
		11.030.123	10.295.998	9.742.217	11.295.826	10.524.363	9.961.094
TOTAL DO PASSIVO		12.654.419	11.661.962	11.521.505	17.859.432	16.312.903	15.933.841

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010
Valores expressos em milhares de reais - R\$

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE nº	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		2010	2009	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento de energia elétrica	30	-	-	2.213.403	2.059.554
Suprimento de energia elétrica	30	-	-	1.288.001	1.209.157
Disponibilidade da rede elétrica	30	-	-	2.272.421	1.975.117
Receita de construção	30	-	-	663.534	601.880
Telecomunicações	30	-	-	97.882	80.262
Distribuição de gás canalizado	30	-	-	237.272	205.158
Outras receitas operacionais	30	-	-	128.600	119.012
		-	-	6.901.113	6.250.140
Custos Operacionais					
Energia elétrica comprada para revenda	31	-	-	(1.972.275)	(1.816.848)
Encargos de uso da rede elétrica	31	-	-	(592.741)	(553.174)
Pessoal	31	-	-	(634.277)	(630.917)
Planos previdenciário e assistencial	31	-	-	(97.528)	(85.243)
Material	31	-	-	(75.533)	(58.993)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	31	-	-	(22.975)	(21.231)
Gás natural e insumos para operação de gás	31	-	-	(144.648)	(128.916)
Serviços de terceiros	31	-	-	(245.232)	(228.579)
Depreciação e amortização	31	-	-	(511.491)	(509.230)
Custo de construção	31	-	-	(662.887)	(601.614)
Outros custos	31	-	-	(16.556)	5.961
		-	-	(4.976.143)	(4.628.784)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	1.924.970	1.621.356
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	31	-	-	(62.466)	(54.281)
Despesas gerais e administrativas	31	(13.272)	(75.140)	(353.626)	(434.693)
Outras receitas (despesas), líquidas	31	(239.168)	187.068	(575.908)	(89.247)
Resultado da equivalência patrimonial	16	1.212.861	814.032	99.337	14.327
		960.421	925.960	(892.663)	(563.894)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		960.421	925.960	1.032.307	1.057.462
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	32	120.501	133.892	652.231	337.396
Despesas financeiras	32	(134.393)	(211.757)	(303.806)	(330.661)
		(13.892)	(77.865)	348.425	6.735
LUCRO OPERACIONAL		946.529	848.095	1.380.732	1.064.197
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social	12	(35.332)	-	(497.968)	(290.770)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	76.610	(56.319)	127.517	38.851
		41.278	(56.319)	(370.451)	(251.919)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		987.807	791.776	1.010.281	812.278
Atribuído aos acionistas da empresa controladora				987.807	791.776
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	22.474	20.502
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA- em reais					
Ações preferenciais classe "A"	29	5,2075	3,7066	5,2075	3,7066
Ações preferenciais classe "B"	29	3,7904	3,0389	3,7904	3,0389
Ações ordinárias	29	3,4456	2,7624	3,4456	2,7624

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009	2010	2009
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	987.807	791.776	1.010.281	812.278
Ajuste referente ativos financeiros classificados como disponíveis para venda - Concessão distribuição	-	-	3.029	17.369
(-) Tributos s/ ajuste dos ativos financeiros	-	-	(1.030)	(5.905)
Participação no resultado abrangente das subsidiárias	3.029	17.369	-	-
(-) Tributos s/ particip. no result. Abrangente das subsidiárias	(1.030)	(5.905)	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	989.806	803.240	1.012.280	823.742
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	989.806	803.240
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	22.474	20.502

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE ref	Atribuível aos acionistas da empresa controladora						Total	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado	
		Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros						
					Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos				Lucros acumulados
Saldo em 01 de janeiro de 2009 (antes da adoção das novas normas contábeis)		4.460.000	838.340	-	377.590	2.377.157	-	-	8.053.087	239.567	8.292.654
Ajustes decorrentes da adoção das novas normas contábeis		-	-	1.750.069	-	-	-	(60.939)	1.689.130	(20.690)	1.668.440
Transferência para a reserva de retenção de lucros	4	-	-	-	-	(60.939)	-	60.939	-	-	-
Saldo em 01 de janeiro de 2009 (após a adoção das novas normas contábeis)		4.460.000	838.340	1.750.069	377.590	2.316.218	-	-	9.742.217	218.877	9.961.094
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	791.776	791.776	20.502	812.278
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste ref. a ativos financ. classific. como disponível para venda, liq. de tributos		-	-	11.464	-	-	-	-	11.464	-	11.464
Resultado abrangente total do exercício		-	-	11.464	-	-	-	791.776	803.240	20.502	823.742
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	29	-	-	(100.899)	-	-	-	100.899	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	51.322	-	-	(51.322)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(230.000)	(230.000)	-	(230.000)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(19.459)	(19.459)	(11.014)	(30.473)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	725.652	-	(725.652)	-	-	-
Transferência para a reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	(133.758)	-	133.758	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009		4.460.000	838.340	1.660.634	428.912	2.908.112	-	-	10.295.998	228.365	10.524.363
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	987.807	987.807	22.474	1.010.281
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste ref. a ativos financ. classific. como disponível para venda, liq. de tributos		-	-	1.999	-	-	-	-	1.999	-	1.999
Resultado abrangente total do exercício		-	-	1.999	-	-	-	987.807	989.806	22.474	1.012.280
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	29	-	-	(103.117)	-	-	-	103.117	-	-	-
Aumento de capital social		2.450.000	(838.340)	-	-	(1.611.660)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	30.812	30.812
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	49.390	-	-	(49.390)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)	-	(200.000)
Dividendos		-	-	-	-	-	25.779	(81.460)	(55.681)	(15.948)	(71.629)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	760.074	-	(760.074)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010		6.910.000	-	1.559.516	478.302	2.056.526	25.779	-	11.030.123	265.703	11.295.826

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		2010	2009	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		987.807	791.776	1.010.281	812.278
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação	17.2	-	-	336.902	348.965
Amortização de intangível - concessão	18	-	-	200.992	185.785
Amortização de intangível - outros	18	-	-	5.098	5.031
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		15.280	14.861	(116.826)	126.341
Remuneração de contas a receber vinculadas à concessão	9.1	-	-	(272.613)	(282.315)
Resultado da equivalência patrimonial	16.6	(1.212.861)	(814.032)	(99.337)	(14.327)
Imposto de renda e contribuição social	12.1	35.332	-	497.968	290.770
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.2	(76.610)	56.319	(127.517)	(38.851)
Provisão para perdas com contas a receber vinculadas à concessão	9.3	-	-	21.333	6.700
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31.6	-	-	26.424	16.448
Provisão para perdas com desvalorização de investimentos	31.6	1.070	733	2.114	733
Provisões (reversões) para litígios	31.6	238.027	(187.231)	334.238	(57.118)
Provisão para benefícios pós-emprego		-	-	48.314	34.052
Provisão para pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	25	-	-	61.339	56.284
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9.1	-	-	25.707	26.686
Baixas de investimentos	16.6	589	-	589	160
Resultado das baixas de imobilizado	17.4	-	-	26.641	22.594
Resultado das baixas de intangíveis	18	-	-	14.871	17.540
Baixa de intangível vinculado à concessão - ágio	18.4	-	-	44.572	-
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	84.274	107.429
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		169.735	867.895	18.067	15.845
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	-	-	129.095	130.967
Depósitos judiciais		(177.281)	317	(241.687)	14.502
Outros créditos		1.761	1.373	(26.522)	(33.021)
Estoques		-	-	(9.322)	(28.555)
Imposto de renda e contribuição social		(13.612)	(12.866)	104.587	(70.014)
Outros tributos correntes a recuperar		-	-	3.630	(25.401)
Créditos com partes relacionadas		-	-	(1.575)	-
Despesas antecipadas		-	-	1	(1.393)
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		22	28	(31.373)	47.569
Coligadas e controladas		2.566	1.109	-	-
Fornecedores		(246)	15	4.122	(13.415)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.347)	(13.013)	(469.224)	(300.528)
Outras obrigações fiscais		(85.799)	126.788	(62.932)	219.341
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	21	(31.040)	(40.020)	(106.408)	(119.102)
Juros pagos de debêntures	22	(55.657)	(81.172)	(71.338)	(110.035)
Benefícios pós-emprego		74	11	(15.332)	(11.080)
Encargos do consumidor a recolher		-	-	26.582	(13.600)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		-	-	(45.399)	(56.601)
Outorga Aneel - uso do bem público		-	-	(38.274)	(38.266)
Outras contas a pagar		6.484	11	(16.349)	4.919
Provisões para litígios		-	-	(27.971)	(36.153)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		(214.706)	712.902	1.247.742	1.241.164

(continua)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		78.957	291	(183.880)	(10.013)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	(15.000)	-	-
Adições em investimentos		(72.078)	(150)	(180)	(151)
Adições no imobilizado		-	-	(353.367)	(243.791)
Adições no intangível vinculado à concessão	18	-	-	(655.411)	(679.248)
Adições em outros intangíveis	18	-	-	(28.177)	(1.122)
Participação financeira do consumidor		-	-	89.177	57.422
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimento		6.879	(14.859)	(1.131.838)	(876.903)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Integralização de capital em controladas por acionistas não controladores		-	-	30.812	-
Empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros	21	-	-	552.479	144.262
Empréstimos e financiamentos - amortização de principal	21	-	-	(46.593)	(62.987)
Debêntures - amortização de principal	22	-	(133.360)	(177.908)	(163.175)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(181.395)	(404.094)	(198.801)	(413.319)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		(181.395)	(537.454)	159.989	(495.219)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa		(389.222)	160.589	275.893	(130.958)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	479.044	318.455	1.518.523	1.649.481
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	89.822	479.044	1.794.416	1.518.523
Varição no caixa e equivalentes de caixa		(389.222)	160.589	275.893	(130.958)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		2010	2009	2010	2009
Receitas					
Venda de energia, serviços e outras receitas	30	-	-	9.882.513	8.842.487
Outros resultados operacionais		683	1.324	(94.889)	(39.860)
Receita de construção	30	-	-	663.534	601.880
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31.6	-	-	(26.424)	(16.448)
Total		683	1.324	10.424.734	9.388.059
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Energia elétrica comprada para revenda		-	-	2.182.425	2.020.218
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS		-	-	617.586	583.882
Material, insumos e serviços de terceiros		4.269	4.351	471.853	423.085
Gás natural e insumos para oper. gás		-	-	191.963	178.145
Custo de construção	31	-	-	662.887	601.614
Encargos de capacidade emergencial e Proinfa		-	-	12.777	327
Outros insumos	12.3/28.1	240.307	(185.057)	364.528	(10.591)
Total		244.576	(180.706)	4.504.019	3.796.680
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		(243.893)	182.030	5.920.715	5.591.379
(-) Depreciação e amortização	31	754	754	542.992	539.781
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		(244.647)	181.276	5.377.723	5.051.598
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	32	120.501	133.892	652.231	337.396
Resultado de participações societárias		1.212.861	814.032	99.337	14.327
Total		1.333.362	947.924	751.568	351.723
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.088.715	1.129.200	6.129.291	5.403.321

(continua)

Demonstração do Valor Adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	NE nº	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		2010	%	2009	%	2010	%	2009	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :									
Pessoal									
Remunerações e honorários	31.3	5.759		5.657		570.764		538.683	
Planos previdenciário e assistencial		433		222		124.221		109.732	
Auxílio alimentação e educação	31.3	-		-		66.511		55.695	
Encargos sociais - FGTS		365		342		40.174		38.554	
Indenizações trabalhistas (reversões)	31.3	-		-		19.737		56.852	
Participação nos lucros e/ou resultados	31.3	-		-		66.151		64.995	
Transferências para imobilizado em curso	31.3	-		-		(99.650)		(79.263)	
Total		6.557	0,6	6.221	0,6	787.908	12,9	785.248	14,5
Governo									
Federal		(40.054)		119.282		1.960.451		1.672.146	
Estadual		1		-		2.059.302		1.789.218	
Municipal		-		-		2.893		2.636	
Total		(40.053)	(3,7)	119.282	10,6	4.022.646	65,6	3.464.000	64,2
Terceiros									
Juros e multas		134.384		211.757		284.417		321.042	
Arrendamentos e aluguéis	31.7	20		164		16.670		14.976	
Doações, subvenções e contribuições		-		-		7.369		5.777	
Total		134.404	12,3	211.921	18,8	308.456	5,0	341.795	6,3
Acionistas									
Part.de acionistas não controladores		-		-		22.474		20.502	
Remuneração do capital próprio		81.460		19.459		81.460		19.459	
Dividendos propostos		200.000		230.000		200.000		230.000	
Lucros retidos na empresa		706.347		542.317		706.347		542.317	
Total		987.807	90,8	791.776	70,0	1.010.281	16,5	812.278	15,0
		1.088.715	100,0	1.129.200	100,0	6.129.291	100,0	5.403.321	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

1 Informações Gerais

A Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel, Companhia ou Controladora) com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital aberto, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e nas bolsas de valores dos Estados Unidos da América e da Espanha. É uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná. A Copel e suas controladas (Grupo) têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel (vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME), pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcio e em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades principalmente nas áreas de energia, telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão descritas na NE nº 16.

2 Principais Políticas Contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e lucro líquido da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2 Base de elaboração

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 21.03.2011.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativo imobilizado mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as "IFRSs". Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção dos IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na NE nº 4.

Segue o resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo grupo:

2.3 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e fundos de investimentos exclusivos. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas e do empreendimento controlado em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Consumidores, concessionárias e permissionárias

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada, a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço e o fornecimento de gás natural, contabilizados com base no regime de competência.

2.6 Aplicações financeiras

Inclui instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. O tratamento contábil destes instrumentos financeiros está descrito no item 2.29.

2.7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

2.8 Segmentos de Negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

2.9 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público (UBP). O registro contábil é feito na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo método da taxa e juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

2.10 Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Todavia, qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é registrado no passivo na data em que são aprovados e declarados em Assembléia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.11 Intangível - Concessões

Os valores alocados como ativo intangível quando da aquisição de participações em companhias que detêm concessões estão sendo amortizados pelos respectivos prazos remanescentes de cada concessão (direito de concessão adquirido com vida finita).

2.12 Investimentos em coligadas

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme este método, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação do Grupo no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela do Grupo no prejuízo de uma coligada excede a participação do Grupo naquela coligada, o Grupo deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais (registro de prejuízos até o limite de zero). Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se o Grupo tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

O montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio, quando não relacionado à concessões. Para concessões vide item 2.11.

As exigências da IAS 39 e CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento do Grupo em coligadas. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 1(R1)), como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável com seu valor contábil. A perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. A reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 e CPC 1(R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

2.13 Participação em empreendimento em conjunto (controladas em conjunto, “*joint venture*”)

Uma controlada em conjunto é um acordo contratual através do qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “*joint venture*” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

O Grupo apresenta sua participação na Dominó Holdings, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações do Grupo nos ativos, passivos e resultados da Dominó Holdings são consolidadas proporcionalmente com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas linha a linha. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, a participação na Dominó Holdings são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.14 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

2.15 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

2.15.1 Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

2.15.2 Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato, que é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório;
- Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente.
- A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

2.15.3 Receita de construção e custo de construção

O ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os CPCs 17/IAS 11 – Contratos de Construção e CPC 30/IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas de construção relativas a serviços de construção da infra-estrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

Considerando que a Companhia terceiriza a construção de infra-estrutura distribuição com partes não relacionadas e o grande volume de obras é realizado em curto prazo de tempo, a margem de construção para a atividade de distribuição resulta em valores não significativos, admitindo-se como valores próximo a zero.

A margem de construção adotada para a atividade transmissão referente ao exercício de 2010 é de 1,65% (1,80% em 2009), e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

2.15.4 Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.15.5 Receita de Aluguel

A política do Grupo para o reconhecimento de receita de arrendamentos operacionais está descrita na NE nº 2.16.1 Arrendamento – O Grupo como Arrendador.

2.16 Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

2.16.1 O Grupo como Arrendador

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

2.16.2 O Grupo como Arrendatário

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são liquidados.

2.17 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela Entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.18 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficientização Energética - PEE

São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

2.19 Provisão de custos socioambientais ou Obrigações socioambientais

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.

É registrada à medida que a Sociedade assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e para os quais uma estimativa dos montantes destes desembolsos possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado ou intangível em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

2.20 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 23. Os valores destes compromissos atuariais, (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos da deliberação CVM 600/09, CPC 33/IAS19.

A adoção do método da unidade de crédito projetada, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da entidade que administra estes planos - a Fundação Copel.

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e ou ajustes atuariais são reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

2.21 Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas a tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e Imposto sobre Serviços – ISS às alíquotas vigentes, assim como a tributação pelo Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins são apresentados deduzindo o custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na possibilidade de existir base tributável que permitam sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

A Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei 11.941/09 criou o Regime Tributário de Transição – RTT, aplicável à pessoa jurídica sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ com base no Lucro Real. A adoção deste regime foi optativa para os anos de 2008 e 2009, sendo que para o ano de 2010 passou a ser obrigatória e vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Este regime tem como objetivo neutralizar o potencial impacto tributário decorrente das modificações dos critérios de reconhecimento contábeis das receitas, custos e despesas introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Com a adoção deste regime as modificações dos critérios de reconhecimento das receitas, custos e despesas não terão efeitos na apuração da base de cálculo dos tributos, tanto sobre as receitas quanto sobre o lucro, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007.

2.22 Imobilizado

A Companhia adotou o custo atribuído para determinar o valor justo do ativo imobilizado da Copel Geração e Transmissão, especificamente para a atividade de geração na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (01.01.2009). Estes bens do ativo imobilizado estão depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infra-estrutura da concessão, limitadas ao prazo da concessão, quando aplicável. A vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. (vide NE nº 4.3.8)

Para os ativos relacionados à atividade de telecomunicações, estudos internos do Grupo apontaram que os saldos contabilizados em 01.01.2009 estavam aderentes aos seus valores justos e suportados pelo teste de recuperação. (vide NE nº 4.3.8)

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

2.23 Contas a receber vinculadas à concessão

2.23.1 Ativo financeiro – Distribuição

Referem-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que no entendimento da Companhia assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente (Aneel). Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infra-estrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Estes ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a companhia utiliza a premissa de que o valor da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória – BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes dessa infra-estrutura (ativo físico).

A remuneração desse ativo financeiro é baseada no WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos, cujo montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro deve ser ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados à atualização e movimentação dos bens integrantes da infra-estrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Por não existir um mercado ativo para a negociação desse ativo financeiro, a Companhia mensura o seu valor justo utilizando os mesmos componentes que da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela Aneel (WACC Regulatório). Esses componentes atualizados na data do balanço determinam a nova taxa de juros utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa fixos estabelecidos na última revisão tarifária e previstos até a próxima revisão em 2012. Devido a natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela Aneel leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

2.23.2 Ativo financeiro – Transmissão

Referem-se a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários; (ii) a receita de operação e manutenção da infraestrutura quando efetivamente realizados; e (iii) a remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita dos contratos de concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida denominada Receita Anual Permitida (RAP) a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infraestrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção, operação e manutenção da infraestrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da tarifa (RAP).

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e portanto, são classificados como “empréstimos e recebíveis”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

2.24 Ativos intangíveis

2.24.1 Contrato de concessão - distribuição

Compreende o direito ao acesso e de exploração da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pelo operador como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 - Ativos intangíveis, o ICPC 01 - Contratos de Concessão e o OCPC 05 - Contratos de concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo a parcela remanescente após a determinação do ativo financeiro (valor residual), em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores, portanto, com risco de demanda.

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização média de 15% ao ano, limitados ao prazo da concessão.

2.24.2 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.24.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.25 Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.26 Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus preços estimados de venda, deduzidos de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.27 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.28 Lucro por ação

O lucro ou prejuízo líquido por ação é calculado com base na média ponderada do número de ações em circulação durante o período de divulgação. Para todos os períodos apresentados, a Companhia não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

Uma vez que os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos a dividendos, a voto e a liquidação diferentes, os lucros básicos e diluídos por ação foram calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados, conforme o estatuto da Companhia e os direitos de participação sobre lucros não-distribuídos calculados de acordo com o direito a dividendos de cada classe de ações conforme discutido na Nota 29.1.6.

Os lucros básicos e diluídos por ação são apresentados na Nota 29.1.7.

Os dados de lucro por ação são apresentados por ação.

2.29 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, clientes, repasse CRC ao governo do Estado do Paraná, aplicações financeiras, contas a receber vinculadas à concessão, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar vinculadas à concessão – uso de bem público, dentre outras. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito, são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

Ativos financeiros

2.29.1 Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus ativos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

2.29.2 Instrumentos disponíveis para venda

A mensuração inicial dos instrumentos financeiros classificados como “disponível para venda” é efetuada com base no valor justo e subsequente a valor de mercado, sendo que a variação do valor justo proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, como ajuste de avaliação patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, são registradas no resultado do exercício.

No momento da liquidação de um instrumento financeiro classificado como ativo financeiro “disponível para venda”, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é reconhecido no resultado do exercício.

2.29.3 Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e/ou suas controladas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

2.29.4 Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

2.29.5 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade do Grupo são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

2.29.6 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.29.7 Instrumentos compostos

As partes que compõem os instrumentos compostos emitidos pela Companhia (títulos conversíveis) são classificadas separadamente como passivos financeiros e patrimônio conforme a natureza do contrato e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. A opção de conversão que será liquidada por meio de troca de um valor fixo de caixa ou outro ativo financeiro por um número fixo dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é um instrumento de patrimônio.

Na data da emissão, o valor justo do componente passivo é estimado pela taxa de juros vigente no mercado de um instrumento não conversível similar. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado pelo método de juros efetivos até sua extinção por conversão ou até a data do vencimento do instrumento.

A opção de conversão classificada como patrimônio é determinada pela dedução do valor do componente do passivo do valor justo do instrumento composto como um todo. Esse valor é reconhecido e incluído no patrimônio, líquido dos efeitos do imposto de renda, e não é remensurado. Adicionalmente, a opção de conversão classificada como patrimônio permanecerá registrada no patrimônio até o exercício da opção de conversão, e, nesse caso, o saldo reconhecido no patrimônio será transferido para a conta de ágio na emissão de ações/outra conta no patrimônio. Quando a opção de conversão não é exercida na data de vencimento do título conversível, o saldo reconhecido no patrimônio será transferido para a conta de lucros acumulados/outra conta no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado após a conversão ou vencimento da opção de conversão.

Os custos da transação relacionados à emissão de títulos conversíveis são alocados ao passivo e aos componentes do patrimônio proporcionalmente à alocação dos recursos recebidos brutos. Os custos da transação relacionados ao componente do patrimônio são reconhecidos diretamente no patrimônio. Os custos da transação relacionados ao componente do passivo são incluídos no valor contábil do componente do passivo e amortizados durante a vida dos títulos conversíveis pelo método de juros efetivos.

2.29.8 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.29.9 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo Grupo e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- é um derivativo não designado como instrumento de “*hedge*” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- o passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados do Grupo, e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na NE nº 36.

2.29.10 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.29.11 Baixas de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.29.12 Instrumentos financeiros derivativos

A companhia mantém fundos de investimentos que operam com instrumentos financeiros derivativos, com objetivo exclusivo de proteger a carteira desses fundos.

2.30 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, considerando incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial e receitas financeiras). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.31 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 01.01.2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e provavelmente afetará a contabilização do Grupo para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 01.01.2013, mas está disponível para adoção prévia.

O Grupo ainda avaliará o impacto total do IFRS 9. Entretanto, as indicações iniciais são de que ele poderá afetar a contabilização do Grupo para seus ativos financeiros disponíveis para venda relativos à dívida, uma vez que o IFRS 9 permite somente o reconhecimento dos ganhos e perdas do valor justo em outros resultados abrangentes, se estes se relacionarem com investimentos patrimoniais que não são mantidos para negociação.

- IAS 24 (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24

(revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 01.01.2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. O Grupo aplicará a norma revisada a partir de 01.01.2011. Quando a norma revisada for aplicada, o Grupo e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. O Grupo está atualmente operando sistemas apropriados para captar as informações necessárias. Portanto, não é possível, neste estágio, divulgar o impacto, se houver, da norma revisada sobre as divulgações de partes relacionadas.

- "Classificação das emissões de direitos" (alteração ao IAS 32), emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 01.02.2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contudo que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". O Grupo aplicará a norma alterada a partir de 01.01.2011.
- O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais", aplicável em exercícios iniciados em ou após 01.07.2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, o qual é mensurado através da diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. O Grupo aplicará a interpretação a partir de 01.01.2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras do Grupo ou da controladora.
- "Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provisão de Fundos" (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provisão de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações serão aplicáveis em períodos anuais iniciados em 01.01.2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo

apresentado. O Grupo aplicará essas alterações no período de apresentação dos relatórios financeiros que iniciará em 01.01.2011.

As interpretações e alterações das normas existentes da tabela a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos indicados, conforme descrito abaixo:

Interpretações novas e alterações das normas existentes	Mudanças introduzidas	Aplicável em exercícios iniciando em ou após:	Data de Aplicação na Copel
Alteração no IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações"	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou <i>warrants</i> para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou <i>warrants</i> de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos.	Emitido em outubro de 2009. Aplicável em exercícios iniciando em ou após: 01.02.2010.	No exercício iniciado em 01.01.2011, se aplicável.
IFRIC 19 - "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital"	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	Emitido em novembro de 2009. Aplicável em exercícios iniciando em ou após: 01.07.2010	No exercício iniciado em 01.01.2011, se aplicável.
Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"	Oferece para aquelas entidades que adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.	Emitido em 01.07.2010. Aplicável em exercícios iniciando em ou após: 01.01.2011	No exercício iniciado em 01.01.2011, se aplicável.
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	Emitido em novembro de 2009. Aplicável em exercícios iniciando	No exercício iniciado em 01.01.2011, se aplicável.

Interpretações novas e alterações das normas existentes	Mudanças introduzidas	Aplicável em exercícios iniciando em ou após:	Data de Aplicação na Copel
		em ou após: 01.01.2011	
Alteração ao IFRIC 14,	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	Emitido em novembro de 2009. Aplicável em exercícios iniciando em ou após: 01.01.2011	No exercício iniciado em 01.01.2011, se aplicável
IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (<i>funding</i>) e sua Interação"			
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"	<p>O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada.</p> <p>Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.</p>	Emitido em novembro de 2009. Aplicável em exercícios iniciando em ou após: 01.01.2013.	No exercício iniciado em 01.01.2013, se aplicável.

Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações relacionadas na tabela a seguir geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 01.01.2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

Interpretações novas e alterações das normas existentes	Mudanças introduzidas	Aplicações
IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"	<p>(a) Mudanças na política contábil no ano da adoção</p> <p>Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenções no IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório Financeiro Intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS.</p>	Aplicado prospectivamente.
	<p>(b) Base de reavaliação como custo atribuído (<i>deemed cost</i>)</p> <p>Permite que as entidades que adotam pela primeira vez o IFRS utilizem o valor justo determinado por um evento específico como custo atribuído, mesmo se o evento ocorrer após a data de transição, mas antes de as primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Quando essa remensuração ocorre após a data de transição para IFRS, mas durante o período abrangido por suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, qualquer ajuste subsequente àquele valor justo determinado pelo evento será reconhecido no patrimônio. Esse evento pode ser, por exemplo, uma privatização ou aquisição.</p>	As entidades que adotaram IFRS em períodos anteriores podem aplicar a alteração retroativamente no primeiro período anual após a alteração entrar em vigor, contanto que a data da mensuração esteja no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS.
	<p>(c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos)</p> <p>As entidades sujeitas à regulamentação de tarifa podem usar os valores contábeis anteriores, de acordo com o GAAP anterior, do ativo imobilizado ou dos ativos intangíveis como custo atribuído em uma base item a item. É requerido que as entidades que usam essa isenção testem cada item para <i>impairment</i> de acordo com o IAS 36 na data da transição.</p>	Aplicado prospectivamente
IFRS 3 - "Combinações	(a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma	Aplicável a períodos anuais iniciando em

Interpretações novas e alterações das normas existentes	Mudanças introduzidas	Aplicações
de Negócios"	combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado.	ou após 01.07.2010. Aplicada retroativamente.
	Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008).	
	(b) Mensuração de participações não controladoras A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 01.07.2010. Aplicado prospectivamente, a partir da data em que a entidade aplicar o IFRS 3. Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 01.07.2010. Aplicado prospectivamente.
	(c) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente	
	A orientação da aplicação em IFRS 3 aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.	
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	01.01.2011 Aplicado retroativamente.
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou	01.01.2011 Aplicado retroativamente.

Interpretações novas e alterações das normas existentes	Mudanças introduzidas	Aplicações
	nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	
IAS 27 "Demonstrações Financeiras Consolidadas separadas"	- Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em <i>Joint Ventures</i> ", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 01.07.2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 01.07.2010 Aplicado retroativamente.
IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"	Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: <ul style="list-style-type: none"> . circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; . transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; . mudanças na classificação dos ativos financeiros; e . mudanças nos passivos e ativos contingentes. 	01.01.2011 Aplicado retroativamente.
IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"	O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.	01.01.2011

3 Principais Julgamentos Contábeis e Estimativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na NE nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide NE nº 3.2), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.1.1 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade de o Grupo manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é de R\$ 68.647 em 31.12.2010 (R\$ 120.867 em 31.12.2009). Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na NE nº 6.

3.2 Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.2.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na NE nº 2.22 Imobilizado, o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício corrente foram avaliadas a expectativa de vida útil ratificando o entendimento de que a utilização pela Companhia das taxas de depreciação definidas pela Aneel está consistente com as referidas vidas úteis. Para os bens relacionados à telecomunicações foram revistas as expectativas de vida útil, as quais não produziram valores significativos.

3.2.2 Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na NE nº 36 de instrumentos financeiros, o Grupo usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A referida nota explicativa oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2.3 Receita não faturada

Para mensurar a receita realizada, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, a Companhia utiliza controles que permitam conhecer a média de consumo destas unidades consumidoras e calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

3.2.4 Vida útil dos itens do ativo intangível (vida finita)

Conforme descrito na NE nº 2.24 Ativos Intangíveis, o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do ativo intangível anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício corrente foram avaliadas as expectativas de vida útil, as quais não sofreram alterações.

3.3 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela Entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4 Efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC

4.1 Efeitos da adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas

4.1.1 Aplicação da IFRS

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado) para o exercício findo em 31.12.2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na NE nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 01.01.2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas seguintes.

4.1.1.1 Isenções da aplicação retrospectiva completa – escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

(a) Isenção de combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 01.01.2009, data de transição.

(b) Isenção do valor justo como custo atribuído

A Companhia optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 01.01.2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na NE nº 4.3.8.

(c) Isenção do benefício a empregados

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 01.01.2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na NE nº 4.3.6

As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Companhia, quais sejam:

- o pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já encontram-se alinhadas com relação a essas transações para 2009;

- diferenças acumuladas de conversão, uma vez que a Companhia não possui investimentos em subsidiárias estrangeiras;
- os contratos de seguro, pois a Companhia não tem operações desta natureza; ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e *joint ventures*, uma vez que somente as demonstrações financeiras individuais da Controladora e consolidadas da Companhia foram preparadas;
- instrumentos financeiros compostos porque a Companhia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição;
- passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a Companhia não tem quaisquer passivos deste tipo.

(d) Isenção relativa aos custos de empréstimos. A Companhia aplica a isenção relativa aos custos de empréstimos estabelecidos no IFRS 1 e IAS 23/CPC 20, assim sendo não capitalizou juros aos ativos qualificáveis que ocorreram antes de 01.01.2009, data de transição.

4.1.1.2 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 01.01.2009 e em 31.12.2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram a Companhia:

- Contabilização de *hedge*
- Reversão de ativos e passivos financeiros
- Participação de não controladores

4.1.2 Conciliações para as práticas contábeis anteriores
Efeitos da adoção das IFRSs no balanço patrimonial consolidado

ATIVO	Item	BR GAAP anterior	Adoção inicial IFRS			BR GAAP anterior	Adoção inicial IFRS		
			Reclassif.	Ajustes	IFRSs		Reclassif.	Ajustes	IFRSs
		01.01.2009			01.01.2009	31.12.2009			31.12.2009
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa	4.3.09	1.813.576	(164.095)	-	1.649.481	1.696.152	(177.629)	-	1.518.523
Aplicações financeiras - títulos e valores mob. e cauções e depósitos vinculados	4.3.09	150.796	164.105	-	314.901	192.660	177.630	-	370.290
Clientes	4.3.1	984.572	-	(2.730)	981.842	1.072.558	-	(572)	1.071.986
Dividendos a receber		5.247	-	-	5.247	5.135	-	-	5.135
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná		47.133	-	-	47.133	49.549	-	-	49.549
Contas a receber vinculadas à concessão	4.3.3	-	-	27.685	27.685	-	-	44.070	44.070
Outros créditos	4.3.1	104.048	-	1.002	105.050	124.097	-	8.905	133.002
Estoques	4.3.3	64.260	-	19.287	83.547	94.190	-	17.912	112.102
Imposto de renda e contribuição social	4.3.7/8	189.135	11.409	-	200.544	279.241	(6.534)	(2.149)	270.558
Outros tributos correntes a recuperar		28.021	-	-	28.021	31.933	-	-	31.933
Imp. de renda e contribuição social diferidos	4.3.09	40.183	(40.183)	-	-	41.238	(41.238)	-	-
Despesas antecipadas		3.573	-	-	3.573	4.966	-	-	4.966
Conta de compensação da "parcela A"	4.3.1	111.098	-	(111.098)	-	218.500	-	(218.500)	-
Outros ativos regulatórios	4.3.1	31.511	-	(31.511)	-	17.526	-	(17.526)	-
		3.573.153	(28.764)	(97.365)	3.447.024	3.827.745	(47.771)	(167.860)	3.612.114
NÃO CIRCULANTE									
Realizável a Longo Prazo									
Aplicações financeiras		106.931	-	-	106.931	64.298	-	-	64.298
Clientes	4.3.1	85.141	-	(95)	85.046	52.388	-	(456)	51.932
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná		1.272.770	-	-	1.272.770	1.205.025	-	-	1.205.025
Depósitos judiciais	4.3.09	113.497	60.017	-	173.514	73.436	85.567	9	159.012
Contas a receber vinculadas à concessão	4.3.3	-	-	1.460.462	1.460.462	-	-	1.828.220	1.828.220
Outros créditos		12.214	-	-	12.214	16.949	-	-	16.949
Tributos correntes a recuperar		62.468	-	-	62.468	83.957	-	-	83.957
Imp. de renda e contribuição social diferidos	4.3.7/09	400.141	40.183	(41.451)	398.873	355.021	41.238	1.623	397.882
Conta de compensação da "parcela A"	4.3.1	53.494	-	(53.494)	-	98.963	-	(98.963)	-
Outros ativos regulatórios	4.3.1	11.085	-	(11.085)	-	-	-	-	-
		2.117.741	100.200	1.354.337	3.572.278	1.950.037	126.805	1.730.433	3.807.275
Investimentos	4.3.09	395.938	-	10.817	406.755	395.565	-	10.088	405.653
Imobilizado	4.3.3/8	7.048.675	-	(276.580)	6.772.095	7.528.432	-	(868.784)	6.659.648
Intangível	4.3.3	118.119	-	1.617.570	1.735.689	131.717	-	1.696.496	1.828.213
		9.680.473	100.200	2.706.144	12.486.817	10.005.751	126.805	2.568.233	12.700.789
TOTAL DO ATIVO		13.253.626	71.436	2.608.779	15.933.841	13.833.496	79.034	2.400.373	16.312.903

PASSIVO	Item	BR GAAP anterior	Adoção inicial IFRS			BR GAAP anterior	Adoção inicial IFRS		
			Reclassif.	Ajustes	IFRSs		Reclassif.	Ajustes	IFRSs
		01.01.2009			01.01.2009	31.12.2009			31.12.2009
CIRCULANTE									
Obrigações sociais e trabalhistas		159.388	-	-	159.388	206.957	-	-	206.957
Fornecedores		497.832	-	-	497.832	543.529	-	-	543.529
Imposto de renda e contribuição social	4.3.7	115.476	18.787	-	134.263	123.486	-	1.019	124.505
Outras obrigações fiscais	4.3.09	242.966	(7.378)	-	235.588	332.524	(6.534)	-	325.990
Imp. de renda e contribuição social diferidos	4.3.09	48.630	(48.630)	-	-	80.443	-	(80.443)	-
Empréstimos e financiamentos		98.461	-	-	98.461	81.698	-	-	81.698
Debêntures		195.000	-	-	195.000	54.195	-	-	54.195
Dividendos a pagar	4.3.09	245.166	-	(1.514)	243.652	90.806	-	-	90.806
Benefícios pós-emprego	4.3.6	22.066	-	(722)	21.344	22.505	-	-	22.505
Encargos do consumidor a recolher		43.123	-	-	43.123	29.523	-	-	29.523
Pesquisa e desenv. e eficiência energética		126.484	-	-	126.484	121.005	-	-	121.005
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	4.3.3	38.649	-	(483)	38.166	36.576	-	1.453	38.029
Outras contas a pagar	4.3.09	75.734	10	-	75.744	84.580	1	-	84.581
Outros passivos regulatórios	4.3.1	26.192	-	(26.192)	-	8.315	-	(8.315)	-
Conta de compensação da "parcela A"	4.3.1	28.327	-	(28.327)	-	25.020	-	(25.020)	-
		1.963.494	(37.211)	(57.238)	1.869.045	1.841.162	(6.533)	(111.306)	1.723.323
NÃO CIRCULANTE									
Fornecedores		214.157	-	-	214.157	175.796	-	-	175.796
Obrigações fiscais		618	-	-	618	131.650	-	-	131.650
Imp. de renda e contribuição social diferidos	4.3.7/09	28.910	48.630	857.482	935.022	42.756	-	858.328	901.084
Empréstimos e financiamentos		769.056	-	-	769.056	784.144	-	-	784.144
Debêntures		802.116	-	-	802.116	753.384	-	-	753.384
Benefícios pós-emprego	4.3.6	425.879	-	(94.714)	331.165	352.976	-	-	352.976
Pesquisa e desenv. e eficiência energética		72.079	-	-	72.079	90.493	-	-	90.493
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	4.3.3	-	-	319.433	319.433	-	-	312.626	312.626
Receitas diferidas	4.3.5	74.994	-	(74.994)	-	74.994	-	(74.994)	-
Outras contas a pagar		6.674	-	-	6.674	2.953	-	-	2.953
Provisões para litígios	4.3.8	593.365	60.017	-	653.382	474.544	85.567	-	560.111
Conta de compensação da "parcela A"	4.3.1	2.373	-	(2.373)	-	25.020	-	(25.020)	-
Outros passivos regulatórios	4.3.1	7.257	-	(7.257)	-	26	-	(26)	-
		2.997.478	108.647	997.577	4.103.702	2.908.736	85.567	1.070.914	4.065.217
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	4.3.09	239.567	(239.567)	-	-	253.537	(253.537)	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Atribuível aos acionistas da empresa controladora									
Capital social		4.460.000	-	-	4.460.000	4.460.000	-	-	4.460.000
Reservas de capital		838.340	-	-	838.340	838.340	-	-	838.340
Ajustes de avaliação patrimonial	4.3.3/8	-	-	1.750.069	1.750.069	-	-	1.660.634	1.660.634
Reserva legal		377.590	-	-	377.590	428.912	-	-	428.912
Reserva de retenção de lucros		2.377.157	-	(60.939)	2.316.218	3.102.809	-	(194.697)	2.908.112
		8.053.087	-	1.689.130	9.742.217	8.830.061	-	1.465.937	10.295.998
Atribuível aos acionistas não controladores	4.3.09	-	239.567	(20.690)	218.877	-	253.537	(25.172)	228.365
		8.053.087	239.567	1.668.440	9.961.094	8.830.061	253.537	1.440.765	10.524.363
TOTAL DO PASSIVO		13.253.626	71.436	2.608.779	15.933.841	13.833.496	79.034	2.400.373	16.312.903

Conciliação do patrimônio líquido consolidado

PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	Item	01.01.2009	31.12.2009
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		8.053.087	8.830.061
Participação de acionistas não controladores		239.567	253.537
Remensuração do ativo imobilizado	4.3.8	2.647.925	2.473.116
Reconhecimento de contratos de concessão - transmissão	4.3.3	3.166	75.850
Reconhecimento de contratos de concessão - distribuição	4.3.3	(37.670)	(35.824)
Contrato de concessão onerosa - utilização do bem público - UBP	4.3.3	(72.129)	(79.423)
Baixa de ativos e passivos regulatórios	4.3.1	(145.864)	(277.635)
Benefício pós-emprego	4.3.6	95.436	-
Reversão de deságio	4.3.5	74.994	74.994
Dividendos adicionais propostos	4.3.9	1.514	-
Capitalização de custos de empréstimos	4.3.2	-	13.516
Outros efeitos da transição		-	(24.398)
Efeitos dos tributos nos ajustes	4.3.7	(898.932)	(779.431)
Total dos ajustes no patrimônio líquido		1.668.440	1.440.765
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE ACORDO COM AS IFRSs		9.961.094	10.524.363

Efeitos da adoção das IFRSs na demonstração do resultado consolidada

OPERAÇÕES CONTINUADAS	Item	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs
		31.12.2009		31.12.2009
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia elétrica	4.3.1	2.066.448	(6.894)	2.059.554
Suprimento de energia elétrica		1.209.157	-	1.209.157
Disponibilidade da rede elétrica	4.3.1	1.944.017	31.100	1.975.117
Receita e margem de construção	4.3.4	-	601.880	601.880
Telecomunicações		80.262	-	80.262
Distribuição de gás canalizado		205.158	-	205.158
Outras receitas operacionais	4.3.1	112.269	6.743	119.012
		5.617.311	632.829	6.250.140
Custos Operacionais				
Energia elétrica comprada para revenda	4.3.1	(1.681.876)	(134.972)	(1.816.848)
Encargos de uso da rede elétrica	4.3.1	(609.649)	56.475	(553.174)
Pessoal		(630.037)	(880)	(630.917)
Planos previdenciário e assistencial	4.3.6	(13.479)	(71.764)	(85.243)
Material		(58.390)	(603)	(58.993)
Matéria-prima e insumos para produção de energia		(21.231)	-	(21.231)
Gás natural e insumos para operação de gás		(135.353)	6.437	(128.916)
Serviços de terceiros		(228.536)	(43)	(228.579)
Depreciação e amortização	4.3.3/8	(363.597)	(145.633)	(509.230)
Custo de construção	4.3.4	-	(601.614)	(601.614)
Outros custos	4.3.3	(23.962)	29.923	5.961
		(3.766.110)	(862.674)	(4.628.784)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.851.201	(229.845)	1.621.356
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Despesas com vendas	4.3.3/6/8	(45.566)	(8.715)	(54.281)
Despesas gerais e administrativas	4.3.3/6/8	(388.226)	(46.467)	(434.693)
Outras receitas (despesas), líquidas	4.3.3/6/8	(70.132)	(19.115)	(89.247)
Resultado da equivalência patrimonial		14.327	-	14.327
		(489.597)	(74.297)	(563.894)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		1.361.604	(304.142)	1.057.462
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras	4.3.1/3	365.918	(28.522)	337.396
Despesas financeiras	4.3.1/2/3	(300.294)	(30.367)	(330.661)
		65.624	(58.889)	6.735
LUCRO OPERACIONAL		1.427.228	(363.031)	1.064.197
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Imposto de renda e contribuição social	4.3.7	(287.602)	(3.168)	(290.770)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.3.7	(89.724)	128.575	38.851
		(377.326)	125.407	(251.919)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.049.902	(237.624)	812.278
Atribuído aos acionistas da empresa controladora		1.026.433	(234.657)	791.776
Atribuído aos acionistas não controladores	4.3.09	23.469	(2.967)	20.502

Conciliação do resultado consolidado

RESULTADO CONSOLIDADO	Item	Lucro operacional	Lucro líquido do exercício
			31.12.2009
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		1.427.228	1.049.902
Depreciação sobre remensuração do ativo imobilizado	4.3.8	(174.809)	(174.808)
Reconhecimento de contratos de concessão - transmissão	4.3.3	72.684	72.684
Reconhecimento de contratos de concessão - distribuição	4.3.3	(15.523)	(15.523)
Contrato de concessão - utilização do bem público	4.3.3	(7.294)	(7.294)
Capitalização de custos de empréstimos	4.3.2	13.516	13.516
Baixa de ativos e passivos regulatórios	4.3.1	(131.771)	(131.771)
Benefício pós-emprego	4.3.6	(95.436)	(95.436)
Outros efeitos da transição		(24.398)	(24.398)
Efeitos dos tributos nos ajustes	4.3.7	-	125.406
Total dos ajustes no resultado		(363.031)	(237.624)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE ACORDO COM AS IFRSs		1.064.197	812.278

Efeitos da adoção das IFRSs na demonstração dos fluxos de caixa consolidada

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs
			31.12.2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1.289.718	(48.554)	1.241.164
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(911.726)	34.823	(876.903)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(495.416)	197	(495.219)

4.2 Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas demonstrações financeiras da Controladora

4.2.1 Adoção das novas práticas contábeis no Brasil

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora), a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na NE nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 01.01.2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da

controladora, e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetuou nas duas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme NE nº 2. Tal procedimento foi adotado de forma a obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.2.2 Conciliações para as práticas contábeis anteriores (BR GAAP anterior)

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil no balanço patrimonial da controladora

ATIVO	Item	BR GAAP	Adoção inicial novos CPCs		BR GAAP	BR GAAP	Adoção inicial novos CPCs		BR GAAP
		anterior	Reclassif.	Ajustes	representado	anterior	Reclassif.	Ajustes	representado
		01.01.2009			01.01.2009	31.12.2009			31.12.2009
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa		318.455	-	-	318.455	479.044	-	-	479.044
Aplicações financeiras - títulos e valores mob.		438	-	-	438	79.120	-	-	79.120
Dividendos a receber	4.3.09	719.061	(426.842)	-	292.219	696.279	(531.802)	-	164.477
Outros créditos		2	-	-	2	2	-	-	2
Imposto de renda e contribuição social	4.3.09	90.882	5.635	-	96.517	115.916	(6.533)	-	109.383
Imp. renda e contribuição social diferidos	4.3.09	3.127	(3.127)	-	-	5.625	(5.625)	-	-
		1.131.965	(424.334)	-	707.631	1.375.986	(543.960)	-	832.026
NÃO CIRCULANTE									
Realizável a Longo Prazo									
Aplicações financeiras		69.063	-	-	69.063	-	-	-	-
Depósitos judiciais	4.3.09	26.268	27.003	-	53.271	25.662	27.292	-	52.954
Outros créditos		3.132	-	-	3.132	1.759	-	-	1.759
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-	-	-	-	-
Imp. renda e contribuição social diferidos	4.3.09	121.338	3.127	-	124.465	62.521	5.625	-	68.146
Créditos com partes relacionadas		929.293	-	-	929.293	988.421	-	-	988.421
		1.149.094	30.130	-	1.179.224	1.078.363	32.917	-	1.111.280
Investimentos		7.472.829	447.394	1.714.427	9.634.650	7.674.713	552.709	1.491.234	9.718.656
Intangível		20.552	(20.552)	-	-	19.798	(19.798)	-	-
		8.642.475	456.972	1.714.427	10.813.874	8.772.874	565.828	1.491.234	10.829.936
TOTAL DO ATIVO		9.774.440	32.638	1.714.427	11.521.505	10.148.860	21.868	1.491.234	11.661.962

PASSIVO	Item	BR GAAP	Adoção inicial novos CPCs		BR GAAP	BR GAAP	Adoção inicial novos CPCs		BR GAAP
		anterior	Reclassif.	Ajustes	reapresentado	anterior	Reclassif.	Ajustes	reapresentado
		01.01.2009			01.01.2009	31.12.2009			31.12.2009
CIRCULANTE									
Obrigações sociais e trabalhistas		243	-	-	243	271	-	-	271
Fornecedores		564	-	-	564	579	-	-	579
Imposto de renda e contribuição social	4.3.09	-	13.013	-	13.013	-	-	-	-
Outras obrigações fiscais	4.3.09	57.993	(7.378)	-	50.615	102.465	(6.533)	-	95.932
Empréstimos e financiamentos		24.896	-	-	24.896	15.868	-	-	15.868
Debêntures		169.233	-	-	169.233	17.238	-	-	17.238
Dividendos a pagar		239.265	-	-	239.265	84.630	-	-	84.630
Benefícios pós-emprego		34	-	-	34	45	-	-	45
Outras contas a pagar		4	-	-	4	15	-	-	15
		492.232	5.635	-	497.867	221.111	(6.533)	-	214.578
NÃO CIRCULANTE									
Coligadas e controladas	4.3.9	-	-	-	-	-	1.109	-	1.109
Obrigações fiscais		-	-	-	-	82.792	-	-	82.792
Imp. renda e contribuição social diferidos	4.3.7	-	-	25.297	25.297	-	-	25.297	25.297
Empréstimos e financiamentos		414.959	-	-	414.959	388.254	-	-	388.254
Debêntures		600.000	-	-	600.000	600.000	-	-	600.000
Provisões para litígios	4.3.9	214.162	27.003	-	241.165	26.642	27.292	-	53.934
		1.229.121	27.003	25.297	1.281.421	1.097.688	28.401	25.297	1.151.386
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social		4.460.000	-	-	4.460.000	4.460.000	-	-	4.460.000
Reservas de capital		838.340	-	-	838.340	838.340	-	-	838.340
Ajustes de avaliação patrimonial	4.3.3/8	-	-	1.750.069	1.750.069	-	-	1.660.634	1.660.634
Reserva legal		377.590	-	-	377.590	428.912	-	-	428.912
Reserva de retenção de lucros		2.377.157	-	(60.939)	2.316.218	3.102.809	-	(194.697)	2.908.112
		8.053.087	-	1.689.130	9.742.217	8.830.061	-	1.465.937	10.295.998
TOTAL DO PASSIVO		9.774.440	32.638	1.714.427	11.521.505	10.148.860	21.868	1.491.234	11.661.962

Conciliação do patrimônio líquido

PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA	Item	01.01.2009	31.12.2009
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		8.053.087	8.830.061
Equivalência patrimonial referente aos seguintes ajustes:			
Remensuração do ativo imobilizado	4.3.8	2.647.925	2.484.581
Reconhecimento de contratos de concessão - transmissão	4.3.3	3.166	75.851
Reconhecimento de contratos de concessão - distribuição	4.3.3	(37.670)	(53.192)
Contrato de concessão onerosa - utilização do bem público - UBP	4.3.3	(49.925)	(55.600)
Baixa de ativos e passivos regulatórios	4.3.1	(145.864)	(277.635)
Benefício pós-emprego	4.3.6	95.436	-
Reversão de deságio	4.3.5	74.994	74.994
Capitalização de custos de empréstimos	4.3.2	-	13.516
Outros efeitos da transição		-	(22.360)
Efeitos dos tributos nos ajustes	4.3.7	(898.932)	(774.218)
Total dos ajustes no patrimônio líquido		1.689.130	1.465.937
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE ACORDO COM O BR GAAP REAPRESENTADO		9.742.217	10.295.998

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil na demonstração do resultado da controladora

OPERAÇÕES CONTINUADAS	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
			31.12.2009
RECEITA OPERACIONAL			
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(75.140)	-	(75.140)
Outras receitas (despesas), líquidas	187.068	-	187.068
Resultado da equivalência patrimonial	1.048.689	(234.657)	814.032
	1.160.617	(234.657)	925.960
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	133.892	-	133.892
Despesas financeiras	(211.757)	-	(211.757)
	(77.865)	-	(77.865)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.082.752	(234.657)	848.095
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(56.319)	-	(56.319)
	(56.319)	-	(56.319)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.026.433	(234.657)	791.776

Conciliação do resultado

RESULTADO DA CONTROLADORA	Item	Lucro operacional	Lucro líquido do exercício
			31.12.2009
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		1.082.752	1.026.433
Equivalência patrimonial referente aos seguintes ajustes:			
Depreciação sobre remensuração do ativo imobilizado	4.3.8	(174.808)	(174.808)
Reconhecimento de contratos de concessão - transmissão	4.3.3	72.685	72.685
Reconhecimento de contratos de concessão - distribuição	4.3.3	(15.522)	(15.522)
Contrato de concessão - utilização do bem público	4.3.3	(5.675)	(5.675)
Capitalização de custos de empréstimos	4.3.2	13.516	13.516
Baixa de ativos e passivos regulatórios	4.3.1	(131.771)	(131.771)
Benefício pós-emprego	4.3.6	(95.436)	(95.436)
Outros efeitos da transição		(22.360)	(22.360)
Efeitos dos tributos nos ajustes	4.3.7	124.714	124.714
Total dos ajustes no resultado		(234.657)	(234.657)
LUCRO LÍQUIDO DE ACORDO COM O BR GAAP REAPRESENTADO		848.095	791.776

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil na demonstração do fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	Item	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs
				31.12.2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais		712.914	(12)	712.902
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(14.871)	12	(14.859)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(537.454)	-	(537.454)

4.3 Efeitos das mudanças de práticas contábeis decorrentes da adoção dos CPCs nas demonstrações financeiras individuais da Companhia e da adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas
4.3.1 Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras (CPC Estrutura Conceitual).

As Companhias devem elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPC's foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

4.3.2 Custos de empréstimos (CPC 20)/IAS 23

A prática contábil adotada pela Companhia foi modificada para refletir o requerimento de capitalização de custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo.

O montante dos custos de empréstimos elegíveis a capitalização foi definido pela Companhia pela aplicação da taxa média ponderada sobre os gastos do ativo intangível e ativo imobilizado em fase de construção.

A Companhia adotou esta prática para os períodos contábeis iniciados a partir de 01.01.2009.

4.3.3 Contratos de Concessão (ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 e OCPC 05)

Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento de receita e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão, a Companhia reconheceu os seguintes:

Atividade de distribuição: (i) um ativo intangível que correspondente ao direito de acesso aos bens que compõem a infra-estrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondente ao saldo remanescente da infra-estrutura (valor residual da infra-estrutura física) no final da concessão a ser recebido diretamente do Poder Concedente, a título de indenização, pelos investimentos feitos pela Companhia em infra-estrutura e ainda não amortizados. De acordo com o estabelecido nos contratos de concessão esse ativo financeiro representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Atividade de transmissão: um ativo financeiro que corresponde às receitas de construção, operação e manutenção do contrato de concessão realizadas pela disponibilização aos usuários da infra-estrutura construída ou adquirida, sem risco de demanda e assegurada pelo arcabouço regulatório brasileiro e é considerado um direito incondicional de receber um fluxo de caixa pré-determinado nos contratos de concessão.

O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados e deduzidos da amortização acumulada.

Para os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo financeiro está classificado como instrumento financeiro disponível para venda, considerando a premissa de que o valor da indenização ao final do contrato de concessão será calculado pelo Poder Concedente considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória – BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição vinculada à concessão. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e principalmente tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes dessa infra-estrutura (ativo físico) vinculada ao ativo financeiro.

Sobre esse ativo financeiro incide remuneração baseada no WACC regulatório homologado pela ANEEL no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos, cujo montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro é ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados a movimentação dos bens integrantes da infra-estrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa dos fluxos de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Por não existir um mercado ativo para a negociação desse ativo financeiro, as variações no valor justo do saldo do ativo financeiro relacionado à percepção dos participantes de mercado em relação a diferença entre a taxa de remuneração regulatória e a taxa de mercado é ajustada periodicamente com base em metodologia determinada pela Administração e esse ajuste, quando aplicável, é registrado diretamente na conta de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

Considerando que o ativo financeiro é remunerado pelo WACC regulatório de 9,95% ao ano e que esta remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor, esse ativo financeiro já se encontra a valor presente.

Para os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, o ativo financeiro está classificado como “empréstimos e recebível”, mensurado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, calculado pelo método de juros efetivos.

Adicionalmente, de acordo com OCPC 05, para os contratos de concessão de uso de bem público (concessão onerosa) em que se entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato, principalmente para exploração de recursos hídricos com o objetivo de geração de energia, o ativo intangível é inicialmente (no termo de posse) mensurado pelo custo.

No caso de outorga fixa, o custo corresponde aos valores já despendidos e a despendido no futuro devem ser reconhecidos a valor presente, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Assim, os pagamentos pelo uso de bem público que eram contabilizados como despesa quando liquidados, foram inicialmente mensurados por seu valor presente na data do início da concessão em contrapartida ao ativo intangível, o qual é amortizado pelo prazo da concessão. O passivo correspondente é atualizado pelo respectivos encargos financeiros incorridos até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

4.3.4 Contratos de Construção (CPC 17/IAS 11)

Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras para determinar o momento em que a receita do contrato e o custo a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Em atendimento a este pronunciamento técnico, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção. A margem de construção adotada foi estabelecida como sendo próximo a zero, para a atividade de distribuição, considerando que a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas, entretanto, para a atividade de transmissão, a margem de construção adotada referente ao exercício de 2010 é de 1,65% (1,80% em 2009), foi baseada em metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

4.3.5 Reversão do deságio na aquisição de participação de controlada

De acordo com Pronunciamento técnico CPC 15, IFRS 03, quando o valor pago numa aquisição for menor que o valor contábil dos ativos e passivos líquidos adquiridos de acordo com o BR GAAP antigo, a Companhia contabilizava este valor como deságio (saldo negativo) no balanço patrimonial e amortizava-o pelo prazo estimado considerando seu fundamento. De acordo com os CPCs e o IFRS, a diferença entre o montante pago e o valor justo dos ativos e passivos líquidos adquiridos deve ser reconhecida nas contas de resultado. Em 01 de janeiro de 2009, a Companhia reverteu um saldo de deságio que estava registrado sob a rubrica de Receita Diferida no montante de R\$ 74.994 para as contas de lucros acumulados. O patrimônio líquido de 01.01.2009 e 31.12.2009 foi aumentado no mesmo montante.

4.3.6 Benefícios a empregados

A Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do IFRS 1. Dessa forma, os ganhos atuariais líquidos cumulativos, totalizando R\$ 868.065 foram integralmente amortizados. Considerando a regra de teto do ativo do IAS 19/CPC 33, o passivo de R\$ 95.436 registrado na conta de obrigações de aposentadoria de acordo com o BR GAAP antigo foi baixado contra lucros acumulados em 01.01.2009. Ainda conforme a regra teto de ativo o superávit de R\$ 772.629 do plano previdenciário não foi reconhecido na data de transição por não estar disponível para a Companhia. A partir desta data, a Companhia esta compensando as perdas atuariais com o superávit não reconhecido. Caso este superávit seja consumido por perdas atuariais no futuro, a Companhia passará a seguir a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

4.3.7 Imposto de renda e contribuição social: os impostos diferidos

As mudanças das práticas contábeis com a implantação dos CPC's geraram efeitos tributários, os quais foram neutralizados com a aplicação do Regime tributário de transição – RTT estabelecido pela lei 11.941 de 27.05.2009. Esta neutralidade gerou imposto de renda e contribuição social diferidos.

4.3.8 Custo atribuído ("Deemed Cost")

O Grupo optou pela adoção do custo atribuído para os ativos relacionados à atividade de geração de energia na Copel Geração e Transmissão, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01.01.2009 pelos seus valores justos estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. A avaliação foi realizada por unidade geradora de caixa considerando a utilização dos bens, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso, o ambiente econômico em que eles operam e o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Os relatórios de avaliação gerados pelos especialistas datados de 15.02.2011 foram aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Grupo. Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil econômica estimada e do valor residual. O aumento na despesa de depreciação recalculada em decorrência da aplicação do custo atribuído resultou em R\$ 156.453 em 2010 e R\$ 155.058 em 2009.

Para os ativos relacionados à atividade de telecomunicações, estudos internos do Grupo apontaram que os saldos contabilizados em 01.01.2009 estavam aderentes aos seus valores justos, pois: i) não possuem forte evidência de que existam diferenças entre o valor justo, diminuído da depreciação contabilizada naquele exercício e o valor justo apurado na abertura do exercício social iniciado em 01 de janeiro de 2009, e ii) o resultado do teste de recuperação dos ativos demonstra que o ativo analisado é plenamente capaz de recuperar seu valor contábil ao longo da vida útil. De acordo com o ICPC 10, a partir de 01.01.2010, foram revistas as vidas úteis destes bens, sendo que as principais alterações nas taxas de depreciação estão descritas na NE nº 17.5. Esta mesma metodologia foi aplicada para as controladas: UEG Araucária Ltda, Elejor e Centrais Eólicas.

O ativo imobilizado em 01.01.2009 foi aumentado em R\$ 2.640.753 na Copel Geração e Transmissão e R\$ 7.172 já líquido de impostos na controlada em conjunto Dominó Holdings. O imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R\$ 897.856 em decorrência da adoção do custo atribuído na Copel Geração e Transmissão.

A abertura por classe de ativos de geração da Copel Geração e Transmissão está apresentada no quadro abaixo:

	BR GAAP anterior	Custo Atribuído	IFRS
Custo			
Máquinas e equipamentos	1.291.931	1.825.501	3.117.432
Reservatórios, barragens e adutoras	2.668.134	4.128.844	6.796.978
Edificações	442.892	858.989	1.301.881
Terrenos	91.727	83.467	175.194
Veículos	17.575	7.184	24.759
Móveis e utensílios	3.345	2.618	5.963
	4.515.604	6.906.603	11.422.207
Depreciação Acumulada			
Máquinas e equipamentos	(517.723)	(969.722)	(1.487.445)
Reservatórios, barragens e adutoras	(1.046.460)	(2.681.944)	(3.728.529)
Edificações	(229.501)	(605.512)	(835.013)
Veículos	(13.124)	(6.681)	(19.805)
Móveis e utensílios	(2.319)	(1.991)	(4.310)
	(1.809.127)	(4.265.850)	(6.075.102)
Imobilizado em serviço, líquido	2.706.477	2.640.753	5.347.105

A administração estimou que os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído na despesa de depreciação nos exercícios futuros serão próximos aos realizados em 2009 e 2010.

4.3.9 Reclassificações

De acordo com os novos pronunciamentos contábeis foram efetuadas as seguintes reclassificações às demonstrações financeiras da Companhia.

- Os depósitos judiciais relacionados a contingências prováveis e anteriormente registrados como redução das respectivas provisões foram reclassificados para o ativo não circulante (IAS 1, CPC 26);
- Os impostos diferidos anteriormente apresentados no circulante foram reclassificados para o não circulante (IAS 1, CPC 26);
- Os fundos exclusivos anteriormente apresentados em Caixa e equivalentes de caixa foram reclassificados para Aplicações financeiras (IAS 27, CPC 36);
- Os dividendos declarados acima do mínimo obrigatório, após a data das demonstrações financeiras, mas antes das mesmas serem autorizadas para emissão, eram reconhecidos como passivo. Nas novas práticas contábeis, estes dividendos permanecem no Patrimônio líquido;

- As participações dos acionistas não controladores eram apresentadas como Passivos não circulante, nas novas práticas são apresentadas no Patrimônio Líquido. No resultado eram apresentadas antes do lucro do exercício, nas novas práticas são incluídos no resultado consolidado do grupo (IAS 1, CPC 26).
- Reclassificação de compensações entre ativo e passivo de tributos (CPC 26/IAS 1)

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa e bancos conta movimento	456	166	2.196	58.958	79.615	88.161
Aplicações financeiras de liquidez imediata	89.366	478.878	316.259	1.735.458	1.438.908	1.561.320
	89.822	479.044	318.455	1.794.416	1.518.523	1.649.481

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a: Certificados de Depósitos Bancários – CDB; operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro; e Cotas de Fundos de Investimento em Títulos Públicos do Governo Brasileiro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31.12.2010 e 31.12.2009.

6 Aplicações Financeiras

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante						
Títulos e valores mobiliários (6.1)	175	79.120	438	534.095	365.243	314.774
Cauções e depósitos vinculados (6.2)	-	-	-	64.078	5.047	127
	175	79.120	438	598.173	370.290	314.901
Ativo não circulante						
Títulos e valores mobiliários	-	-	69.063	7.151	40.103	69.063
Cauções e dep. vinculados (STN - NE nº 21.2)	-	-	-	26.280	24.195	37.868
	-	-	69.063	33.431	64.298	106.931

6.1 Títulos e valores mobiliários

Categoria		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Títulos disponíveis para venda				
CDB (1 e 2)	CDI	100.785	104.030	108.804
Operação Compromissada (3)	CDI	17.328	-	19.390
Operação Compromissada (2)	Selic	2.961	2.699	3.110
Operação Compromissada (2)	PRÉ-FIXADA	98.552	21.786	2.292
LTN (2)	PRÉ-FIXADA	44.482	3.374	-
LFT (2)	Selic	175.043	32.777	48.938
NTN - F	PRÉ-FIXADA	27.309	3.051	5.127
Cota Fundos (3 e 4)	CDI	124	116.762	108.151
LFBB	CDI	6.015	-	-
		472.599	284.479	295.812
Títulos mantidos até o vencimento				
LTN (2)	PRÉ-FIXADA	6.140	84.520	88.025
LFT (2)	Selic	60.662	36.347	-
Cota Fundos (3 e 4)	CDI	1.845	-	-
		68.647	120.867	88.025
		541.246	405.346	383.837
	Circulante	534.095	365.243	314.774
	Não Circulante - NC	7.151	40.103	69.063

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

Letras do Tesouro Nacional - LTN

Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F

Letras Financeiras Ligadas ao Banco do Brasil - LFBB

Categoria		Controladora (BR GAAP)		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Títulos disponíveis para venda				
CDB	CDI	76	69	64
Cota Fundos	CDI	99	92	374
		175	161	438
Títulos mantidos até o vencimento				
LTN	PRÉ-FIXADA	-	78.959	69.063
		-	78.959	69.063
		175	79.120	69.501
	Circulante	175	79.120	438
	Não Circulante - NC	-	-	69.063

A Copel possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 48 meses a partir do final do período de relatório. As contrapartes têm, pelo menos, a classificação de crédito A. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

1) Entres os principais valores aplicados em CDB estão:

- No Banco do Brasil está aplicado o valor de R\$ 65.612, atualizado até 31.12.2010, (R\$ 59.787 em 31.12.2009 e R\$ 54.403 em 01.01.2009) , com remuneração de 100% da taxa DI, como garantia de fiel cumprimento com a Aneel para construção da Usina Hidrelétrica de Mauá, pela Copel Geração e Transmissão;
 - No Itaú Unibanco S.A. está aplicado o valor de R\$ 4.430, atualizado até 31.12.2010, com rentabilidade média de 100% da variação da taxa DI (R\$ 21.072 em 31.12.2009 e R\$ 19.730 em 01.01.2009), como garantia de obrigação de dívida com a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, referente à operação de emissão de debêntures da Elejor, conforme Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e Outras Avenças.
- 2) Constitui garantia para leilão da Aneel pela Copel Geração e Transmissão no valor de R\$ 67.162 em 31.12.2010 (R\$ 41.323 em 31.12.2009);
- 3) Constitui garantia para os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs na CCEE R\$ 27.146 em 2010 (R\$ 3.156 em 2009);e
- 4) Reserva vinculada a contrato de financiamento firmado com BNDES em 2001 pela UEG Araucária R\$ 26 em 2010 (R\$ 26 em 2009).

6.2 Cauções e depósitos vinculados

Na Caixa Econômica Federal está caucionado o valor de R\$ 63.473, atualizado até 31.12.2010, com remuneração da TR, como garantia de fiel cumprimento com a Aneel para a construção da Usina Hidrelétrica Colíder, pela Copel Geração e Transmissão, contabilizado no Ativo circulante.

7 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Total 01.01.2009
				31.12.2010	31.12.2009	
Consumidores						
Residencial	117.162	78.389	4.098	199.649	189.728	164.189
Industrial	114.881	33.724	35.434	184.039	176.972	155.920
Comercial	86.156	28.147	4.237	118.540	109.523	93.828
Rural	15.985	6.769	1.250	24.004	20.950	18.575
Poder público	19.970	19.235	4.061	43.266	38.154	24.948
Iluminação pública	15.199	286	188	15.673	13.317	14.341
Serviço público	13.970	355	10	14.335	12.388	12.286
Fornecimento não faturado	198.363	-	-	198.363	170.960	151.659
Parcelamento de débitos	84.477	6.656	10.708	101.841	97.422	91.614
Parcelamento de débitos - NC	40.498	-	-	40.498	48.036	78.123
Subsídio baixa renda - Eletrobrás (7.1)	24.376	-	-	24.376	11.386	28.800
Encargos moratórios s/ faturas energia	2.842	3.809	2.960	9.611	9.985	9.101
Governo do Paraná - luz fraterna	2.055	7.016	2.457	11.528	4.030	7.500
Outros créditos	12.945	5.360	5.984	24.289	14.859	14.526
Outros créditos - NC	3.231	-	-	3.231	2.885	3.637
	752.110	189.746	71.387	1.013.243	920.595	869.047
Concessionárias e permissionárias						
Suprimento de energia elétrica						
CCEAR - leilão	133.004	-	-	133.004	127.854	96.074
Contratos bilaterais	26.586	-	123	26.709	27.836	74.152
CCEE (NE nº 34)	21.446	-	105	21.551	40.609	9.931
Ressarcimento de geradores	-	-	1.194	1.194	303	571
Ressarcimento de geradores - NC	-	-	-	-	-	321
	181.036	-	1.422	182.458	196.602	181.049
Encargos de uso da rede elétrica						
Rede elétrica	17.311	1.880	2.361	21.552	15.109	16.246
Rede básica e de conexão	14.552	153	399	15.104	21.174	23.511
	31.863	2.033	2.760	36.656	36.283	39.757
Telecomunicações						
Serviços de telecomunicações	2.918	6.735	7.918	17.571	9.650	8.376
Serviços de telecomunicações - NC	-	-	-	-	1.011	3.211
	2.918	6.735	7.918	17.571	10.661	11.587
Distribuição de gás	17.319	359	869	18.547	14.726	22.450
Prov. Créditos Liquidação Duvidosa (7.2)	-	-	(62.119)	(62.119)	(54.949)	(57.002)
	985.246	198.873	22.237	1.206.356	1.123.918	1.066.888
31.12.2010						
Circulante	941.517	198.873	22.237	1.162.627		
Não Circulante - NC	43.729	-	-	43.729		
31.12.2009						
Circulante	875.319	182.177	14.490		1.071.986	
Não Circulante - NC	51.932	-	-		51.932	
01.01.2009						
Circulante	822.877	150.338	8.627			981.842
Não Circulante - NC	85.046	-	-			85.046

O prazo médio de recebimentos das vendas de energia para consumidores é 12 dias e de 10 dias para as concessionárias e permissionárias de suprimento de energia elétrica.

7.1 Subsídio baixa renda - Eletrobrás

A Companhia iniciou, a partir de setembro de 2002, o faturamento do fornecimento de energia elétrica aplicando a tarifa social com base nos novos critérios de enquadramento das unidades consumidoras de baixa renda.

Em 17.12.2002, a Lei nº 10.604 modificou a forma de compensação às concessionárias, autorizando a concessão de subvenção econômica, visando contribuir para a modicidade da tarifa social. Essa subvenção tem como fonte de recursos o adicional de dividendos das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás para a União, associado à comercialização de energia elétrica pelas geradoras federais nos leilões de energia, e recursos advindos da Reserva Global de Reversão - RGR.

A Aneel, por meio de suas resoluções, estabeleceu a metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedida às concessionárias, para contrabalançar os efeitos da política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda. Em dezembro de 2010, foram beneficiados 702.882 consumidores pela tarifa social, representando 23,7% do total de 2.964.793 consumidores residenciais.

7.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)				Saldo
	Saldo	Adições / (reversões)	Baixas	
	31.12.2009			31.12.2010
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
Residencial	6.245	11.680	(10.271)	7.654
Industrial	40.101	5.375	(4.715)	40.761
Comercial	5.863	8.539	(3.522)	10.880
Rural	185	163	(279)	69
Poder público	1.272	221	(40)	1.453
Iluminação pública	149	6	-	155
Serviço público	-	2	-	2
Concessionárias e permissionárias	203	21	-	224
Telecomunicações	931	233	(243)	921
	54.949	26.240	(19.070)	62.119

Consolidado (IFRS e BR GAAP)				Saldo
	Saldo	Adições / (reversões)	Baixas	
	01.01.2009			31.12.2009
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
Residencial	5.544	9.969	(9.268)	6.245
Industrial	40.735	4.800	(5.434)	40.101
Comercial	8.506	275	(2.918)	5.863
Rural	177	297	(289)	185
Poder público	947	325	-	1.272
Iluminação pública	169	(20)	-	149
Serviço público	-	1	(1)	-
Concessionárias e permissionárias	206	(3)	-	203
Concessionárias e permissionárias - NC	246	(246)	-	
Telecomunicações	472	675	(216)	931
	57.002	16.073	(18.126)	54.949

Os critérios utilizados, além da experiência da Administração em relação ao histórico das perdas efetivas, levam em consideração os parâmetros recomendados pela Aneel.

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Através do quarto termo aditivo assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou com o Governo do Estado do Paraná o saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC em 31.12.2004, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

Vencimento das parcelas de longo prazo

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
2010	-	-	50.268
2011	-	52.845	53.611
2012	62.728	56.359	57.176
2013	66.899	60.107	60.979
2014	71.348	64.105	65.034
2015	76.093	68.368	69.359
2016	81.154	72.915	73.972
2017	86.551	77.764	78.892
2018	92.307	82.936	84.138
2019	98.446	88.451	89.734
2020	104.993	94.334	95.702
2021	111.976	100.607	102.066
2022	119.423	107.298	108.854
2023	135.836	114.434	116.094
após 2023	174.623	164.502	166.891
	1.282.377	1.205.025	1.272.770

Mutação do CRC

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Em 01.01.2009	47.133	1.272.770	1.319.903
Encargos	83.834	-	83.834
Varição monetária	(192)	(18.004)	(18.196)
Transferências	49.741	(49.741)	-
Amortizações	(130.967)	-	(130.967)
Em 31.12.2009	49.549	1.205.025	1.254.574
Encargos	79.546	-	79.546
Varição monetária	2.772	133.396	136.168
Transferências	56.044	(56.044)	-
Amortizações	(129.095)	-	(129.095)
Em 31.12.2010	58.816	1.282.377	1.341.193

9 Contas a receber vinculadas à concessão

9.1 Mutação das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Obrig. especiais não circulante	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Em 01.01.2009	27.685	2.632.185	(1.171.723)	1.488.147
Adições	-	282.315	-	282.315
Remuneração regulatória WACC	94.654	-	-	94.654
Recebimento da remuneração regulatória WACC	(94.654)	-	-	(94.654)
Capitalizações do intangível em curso	-	380.844	(65.910)	314.934
Transferências do não circulante para o circulante	197.952	(197.952)	-	-
Transferências p/ encargos do uso da rede - clientes	(181.567)	-	-	(181.567)
Provisão para perdas	-	(6.700)	-	(6.700)
Ajuste ref. ativos financeiros classif. como disponíveis p/ venda (a)	-	17.369	-	17.369
Varição monetária	-	(36.052)	20.530	(15.522)
Baixas	-	(26.686)	-	(26.686)
Em 31.12.2009	44.070	3.045.323	(1.217.103)	1.872.290
Adições	-	272.613	-	272.613
Remuneração financeira WACC	126.685	-	-	126.685
Recebimento da remuneração regulatória WACC	(126.685)	-	-	(126.685)
Capitalizações do intangível em curso	-	482.145	(69.889)	412.256
Transferências do não circulante para o circulante	196.923	(196.923)	-	-
Transferências p/ encargos do uso da rede - clientes	(186.293)	-	-	(186.293)
Transferências de investimentos-bens destinados a uso futuro	-	3	-	3
Provisão para perdas	-	(21.333)	-	(21.333)
Ajuste ref. ativos financeiros classif. como disponíveis p/ venda (a)	-	3.029	-	3.029
Varição monetária	-	290.312	(139.125)	151.187
Baixas	-	(25.707)	-	(25.707)
Em 31.12.2010	54.700	3.849.462	(1.426.117)	2.478.045

a) Efeitos decorrentes da variação do WACC determinado pela Aneel, em relação ao indicador definido pela administração da Companhia.

9.2 Contas a receber vinculadas à concessão - Distribuição

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Obrig. especiais não circulante	Total
Em 01.01.2009	-	1.978.748	(1.171.723)	807.025
Remuneração regulatória WACC	94.654	-	-	94.654
Recebimento da remuneração regulatória WACC	(94.654)	-	-	(94.654)
Capitalizações do intangível em curso	-	380.844	(65.910)	314.934
Ajuste ref. ativos financeiros clas. como disponíveis p/ venda	-	17.369	-	17.369
Variação monetária	-	(36.052)	20.530	(15.522)
Baixas	-	(26.686)	-	(26.686)
Em 31.12.2009	-	2.314.223	(1.217.103)	1.097.120
Remuneração regulatória WACC	126.685	-	-	126.685
Recebimento da remuneração regulatória WACC	(126.685)	-	-	(126.685)
Capitalizações do intangível em curso	-	482.145	(69.889)	412.256
Transf. de investimentos - bens destinados a uso futuro	-	3	-	3
Ajuste ref. ativos financeiros clas. como disponíveis p/ venda	-	3.029	-	3.029
Variação monetária	-	290.312	(139.125)	151.187
Baixas	-	(25.707)	-	(25.707)
Em 31.12.2010	-	3.064.005	(1.426.117)	1.637.888

a) Efeitos decorrentes da variação do WACC determinado pela Aneel, em relação ao indicador definido pela administração da Companhia.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Copel Distribuição (Concessionária - Operador), que regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, estabelece:

- Os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- Os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Que ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- Que o preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide NE nº 18).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O ativo financeiro está classificado como instrumento financeiro disponível para venda, considerando a premissa adotada pela administração da Companhia de que o valor da indenização ao final do contrato de concessão será calculado pelo Poder Concedente considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória – BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição vinculada à concessão.

Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e principalmente tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes dessa infra-estrutura (ativo físico) vinculada ao ativo financeiro.

Sobre esse ativo financeiro incide remuneração baseada no WACC regulatório homologado pela ANEEL no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos, cujo montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro é ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados a movimentação dos bens integrantes da infra-estrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa dos fluxos de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Por não existir um mercado ativo para a negociação desse ativo financeiro, as variações no valor justo do saldo do ativo financeiro relacionado à percepção dos participantes de mercado em relação a diferença entre a taxa de remuneração regulatória e a taxa de mercado é ajustada periodicamente com base em metodologia determinada pela Administração e esse ajuste, quando aplicável, é registrado diretamente na conta de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

9.3 Contas a receber vinculadas à concessão - Transmissão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 01.01.2009	27.685	653.437	681.122
Adições	-	282.315	282.315
Transferências do não circulante para o circulante	197.952	(197.952)	-
Transferências p/ encargos do uso da rede - clientes	(181.567)	-	(181.567)
Provisão para perdas	-	(6.700)	(6.700)
Em 31.12.2009	44.070	731.100	775.170
Adições	-	272.613	272.613
Transferências do não circulante para o circulante	196.923	(196.923)	-
Transferências p/ encargos do uso da rede - clientes	(186.293)	-	(186.293)
Provisão para perdas	-	(21.333)	(21.333)
Em 31.12.2010	54.700	785.457	840.157

Referem-se a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários; (ii) a receita de operação e manutenção da infra-estrutura quando efetivamente realizados; e (iii) a remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita dos contratos de concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida denominada Receita Anual Permitida (RAP) a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infra-estrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema – ONS.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção, operação e manutenção da infra-estrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da tarifa (RAP).

Esses ativos financeiros, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e são classificados como “empréstimos e recebíveis”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método de juros efetivos.

Para efeito de elaboração dos fluxos de caixa futuros dos contratos de transmissão com o objetivo de determinação da taxa efetiva de juros para o registro da remuneração sobre o saldo desse ativo no prazo da concessão, a Administração da Companhia além da consideração das receitas anuais permitidas (RAP) a serem recebidas durante o prazo da concessão, também adotou como premissa que a última parcela incluída no fluxo de caixa é a do recebimento da indenização dos ativos físicos vinculados a esse ativo financeiro.

Esses ativos financeiros, por possuírem fluxos de caixa fixos e determináveis, são classificados como “empréstimos e recebíveis”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método de juros efetivos.

Compromissos relativos às concessões de transmissão

9.3.1 LT 525 KV Araraquara 2 Taubaté

Linha de transmissão arrematada no Leilão nº 001/10 – Aneel em 10.06.2010

Os compromissos totais já assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à LT 525 KV Araraquara 2 Taubaté montam em R\$ 243.398 em 31.12.2010.

9.3.2 Subestação Cerquilho III 230 KV

Subestação em 230/138KV (300MVA) arrematada no Leilão nº 001/10 – Aneel em 10.06.2010

Os compromissos totais já assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à Subestação Cerquilho III montam em R\$ 40.724 em 31.12.2010

10 Outros Créditos

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante			
Serviços em curso, líquidos (10.1)	110.374	92.472	64.765
Adiantamento para depósitos judiciais	9.927	3.183	5.732
Adiantamento a empregados	9.126	8.352	8.264
Alienação de bens e direitos	9.048	4.535	1.872
Desativações em curso	6.284	6.181	4.795
Parcelamento Onda Provedor de Serviços	4.348	4.349	4.348
Locação da planta da UTE Araucária	4.296	550	7.474
Salários de empregados cedidos a recuperar	4.174	3.663	3.819
Serviços prestados a terceiros	3.631	3.577	1.347
Aquisição de combustíveis por conta da CCC	2.406	638	185
Adiantamento a fornecedores	3.248	11.289	6.191
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (10.2)	(9.979)	(10.896)	(9.531)
Outros créditos	4.186	5.109	5.789
	161.069	133.002	105.050
Ativo não circulante			
Adiantamento a fornecedores	9.902	8.290	2.435
Alienação de bens e direitos	2.325	4.437	4.788
Empréstimos compulsórios	2.833	3.814	3.561
Outros créditos	164	408	1.430
	15.224	16.949	12.214

10.1 Serviços em curso

Refere-se aos serviços em cursos da Companhia, na sua maioria referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

10.2 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Provisão para créditos de liquidação - PCLD refere-se ao saldo de parcelamento de faturas contra o cliente Onda Provedor de Serviços, com difícil realização, somado à parcela não realizável, principalmente, de Salários de empregados cedidos a recuperar.

11 Estoques

	Operação / Manutenção			Imobilizado em curso - material em depósito		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Copel Geração e Transmissão	24.429	27.595	29.710	-	-	-
Copel Distribuição	83.893	76.170	48.150	-	-	-
Copel Telecomunicações	11.758	7.166	5.151	17.511	17.641	14.507
Compagás	1.344	1.171	536	-	-	-
Elejor	-	-	-	2.702	1.051	1.051
	121.424	112.102	83.547	20.213	18.692	15.558

12 Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Tributos

12.1 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante						
IR e CSLL a compensar	155.461	115.916	109.254	518.889	446.926	423.461
IR e CSLL a compensar c/ o passivo	(20.347)	-	(5.359)	(348.557)	(169.834)	(215.539)
IRRF s/ JSCP a compensar c/ o passivo	(12.119)	(6.533)	(7.378)	(12.119)	(6.534)	(7.378)
	122.995	109.383	96.517	158.213	270.558	200.544
Ativo não circulante						
IR e CSLL a recuperar	-	-	-	12.341	-	-
	-	-	-	12.341	-	-
Passivo circulante						
IR e CSLL a recolher	35.332	-	18.372	501.806	294.339	349.802
IR e CSLL a compensar com o ativo	(20.347)	-	(5.359)	(348.557)	(169.834)	(215.539)
	14.985	-	13.013	153.249	124.505	134.263

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se a antecipações e créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ, os quais são compensados com os respectivos impostos a pagar de cada empresa, conforme legislação tributária brasileira.

12.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.

O tributo sobre o plano assistencial está sendo realizado de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09. Os tributos diferidos sobre as demais provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Os créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social foram constituídos conforme a demonstração a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo não circulante						
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	1.170	13.550	6.559	10.966	23.346	16.355
Planos previdenciário e assistencial	-	-	-	135.384	123.842	147.691
Outras adições temporárias						
Provisões para litígios	120.877	32.149	94.444	290.385	172.080	168.486
Provisão p/ créditos liquidação duvidosa	1.478	1.839	1.839	24.477	22.350	22.959
Amortização - concessão	17.573	17.317	17.060	35.917	19.709	19.088
Provisão p/ efeitos de encargos da rede				6.922	6.922	6.923
Provisão Finan	3.659	3.291	4.563	3.659	3.291	4.563
Outros	-	-	-	-	26.342	12.808
	144.757	68.146	124.465	507.710	397.882	398.873
Passivo não circulante						
Regime tributário de transição - RTT						
Remensuração de ativos	-	-	-	802.556	854.742	906.721
Outros	-	-	-	47.607	12.092	(7.587)
Outras exclusões temporárias						
Capitalização encargos financeiros	-	-	-	4.595	-	2.551
Provisão para deságio	25.297	25.297	25.297	25.297	25.297	25.297
Fornecimento de gás	-	-	-	7.163	8.953	8.040
	25.297	25.297	25.297	887.218	901.084	935.022
	119.460	42.849	99.168	(379.508)	(503.202)	(536.149)

O Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2010	5.625	28.924	-	(39.205)	58.140	-
2011	-	-	21.450	-	-	17.311
2012	-	-	5.359	-	-	10.045
2013	-	-	2.510	-	-	472
2014	-	-	2.463	-	-	286
2015	-	-	2.562	-	-	265.084
2016 a 2018	-	-	3.978	-	-	(34.694)
2019 a 2021	-	-	3.974	-	-	(117.317)
após 2021	-	-	77.164	-	-	(520.695)
	5.625	28.924	119.460	(39.205)	58.140	(379.508)

12.3 Outros tributos a compensar e a recolher

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante						
ICMS a recuperar (12.3.1)	-	-	-	36.785	29.868	26.863
PIS/Pasep e Cofins a compensar	-	-	-	7.966	28.728	17.187
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	-	-	-	(7.966)	(27.820)	(17.187)
Outros tributos a compensar	-	-	-	751	1.157	1.158
	-	-	-	37.536	31.933	28.021
Ativo não circulante						
ICMS a recuperar (12.3.1)	-	-	-	82.029	83.957	62.468
IRRF s/ aplic. financeira a recuperar	-	-	-	2.833	-	-
	-	-	-	84.862	83.957	62.468
Passivo circulante						
ICMS a recolher	-	-	-	173.989	164.209	132.380
PIS/Pasep e Cofins a recolher	21.016	13.948	14.706	75.511	52.507	55.540
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	-	-	-	(7.966)	(27.820)	(17.187)
Programas de Recuperação Fiscal (12.3.2)	60.229	81.114	35.068	94.887	107.974	35.068
IRRF sobre JSCP	12.119	6.534	7.378	45.813	29.027	30.791
IRRF sobre JSCP a compensar com o ativo	(12.119)	(6.533)	(7.378)	(12.119)	(6.534)	(7.378)
Outros tributos	883	869	841	8.756	6.627	6.374
	82.128	95.932	50.615	378.871	325.990	235.588
Passivo não circulante						
ICMS a recolher	-	-	-	623	547	618
Programas de Recuperação Fiscal (12.3.2)	20.076	82.792	-	31.629	131.103	-
	20.076	82.792	-	32.252	131.650	618

12.3.1 ICMS a recuperar

Os valores registrados como ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens para o ativo imobilizado instituído pela Lei Complementar nº 87/96, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000.

12.3.2 Programas de recuperação fiscal

	Controladora (BR GAAP)					
	Valor da dívida	Benefícios Lei nº 11.941	Juros Selic	Valor da dívida atualizado	Antecipação	Saldo da dívida atualizado
Lei nº 11.941/09						
Cofins Ação Rescisória	196.839	(60.174)	10.600	147.265	(66.960)	80.305
	196.839	(60.174)	10.600	147.265	(66.960)	80.305

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	Valor da dívida	Benefícios Lei nº 11.941	Juros Selic	Valor da dívida atualizado	Antecipação	Saldo da dívida atualizado
Lei nº 11.941/09						
IRPJ	42.538	(8.762)	2.313	36.089	(16.253)	19.836
CSLL	5.925	(1.460)	298	4.763	(2.264)	2.499
Cofins	43.956	(9.853)	2.309	36.412	(16.795)	19.617
PIS/Pasep	9.543	(2.139)	501	7.905	(3.646)	4.259
Cofins Ação Rescisória	196.839	(60.174)	10.600	147.265	(66.960)	80.305
	298.801	(82.388)	16.021	232.434	(105.918)	126.516

Os efeitos no resultado de 2010, contabilizados em despesas financeiras, são de R\$ 9.279 na Controladora e R\$ 14.623 no Consolidado (NE nº 32).

Parcelamento - Lei nº 11.941/09

Por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Regional - TRF4, transitada em julgado em 18.08.1998, a Copel foi declarada imune à incidência da Cofins sobre o faturamento de energia elétrica. Apesar da imunidade transitada em julgado, a Receita Federal do Brasil - RFB lavrou 2 Autos de Infração pelo não recolhimento da Cofins: em 19.02.2002, de nº 10980.000932/2002-90, referente ao exercício de 1997 e, em 22.08.2003, de nº 10980.007831/2003-21, referente aos 3 primeiros trimestres de 1998. Paralelamente, ajuizou ação rescisória contra a decisão que declarou a imunidade, a qual, após longa discussão sobre alegação de decadência, retornou ao TRF4 para ter seu mérito julgado, recebendo, por isso, a atribuição de grau de risco provável, já que a matéria de mérito goza de jurisprudência pacífica em favor da União.

Em razão da classificação de risco desta ação ser de perda provável, em novembro de 2009 a Companhia optou pela adesão ao parcelamento, instituído pela Lei nº 11.941, de 27.05.2009, para quitação dos débitos da Cofins relativos aos Autos de Infração supra mencionados. Diante da existência de provisão para esta ação, no montante de R\$ 184.037, e considerando os benefícios da redução dos encargos moratórios, instituído pela Lei nº 11.941/09, o valor original da dívida passou a R\$ 136.665 que, aplicada a taxa Selic até 31.12.2010 (conforme instrui o § 3º do art. 3º da referida Lei), monta em R\$ 147.265.

Também foram incluídos no referido parcelamento, débitos fiscais da Subsidiária Copel Distribuição, referente a IRPJ e CSLL de fevereiro de 2004, e ao IRPJ de dezembro de 2007, março e abril de 2008, os quais somam R\$ 48.463. Tais tributos foram quitados, em suas respectivas competências, através de Declarações de Compensação - Dcomp, que não foram homologadas pela RFB. Considerando o benefício de redução dos encargos moratórios e aplicação da taxa Selic (conforme estabelece a Lei nº 11.941/09), o valor da dívida, em 31.12.2010 equivale a R\$ 40.852. Ainda, no mesmo parcelamento foram incluídos débitos relativos à revisão da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins dos anos de 2005 a 2008 no montante de R\$ 53.499, os quais, com a aplicação dos mesmos benefícios e da taxa selic até 31.12.2010 (conforme o § 3º do art. 3º da Lei nº 11.941/09), monta em R\$ 44.317.

Com o pagamento de parcelas até 31.12.2010, e a devida apropriação dos juros Selic sobre o parcelamento, conforme instrui o § 3º do art. 3º da referida Lei, o saldo total da dívida monta em R\$ 126.517.

Até o presente momento não houve homologação do parcelamento por parte da RFB.

A Companhia vem cumprindo rigorosamente suas obrigações relacionadas aos parcelamentos mencionados.

12.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A conciliação da provisão para IRPJ e CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	946.529	848.095	1.380.732	1.064.197
IRPJ e CSLL (34%)	(321.820)	(288.352)	(469.449)	(361.827)
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre o capital próprio	68.000	78.200	70.319	78.200
Dividendos	2.101	142.351	432	3.295
Equivalência patrimonial	292.907	(11.275)	31.023	1.575
FINAM - (perdas) e ganhos	-	(183)	-	(183)
Despesas indedutíveis	-	-	(3.247)	(917)
Benefício fiscal-Lei nº11.941/09	-	20.460	-	27.904
Incentivos fiscais	-	-	4.856	3.530
Outros	90	2.480	(4.385)	(3.496)
IRPJ e CSLL correntes	(35.332)	-	(497.968)	(290.770)
IRPJ e CSLL diferidos	76.610	(56.319)	127.517	38.851
Alíquota efetiva - %	-4,4%	6,6%	26,8%	23,7%

13 Despesas Antecipadas

	31.12.2010	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante			
Prêmios de seguros	4.855	4.856	3.391
Programa incentivo a fontes alternativas de energia elétrica - Proinfa	35	46	19
Outras	75	64	163
	4.965	4.966	3.573

14 Depósitos Judiciais

	31.12.2010	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31.12.2009	01.01.2009
Fiscais	231.429	53.721	53.457
Trabalhistas	73.596	61.643	83.982
Cíveis			
Fornecedores	73.400	25.650	2.828
Cíveis	14.197	14.104	18.793
Servidões de passagem	2.144	2.400	10.660
Consumidores	1.677	1.426	2.729
	91.418	43.580	35.010
Outros	4.256	68	1.065
	400.699	159.012	173.514

	31.12.2010	Controladora (BR GAAP)	
		31.12.2009	01.01.2009
Fiscais (a)	230.235	52.666	52.438
Cíveis	-	288	-
Outros	-	-	833
	230.235	52.954	53.271

(a) Vide NE nº 28

15 Créditos com Pessoas Ligadas

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Coligadas						
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio						
Dona Francisca Energética	955	-	-	955	-	-
Sanepar	-	-	-	4.896	5.135	5.247
	955	-	-	5.851	5.135	5.247
Controladas						
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio						
Copel Geração e Transmissão	510.952	37.675	148.205	-	-	-
Copel Distribuição	355.968	111.268	130.247	-	-	-
Copel Telecomunicações	10.474	-	3.655	-	-	-
Compagas	4.910	4.196	3.939	-	-	-
Elejor	-	5.005	936	-	-	-
Centrais Eólicas do Paraná	1.920	1.685	-	-	-	-
Dominó Holdings	4.644	4.648	5.237	-	-	-
	888.868	164.477	292.219	-	-	-
Financiamentos repassados - STN						
Copel Distribuição (15.1)	56.675	64.279	94.006	-	-	-
	56.675	64.279	94.006	-	-	-
Contrato de mútuo						
Copel Distribuição (15.2)	715.539	658.724	597.227	-	-	-
Elejor (15.3)	295.788	265.418	238.060	-	-	-
	1.011.327	924.142	835.287	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Paineira Participações e Empreendimentos	-	-	-	1.575	-	-
	-	-	-	1.575	-	-
	1.957.825	1.152.898	1.221.512	7.426	5.135	5.247
Ativo circulante - Dividendos a receber	889.823	164.477	292.219	5.851	5.135	5.247
Ativo não circulante - Coligadas e controladas	1.068.002	988.421	929.293	1.575	-	-

15.1 Financiamentos repassados - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

Os financiamentos mencionados são repassados com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e são apresentados separadamente, como crédito com as subsidiárias integrais, e como obrigações por empréstimos e financiamentos nas subsidiárias. (NE nº 21.2).

15.2 Contrato de Mútuo - Copel Distribuição

Em 27.02.2007, foi aprovado pela Aneel o contrato de mútuo firmado entre a Companhia (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 1.100.000. O prazo definido foi de 5 anos, com juros de 104% da taxa DI, e a destinação dos recursos foi o programa de investimento da concessão e o pagamento das debêntures repassadas à Copel Distribuição, vencidas em

01.03.2007.

15.3 Contrato de Mútuo - Elejor

Em 07.04.2004, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel (mutuante) e a Elejor (mutuária) com o objetivo de garantir a continuidade do projeto de construção das Usinas Hidrelétricas do Complexo Energético Fundão - Santa Clara, com amortização em 120 parcelas mensais e consecutivas, acrescida de juros *pro rata temporis* equivalentes a 3,198% ao ano, e a título de *spread* a variação do CDI, contados a partir da data de cada repasse. A carência do mútuo foi estendida para fevereiro de 2016, conforme o Segundo Aditivo ao Acordo de Acionistas, em 18.04.2005.

16 Investimentos

16.1 Principais informações sobre as coligadas

31.12.2010	Atividade principal	Ativo ⁽¹⁾	Passivo ⁽¹⁾	Patrimônio líquido ⁽¹⁾	Receita	Lucro líquido (prejuízo) ⁽¹⁾	Part. grupo %
Cia. Saneamento do Paraná							
- Sanepar	Saneamento básico	2.332.804	1.407.194	925.610	666.123	63.489	34,75
Sercomtel S.A. - Telecom.	Telecomunicações	273.953	112.921	161.032	144.320	20.472	45,00
Foz do Chopim Energética S.A.	Energia elétrica	50.250	2.483	47.767	34.260	28.167	35,77
Dona Francisca Energ. Ltda.	Energia elétrica	297.342	79.542	217.800	58.955	142.864	23,03
Sercomtel Celular S.A.	Telecomunicações	10.801	31.317	-	29.715	(6.902)	45,00
Dois Saltos Empreend. de Ger. de Energia Elétrica Ltda.	Energia elétrica	1.350	350	1.000	-	-	30,00
Copel Amec S/C Ltda.	Serv. e consultoria	327	2	325	-	11	48,00
Carbocampel S.A.	Serv. e consultoria	3.553	1.058	2.495	-	(52)	49,00
Escoelectric Ltda.	Serv. e consultoria	2.628	4.848	(2.220)	-	1.600	40,00

⁽¹⁾ Saldos ajustados às práticas contábeis

31.12.2009	Atividade principal	Ativo ⁽¹⁾	Passivo ⁽¹⁾	Patrimônio líquido ⁽¹⁾	Receita	Lucro líquido (prejuízo) ⁽¹⁾	Part. grupo %
Sanepar	Saneamento básico	2.128.241	1.270.182	858.059	625.231	65.243	34,75
Sercomtel - Telecom.	Telecomunicações	204.505	115.921	88.584	146.215	(59.383)	45,00
Foz do Chopim	Energia elétrica	48.939	2.487	46.452	33.525	27.371	35,77
Dona Francisca Energ.	Energia elétrica	369.385	284.372	85.173	58.102	40.308	23,03
Sercomtel Celular	Telecomunicações	16.030	29.643	-	33.629	(11.265)	45,00
Dois Saltos	Energia elétrica	1.000	-	1.000	-	-	30,00
Copel Amec	Serv. e consultoria	314	-	321	-	11	48,00
Carbocampel	Serv. e consultoria	3.554	1.177	2.279	-	(49)	49,00
Escoelectric	Serv. e consultoria	2.161	6.420	(4.259)	-	(1.691)	40,00

⁽¹⁾ Saldos ajustados às práticas contábeis

16.1.1 Sanepar

Em 1998, a aquisição das ações da Sanepar pela Dominó Holdings S.A. gerou direito de concessão no valor total de R\$ 24.316, que em 31.12.2010 apresenta saldo de R\$ 4.864. Proporcionalmente à participação da Copel (45%), este saldo corresponde a R\$ 2.189 e está sendo amortizado em 15 anos, a partir de 1999, a razão de R\$ 61 mensais, totalizando no resultado de 2010 o valor de R\$ 730 (R\$ 730 em 2009).

16.1.2 Sercomtel

A conclusão dos trabalhos referentes aos testes de recuperação dos ativos da Companhia, ocorrida em dezembro de 2009, adotando, quando aplicável, as mesmas premissas citadas na nota de Imobilizado (NE nº 17.6) indicou, com adequado nível de segurança, que ativos vinculados às coligadas Sercomtel S.A. Telecomunicações apresentavam-se acima do valor recuperável de R\$ 35.927 e Sercomtel Celular S.A. R\$ 6.195. Em 2010, aplicando novamente a metodologia, verificou-se a necessidade de reconhecimento de uma reversão da referida perda da Sercomtel S.A. Telecomunicações no valor de R\$ 23.390.

16.2 Principais informações sobre as controladas

As informações não financeiras/contábeis, como mercado atendido, capacidade instalada e energia assegurada, não são auditadas.

16.2.1 Copel Geração e Transmissão S.A.

Subsidiária integral que explora o serviço de geração de energia elétrica através de 17 usinas hidrelétricas e 1 termelétrica, relacionadas a seguir, totalizando 4.549,61 MW de capacidade instalada, e o serviço de transmissão, através de 32 subestações com tensões iguais ou superiores a 230 kV e 1.913 km de linhas de transmissão, pertencentes principalmente à rede básica do sistema brasileiro de transmissão, todas localizadas no Estado do Paraná. Deste total, 1.773,3 km tem vencimento da concessão em julho de 2015, 137,1 km em agosto de 2031 – Linha de Transmissão de 230 kV Bateias – Jaguariaíva e 31,6 km em março de 2038 – Linha de Transmissão 230 kV Bateias – Pilarzinho, podendo ser prorrogados a critério do Poder Concedente.

Usinas	Rio	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MW médio)	Data da concessão da Aneel	Data de vencimento da concessão
Hidrelétricas					
Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	Iguaçu	1.676,00	576,00	24.05.1973	23.05.2023
Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	Iguaçu	1.260,00	603,00	14.11.1979	15.11.2029
Gov. José Richa (Caxias)	Iguaçu	1.240,00	605,00	02.05.1980	04.05.2030
Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza Guaricana	Capivari-Cachoeira	260,00	109,00	23.04.1965	07.07.2015
Chaminé	Arraial	36,00	16,08 ^(b)	13.08.1976	16.08.2026
Apucarantina	São João	18,00	11,60	13.08.1976	16.08.2026
Mourão	Apucarantina	10,00	6,71	13.10.1975	12.10.2025
Derivação do Rio Jordão	Mourão	8,20	5,30	20.01.1964	07.07.2015
Marumbi	Jordão	6,50	5,85	14.11.1979	15.11.2029
São Jorge	Ipiranga	4,80 ^(a)	5,92 ^(c)	14.03.1956	- ^(a)
Chopim I	Pitangui	2,30	1,62	04.12.1974	03.12.2024
Rio dos Patos	Chopim	1,98	1,48 ^(b)	20.03.1964	07.07.2015
Cavernoso	Rio dos Patos/Ivaí	1,70 ^(c)	1,02 ^(c)	14.02.1984	14.02.2014
Melissa	Cavernoso	1,30	0,96 ^(b)	07.01.1981	07.01.2031
Salto do Vau	Melissa	1,00	0,64 ^(b)	02.04.2002	- ^(d)
Pitangui	Palmital	0,94	0,60	02.04.2002	- ^(d)
	Pitangui	0,87 ^(c)	0,51 ^(c)	02.04.2002	- ^(d)
Termelétrica					
Figueira		20,00	10,30	21.03.1969	26.03.2019
Total		4.549,59	1.961,59		

^(a) Em processo de homologação na Aneel

^(b) Novos montantes definidos pela Portaria MME nº 016 de 26/07/2010

^(c) Novos montantes definidos pela Portaria MME nº 001 de 26/01/2011

^(d) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel

16.2.2 Copel Distribuição S.A.

Subsidiária integral que explora a distribuição e a comercialização regulada de energia elétrica a 1.111 localidades, pertencentes aos 392 dos 399 municípios no Estado do Paraná, e também ao município de Porto União, no Estado de Santa Catarina. O atual contrato de concessão, que se encerra em 07.07.2015, prevê possibilidade de prorrogação por mais 20 anos, a critério do Poder Concedente.

16.2.3 Copel Telecomunicações S.A.

Subsidiária integral que tem como principais atividades prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, elaboração de estudos, projetos e planejamentos na área de telecomunicações, bem como em atividades correlatas, sob todas as formas legalmente permitidas, sendo sua exploração por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço o Estado do Paraná e a Região II do Plano Geral de Outorgas, da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações.

16.2.4 Companhia Paranaense de Gás - Compagas

Sociedade de economia mista, em que a Copel detém 51% do capital. Tem como atividade principal a exploração do serviço público de fornecimento de gás natural canalizado, através de sua rede de distribuição de 546 km, implantada nos municípios paranaenses de Araucária, Curitiba, Campo Largo, Balsa Nova, Palmeira, Ponta Grossa e São José dos Pinhais. Atende a 9.288 unidades consumidoras, sendo 107 industriais, 34 postos de Gás Natural Veicular - GNV, 293 estabelecimentos comerciais, 8.849 residências, 2 empresas com co-geração, 1 empresa com geração de energia elétrica em horários de ponta, 1 empresa que utiliza o gás natural como matéria-prima e a Usina Termelétrica de Araucária.

16.2.5 Elejor – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel detém 70% do capital social votante, constituída para implantar e explorar o Complexo Energético Fundão Santa Clara no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná, a qual inclui a Usina Santa Clara e a Usina Fundão. Tais usinas têm capacidade instalada de 240,34 MW (além das pequenas centrais hidrelétricas incorporadas às estruturas da barragem de Santa Clara, com capacidade instalada de 3,6 MW, e de Fundão, com capacidade instalada de 2,4 MW). A concessão para se estabelecer como produtor independente de energia elétrica foi emitida pela Aneel em 25.10.2001, com prazo de 35 anos, é prorrogável por um período adicional de até 20 anos, a pedido da interessada e a critério do Poder Concedente.

16.2.6 UEG Araucária Ltda.

Sociedade limitada em que a Copel detém 20% e a Copel Geração e Transmissão detém 60% das quotas. Tem por objeto social a utilização do gás natural para transformação deste insumo em energia elétrica e sua consequente comercialização. A termelétrica tem capacidade instalada de 484,15 MW. A autorização para se estabelecer como produtor independente de energia elétrica, emitida pela Aneel em 22.12.1999, com prazo de 30 anos, é prorrogável a pedido da interessada e a critério do Poder Concedente.

16.2.7 Centrais Eólicas do Paraná Ltda.

Sociedade limitada em que a Copel detém 30% e a Copel Geração e Transmissão detém 70% das quotas. Empresa constituída para desenvolver a implantação, montagem, funcionamento e exploração comercial de uma usina eólio-elétrica de 2,5 MW, na região de Palmas, Estado do Paraná. A autorização para se estabelecer como produtor independente de energia elétrica tem prazo de 30 anos a partir de 29.09.1999, prorrogável a critério do Poder Concedente e a pedido da autorizada.

Dando continuidade à reestruturação societária da Companhia, está em andamento o processo de incorporação das Centrais Eólicas do Paraná, e versão de seus ativos e passivos para a Copel Geração e Transmissão, aguardando autorização da Aneel.

16.3 Principais informações sobre a controlada em conjunto

16.3.1 Dominó Holdings S.A.

Sociedade anônima de capital fechado em que a Copel detém 45%, participando do controle em conjunto com os outros acionistas. Tem como objeto social a participação em outras sociedades. Atualmente detém 34,75% do capital social da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista que tem por objeto social a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário.

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado da Dominó Holdings, bem como o da participação integrante da consolidação, estão demonstrados a seguir:

Dominó Holdings S.A.	Saldos em 31.12.2010	
	Saldo ajustado ⁽¹⁾	Participação (45%)
ATIVO	733.985	330.292
Ativo circulante	14.181	6.381
Ativo não circulante	719.804	323.911
PASSIVO	733.985	330.292
Passivo circulante	10.995	4.947
Passivo não circulante	7	3
Patrimônio líquido	722.983	325.342
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Despesas operacionais	(2.843)	(1.279)
Resultado financeiro	(956)	(431)
Resultado de equiv. patrimonial	49.024	22.061
Provisão para IR e CSLL	(9)	(4)
Lucro líquido do período	45.216	20.347

⁽¹⁾ Saldos ajustados às práticas contábeis

Dominó Holdings S.A.	Saldos em 31.12.2009	
	Saldo ajustado ⁽¹⁾	Participação (45%)
ATIVO	699.375	314.719
Ativo circulante	14.187	6.384
Ativo não circulante	685.188	308.335
PASSIVO	699.375	314.719
Passivo circulante	11.021	4.960
Passivo não circulante	7	3
Patrimônio Líquido	688.347	309.756
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Despesas operacionais	(4.829)	(2.173)
Resultado financeiro	(952)	(428)
Resultado de equiv. patrimonial	50.378	22.670
Provisão para IR e CSLL	-	-
Lucro líquido do período	44.597	20.069

⁽¹⁾ Saldos ajustados às práticas contábeis

16.4 Demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto

Apresentamos a seguir os balanços patrimoniais de 31.12.2010, 31.12.2009 e 01.01.2009, e as demonstrações de resultado em 31.12.2010 e 31.12.2009, reclassificados para fins de padronização do plano de contas e com os efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Visando possibilitar a análise do resultado por natureza de gasto, os custos e despesas operacionais são apresentados de forma agregada:

ATIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEO	DOM
31.12.2010								
ATIVO TOTAL	8.485.910	6.708.119	291.909	263.498	809.217	654.107	10.389	330.292
ATIVO CIRCULANTE	1.705.037	1.963.891	42.797	65.249	43.361	155.136	9.101	6.381
Caixa e equivalentes de caixa	1.163.455	669.079	6.942	37.769	21.053	147.720	8.923	1.006
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	146.454	30.813	-	-	5.227	26	-	-
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinculados	63.473	201	-	404	-	-	-	-
Clientes	213.070	931.463	19.929	24.009	16.220	-	102	-
Dividendos a receber	4.480	-	-	-	-	-	-	4.896
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	58.816	-	-	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à concessão	54.700	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	28.152	127.198	661	552	518	4.499	-	-
Estoques	24.429	83.893	11.758	1.344	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	280	30.685	821	1	-	2.883	69	479
Outros tributos correntes a recuperar	4.449	30.089	2.426	564	-	8	-	-
Despesas antecipadas	2.095	1.654	260	606	343	-	7	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.780.873	4.744.228	249.112	198.249	765.856	498.971	1.288	323.911
Realizável a Longo Prazo	927.450	3.451.017	13.934	28.748	13.107	15.423	-	97
Aplicações financeiras	5.306	26.280	-	1.845	-	-	-	-
Clientes	-	43.729	-	15.800	-	-	-	-
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.282.377	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	21.652	147.895	233	205	133	249	-	97
Contas a receber vinculadas à concessão	785.457	1.637.888	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	9.902	-	-	-	-
Outros créditos	1.878	3.280	-	164	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	12.341	-	-
Outros tributos correntes a recuperar	10.453	64.303	7.273	-	-	2.833	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	102.704	245.265	6.428	832	7.724	-	-	-
Créditos com controladas	-	-	-	-	5.250	-	-	-
Investimentos	390.810	4.232	-	-	-	-	-	323.814
Imobilizado	5.427.187	-	222.291	-	529.749	483.430	1.288	-
Intangível	35.426	1.288.979	12.887	169.501	223.000	118	-	-

PASSIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEO	DOM
31.12.2010								
PASSIVO TOTAL	8.485.910	6.708.119	291.909	263.498	809.217	654.107	10.389	330.292
PASSIVO CIRCULANTE	964.245	1.449.633	33.721	60.066	57.018	6.202	6.434	4.947
Folha de pagamento e prov. trabalhistas	42.321	118.790	11.014	2.935	147	78	-	6
Fornecedores	167.101	444.987	7.759	26.325	3.879	4.772	1	-
Imposto de renda e contribuição social	119.049	-	-	12.252	6.963	-	-	-
Outros tributos	33.976	254.811	3.290	1.947	1.250	1.227	33	297
Empréstimos e financiamentos	46.233	17.950	-	6.330	-	-	-	-
Dividendos a pagar	510.952	355.968	10.474	9.628	-	-	6.400	4.644
Benefícios pós-emprego	6.232	16.811	1.093	-	-	-	-	-
Encargos do consumidor a recolher	3.630	52.475	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolv. eficiência energética	12.569	140.381	-	-	2.927	114	-	-
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	-	-	-	-	40.984	-	-	-
Outras contas a pagar	22.182	47.460	91	649	868	11	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.795.582	1.941.675	16.826	8.754	613.983	3.676	-	3
Coligadas e controladas	-	715.539	-	-	295.788	-	-	-
Fornecedores	160.736	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais	-	11.553	-	-	-	623	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	822.195	-	-	7.163	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	425.628	525.711	-	43	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	104.541	262.728	15.774	1.165	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.285	64.447	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	22.249	-	-	-	317.850	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para litígios	233.948	329.134	1.052	383	345	3.053	-	3
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.726.083	3.316.811	241.362	194.678	138.216	644.229	3.955	325.342
Atribuível aos acionistas da empresa controladora								
Capital social	3.505.994	2.624.841	194.755	135.943	69.450	707.440	3.061	113.368
Reservas de capital	-	-	-	-	104.034	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	1.540.695	13.463	-	-	-	-	-	5.358
Reserva legal	182.162	108.500	3.521	14.636	-	-	-	14.717
Reserva de retenção de lucros	145.366	570.007	43.086	31.172	-	-	894	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	191.899
Dividendo adicional proposto	351.866	-	-	12.927	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	(35.268)	(63.211)	-	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEM	CEO	DOM
31.12.2010									
RECEITA OPERACIONAL	1.721.556	4.939.328	139.153	267.829	180.957	45.374	-	912	-
Fornecimento de energia elétrica	113.102	2.104.950	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	1.300.613	64.471	-	-	180.957	-	-	912	-
Disponibilidade da rede elétrica	236.698	2.117.454	-	-	-	-	-	-	-
Receita de construção	41.019	599.634	-	22.881	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-	-	139.153	-	-	-	-	-	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	237.272	-	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	1.130	53.755	-	-	-	50.001	-	-	-
Outras receitas operacionais	28.994	(936)	-	7.676	-	(4.627)	-	-	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.094.516)	(4.577.731)	(99.047)	(212.120)	(58.751)	(65.688)	(38)	(529)	(1.279)
Energia elétrica comprada para revenda	(58.281)	(2.170.875)	-	-	(2.071)	-	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(184.585)	(468.723)	-	-	(8.600)	(12.564)	-	-	-
Pessoal e administradores	(198.137)	(546.834)	(43.920)	(12.796)	(1.774)	(748)	-	-	(29)
Planos previdenciário e assistencial	(30.535)	(86.359)	(5.655)	(1.239)	-	-	-	-	-
Material	(21.192)	(60.132)	(1.517)	(709)	(226)	(89)	-	(245)	-
Matéria-prima e insumos - prod. energia	(20.704)	-	-	-	-	(2.271)	-	-	-
Gás natural e insumos - operações de gás	-	-	-	(144.648)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(72.269)	(277.437)	(16.747)	(14.283)	(8.647)	(8.830)	(2)	(60)	(489)
Depreciação e amortização	(262.802)	(180.701)	(28.540)	(11.508)	(29.523)	(28.226)	-	(208)	(730)
Provisões e reversões	(17.475)	(106.913)	903	(39)	(155)	-	-	-	-
Custo de construção	(40.372)	(599.634)	-	(22.881)	-	-	-	-	-
Outros custos e despesas operacionais	(188.164)	(80.123)	(3.571)	(4.017)	(7.755)	(12.960)	(36)	(16)	(31)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(3.345)	-	-	-	-	-	(9.246)	-	22.061
LUCRO ANTES DO RES. FINANCEIRO E TRIBUTOS	623.695	361.597	40.106	55.709	122.206	(20.314)	(9.284)	383	20.782
Resultado financeiro	62.311	378.910	4.059	5.256	(102.203)	13.278	352	785	(431)
LUCRO OPERACIONAL	686.006	740.507	44.165	60.965	20.003	(7.036)	(8.932)	1.168	20.351
Imposto de renda e contribuição social	(221.956)	(193.982)	(11.287)	(20.734)	(14.336)	-	(63)	(274)	(4)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65.072	(22.012)	(184)	307	7.724	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	529.122	524.513	32.694	40.538	13.391	(7.036)	(8.995)	894	20.347

ATIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEM	CEO	DOM
31.12.2009									
ATIVO TOTAL	7.957.319	5.586.303	258.084	259.130	836.022	658.550	399.106	9.490	314.719
ATIVO CIRCULANTE	1.204.610	1.439.645	55.413	70.486	58.016	145.581	8.347	7.993	6.384
Caixa e equivalentes de caixa	784.032	192.468	31.889	41.177	19.581	131.257	8.043	7.849	812
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	67.406	19.429	-	-	21.631	27	-	-	-
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinc.	4.655	197	-	195	-	-	-	-	-
Clientes	235.752	835.215	12.079	19.993	16.326	-	-	83	-
Dividendos a receber	3.931	-	-	-	-	-	-	-	5.135
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	49.549	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à concessão	44.070	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	30.435	95.047	566	6.790	28	652	-	-	-
Estoques	27.595	76.170	7.166	1.171	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	479	145.091	2.076	2	-	12.732	304	54	437
Outros tributos correntes a recuperar	4.091	24.988	1.385	556	-	913	-	-	-
Despesas antecipadas	2.164	1.491	252	602	450	-	-	7	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.752.709	4.146.658	202.671	188.644	778.006	512.969	390.759	1.497	308.335
Realizável a Longo Prazo	883.108	2.779.383	13.027	30.498	240	245	-	-	91
Aplicações financeiras	40.103	24.195	-	-	-	-	-	-	-
Clientes	-	50.921	1.011	21.067	-	-	-	-	-
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.205.025	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	17.677	87.360	236	209	240	245	-	-	91
Contas a receber vinculadas à concessão	731.100	1.097.120	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	8.290	-	-	-	-	-
Outros créditos	1.881	4.611	-	408	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros tributos correntes a recuperar	8.122	71.775	4.060	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	84.225	238.376	6.611	524	-	-	-	-	-
Créditos com controladas	-	-	1.109	-	-	-	-	-	-
Investimentos	451.258	4.250	-	-	-	-	390.759	-	308.243
Imobilizado	5.408.642	-	188.586	-	548.215	512.707	-	1.497	1
Intangível	9.701	1.363.025	1.058	158.146	229.551	17	-	-	-

PASSIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEM	CEO	DOM
31.12.2009									
PASSIVO TOTAL	7.957.319	5.586.303	258.084	259.130	836.022	658.550	399.106	9.490	314.719
PASSIVO CIRCULANTE	460.027	1.090.066	19.764	55.388	91.223	3.685	-	5.645	4.959
Folha de pagamento e prov. trabalhistas	54.006	139.562	10.730	2.240	111	32	-	-	5
Fornecedores	121.657	433.800	5.158	24.275	3.337	2.604	-	2	7
Imposto de renda e contribuição social	114.262	-	-	8.762	1.481	-	-	-	-
Outros tributos	21.675	202.146	2.706	1.674	1.253	367	-	27	300
Empréstimos e financiamentos	52.616	12.490	-	6.349	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	36.957	-	-	-	-
Dividendos a pagar	37.675	111.268	-	8.228	7.150	-	-	5.616	4.647
Benefícios pós-emprego	5.969	15.501	990	-	-	-	-	-	-
Encargos do consumidor a recolher	3.791	25.732	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolv. eficiência energética	11.741	106.761	-	-	1.830	673	-	-	-
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	-	-	-	-	38.029	-	-	-	-
Outras contas a pagar	36.635	42.806	180	3.860	1.075	9	-	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.714.099	1.444.762	16.597	17.054	722.687	3.600	-	-	4
Coligadas e controladas	-	658.724	-	-	265.418	-	-	-	-
Fornecedores	196.863	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais	-	48.311	-	-	-	547	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	866.834	-	-	8.953	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	300.809	147.224	-	6.394	117	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	153.384	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	96.013	241.546	14.411	1.006	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19.928	70.565	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	9.048	-	-	-	303.578	-	-	-	-
Outras contas a pagar	2.596	-	-	357	-	-	-	-	-
Provisões para litígios	222.008	278.392	2.186	344	190	3.053	-	-	4
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.783.193	3.051.475	221.723	186.688	22.112	651.265	399.106	3.845	309.756
Capital social	3.505.994	2.624.841	194.755	111.140	69.450	707.440	397.983	3.061	113.368
Reservas de capital	-	-	-	-	1.322	-	39.618	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	1.641.998	11.464	-	-	-	-	-	-	7.172
Reserva legal	155.706	82.274	1.886	12.609	2.017	-	-	-	13.700
Reserva de retenção de lucros	44.062	237.684	22.816	62.939	28.747	-	-	784	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	175.516
Dividendo adicional proposto	435.433	95.212	2.266	-	-	-	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	(79.424)	(56.175)	(38.495)	-	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEM	CEO	DOM
31.12.2009									
RECEITA OPERACIONAL	1.708.925	4.420.923	117.784	227.089	172.968	36.829	-	738	-
Fornecimento de energia elétrica	103.470	1.960.175	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	1.274.395	57.879	-	-	172.968	-	-	738	-
Disponibilidade da rede elétrica	260.136	1.801.832	-	-	-	-	-	-	-
Receita de construção	41.791	545.882	-	14.207	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-	-	117.490	-	-	-	-	-	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	207.842	-	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	1.136	57.177	-	-	-	40.584	-	-	-
Outras receitas operacionais	27.997	(2.022)	294	5.040	-	(3.755)	-	-	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.041.990)	(4.316.069)	(93.045)	(181.653)	(58.831)	(59.795)	(35)	(458)	(2.173)
Energia elétrica comprada para revenda	(73.679)	(2.037.970)	-	-	(2.022)	-	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(181.159)	(434.171)	-	-	(10.674)	(14.021)	-	-	-
Pessoal e administradores	(196.425)	(554.202)	(38.822)	(11.345)	(1.767)	(380)	-	-	(27)
Planos previdenciário e assistencial	(26.728)	(76.624)	(4.886)	(1.272)	-	-	-	-	-
Material	(12.915)	(53.478)	(1.294)	(653)	(576)	(66)	-	(227)	(1)
Matéria-prima e insumos - prod. energia	(21.979)	-	-	-	-	(1.936)	-	-	-
Gás natural e insumos - operações de gás	-	-	-	(128.916)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(63.069)	(255.958)	(11.429)	(13.291)	(8.599)	(10.551)	(1)	(56)	(1.332)
Depreciação e amortização	(269.114)	(167.516)	(31.111)	(9.003)	(29.449)	(31.896)	-	(208)	(730)
Provisões e reversões	(41.256)	(103.515)	(1.564)	(36)	(190)	-	-	-	-
Custo de construção	(41.525)	(545.882)	-	(14.207)	-	-	-	-	-
Outros custos e despesas operacionais	(114.141)	(86.753)	(3.939)	(2.930)	(5.554)	(945)	(34)	33	(83)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(4.806)	-	-	-	-	-	(5.917)	-	22.670
LUCRO ANTES DO RES. FINANCEIRO E TRIBUTOS	662.129	104.854	24.739	45.436	114.137	(22.966)	(5.952)	280	20.497
Resultado financeiro	73.762	65.940	4.228	2.604	(76.082)	13.105	741	730	(428)
LUCRO OPERACIONAL	735.891	170.794	28.967	48.040	38.055	(9.861)	(5.211)	1.010	20.069
Imposto de renda e contribuição social	(222.292)	(29.901)	(7.645)	(15.319)	(15.243)	-	(144)	(226)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.705	47.173	1.114	(822)	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	561.304	188.066	22.436	31.899	22.812	(9.861)	(5.355)	784	20.069

ATIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEM	CEO	DOM
01.01.2009									
ATIVO TOTAL	8.030.981	5.236.194	243.102	260.510	858.846	670.698	404.461	9.905	299.546
ATIVO CIRCULANTE	1.310.966	1.425.681	47.943	80.942	51.478	136.090	7.785	8.200	7.199
Caixa e equivalentes de caixa	920.861	354.286	29.638	55.892	136	117.189	7.598	8.097	1.424
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	78.986	37.174	-	-	34.042	29	-	-	-
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinc.	93	34	-	-	-	-	-	-	-
Clientes	220.963	756.479	10.837	22.450	15.300	-	-	96	-
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	5.247
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	47.133	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à concessão	27.685	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	21.748	72.640	427	1.179	1	9.452	-	-	-
Estoques	29.710	48.150	5.151	536	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	5.774	85.772	769	-	1.634	9.363	187	-	528
Outros tributos correntes a recuperar	3.491	22.926	991	556	-	57	-	-	-
Despesas antecipadas	1.655	1.087	130	329	365	-	-	7	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.720.015	3.810.513	195.159	179.568	807.368	534.608	396.676	1.705	292.347
Realizável a Longo Prazo	762.858	2.543.726	12.464	26.715	231	-	-	-	3
Aplicações financeiras	-	37.868	-	-	-	-	-	-	-
Clientes	75	81.760	3.211	23.650	-	-	-	-	-
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.272.770	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	31.592	87.492	786	139	231	-	-	-	3
Contas a receber vinculadas à concessão	653.437	807.025	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	8.290	-	-	-	-	-
Outros créditos	1.881	4.709	-	(5.798)	-	-	-	-	-
Outros tributos correntes a recuperar	7.001	52.497	2.970	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	68.872	199.605	5.497	434	-	-	-	-	-
Investimentos	462.500	2.474	-	-	-	-	396.676	-	292.343
Imobilizado	5.485.877	-	181.587	-	568.340	534.585	-	1.705	1
Intangível	8.780	1.264.313	1.108	152.853	238.797	23	-	-	-

PASSIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEM	CEO	DOM
01.01.2009									
PASSIVO TOTAL	8.030.981	5.236.194	243.102	260.510	858.846	670.698	404.461	9.905	299.546
PASSIVO CIRCULANTE	522.369	1.021.335	21.858	63.365	75.034	5.901	-	1.228	5.626
Folha de pagamento e prov. trabalhistas	39.664	109.161	8.737	1.421	119	41	-	-	2
Fornecedores	68.791	415.006	5.287	38.769	4.597	3.501	-	2	4
Imposto de renda e contribuição social	111.925	-	-	8.245	-	-	-	1.080	-
Outros tributos	22.624	157.717	1.922	597	1.209	375	-	146	383
Empréstimos e financiamentos	61.373	14.313	-	6.526	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	25.767	-	-	-	-
Dividendos a pagar	148.205	130.247	3.655	7.724	1.538	-	-	-	5.237
Benefícios pós-emprego	5.758	14.636	916	-	-	-	-	-	-
Encargos do consumidor a recolher	3.548	39.575	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolv. eficiência energética	28.352	93.506	-	-	2.652	1.974	-	-	-
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	-	-	-	-	38.166	-	-	-	-
Outras contas a pagar	32.129	47.174	1.341	83	986	10	-	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.685.697	1.260.941	14.863	23.853	768.332	3.671	-	-	3
Coligadas e controladas	-	597.227	-	-	238.060	-	-	-	-
Fornecedores	237.807	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais	-	-	-	-	-	618	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	899.187	2.497	-	8.041	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	246.927	153.326	-	13.111	16.875	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	202.116	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	90.121	226.845	13.471	728	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	5.324	66.755	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	8.152	-	-	-	311.281	-	-	-	-
Outras contas a pagar	4.995	15	-	1.664	-	-	-	-	-
Provisões para litígios	193.184	214.276	1.392	309	-	3.053	-	-	3
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.822.915	2.953.918	206.381	173.292	15.480	661.126	404.461	8.677	293.917
Capital social	3.400.378	2.171.928	194.755	85.143	78.667	707.440	397.983	3.061	113.368
Reservas de capital	-	-	-	-	1.134	-	39.618	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	1.742.897	-	-	-	-	-	-	-	7.172
Reserva legal	122.967	66.289	641	11.014	512	-	-	-	12.697
Reserva de retenção de lucros	142.260	704.848	10.985	74.045	7.297	-	-	5.616	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	160.680
Dividendo adicional proposto	414.413	10.853	-	3.090	-	-	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	(72.130)	(46.314)	(33.140)	-	-

16.5 Demonstração do resultado consolidada segregada por empresa

Visando possibilitar a análise do resultado por natureza de gasto, os custos e despesas operacionais são apresentados de forma agregada. Estas demonstrações representam o resultado das atividades de 2010 e 2009, desconsiderando a receita de equivalência patrimonial das controladas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	Outras	Holding	Eliminações e não controladores	Consolidado
31.12.2010										
RECEITA OPERACIONAL	1.721.556	4.939.328	139.153	267.829	180.957	45.374	912	-	(393.996)	6.901.113
Fornecimento de energia elétrica	113.102	2.104.950	-	-	-	-	-	-	(4.649)	2.213.403
Suprimento de energia elétrica	1.300.613	64.471	-	-	180.957	-	912	-	(258.952)	1.288.001
Disponibilidade da rede elétrica	236.698	2.117.454	-	-	-	-	-	-	(81.731)	2.272.421
Receita de construção	41.019	599.634	-	22.881	-	-	-	-	-	663.534
Telecomunicações	-	-	139.153	-	-	-	-	-	(41.271)	97.882
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	237.272	-	-	-	-	-	237.272
Arrendamentos e aluguéis	1.130	53.755	-	-	-	50.001	-	-	(1.200)	103.686
Outras receitas operacionais	28.994	(936)	-	7.676	-	(4.627)	-	-	(6.193)	24.914
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.094.516)	(4.577.731)	(99.047)	(212.120)	(58.751)	(65.688)	(1.846)	(252.440)	393.996	(5.968.143)
Energia elétrica comprada p/ revenda	(58.281)	(2.170.875)	-	-	(2.071)	-	-	-	258.952	(1.972.275)
Encargos de uso da rede elétrica	(184.585)	(468.723)	-	-	(8.600)	(12.564)	-	-	81.731	(592.741)
Pessoal e administradores	(198.137)	(546.834)	(43.920)	(12.796)	(1.774)	(748)	(29)	(7.276)	-	(811.514)
Planos previdenciário e assistencial	(30.535)	(86.359)	(5.655)	(1.239)	-	-	-	(433)	-	(124.221)
Material	(21.192)	(60.132)	(1.517)	(709)	(226)	(89)	(245)	(14)	-	(84.124)
Matéria-prima e insumos - prod. energia	(20.704)	-	-	-	-	(2.271)	-	-	-	(22.975)
Gás natural e insumos - oper. de gás	-	-	-	(144.648)	-	-	-	-	-	(144.648)
Serviços de terceiros	(72.269)	(277.437)	(16.747)	(14.283)	(8.647)	(8.830)	(551)	(4.255)	52.113	(350.906)
Depreciação e amortização	(262.802)	(180.701)	(28.540)	(11.508)	(29.523)	(28.226)	(938)	(754)	-	(542.992)
Provisões e reversões	(17.475)	(106.913)	903	(39)	(155)	-	-	(239.097)	-	(362.776)
Custo de Construção	(40.372)	(599.634)	-	(22.881)	-	-	-	-	-	(662.887)
Comp. financ. pela utiliz. rec. hídricos	(106.066)	-	-	-	(6.144)	-	-	-	-	(112.210)
Outros custos e despesas operacionais	(82.098)	(80.123)	(3.571)	(4.017)	(1.611)	(12.960)	(83)	(611)	1.200	(183.874)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	22.061	77.276	-	99.337
LUCRO ANTES DO RES. FINANCEIRO E TRIBUTOS	627.040	361.597	40.106	55.709	122.206	(20.314)	21.127	(175.164)	-	1.032.307
Resultado financeiro	62.311	378.910	4.059	5.256	(102.203)	13.278	706	(13.892)	-	348.425
LUCRO OPERACIONAL	689.351	740.507	44.165	60.965	20.003	(7.036)	21.833	(189.056)	-	1.380.732
Imposto de renda e contribuição social	(221.956)	(193.982)	(11.287)	(20.734)	(14.336)	-	(341)	(35.332)	-	(497.968)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65.072	(22.012)	(184)	307	7.724	-	-	76.610	-	127.517
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	532.467	524.513	32.694	40.538	13.391	(7.036)	21.492	(147.778)	-	1.010.281

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO										
	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	Outras	Holding	Eliminações e não controladores	Consolidado
31.12.2009										
RECEITA OPERACIONAL	1.708.925	4.420.923	117.784	227.089	172.968	36.829	738	-	(435.116)	6.250.140
Fornecimento de energia elétrica	103.470	1.960.175	-	-	-	-	-	-	(4.091)	2.059.554
Suprimento de energia elétrica	1.274.395	57.879	-	-	172.968	-	738	-	(296.823)	1.209.157
Disponibilidade da rede elétrica	260.136	1.801.832	-	-	-	-	-	-	(86.851)	1.975.117
Receita de construção	41.791	545.882	-	14.207	-	-	-	-	-	601.880
Telecomunicações	-	-	117.490	-	-	-	-	-	(37.228)	80.262
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	207.842	-	-	-	-	(2.684)	205.158
Arrendamentos e aluguéis	1.136	57.177	-	-	-	40.583	-	-	(1.200)	97.696
Outras receitas operacionais	27.997	(2.022)	294	5.040	-	(3.754)	-	-	(6.239)	21.316
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.041.990)	(4.316.069)	(93.045)	(181.653)	(58.831)	(59.795)	(2.666)	111.928	435.116	(5.207.005)
Energia elétrica comprada p/ revenda	(73.679)	(2.037.970)	-	-	(2.022)	-	-	-	296.823	(1.816.848)
Encargos de uso da rede elétrica	(181.159)	(434.171)	-	-	(10.674)	(14.021)	-	-	86.851	(553.174)
Pessoal e administradores	(196.425)	(554.202)	(38.822)	(11.345)	(1.767)	(380)	(27)	(7.083)	-	(810.051)
Planos previdenciário e assistencial	(26.728)	(76.624)	(4.886)	(1.272)	-	-	-	(222)	-	(109.732)
Material	(12.915)	(53.478)	(1.294)	(653)	(576)	(66)	(228)	(13)	-	(69.223)
Matéria-prima e insumos - prod. energia	(21.979)	-	-	-	-	(1.936)	-	-	-	2.684
Gás natural e insumos - oper. de gás	-	-	-	(128.916)	-	-	-	-	-	(128.916)
Serviços de terceiros	(63.069)	(255.958)	(11.429)	(13.291)	(8.599)	(10.551)	(1.389)	(4.338)	47.558	(321.066)
Depreciação e amortização	(269.114)	(167.516)	(31.111)	(9.003)	(29.449)	(31.896)	(938)	(754)	-	(539.781)
Provisões e reversões	(41.256)	(103.515)	(1.564)	(36)	(190)	-	-	186.498	-	39.937
Custo de Construção	(41.525)	(545.882)	-	(14.207)	-	-	-	-	-	(601.614)
Comp. financ. pela utiliz. rec. hídricos	(75.819)	-	-	-	(4.408)	-	-	-	-	(80.227)
Outros custos e despesas operacionais	(38.322)	(86.753)	(3.939)	(2.930)	(1.146)	(945)	(84)	(62.160)	1.200	(195.079)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	22.670	(8.343)	-	14.327
LUCRO ANTES DO RES. FINANCEIRO E TRIBUTOS	666.935	104.854	24.739	45.436	114.137	(22.966)	20.742	103.585	-	1.057.462
Resultado financeiro	73.762	65.940	4.228	2.604	(76.082)	13.105	1.043	(77.865)	-	6.735
LUCRO OPERACIONAL	740.697	170.794	28.967	48.040	38.055	(9.861)	21.785	25.720	-	1.064.197
Imposto de renda e contribuição social	(222.292)	(29.901)	(7.645)	(15.319)	(15.243)	-	(370)	-	-	(290.770)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.705	47.173	1.114	(822)	-	-	-	(56.319)	-	38.851
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	566.110	188.066	22.436	31.899	22.812	(9.861)	21.415	(30.599)	-	812.278

16.6 Mutação dos investimentos

Controladora (BR GAAP)	Saldo em 31.12.2009	Equiv. patrim.	Ajuste de aval. patrim.	Aporte e Afac ⁽¹⁾	Amort. de direito de concessão	Dividendos e JCP propostos	Prov. para perdas	Outros	Saldo em 31.12.2010
Coligadas									
Sercomtel Telecomunicações - NE nº 16.1.2	39.863	32.601	-	-	-	-	-	-	72.464
Dona Francisca Energética	19.616	33.962	-	-	-	(3.417)	-	-	50.161
Foz do Chopim Energética	16.616	10.075	-	-	-	(9.605)	-	-	17.086
Carbocampel	1.117	24	-	83	-	-	-	-	1.224
Dois Saltos Empreend.	300	-	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	154	2	-	-	-	-	-	-	156
Escoelectric	(1.704)	611	-	586	-	-	-	-	(507)
Escoelectric - Afac	1.025	-	-	(481)	-	-	-	-	544
	76.987	77.275	-	188	-	(13.022)	-	-	141.428
Controladas									
Copel Geração e Transmissão	5.783.192	529.122	-	-	-	(586.231)	-	-	5.726.083
Copel Distribuição	3.051.476	524.513	1.999	-	-	(261.177)	-	-	3.316.811
Copel Telecomunicações	221.722	32.694	-	-	-	(13.054)	-	-	241.362
UEG Araucária	130.253	(1.407)	-	-	-	-	-	-	128.846
Compagas	95.211	20.675	-	-	-	(16.600)	-	-	99.286
Elejor	15.479	9.374	-	-	-	-	-	-	24.853
Elejor - ágio (concessão)	19.798	-	-	-	(754)	-	-	-	19.044
Elejor - Afac	-	-	-	71.898	-	-	-	-	71.898
Centrais Eólicas do Paraná	1.153	268	-	-	-	(236)	-	-	1.185
	9.318.284	1.115.239	1.999	71.898	(754)	(877.298)	-	-	9.629.368
Controlada em conjunto									
Dominó Holdings	309.756	20.347	-	-	-	(4.761)	-	-	325.342
	309.756	20.347	-	-	-	(4.761)	-	-	325.342
Outros investimentos									
Finam ⁽²⁾	2.456	-	-	-	-	-	-	-	2.456
Finor ⁽³⁾	858	-	-	-	-	-	(89)	-	769
Investco S.A.	7.903	-	-	-	-	-	-	-	7.903
Outros investimentos	2.412	-	-	(8)	-	-	(981)	(79)	1.344
	13.629	-	-	(8)	-	-	(1.070)	(79)	12.472
	9.718.656	1.212.861	1.999	72.078	(754)	(895.081)	(1.070)	(79)	10.108.610

⁽¹⁾ Afac - Adiantamento para futuro aumento de capital

⁽²⁾ Fundo de Investimento da Amazônia - Finam

⁽³⁾ Fundo de Investimento do Nordeste - Finor

Controladora (BR GAAP)	Saldo em 01.01.2009	Equiv. patrim.	Ajuste de aval. patrim.	Aporte e Afac	Amort. de direito de concessão	Prov. para perdas	Dividendos e JCP propostos	Saldo em 31.12.2009
Coligadas								
Sercomtel - Telecomunicações	66.585	(26.722)	-	-	-	-	-	39.863
Foz do Chopim	16.519	9.790	-	-	-	-	(9.693)	16.616
Dona Francisca	10.332	9.284	-	-	-	-	-	19.616
Carbocampel	(69)	(23)	-	1.209	-	-	-	1.117
Carbocampel - Afac	1.059	-	-	(1.059)	-	-	-	-
Dois Saltos Empreend.	300	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	149	5	-	-	-	-	-	154
Escoelectric	(1.027)	(677)	-	-	-	-	-	(1.704)
Escoelectric - Afac	1.025	-	-	-	-	-	-	1.025
	94.873	(8.343)	-	150	-	-	(9.693)	76.987
Controladas								
Copel Geração e Transmissão	5.822.915	561.305	-	-	-	-	(601.028)	5.783.192
Copel Distribuição	2.953.918	188.065	11.464	-	-	-	(101.971)	3.051.476
Copel Telecomunicações	206.381	22.435	-	-	-	-	(7.094)	221.722
UEG Araucária	132.225	(1.972)	-	-	-	-	-	130.253
Compagas	88.379	16.269	-	-	-	-	(9.437)	95.211
Elejor	4.525	15.969	-	-	-	-	(5.015)	15.479
Elejor - ágio (concessão)	20.552	-	-	-	(754)	-	-	19.798
Centrais Eólicas do Paraná	2.603	235	-	-	-	-	(1.685)	1.153
	9.231.498	802.306	11.464	-	(754)	-	(726.230)	9.318.284
Controlada em conjunto								
Dominó Holdings	293.917	20.069	-	-	-	-	(4.230)	309.756
	293.917	20.069	-	-	-	-	(4.230)	309.756
Outros investimentos								
Finam	3.008	-	-	-	-	(552)	-	2.456
Finor	1.039	-	-	-	-	(181)	-	858
Investco S.A.	7.903	-	-	-	-	-	-	7.903
Outros investimentos	2.412	-	-	-	-	-	-	2.412
	14.362	-	-	-	-	(733)	-	13.629
	9.634.650	814.032	11.464	150	(754)	(733)	(740.153)	9.718.656

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Saldo em 31.12.2009	Equiv. patrim.	Aporte e Afac	Dividendos e JCP propostos	Prov. para perdas	Amort. de direito de concessão	Outros	Saldo em 31.12.2010
Coligadas								
Sanepar	305.325	22.062	-	(5.761)	-	-	-	321.626
Concessão - Sanepar	2.918	-	-	-	-	(730)	-	2.188
Dona Francisca	19.616	33.962	-	(3.417)	-	-	-	50.161
Sercomtel - Telecomunicações	39.863	32.601	-	-	-	-	-	72.464
Foz do Chopim	16.616	10.075	-	(9.605)	-	-	-	17.086
Carbocampel	1.117	24	83	-	-	-	-	1.224
Dois Saltos Empreend.	300	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	154	2	-	-	-	-	-	156
Escoelectric	(1.704)	611	586	-	-	-	-	(507)
Escoelectric - Afac	1.025	-	(481)	-	-	-	-	544
	385.230	99.337	188	(18.783)	-	(730)	-	465.242
Outros investimentos								
Finam	2.456	-	-	-	-	-	-	2.456
Finor	858	-	-	-	(89)	-	-	769
Investco S.A.	7.903	-	-	-	-	-	-	7.903
Bens destinados a uso futuro	5.596	-	-	-	(1.044)	-	(14)	4.538
Outros investimentos	3.610	-	(8)	-	(981)	-	(79)	2.542
	20.423	-	(8)	-	(2.114)	-	(93)	18.208
	405.653	99.337	180	(18.783)	(2.114)	(730)	(93)	483.450

Consolidado (IFRS e BR GAAP)								
	Saldo em 01.01.2009	Equiv. patrim.	Aporte e Afac	Dividendos e JCP propostos	Prov. para perdas	Amort. de direito de concessão	Outros	Saldo em 31.12.2009
Coligadas								
Sanepar	288.695	22.670	-	(6.040)		-	-	305.325
Concessão - Sanepar	3.648	-	-	-		(730)	-	2.918
Sercomtel - Telecomunicações	66.585	(17.029)	-	(9.693)		-	-	39.863
Foz do Chopim	16.519	97	-	-		-	-	16.616
Dona Francisca	10.332	9.284	-	-		-	-	19.616
Carbocampel	(69)	1.186	-	-		-	-	1.117
Carbocampel - Afac	1.059	(1.209)	150	-		-	-	-
Escoelectric - Afac	1.025	-	-	-		-	-	1.025
Escoelectric - Provisão para desvalorização	(1.027)	(677)	-	-		-	-	(1.704)
Dois Saltos Empreend.	300	-	-	-		-	-	300
Copel Amec	149	5	-	-		-	-	154
	387.216	14.327	150	(15.733)		(730)	-	385.230
Outros investimentos								
Finam	3.008	-	-	-	-	-	(552)	2.456
Finor	1.039	-	-	-	-	-	(181)	858
Investco S.A.	7.903	-	-	-	-	-	-	7.903
Bens destinados a uso futuro	3.820	-	-	-	1.776	-	-	5.596
Outros investimentos	3.769	-	1	-	-	-	(160)	3.610
	19.539	-	1	-	1.776	-	(893)	20.423
	406.755	14.327	151	(15.733)	1.776	(730)	(893)	405.653

17 Imobilizado

17.1 Imobilizado em serviço por natureza de conta

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido
			31.12.2010
Máquinas e equipamentos	4.388.067	(2.103.285)	2.284.782
Reservatórios, barragens, adutoras	7.122.207	(4.059.368)	3.062.839
Edificações	1.381.957	(905.487)	476.470
Terrenos	182.322	-	182.322
Veículos	32.043	(25.951)	6.092
Móveis e utensílios	11.097	(8.367)	2.730
	13.117.693	(7.102.458)	6.015.235

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido
			31.12.2009
Máquinas e equipamentos	4.341.495	(1.964.209)	2.377.286
Reservatórios, barragens, adutoras	7.119.339	(3.905.678)	3.213.661
Edificações	1.375.565	(875.103)	500.462
Terrenos	182.215	-	182.215
Veículos	31.560	(24.470)	7.090
Móveis e utensílios	11.282	(7.758)	3.524
	13.061.456	(6.777.218)	6.284.238

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido
			01.01.2009
Máquinas e equipamentos	4.318.624	(1.815.164)	2.503.460
Reservatórios, barragens, adutoras	7.118.570	(3.752.053)	3.366.517
Edificações	1.374.557	(841.952)	532.605
Terrenos	182.216	-	182.216
Veículos	28.411	(22.720)	5.691
Móveis e utensílios	10.677	(6.892)	3.785
	13.033.055	(6.438.781)	6.594.274

17.2 Mutações do imobilizado em serviço por natureza de conta

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	Saldo em 31.12.2009	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2010
Terrenos	232.155	36.737	-	3	-	268.895
Edificações, obras civis e benfeitorias	519.552	32.458	(29.971)	(347)	-	521.692
Máquinas e equipamentos	1.989.265	182.805	(125.803)	(8.821)	-	2.037.446
Veículos	7.643	121	(1.622)	(1.088)	-	5.054
Móveis e utensílios	3.616	601	(606)	(1.538)	-	2.073
Reservatórios, barragens, adutoras	3.270.038	67.785	(155.211)	-	-	3.182.612
Usina termelétrica	504.657	11.673	(24.216)	(9.734)	-	482.380
Outros	132.722	35.968	-	(5.116)	219	163.793
	6.659.648	368.148	(337.429)	(26.641)	219	6.663.945

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	Saldo em 01.01.2009	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2009
Terrenos	191.358	41.020	-	(223)	-	232.155
Edificações, obras civis e benfeitorias	530.806	21.796	(32.030)	(1.020)	-	519.552
Máquinas e equipamentos	2.042.594	91.915	(125.703)	(19.700)	-	1.989.106
Veículos	5.809	5.053	(2.096)	(1.123)	-	7.643
Móveis e utensílios	3.898	538	(773)	(47)	-	3.616
Reservatórios, barragens, adutoras	3.367.718	57.469	(155.149)	-	-	3.270.038
Usina termelétrica	533.535	4.159	(33.214)	177	-	504.657
Outros	96.377	37.003	-	(658)	159	132.881
	6.772.095	258.953	(348.965)	(22.594)	159	6.659.648

17.3 Imobilizado por empresa

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
			31.12.2010
Em serviço			
Copel Geração e Transmissão	11.452.043	(6.592.462)	4.859.581
Copel Telecomunicações	407.446	(256.316)	151.130
Elejor	606.907	(87.101)	519.806
UEG Araucária	647.168	(163.738)	483.430
Centrais Eólicas do Paraná	4.129	(2.841)	1.288
	13.117.693	(7.102.458)	6.015.235
Em curso			
Copel Geração e Transmissão	567.606	-	567.606
Copel Telecomunicações	71.161	-	71.161
Elejor	9.943	-	9.943
	648.710	-	648.710
	13.766.403	(7.102.458)	6.663.945

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
			31.12.2009
Em serviço			
Copel Geração e Transmissão	11.434.310	(6.337.009)	5.097.301
Copel Telecomunicações	370.972	(231.162)	139.810
Elejor	606.816	(66.893)	539.923
UEG Araucária	645.228	(139.522)	505.706
Centrais Eólicas do Paraná	4.129	(2.632)	1.497
Dominó Holdings	1	-	1
	13.061.456	(6.777.218)	6.284.238
Em curso			
Copel Geração e Transmissão	311.341	-	311.341
Copel Telecomunicações	48.776	-	48.776
Elejor	8.292	-	8.292
UEG Araucária	7.001	-	7.001
	375.410	-	375.410
	13.436.866	(6.777.218)	6.659.648

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
			01.01.2009
Em serviço			
Copel Geração e Transmissão	11.422.206	(6.075.103)	5.347.103
Copel Telecomunicações	358.300	(206.587)	151.713
Elejor	606.737	(46.689)	560.048
UEG Araucária	641.682	(107.978)	533.704
Centrais Eólicas do Paraná	4.129	(2.424)	1.705
Dominó Holdings	1	-	1
	13.033.055	(6.438.781)	6.594.274
Em curso			
Copel Geração e Transmissão	138.774	-	138.774
Copel Telecomunicações	29.874	-	29.874
Elejor	8.292	-	8.292
UEG Araucária	881	-	881
	177.821	-	177.821
	13.210.876	(6.438.781)	6.772.095

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados principalmente na geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, todavia, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para os contratos de concessão na modalidade de Uso do Bem Público – UBP, as restrições de utilização da infra-estrutura estão estabelecidas no artigo 19, do Decreto Aneel nº 2003/96

17.4 Mutação do imobilizado

Saldos	Imobilizado		Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	em serviço	em curso	
Em 01.01.2009	6.594.274	177.821	6.772.095
Programa de investimentos	-	258.953	258.953
Imobilizações de obras	35.247	(35.247)	-
Quotas de depreciação no resultado	(348.965)	-	(348.965)
Baixa	3.523	(26.117)	(22.594)
Transferências do intangível em serviço	159	-	159
Em 31.12.2009	6.284.238	375.410	6.659.648
Programa de investimentos	-	368.148	368.148
Imobilizações de obras	84.104	(84.104)	-
Quotas de depreciação no resultado	(336.902)	-	(336.902)
Quotas de depreciação - créditos Pasep/Cofins	(527)	-	(527)
Baixa	(15.897)	(10.744)	(26.641)
Transferências de bens destinados à alienação	3	-	3
Transferências do intangível em serviço	216	-	216
Em 31.12.2010	6.015.235	648.710	6.663.945

17.5 Taxas de depreciação

	Taxas de depreciação (%)	
	31.12.2010	31.12.2009
Geração		
Equipamento geral	9,73	10,00
Geradores	3,09	3,30
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	2,00
Turbina hidráulica	2,47	2,50
Turbinas a gás e a vapor	5,00	5,00
Resfriamento e tratamento de água	5,00	5,00
Condicionador de gás	5,00	5,00
Administração central		
Edificações	4,00	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	10,00	10,00
Móveis e utensílios	10,00	10,00
Veículos	20,00	20,00
Telecomunicações		
Equipamentos de transmissão	7,70	10,00
Equipamentos Terminais	10,50	11,40
Infra-Estrutura	6,30	6,40

A Companhia, quando aplicável, utiliza as taxas de depreciação definidas pelo órgão regulador, em virtude do direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A taxa média para máquinas e equipamentos é de 2,85%.

17.6 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Empresa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas, analisadas individualmente;
- valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil; e
- apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da Companhia, aprovado em reunião ordinária do CAD, com consequente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

No que tange ao horizonte de análise, leva-se em consideração a data de vencimento de cada concessão.

Com relação ao crescimento de mercado, as projeções estão compatíveis com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado e referenciada pelo órgão regulador, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC) que conforme atividade oscilou entre 5,11% e 9,33% líquido de tributos.

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas acima, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

Durante a atribuição dos novos custos para as usinas, quando aplicável, este valor se limitou ao valor do teste de recuperação.

17.7 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Produtor independente formado pelas empresas Copel Geração e Transmissão, com participação de 51%, e pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. Em 10.10.2006, através do Leilão de energia nova nº 004/06 Aneel, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica de Mauá, que terá 361 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 03.07.2007, data da assinatura do contrato.

Os gastos referentes ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul são contabilizados em contas de imobilizado em curso, na proporção da quota-parte.

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul conquistou concessão para construção e exploração, durante 35 anos, da Usina Hidrelétrica de Mauá, no Leilão de energia nova nº 004/06 Aneel, realizado em 10.10.2006, na qualidade de produtor independente de energia,

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 350 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 361 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região centro-leste do Estado do Paraná.

O Projeto tem investimento total previsto em aproximadamente R\$ 1.069.000, valor com data base de abril de 2008. Deste montante, 51% (R\$ 545.190) serão investidos pela Copel Geração e Transmissão e 49% (R\$ 523.810) pela Eletrosul.

Em 17.11.2008, a Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES aprovou financiamento para a Usina Hidrelétrica de Mauá. O valor financiado corresponde a aproximadamente 70% do total a ser desembolsado pela Copel naquela usina.

A energia da Usina Hidrelétrica de Mauá foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 112,96/MWh, na data base de 01.11.2006, com atualização pela variação do IPCA R\$ 134,09 em 31.12.2010. Foram negociados 192 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2011 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, era de 197,7 MW médios, após a completa motorização.

O empreendimento possui Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e Projeto Básico Ambiental apresentados em audiências e reuniões públicas e aprovados pelo órgão licenciador, o que permitiu a emissão da Licença de Instalação nº 6.496/08. A ordem de serviço que determinou o início das obras da Usina Hidrelétrica de Mauá foi assinada em 21.07.2008 e o início da geração comercial da primeira unidade geradora deverá ocorrer em 2011.

Devido a liminar judicial no âmbito da Ação Civil Pública n.º 1999.7001.007514-6 que provocou atraso no início das obras e conseqüentemente afetará o início da geração comercial de cada uma das unidades geradoras, a Copel, neste período de atraso, deverá lastrear os contratos de comercialização de energia com geração própria e energia adquirida no curto prazo.

O empreendimento entrará em operação comercial no final de 2011.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado, na proporção de quota-parte no consórcio. Em 31.12.2010, o saldo no Ativo Imobilizado em Curso da Copel Geração e Transmissão relativo ao empreendimento totalizava R\$ 494.137.

Os compromissos totais já assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referente à UHE Mauá montam em R\$ 162.035 em 31.12.2010 (R\$ 274.621 em 31.12.2009).

17.8 UHE Colíder

Em 30.07.2010, através do Leilão de energia nova nº 003/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Colíder, que terá 300 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato e Concessão nº 001/11–MME–UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região norte do Estado do Mato Grosso.

O Projeto tem investimento total previsto em aproximadamente R\$ 1.570.400, valor com data base de julho de 2010.

A Copel está solicitando o enquadramento de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para a Usina Hidrelétrica Colíder.

A energia da Usina Hidrelétrica Colíder foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 01.07.2010, com atualização pela variação do IPCA R\$ 106,23 em 31.12.2010. Foram negociados 125 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2015 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

O empreendimento possui Licença Prévia (LP) emitida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso – SEMA/MT com nº 298127/09 de 01.12.2009, com validade até 30.11.2012. A Licença de Instalação (LI) nº 58830/10 foi emitida em 21.12.2010 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso – SEMA/MT, com validade até 20.12.2013.

A autorização de resgate arqueológico foi obtida junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em 29.10.2010, conforme portaria IPHAN nº 30/10.

A ordem de serviço que determinou o início das obras da Usina Hidrelétrica Colíder foi assinada em 01.03.2011. Com isto, o início da geração comercial da primeira unidade geradora deverá ocorrer em junho de 2014, o que representa antecipação em 6 meses em relação ao previsto no Contrato de Concessão.

Os compromissos totais já assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à UHE Colíder montam em R\$ 1.285.284 em 31.12.2010.

17.9 PCH Cavernoso II

Em 26.8.2010, no Leilão nº 07/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão S.A. comercializou a energia da PCH Cavernoso II, empreendimento com 19 MW de potência instalada, localizado no rio Cavernoso, nos municípios de Virmond e Cândói, no Estado do Paraná. Em função desta comercialização, obteve outorga de autorização para implantação e exploração do empreendimento, com prazo de 35 anos a partir de 28.02.2011, data da publicação da Portaria nº 133 de 25.2.2011 do Ministério das Minas e Energia.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força de 19 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 50 mil habitantes.

O Projeto tem investimento total previsto em aproximadamente R\$ 120.000, valor com data base de agosto de 2010.

A energia da PCH Cavernoso II foi comercializada à tarifa final de R\$ 146,99/MWh, na data base de 01.08.2010, com atualização pela variação do IPCA R\$ 151,11 em 31.12.2010. Foram negociados 7,73 MW médios, a serem fornecidos a partir de novembro de 2012 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida na Portaria nº 133 de 25.2.2011 do Ministério das Minas e Energia, é de 10,56 MW médios.

Os compromissos totais já assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referente à PCH Cavernoso montam em R\$ 94.365 em 31.12.2010.

18 Intangível

	Direito de uso de softwares	Direito de concessão	Contrato concessão	Amortiz. acumulada	Outros	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
						31.12.2010
Em serviço						
Com vida útil definida						
Copel Geração e Transmissão	2.287	-	-	(1.984) ⁽¹⁾	43	346
Copel Distribuição (18.1)	-	-	3.675.078	(2.675.783) ⁽²⁾	-	999.295
Copel Telecomunicações	4.067	-	-	(3.659) ⁽¹⁾	-	408
Compagas (18.2)	3.473	-	195.767	(64.199) ⁽²⁾	-	135.041
Elejor (18.3)	-	-	263.920	(43.812) ⁽²⁾	102	220.210
UEG Araucária	190	-	-	(72) ⁽¹⁾	-	118
Direito de concessão - Elejor (18.3)	-	22.626	-	(3.583) ⁽²⁾	-	19.043
Autorização - UEGA (18.4)	-	-	-	-	-	-
	10.017	22.626	4.134.765	(2.793.092)	145	1.374.461
Com vida útil indefinida						
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	18	18
Compagas	-	-	-	-	20	20
	-	-	-	-	38	38
	10.017	22.626	4.134.765	(2.793.092)	183	1.374.499
Em curso						
Copel Geração e Transm. (18.5)	11.591	-	22.249	-	1.222	35.062
Copel Distribuição (18.1)	-	-	583.261	-	-	583.261
Copel Telecomunicações	12.476	-	-	-	3	12.479
Compagas	-	-	34.440	-	-	34.440
Elejor	-	-	-	-	2.790	2.790
	24.067	-	639.950	-	4.015	668.032
Obrigações Especiais						
Copel Distribuição (18.6)	-	-	(406.333)	112.756	-	(293.577)
	-	-	(406.333)	112.756	-	(293.577)
						1.748.954

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%

⁽²⁾ Amortização pelo período de concessão

	Direito de uso de softwares	Direito de concessão	Contrato concessão	Amortiz. acumulada	Outros	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
						31.12.2009
Em serviço						
Com vida útil definida						
Copel Geração e Transmissão	2.139	-	-	(1.757) ⁽¹⁾	44	426
Copel Distribuição (18.1)	-	-	3.581.979	(2.486.847) ⁽²⁾	-	1.095.132
Copel Telecomunicações	3.799	-	-	(3.560) ⁽¹⁾	-	239
Compagas (18.2)	3.461	-	178.801	(52.693) ⁽²⁾	-	129.569
Elejor (18.3)	-	-	263.920	(34.497) ⁽²⁾	101	229.524
UEG Araucária	90	-	-	(73) ⁽¹⁾	-	17
Direito de concessão - Elejor (18.3)	-	22.626	-	(2.828) ⁽²⁾	-	19.798
Autorização - UEGA (18.4)	-	53.954	-	(7.037)	-	46.917
	9.489	76.580	4.024.700	(2.589.292)	145	1.521.622
Com vida útil indefinida						
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	18	18
Compagas	-	-	-	-	20	20
	-	-	-	-	38	38
	9.489	76.580	4.024.700	(2.589.292)	183	1.521.660
Em curso						
Copel Geração e Transm. (18.5)	-	-	9.048	-	209	9.257
Copel Distribuição (18.1)	-	-	590.699	-	-	590.699
Copel Telecomunicações	819	-	-	-	-	819
Compagas	-	-	28.557	-	-	28.557
Elejor	-	-	-	-	27	27
	819	-	628.304	-	236	629.359
Obrigações Especiais						
Copel Distribuição (18.6)	-	-	(387.046)	64.240	-	(322.806)
	-	-	(387.046)	64.240	-	(322.806)
						1.828.213

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%

⁽²⁾ Amortização pelo período de concessão

	Direito de uso de softwares	Direito de concessão	Contrato de concessão	Amortiz. acumulada	Outros	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
						01.01.2009
Em serviço						
Com vida útil definida						
Copel Geração e Transmissão	2.087	-	-	(1.520) ⁽¹⁾	43	610
Copel Distribuição (18.1)	-	-	3.480.661	(2.313.329) ⁽²⁾	-	1.167.332
Copel Telecomunicações	4.094	-	-	(3.121) ⁽¹⁾	-	973
Compagas (18.2)	3.455	-	159.489	(43.782) ⁽²⁾	-	119.162
Elejor (18.3)	-	-	263.920	(25.251) ⁽²⁾	101	238.770
UEG Araucária	90	-	-	(67) ⁽¹⁾	-	23
Direito de concessão - Elejor (18.3)	-	22.626	-	(2.074) ⁽²⁾	-	20.552
Autorização - UEGA (18.4)	-	53.954	-	(4.691)	-	49.263
	9.726	76.580	3.904.070	(2.393.835)	144	1.596.685
Com vida útil indefinida						
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	18	18
Compagas	-	-	-	-	20	20
	-	-	-	-	38	38
	9.726	76.580	3.904.070	(2.393.835)	182	1.596.723
Em curso						
Copel Geração e Transm. (18.5)	-	-	8.152	-	-	8.152
Copel Distribuição (18.1)	-	-	472.408	-	-	472.408
Copel Telecomunicações	135	-	-	-	-	135
Compagas	-	-	33.671	-	-	33.671
Elejor	-	-	-	-	27	27
	135	-	514.231	-	27	514.393
Obrigações Especiais						
Copel Distribuição (18.6)	-	-	(395.535)	20.108	-	(375.427)
	-	-	(395.535)	20.108	-	(375.427)
						1.735.689

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%

⁽²⁾ Amortização pelo período de concessão

Mutação do intangível por classes de ativos

Saldos	Contrato de concessão	Software	Direito de concessão	Outros	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Em 01.01.2009	1.661.969	3.756	69.815	149	1.735.689
Adições	641.864	1.282	-	-	643.146
Transf. p/ o contas a receber vinc a concessão	(314.934)	-	-	-	(314.934)
Quotas de amortização-concessão e autorização	(192.610)	(1.201)	(3.100)	-	(196.911)
Baixas	(38.267)	(461)	-	-	(38.728)
Outros	(49)	-	-	-	(49)
Em 31.12.2009	1.757.973	3.376	66.715	149	1.828.213
Adições	579.451	25.408	-	2.764	607.623
Transf. p/ o contas a receber vinc a concessão	(412.256)	-	-	-	(412.256)
Quotas de amortização-concessão e autorização	(210.602)	(1.268)	(3.100)	-	(214.970)
Baixas	(7.581)	(27)	(44.572)	-	(52.180)
Outros	(7.479)	-	-	3	(7.476)
Em 31.12.2010	1.699.506	27.489	19.043	2.916	1.748.954

Mutação do intangível analítica

Saldos	Contrato de Concessão				Outros		Concessão/ autorização (ágio)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	em serviço	em curso	obrigações especiais		em serviço	em curso		
			em serviço	em curso				
Em 01.01.2009	1.523.166	514.230	(270.206)	(105.221)	3.742	163	69.815	1.735.689
Programa de investimentos	-	679.248	-	-	-	1.122	-	680.370
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(57.422)	-	-	-	(57.422)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	946	-	-	-	-	-	946
Ajustes a valor presente - outorga Aneel	-	(50)	-	-	-	-	-	(50)
Capitalizações - p/ o contas a receber vinc. a concessão	-	(380.844)	-	65.910	-	-	-	(314.934)
Capitalizações - p/ o intangível em serviço	175.150	(175.150)	(28.539)	28.539	218	(218)	-	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(236.928)	-	44.318	-	(1.201)	-	(3.100)	(196.911)
Baixas	(7.448)	(9.765)	(185)	-	(130)	(12)	-	(17.540)
Transf. p/ investimentos-bens destinados a uso futuro	(1.465)	(311)	-	-	-	-	-	(1.776)
Transf. para o imobilizado em serviço	-	-	-	-	(159)	-	-	(159)
Em 31.12.2009	1.452.475	628.304	(254.612)	(68.194)	2.470	1.055	66.715	1.828.213
Programa de investimentos	-	655.411	-	-	-	28.177	-	683.588
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(89.177)	-	-	-	(89.177)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	40.243	-	-	-	-	-	40.243
Ajustes a valor presente - outorga Aneel	-	(27.042)	-	-	-	-	-	(27.042)
Capitalizações - p/ o contas a receber vinc. a concessão	-	(482.145)	-	69.889	-	-	-	(412.256)
Capitalizações - p/ o intangível em serviço	172.084	(172.084)	(22.936)	22.936	1.150	(1.150)	-	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(247.060)	-	46.068	-	(1.268)	-	(3.100)	(205.360)
Quotas de amortização - créditos Pasep/Cofins	(12.060)	-	2.449	-	-	-	-	(9.611)
Baixas	(12.090)	(2.752)	-	-	(29)	-	(44.572)	(59.443)
Transf. p/ investimentos-bens destinados a uso futuro	-	15	-	-	-	-	-	15
Transf. para o imobilizado em serviço	(216)	-	-	-	-	-	-	(216)
Em 31.12.2010	1.353.133	639.950	(229.031)	(64.546)	2.323	28.082	19.043	1.748.954

18.1 Concessão - Copel Distribuição

O ativo intangível da concessão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A Aneel estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização média de 15% ao ano, limitados ao prazo da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como contas a receber vinculadas a concessão (NE nº 9).

18.2 Contrato de Concessão - Compagas

Ativo intangível relativo à construção de infra-estrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás e o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás. A construção de infra-estrutura e aquisição de bens são considerados como prestação de serviços do Poder Concedente.

O prazo de amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Compagas.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente e a Compagas será indenizada pelos investimentos efetuados com base no valor de reposição amortizado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época.

18.3 Contrato de Concessão – Elejor

Contrato de Concessão

Ativo intangível relativo ao direito de uso de bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento. (NE nº 26 – Contas a pagar vinculadas à concessão – uso de bem público).

Direito de Concessão

A aquisição das ações da Elejor pertencentes à Triunfo Participações S.A., em 18.12.2003, gerou direito de concessão no valor total de R\$ 22.626, que em 31.12.2010 apresenta o saldo de R\$ 19.044, na Controladora. O fundamento econômico utilizado para a amortização linear foi a expectativa de resultado futuro da operação comercial da concessão, cujo prazo remanescente tem vencimento em outubro de 2036. O efeito no resultado em 2010 foi de R\$ 754 (R\$ 754 em 2009).

18.4 Autorização – UEG Araucária

A aquisição das quotas da El Paso Empreendimentos e Participações Ltda., controladora da UEG Araucária Ltda., em 31.05.2006, gerou direito de autorização no valor de R\$ 53.954. Durante o exercício encerrado em 31.12.2010, verificou-se a existência de indicadores internos de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável, principalmente o relacionado à baixa utilização recorrente da capacidade de produção total de energia termelétrica. Considerando este indicador e os testes efetuados de redução no valor recuperável com base em seu valor em uso, a Administração deliberou pela baixa total deste valor, que líquido da amortização até 31.12.2010, totalizava R\$ 44.571.

18.5 Copel Geração e Transmissão

Ativo intangível relativo ao direito de uso de bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento. (NE nº 26 – Contas a pagar vinculadas à concessão – uso de bem público).

Em 31.12.2010 o Grupo possuía os seguintes valores registrados referente ao Contrato de Concessão - UHE – Mauá, R\$ 10.926, (R\$ 9.048 em 31.12.2009 e R\$ 8.152 em 01.01.2009) e Contrato de Concessão - UHE - Colíder R\$ 11.323.

18.6 Obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão. Com a Resolução Normativa Aneel nº 234, de 31.10.2006, alterada pela Resolução Normativa Aneel nº 338 de 25.11.2008, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo quanto as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 01.07.2008, conforme Despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. A amortização é calculada utilizando a mesma taxa média dos ativos correspondentes.

18.7 Valor de recuperação do ativo intangível (vida finita)

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- O crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- A taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital, conforme NE nº 17.6.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas, com exceção da baixa referente ao direito de autorização da UEG Araucária, conforme NE nº 18.4

18.8 Universalização e Programa Luz para Todos

A Aneel estabeleceu condições gerais para a Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica através da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, alterada pela Lei nº 10.762 de 11.11.2003, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW. A Resolução Aneel nº 223, de 29.04.2003, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, sendo alterada pela Resolução Aneel nº 52, de 25.03.2009. Norteadando o processo de revisão dos Planos de Universalização, a Agência Reguladora emitiu a Resolução Aneel nº 175, de 28.11.2005, sendo alterada pela Resolução Aneel nº 365, de 19.05.2009.

O Decreto nº 4.873 de 11.11.2003 instituiu o Programa Nacional do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos, destinado a propiciar atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural, voltada à agricultura familiar, que ainda não possui acesso a esse serviço público. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação da Eletrobrás. No caso do Paraná, o Ministério é representado pela Eletrosul, e os participantes são o Governo do Estado do Paraná e a Copel. Outrossim, o Programa se integra aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados, para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, fixando e dando condições melhores de vida ao homem do campo, em aumento de renda e na inclusão social da população beneficiada. O Programa foi prorrogado até 31.12.2011 por meio do Decreto nº 7.324, de 05.10.2010, para finalização das obras do Programa Luz para Todos contratadas junto à Eletrobrás.

Em 2010, foram ligadas 13.036 novas unidades consumidoras, alcançando aproximadamente 72.000 desde o início do Programa, a previsão é de alcançar 78.000 ligações até dezembro de 2011, concluindo com isso a universalização na área de concessão da Copel.

Foram firmados com a Eletrobrás quatro contratos de financiamento e concessão de subvenção no total de R\$ 278.166. Os dois primeiros contratos já se encerraram, continuando em vigência apenas o contrato ECFS nº 206/07, do qual já foram liberados R\$ 88.501 sendo 75.858 com recursos RGR e 12.643 com recursos de CDE do total de R\$ 109.642 previstos, e contrato ECFS 273/09, do qual já foram liberados R\$ 19.183 sendo 16.443 com recursos RGR e 2.740 com recursos de CDE do total de R\$ 63.944 previstos .

A composição total dos investimentos previstos nos contratos assinados para o Programa é a seguinte:

Origem	R\$	Participação
Governo Federal - subvenção CDE	62.882	19%
Governo do Estado do Paraná	33.002	10%
Financiamento RGR	168.129	51%
Agente executor - Copel	66.007	20%
Total do programa	330.020	100%

Até dezembro de 2010 o valor total investido no Programa Luz para Todos foi de R\$ 322.598.

19 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Obrigações Sociais			
Impostos e contribuições sociais	29.987	28.574	26.659
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	18.866	17.458	15.896
	48.853	46.032	42.555
Obrigações trabalhistas			
Folha de pagamento, líquida	242	178	103
Férias	60.022	55.602	50.909
Participação nos lucros e/ou resultados	66.151	64.995	65.816
Desligamentos voluntários	314	24.291	-
Compensação indenizatória - PDV	-	15.859	-
Consignações a favor de terceiros	2	-	5
	126.731	160.925	116.833
	175.584	206.957	159.388

20 Fornecedores

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Encargos de uso da rede elétrica			
Uso da rede básica	62.948	63.209	57.096
Transporte de energia	4.537	4.310	4.182
Uso da conexão	286	274	265
	67.771	67.793	61.543
Suprimento de energia elétrica			
Eletrobrás (Itaipu)	74.316	80.104	100.040
Furnas Centrais Elétricas S.A.	39.317	34.375	32.757
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	35.136	33.696	32.108
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	17.096	3.318	1.385
Concessionárias - CCEE (NE nº 34)	19.695	1.859	27.976
Companhia Energética de São Paulo - Cesp	14.356	12.031	11.488
Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.	14.185	11.330	10.234
Mecanismo de compensação de sobras e déficits - MCSD	14.002	10.018	3.031
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	11.395	10.856	10.316
Itiquira Energética S.A.	10.025	10.000	9.247
Dona Francisca Energética S.A.	5.506	5.100	5.128
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	5.419	6.530	4.660
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	4.012	3.819	3.632
Light S.A.	2.993	2.838	2.710
CPFL Energia S.A.	-	10.041	994
Outras concessionárias	19.488	10.482	6.663
	286.941	246.397	262.369
Materiais e serviços			
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - aquisição de gás pela Compagas	25.720	23.166	36.775
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação (20.1)	48.312	43.949	-
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação - NC (20.1)	144.936	175.796	214.157
Outros fornecedores	183.824	162.224	137.145
	402.792	405.135	388.077
	757.504	719.325	711.989
Circulante	612.568	543.529	497.832
Não circulante - NC	144.936	175.796	214.157

20.1 Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação

Em 06.03.2006, a Copel assinou acordo com a Petrobras, visando equacionar as pendências referentes ao contrato de gás para a Usina Termelétrica de Araucária. O acordo consistiu na assinatura de Contrato de Transação Extrajudicial pelo qual a Copel Geração, tendo a Copel como devedora solidária, confessou dívida de R\$ 150.000 para com a Petrobras, esta na qualidade de cessionária dos créditos da Compagas com a Copel Geração, a ser paga em 60 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2010, sendo os valores corrigidos pela taxa Selic.

Em 30.05.2006, a Copel Geração assinou Termo de Ratificação de Quitação Mútua com a Compagas, no qual as partes dão-se plena, geral, rasa, irrevogável e irretroatável quitação mútua de todas as obrigações e direitos decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural que celebraram entre si em 30.05.2000, rescindido em 31.05.2005, nada mais tendo a reclamar uma contra a outra, a qualquer título, a partir da assinatura do Contrato de Transação Extrajudicial com Confissão de Dívida que ajustaram juntamente com a Petrobras, com a participação da Copel, remanescendo a dívida ali confessada pela Copel Geração.

20.2 Principais contratos de compra de energia

O quadro abaixo apresenta os principais contratos de compra de energia, firmados em ambiente regulado. Tais contratos estão apresentados pelo valor original e são reajustados anualmente pelo IPCA.

	Período de suprimento	Energia comprada (MW médio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$/MWh)
Leilão de energia existente				
1º Leilão - Produto 2005	2005 a 2012	942,92	07.12.2004	57,51
1º Leilão - Produto 2006	2006 a 2013	450,88	07.12.2004	67,33
1º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	9,79	07.12.2004	75,46
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	67,65	02.04.2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	43,25	11.10.2005	94,91
5º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	160,04	14.12.2006	104,74
		1.674,53		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	28,56	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,26	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	41,59	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	66,32	16.12.2005	114,57
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	64,30	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	18,32	26.07.2007	134,64
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	52,50	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	117,27	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	51,07	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	12,24	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	303,99	30.09.2008	145,23
Santo Antonio	2012 a 2041	106,00	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	141,51	19.05.2008	71,37
		1.122,42		

21 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			Passivo circulante			Passivo não circulante		
	Principal	Encargos	31.12.2010 Total	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Moeda estrangeira								
BID (21.1)	9.066	167	9.233	19.148	25.938	-	9.189	36.552
STN (21.2)	4.731	547	5.278	5.625	8.647	51.397	58.654	85.359
Banco do Brasil	-	-	-	-	6.517	-	-	-
Eletrobrás	5	-	5	5	7	15	22	36
	13.802	714	14.516	24.778	41.109	51.412	67.865	121.947
Moeda nacional								
Banco do Brasil (21.3)	194	12.585	12.779	10.409	16.410	691.007	330.190	330.389
Eletrobrás (21.4)	44.632	11	44.643	38.182	34.411	257.673	261.142	275.207
Eletrobrás - Elejor	-	-	-	-	-	-	117	26.092
BNDES - Compagas (21.5)	6.330	-	6.330	6.349	6.526	43	6.394	13.111
Finep (21.6)	1.952	15	1.967	156	5	5.855	6.940	2.310
BNDES (21.7)	-	1.389	1.389	884	-	137.496	55.748	-
Banco do Brasil Repasse BNDES (21.8)	-	1.471	1.471	940	-	137.496	55.748	-
	53.108	15.471	68.579	56.920	57.352	1.229.570	716.279	647.109
	66.910	16.185	83.095	81.698	98.461	1.280.982	784.144	769.056

Controladora (BR GAAP)			Passivo circulante			Passivo não circulante		
	Principal	Encargos	31.12.2010 Total	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Moeda estrangeira								
STN (21.2)	4.731	547	5.278	5.625	8.647	51.397	58.654	85.359
Moeda nacional								
Banco do Brasil (21.3)	-	12.582	12.582	10.243	16.249	329.600	329.600	329.600
	4.731	13.129	17.860	15.868	24.896	380.997	388.254	414.959

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31.12.2010	%	31.12.2009	%	01.01.2009	%	
Moeda estrangeira							
Dólar norte-americano	56.695	4,16	64.306	7,43	94.049	10,84	
Yen	-	-	-	-	6.517	0,75	
Cesta de moedas do BID	9.233	0,68	28.337	3,27	62.490	7,20	
	65.928	4,84	92.643	10,70	163.056	18,79	
Moeda nacional							
TJLP	285.709	20,94	132.055	15,25	2.335	0,27	
IGP-M	616	0,05	874	0,10	930	0,11	
Ufir	125.363	9,19	94.651	10,93	71.361	8,23	
Finel	176.954	12,97	204.671	23,64	264.349	30,47	
UMBND	6.373	0,47	1.105	0,13	19.637	2,26	
CDI	703.134	51,54	339.843	39,25	345.849	39,87	
	1.298.149	95,16	773.199	89,30	704.461	81,21	
	1.364.077	100,00	865.842	100,00	867.517	100,00	

Indexador e variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos

Moeda/Indexador	Variação (%)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Dólar norte-americano	(4,31)	(25,49)	31,94
Cesta de moedas do BID	3,86	0,17	6,22
TJLP	6,00	6,12	6,27
IGP-M	11,32	(1,72)	9,81
Finel	2,18	(0,35)	1,90
UMBND	(3,76)	(25,66)	33,86
CDI	24,44	(37,22)	21,82

Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
			31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
2010	-	-	-	-	73.988
2011	-	-	-	64.301	68.064
2012	3.486	64.215	67.701	53.773	50.069
2013	2.236	185.932	188.168	53.002	48.257
2014	1.121	515.396	516.517	381.300	376.151
2015	-	183.780	183.780	48.748	44.368
2016	-	46.919	46.919	32.545	26.767
2017	-	30.188	30.188	16.158	6.719
2018	-	29.278	29.278	15.248	5.975
2019	-	26.530	26.530	12.500	3.726
2020	-	23.935	23.935	10.628	2.456
2021	-	18.834	18.834	6.970	5
2022	-	17.186	17.186	6.968	-
após 2022	44.569	87.377	131.946	82.003	62.511
	51.412	1.229.570	1.280.982	784.144	769.056

Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 01.01.2009	41.109	121.947	57.352	647.109	867.517
Ingressos	-	-	-	144.262	144.262
Encargos	6.199	-	63.265	3.340	72.804
Variação monetária e cambial	(8.290)	(27.161)	(57)	(1.144)	(36.652)
Transferências	26.921	(26.921)	77.288	(77.288)	-
Amortização - principal	(17.221)	-	(45.766)	-	(62.987)
Amortização - juros e variação	(23.940)	-	(95.162)	-	(119.102)
Em 31.12.2009	24.778	67.865	56.920	716.279	865.842
Ingressos	-	-	-	552.479	552.479
Encargos	3.491	-	82.096	11.850	97.437
Variação monetária e cambial	(928)	(1.687)	441	3.494	1.320
Transferências	14.766	(14.766)	54.532	(54.532)	-
Amortização - principal	(12.777)	-	(33.816)	-	(46.593)
Amortização - juros e variação	(14.814)	-	(91.594)	-	(106.408)
Em 31.12.2010	14.516	51.412	68.579	1.229.570	1.364.077

21.1 Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Empréstimo para a Usina Hidrelétrica de Segredo e Derivação do Rio Jordão, liberado a partir de 15.01.1991, totalizando US\$ 135.000. A dívida é amortizada semestralmente, com vencimento final em janeiro de 2011. Os juros são calculados de acordo com a taxa de captação do BID, a qual, para o quarto trimestre de 2010, foi de 4,13% a.a. O contrato tem as seguintes cláusulas, prevendo rescisão:

- inadimplemento, por parte do mutuário, de qualquer outra obrigação estipulada no contrato ou contratos subscritos com o banco para financiamento para o projeto;
- retirada ou suspensão, como membro do BID, da República Federativa do Brasil;
- inadimplemento, por parte do fiador, se houver, de qualquer obrigação estipulada no contrato de garantia;
- quando a relação entre o seu ativo circulante e o total dos seus financiamentos comerciais e bancários de curto prazo, excluídas a parte corrente da dívida de longo prazo e os dividendos a serem reinvestidos, for inferior a 1,2; e
- quando a relação entre sua dívida de longo prazo e o seu patrimônio exceder a 0,9.

Neste contrato foram concedidas fiança do Governo Federal e garantias hipotecária e fiduciária.

21.2 Secretaria do Tesouro Nacional - STN

A reestruturação da dívida de médio e longo prazo, assinada em 20.05.1998, referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Carência (anos)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
				31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<i>Par Bond</i>	30	15.04.2024	30	26.591	27.787	37.296
<i>Capitalization Bond</i>	20	15.04.2014	10	7.947	10.673	17.507
<i>Debt Conversion Bond</i>	18	15.04.2012	10	3.761	6.568	12.368
<i>Discount Bond</i>	30			18.376	19.251	25.896
<i>New Money Bonds</i>	15			-	-	466
<i>Flirb</i>	15			-	-	473
				56.675	64.279	94.006

As taxas de juros praticadas e as amortizações são as seguintes:

Tipo de bônus	Taxas de juros anuais (%)	Amortizações
<i>Par Bond</i>	6,0	única
<i>Capitalization Bond</i>	8,0	semestral
<i>Debt Conversion Bond</i>	Libor semestral + 0,8750	semestral
<i>Discount Bond</i>	Libor semestral + 0,8125	única
<i>New Money Bonds</i>	Libor semestral + 0,8750	semestral
<i>Flirb</i>	Libor semestral + 0,8125	semestral

Em garantia a esse contrato, a Companhia cede e transfere à União, condicionado ao inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, os créditos que forem feitos à sua conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das suas receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Nos bônus *Discount Bond* e *Par Bond* existem garantias depositadas, nos valores de R\$ 10.850 e R\$ 15.430, em 31.12.2010 (R\$ 9.990 e R\$ 14.205, em 31.12.2009 e R\$ 15.460 e R\$ 22.408, em 01.01.2009), respectivamente.(NE nº 6).

21.3 Banco do Brasil S.A.

A Companhia possui os seguintes contratos:

- 1) Contrato particular de cessão de crédito com a União, através do Banco do Brasil, assinado em 30.03.1994, amortizável em 240 parcelas mensais pelo sistema *price*, a partir de 01.04.1994, com atualização mensal pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e taxa de juros de 5,098% a.a. A garantia é vinculada à receita própria; e
- 2) Notas de crédito da Controladora, relacionadas a seguir:

Notas de crédito	Data da emissão	Vencimento do principal	Encargos financeiros vencíveis semestralmente	Principal	Encargos	Total
Comercial nº 330.600.129	31.01.2007	31.01.2014	106,5% da taxa média do CDI	29.000	1.331	30.331
Industrial nº 330.600.132	28.02.2007	28.02.2014	106,2% da taxa média do CDI	231.000	8.531	239.531
Industrial nº 330.600.151	31.07.2007	31.07.2014	106,5% da taxa média do CDI	18.000	827	18.827
Industrial nº 330.600.156	28.08.2007	28.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	14.348	531	14.879
Industrial nº 330.600.157	31.08.2007	31.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	37.252	1.362	38.614
				329.600	12.582	342.182

Como garantia, foi dada autorização ao Banco do Brasil para aplicar, na cobertura parcial ou total do saldo devedor apresentado na conta de abertura de crédito, quaisquer importâncias levadas, a qualquer título, a crédito da conta depósitos. Foi autorizado, também em caráter irrevogável e irretroatável, independentemente de prévio aviso, proceder à compensação entre o crédito do banco, correspondente ao saldo devedor apresentado na conta de abertura de crédito, e os créditos de qualquer natureza que a Companhia tenha ou venha a ter com o Banco do Brasil.

- 3) Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 21/02255-4 no valor de R\$ 350.000, firmado entre a Copel Distribuição e o Banco do Brasil, assinado em 10.09.2010, destinado única e exclusivamente ao financiamento de capital de giro.

A dívida será paga em 3 prestações anuais e sucessivas, a primeira com vencimento em 25.08.2013, no valor de R\$ 116.666, e as demais no valor de R\$ 116.667, vencíveis em 11.07.2014 e 15.08.2015, acrescidas de encargos financeiros proporcionais à parcela de principal amortizado, de forma que, com o pagamento da última prestação, ocorra a liquidação da dívida.

Sobre o saldo devedor incidirão encargos, calculados com base no índice de remuneração básica das cadernetas de poupança - IRP e encargos adicionais com base na taxa flutuante de juros que serão calculados pelo método exponencial, com base na taxa equivalente diária – ano civil (365 ou 366 dias). A taxa efetiva resultante da unificação da taxa flutuante de juros, com o IRP, será equivalente, em cada período de cálculo, a 98,5% da variação do CDI nesse mesmo período. Os encargos serão debitados e capitalizados mensalmente na conta vinculada ao contrato, a cada data-base no vencimento e na liquidação da dívida, para pagamento juntamente com as parcelas do principal.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Copel Distribuição se obriga a ceder, vincular e penhorar em garantia a favor do Banco do Brasil, duplicatas mercantis, devidamente endossadas e acompanhadas de borderôs.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

O montante de R\$ 350.000 foi liberado em sua totalidade em 10.09.2010.

21.4 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Empréstimos originados de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás - Finel e da Reserva Global de Reversão - RGR, para expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição. A amortização dos contratos vincendos iniciou em fevereiro de 1999, e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. Os juros de 5,0% a 8,0% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel e da Unidade Fiscal de Referência - Ufir.

Contrato ECFS - 142/06, assinado em 11.05.2006 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 74.340 para aplicação no Programa de Eletrificação Rural “Luz para Todos”, sendo R\$ 42.480 financiados com recursos da RGR e R\$ 31.860 com recursos da CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a, e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.09.2018.

O total de recursos desembolsados foi R\$ 63.104, sendo R\$ 36.056 com recursos da RGR e R\$ 27.048 com recursos da CDE. Está encerrada a fase de desembolsos.

Contrato ECFS - 206/07, assinado em 03.03.2008 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 126.430 para aplicação no Programa de Eletrificação Rural “Luz para Todos”. Em 14/09/10 foi assinado o aditivo ECFS-206-D / 2010, que altera o valor do financiamento para R\$ 109.642 sendo R\$ 93.979 financiado com recursos da RGR e R\$ 15.663 a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a., e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.08.2020. Em agosto de 2008, houve liberação de R\$ 37.929, sendo R\$ 32.511 com recursos da RGR e R\$ 5.418 com recursos da CDE. Em junho de 2009, foram liberados R\$ 25.286, sendo R\$ 21.674 com recursos da RGR e R\$ 3.612 com recursos da CDE. Em março de 2010, foram liberados R\$ 25.286, sendo R\$ 21.674 com recursos da RGR e R\$ 3.612 com recursos da CDE.

Contrato ECFS - 273/09, assinado em 18.02.2010 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 63.944. para aplicação no Programa de Eletrificação Rural “Luz para Todos”, sendo R\$ 54.809 financiado com recursos da RGR e R\$ 9.134 com recursos da CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a., e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.11.2022. Em dezembro de 2010, foram liberados R\$ 19.183 sendo R\$ 16.443 com recursos da RGR e R\$ 2.740 com recursos da CDE.

A garantia é representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

21.5 BNDES - Compagas

Financiamento obtido junto ao BNDES para a expansão da rede de distribuição de gás. Este financiamento está dividido em subcréditos, sendo uma parte atualizada pela taxa de juros de 4% a.a. acrescida de TJLP, e outra pela variação da Unidade Monetária do BNDES - UMBND. Este contrato não possui cláusulas restritivas, com vencimento da última parcela em 15.01.2012.

A garantia do financiamento está vinculada aos recebíveis da Compagas pelo fornecimento de gás, correspondentes a duas parcelas do financiamento, que devem ser exclusivamente recebidos e mantidos através de conta corrente no Banco Itaú S.A.

21.6 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

- 1) Contrato nº 02070791-00, assinado em 28.11.2007, com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do “Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007”.

Crédito no valor de R\$ 5.078, sendo que a primeira parcela, no valor de R\$ 1.464, foi liberada em abril de 2008, a segunda parcela no valor de R\$ 2.321 em maio de 2009, a terceira parcela no valor de R\$ 866 em dezembro de 2010 e as demais parcelas serão liberadas conforme disponibilidade financeira e orçamentária. Para atender a despesas de inspeção e supervisão

é destinado 1% dos recursos ingressados. Sobre o principal da dívida são calculados juros fixos de 6,37% a.a. resultante do fator de equalização, pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor será pago à Finep em 49 parcelas mensais e sucessivas com o vencimento da primeira parcela em 15.12.2010 e a última em 15.12.2014.

Como garantia ao contrato, a Copel Geração e Transmissão autoriza o Banco do Brasil a efetuar bloqueio dos recebimentos feitos regularmente, nos valores indicados pela Finep, na conta corrente proveniente da arrecadação mensal da financiada.

- 2) Contrato nº 02070790-00, assinado em 28.11.2007 com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do “Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007”.

Crédito no valor de R\$ 3.535, sendo que a primeira parcela no valor de R\$ 844 foi liberada em outubro de 2008, a segunda no valor de R\$ 2.451 em dezembro de 2009, e as demais serão liberadas conforme disponibilidade financeira e orçamentária. Para atender a despesas de inspeção e supervisão é destinado 1% dos recursos ingressados. Sobre o principal da dívida são calculados juros fixos de 6,13 % a.a. resultante do fator de equalização, pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor será pago à Finep em 49 parcelas mensais e sucessivas com o vencimento da primeira parcela em 15.12.2010 e a última em 15.12.2014.

Como garantia ao contrato, a Copel Geração e Transmissão autoriza o Banco do Brasil efetuar bloqueio dos recebimentos feitos regularmente, nos valores indicados pela Finep, na conta corrente proveniente da arrecadação mensal da financiada.

- 3) Contrato nº 02100567-00, assinado em 29.11.2010, com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do “Projeto BEL” da Copel Telecomunicações. Até a presente data não houve liberação de recursos.

O crédito de R\$ 52.198 a ser disponibilizado em 6 parcelas, respeitada a disponibilidade financeira e orçamentária da Finep. Sobre o principal da dívida serão calculados juros fixos de 4% a.a. resultante do fator de equalização, a serem pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor será pago à Finep em 81 parcelas mensais e sucessivas com o vencimento da primeira parcela em 15.08.2012 e a última em 15.04.2019.

21.7 BNDES - Copel Geração e Transmissão

Contrato nº 08.2.0989.1, firmado entre a Copel Geração e Transmissão e o BNDES, com interveniência da Copel, assinado em 17.03.2009, com o objetivo de implementar o empreendimento UHE Mauá, e Sistema de Transmissão Associado, em consórcio com a Eletrosul, totalizando R\$ 169.500, desembolsados parceladamente de acordo com as necessidades do projeto financiado, respeitada a programação financeira do BNDES.

A dívida será amortizada em 192 prestações mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.02.2012 e a última em 15.01.2028, com juros de 1,63% a.a. acima da TJLP, pagos trimestralmente no período de carência, e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Copel Geração e Transmissão se obriga a ceder e vincular em garantia, em favor do BNDES, a totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs relativos ao projeto, por meio de abertura de uma conta centralizadora aberta para tal fim, além de constituir e manter duas "Contas-Reserva" no caso de haver insuficiência de recursos na "Conta Centralizadora". A operacionalização da garantia será através de um Contrato de Cessão e Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças, firmado entre a Copel Geração e Transmissão, BNDES e Banco do Brasil.

A primeira liberação ocorreu em julho de 2009 no valor de R\$ 55.748, a segunda em fevereiro de 2010 no valor de R\$ 29.193 e a terceira ocorreu em dezembro de 2010 no valor de R\$ 52.555.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

21.8 Banco do Brasil - Repasse de Recursos do BNDES

Contrato nº 21/02000-0, firmado entre a Copel Geração e Transmissão e o Banco do Brasil, com interveniência da Copel, assinado em 16.04.2009, com o objetivo de implementar o empreendimento UHE Mauá, e Sistema de Transmissão Associado, em consórcio com a Eletrosul, totalizando R\$ 169.500, desembolsados parceladamente de acordo com o Quadro de Usos e Fontes, anexo ao contrato.

A dívida será amortizada em 192 prestações mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.02.2012 e a última em 15.01.2028, com juros de 2,13% a.a. acima da TJLP, pagos trimestralmente no período de carência, e mensalmente a partir da primeira amortização do principal. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Copel Geração e Transmissão se obriga a ceder e vincular em garantia, em favor do Banco do Brasil, a totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs relativos ao projeto, por meio de abertura de uma conta centralizadora aberta para tal fim, além de constituir e manter duas contas-reserva no caso de haver insuficiência de recursos na conta centralizadora. A operacionalização da garantia será através de um Contrato de Cessão e Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças, firmado entre a Copel Geração e Transmissão, BNDES e Banco do Brasil.

A primeira liberação ocorreu em agosto de 2009 no valor de R\$ 55.748, a segunda em março de 2010 no valor de R\$ 29.193 e a terceira ocorreu em dezembro de 2010 no valor de R\$ 52.555.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

22 Debêntures

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			Passivo circulante			Passivo não circulante		
Debêntures	Principal	Encargos	31.12.2010 Total	31.12.2009 Total	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Controladora (22.1)	600.000	21.157	621.157	17.238	169.233	-	600.000	600.000
Elejor (22.2)	-	-	-	36.957	25.767	-	153.384	202.116
	600.000	21.157	621.157	54.195	195.000	-	753.384	802.116

Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
2010	-	-	36.455
2011	-	636.054	638.454
2012	-	36.054	38.454
2013	-	36.054	38.454
2014	-	33.005	35.409
2015	-	11.105	13.290
2016	-	1.112	1.600
	-	753.384	802.116

Mutação das debêntures

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 01.01.2009	195.000	802.116	997.116
Encargos	83.416	-	83.416
Varição monetária	23	234	257
Transferências	48.966	(48.966)	-
Amortização - principal	(163.175)	-	(163.175)
Amortização - juros e variação	(110.035)	-	(110.035)
Em 31.12.2009	54.195	753.384	807.579
Encargos	62.824	-	62.824
Transferências	753.384	(753.384)	-
Amortização - principal	(177.908)	-	(177.908)
Amortização - juros e variação	(71.338)	-	(71.338)
Em 31.12.2010	621.157	-	621.157

22.1 Debêntures - Controladora

A emissão em série única de 60.000 debêntures constituiu a quarta emissão simples realizada pela Controladora, em 01.09.2006, no valor de R\$ 600.000, concluída em 06.10.2006, com subscrição integral no valor total de R\$ 607.899, com prazo de vigência de 5 anos a contar da data de emissão e vencimento final, em série única, em 01.09.2011. A espécie das debêntures é simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas e sem garantia.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes a 104% da taxa Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI *over*, extragrupo, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - Cetip (à taxa DI), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente ao período de capitalização é devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 01.03.2007 e o último em 01.09.2011. Não haverá repactuação das debêntures.

Os recursos captados com a distribuição pública das debêntures foram destinados ao alongamento do perfil da dívida da emissora, por meio de pagamento de suas obrigações financeiras, bem como ao reforço de seu caixa. Os recursos provenientes da emissão foram utilizados na liquidação financeira de 1/3 do valor principal das debêntures da terceira emissão da emissora, com vencimento em 01.02.2007, e na quitação do principal das debêntures da segunda emissão da emissora, com vencimento em 01.03.2007.

As escrituras das debêntures citadas contêm cláusulas de vencimento antecipado, nas hipóteses descritas nas demonstrações financeiras de 31.12.2009.

22.2 Debêntures - Elejor

A Elejor, em atendimento às alterações e condições contidas no 1º Aditivo ao Contrato das Debêntures, amortizou antecipadamente, em 05.03.2010, a totalidade das debêntures remanescentes detidas pela BNDESPAR, no valor de R\$ 181.239, estando quitada dívida junto ao BNDESPAR.

23 Benefícios Pós-Emprego

23.1 Plano de benefício previdenciário

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Previdenciário I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego.

Os planos previdenciários I e II são planos de benefício definido (BD) em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo e o plano previdenciário III é um plano de contribuição definida (CD).

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 33/IAS 19 e IFRC 14, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de benefícios a empregados, correlacionada a norma contábil internacional IAS 19. As premissas econômicas e financeiras e para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

23.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia e suas subsidiárias alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidas em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

23.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores consolidados reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Plano previdenciário (23.1)			
Plano de benefícios - Plano III (CD)	9.111	10.235	9.111
Plano assistencial (23.2)	399.352	365.246	343.398
	408.463	375.481	352.509
	Circulante	24.255	22.505
	Não circulante	384.208	331.165

Os valores consolidados reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009
Plano previdenciário (CD)	51.801	53.922
Plano previdenciário (CD) - administradores	471	217
Plano assistencial - pós-emprego	48.314	34.052
Plano assistencial	31.090	28.797
Plano assistencial - administradores	8	5
	131.684	116.993
(-) Apropriação no imobilizado em curso (a)	(7.463)	(7.261)
	124.221	109.732

a) Valor referente a apropriação de mão de obra direta do imobilizado em curso, não considera despesas administrativas.

O custo anual estimado para o exercício de 2010 pelo atuário independente resultou em receita devido aos ganhos atuariais que estão sendo amortizados, cujos valores ultrapassam o valor do custo normal periódico.

Do total dos custos, R\$ 98.282 (R\$ 85.788 em 2009) e R\$ 25.939 (R\$ 23.944 em 2009) foram incluídos como custos operacionais e despesas administrativas, respectivamente.

Mutação do saldo de benefícios pós-emprego

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 01.01.2009	21.344	331.165	352.509
Apropriação do cálculo atuarial	-	34.052	34.052
Contribuições previdenciárias e assistenciais	82.941	-	82.941
Transferências	12.241	(12.241)	-
Amortizações	(94.021)	-	(94.021)
Em 31.12.2009	22.505	352.976	375.481
Apropriação do cálculo atuarial	-	48.314	48.314
Contribuições previdenciárias e assistenciais	83.370	-	83.370
Transferências	17.082	(17.082)	-
Amortizações	(98.702)	-	(98.702)
Em 31.12.2010	24.255	384.208	408.463

23.4 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 600/09

23.4.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2010 e 2009, estão demonstradas a seguir:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	2010		2009	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,07%	-	5,20%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.	6,00%	11,37%	6,00%	11,51%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,17%	2,00%	7,30%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 83
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 83		AT - 49
Tábua de entrada em invalidez		Light M		Light

23.4.2 Número de participantes e beneficiários

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Plano previdenciário				Plano assistencial	
	Plano BD		Plano CD			
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Número de participantes ativos	8.984	8.735	8.364	8.685	8.384	8.213
Número de participantes inativos	6.337	5.863	5.781	5.092	4.677	4.636
Número de dependentes	-	-	-	23.927	23.674	24.437
Total	15.321	14.598	14.145	37.704	36.735	37.286

23.4.3 Expectativa de Vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Em 31.12.2009			
Participantes aposentados	20,85	-	26,48
Participantes pensionistas	20,82	-	33,68
Em 31.12.2010			
Participantes aposentados	20,05	26,67	26,67
Participantes pensionistas	19,26	-	29,25

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 62,7 anos.

23.4.4 Avaliação atuarial

Plano de benefícios	Plano previdenciário	Plano assistencial	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
			31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Obrigações total ou parcialmente cobertas	3.454.626	548.924	4.003.550	3.391.311	3.067.284
Valor justo dos ativos do plano	(3.939.606)	(128.560)	(4.068.166)	(3.620.639)	(3.496.623)
Estado de cobertura do plano	(484.980)	420.364	(64.616)	(229.328)	(429.339)
Ganhos/perdas atuariais diferidos	-	(21.012)	(21.012)	-	-
Ativo não reconhecido (NE nº 4.3.6)	484.980	-	484.980	594.574	772.737
Total do passivo	-	399.352	399.352	365.246	343.398

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e ou ajustes atuariais são reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

Em 31.12.2010, o saldo dos valores acumulados do plano de contribuição definida (CD) monta R\$ 1.643.297 (R\$ 1.420.320 em 31.12.2009).

23.4.5 Movimentação do passivo atuarial

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 01.01.2009	2.613.697	453.587
Custo de serviço	20.398	1.534
Custo dos juros	289.985	50.274
Benefícios pagos	(200.067)	(31.672)
(Ganhos) / perdas atuariais	191.071	2.504
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2009	2.915.084	476.227
Custo de serviço	15.760	6.180
Custo dos juros	311.160	47.277
Benefícios pagos	(227.651)	(45.750)
(Ganhos) / perdas atuariais	440.273	64.990
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2010	3.454.626	548.924

23.4.6 Movimentação do ativo atuarial

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 01.01.2009	3.386.326	110.297
Retorno esperado dos ativos	384.655	12.519
Contribuições e aportes	14.254	63.057
Benefícios pagos	(200.067)	(70.668)
Ganhos / (perdas) atuariais	(75.510)	(4.224)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2009	3.509.658	110.981
Retorno esperado dos ativos	393.702	12.776
Contribuições e aportes	25.138	-
Benefícios pagos	(227.651)	(45.750)
Ganhos / (perdas) atuariais	238.759	50.553
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2010	3.939.606	128.560

23.4.7 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2011, segundo critérios atuariais da Deliberação CVM nº 600/09, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Plano	Plano	Total
	previdenciário	assistencial	
			2011
Custo do serviço corrente	22.616	6.507	29.123
Custo estimado dos juros	383.499	62.313	445.812
Rendimento esperado do ativo do plano	(441.922)	(13.556)	(455.478)
Contribuições estimadas dos empregados	(16.885)	-	(16.885)
Custos (receitas)	(52.692)	55.264	2.572

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e ou ajustes atuariais são reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

23.4.8 Análise de Sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Risco	Cenários projetados - dez.2011		
		Valor Real	Aumento 1% (*)	Redução 1% (*)
Sensibilidade do Programa Médico Pós-Emprego				
Efeito no Custo de Serviço de Juros	Variação de 1%	68.628	78.433	60.291
Efeito na obrigação	Variação de 1%	547.759	624.033	479.688
Sensibilidade do Programa Previdenciário				
Taxa de desconto	Variação de 1%	-	-1,1%	1,1%
Inflação	Variação de 1%	-	0,0%	0,0%
Crescimento salarial	Variação de 1%	-	0,1%	-0,1%
Mortalidade (aumento de 1 ano na expectativa de vida)	Variação de 1%	-	0,7%	-0,8%

(*) O efeito no custo de serviço de juros e na obrigação, quando a variação de 1% for positiva, será de 2% e, quando for negativa, será de 0%. Em percentuais estão representados os impactos no passivo total com o aumento ou redução de 1% nas taxas de desconto, inflação, crescimento salarial e mortalidade.

23.4.9 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia nos próximos cinco anos e o total de benefícios para os cinco exercícios fiscais subsequentes são apresentados abaixo:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Plano previdenciário	Outros Benefícios	Total
2011	304.685	34.538	339.223
2012	257.257	34.543	291.800
2013	262.652	36.605	299.257
2014	270.625	35.343	305.968
2015	279.197	36.789	315.986
2016-2020	1.590.725	217.241	1.807.966

23.4.10 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2010 e 2009 e a alocação-meta para 2011, por categoria de ativos, são as seguintes:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Meta para 2011	2010	2009
Renda fixa (a)	85,6%	88,8%	92,2%
Renda variável (b)	10,0%	7,6%	4,0%
Empréstimos (c)	1,6%	1,6%	1,7%
Imóveis (d)	1,6%	1,7%	1,8%
Investimentos estruturados (e)	1,0%	0,1%	0,0%
Outros	0,2%	0,2%	0,3%
	100,0%	100,0%	100,0%

Os ativos dos planos são avaliados conforme as seguintes pressuposições de valor justo de mercado:

- a) Renda Fixa - são títulos que rendem receita de juros com base em uma porcentagem da taxa de juros interbancária diária média e são, portanto, considerados valores de mercado.
- b) Renda variável - são avaliados conforme os preços de mercado com base nas cotações da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).
- c) Empréstimos - são avaliados com base no valor atual dos fluxos de caixa embutidos nos empréstimos descontados à taxa cabível atual do mercado. Acreditamos que esse valor representa uma estimativa justa dos valores justos de mercado dos empréstimos.
- d) Imóveis – os valores são determinados por avaliações periódicas de valor justo com base em preços de mercado usando um relatório de avaliação independente. Esses avaliadores independentes usam as seguintes metodologias de avaliação para avaliar os ativos: valores de mercado de ativos semelhantes ou custo de reposição.
- e) Investimentos estruturados - São investimentos em cotas de fundos de investimento em participações, em empresas emergentes, em fundos imobiliários, cotas de fundos de investimento classificados como multimercado cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM.

A composição dos ativos permitida pela Lei de Fundos de Pensão pode ser renda fixa, renda variável, empréstimos, investimentos estruturados e imóveis.

A administração do Fundo decidiu manter a composição histórica de ativos, com risco muito baixo em renda variável e posições fortes em títulos de dívida governamental, nos quais as taxas de juros são mais altas que as metas atuariais.

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Plano I e II (BD)		Plano III (CD)	
	meta (%) ^(*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa ^(**)	89,0%	87,0%	72,0%	50,0%
Renda variável	5,0%	0,0%	22,0%	0,0%
Empréstimos	1,0%	0,0%	5,0%	0,0%
Imóveis	4,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Investimentos estruturados	1,0%	0,0%	1,0%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano

(**) A administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%, e conseqüentemente a alocação de renda fixa aumentou em 2010 em relação aos limites estipulados para 2009

Em 31.12.2010 e 2009, os ativos do plano previdenciário incluíam os seguintes títulos mobiliários emitidos pela Copel:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Plano previdenciário de benefícios definidos		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Debêntures	-	-	5.776
Ações	5.229	1.482	3.600
	5.229	1.482	9.376

23.4.11 Ativos do plano e a taxa de retorno esperada

As principais categorias de ativos do plano e a taxa de retorno esperada para cada categoria no final do período, são apresentadas a seguir:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Retorno esperado		Valor justo dos ativos do plano	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Renda fixa	9,5%	13,8%	4.893.772	4.620.089
Renda variável	20,0%	20,0%	408.049	200.906
Empréstimos	15,4%	15,4%	87.610	83.605
Imóveis	9,5%	10,0%	91.235	92.458
Investimentos estruturados	0,0%	0,0%	3.011	-
Outros	12,7%	11,5%	11.953	15.582
Retorno médio ponderado esperado (*)	10,0%	14,4%	502.727	635.032

(*) O percentual do retorno médio ponderado esperado é obtido com a divisão do valor do retorno esperado pela posição dos investimentos do ano anterior.

O valor do retorno médio ponderado esperado é obtido pela multiplicação da posição dos segmentos do ano anterior pelo percentual do retorno esperado no ano corrente.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

O atual retorno dos ativos dos planos é de R\$ 636.495 (R\$ 726.958 em 2009).

O histórico dos ajustes pela experiência, está demonstrado a seguir:

	Plano previdenciário - BD		Plano assistencial		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(3.454.626)	(2.915.084)	(548.924)	(476.227)	(4.003.550)	(3.391.311)
Valor justo dos ativos do plano	3.939.606	3.509.658	128.560	110.981	4.068.166	3.620.639
Déficit / Superávit	484.980	594.574	(420.364)	(365.246)	64.616	229.328
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(440.273)	(191.071)	(64.991)	(2.504)	(505.264)	(193.575)
Ajustes pela experiência dos ativos do plano	238.759	(75.510)	50.553	(4.225)	289.312	(79.735)

Em 2011, a Companhia espera contribuir com R\$ 59.429 para o plano previdenciário, que inclui os planos de benefícios definidos (planos I e II) e o plano de contribuição definida (plano III), e R\$ 50.559 para o plano assistencial.

23.4.12 Informações adicionais

A Copel também patrocina um plano de contribuição definida para todos os empregados.

As contribuições nos exercícios encerrados em 31.12.2010 de 2010, 2009 e 2008 foram de R\$ 51.689, R\$ 49.289 e R\$ 43.196.

24 Encargos do Consumidor a Recolher

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Conta de consumo de combustível - CCC	27.607	4.460	22.174
Conta de desenvolvimento energético - CDE	18.807	17.818	14.904
Reserva global de reversão - RGR	9.691	7.245	6.045
	56.105	29.523	43.123

25 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas, a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e em programas de eficiência energética, conforme Lei 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08.

Os saldos constituídos para aplicação em projetos de P&D e PEE são compostos da seguinte forma:

Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2010	Saldo em 31.12.2009	Saldo em 01.01.2009
Pesquisa e desenvolvimento - P&D						
FNDCT	-	2.686	-	2.686	1.325	18.649
MME	-	1.344	-	1.344	682	9.345
P&D	17.929	-	91.132	109.061	104.561	85.596
	17.929	4.030	91.132	113.091	106.568	113.590
Prog. de eficiência energética - PEE						
	61.627	-	72.005	133.632	104.930	84.973
	79.556	4.030	163.137	246.723	211.498	198.563
			Circulante	155.991	121.005	126.484
			Não circulante	90.732	90.493	72.079

Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT circulante	MME circulante	P&D circulante	P&D não circulante	PEE circulante	PEE não circulante	Consolidado IFRS e BR GAAP
Em 31.12.2008	18.649	9.345	48.087	37.509	50.403	34.570	198.563
Constituições	14.831	7.415	2.900	11.933	3.023	16.182	56.284
Juros Selic	-	-	1.383	5.448	1.236	5.185	13.252
Transferências	-	-	(18)	18	20.352	(20.352)	-
Recolhimentos	(32.155)	(16.078)	-	-	-	-	(48.233)
Conclusões	-	-	(2.699)	-	(5.669)	-	(8.368)
Em 31.12.2009	1.325	682	49.653	54.908	69.345	35.585	211.498
Constituições	15.934	7.948	1.124	15.093	-	21.240	61.339
Juros Selic	-	-	638	6.333	-	12.314	19.285
Transferências	-	-	7.606	(7.606)	47.135	(47.135)	-
Recolhimentos	(14.573)	(7.286)	-	-	-	-	(21.859)
Conclusões	-	-	(18.688)	-	(4.852)	-	(23.540)
Em 31.12.2010	2.686	1.344	40.333	68.728	111.628	22.004	246.723

26 Contas a pagar vinculadas à concessão – uso de bem público

Refere-se aos encargos de outorga de concessão pela Utilização do Bem Público - UBP incorrido a partir do início de operação do empreendimento até a data final da concessão, sendo a contrapartida do valor registrada no ativo intangível.

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	Passivo Circulante			Passivo Não Circulante		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Copel Geração e Transmissão						
UHE Mauá (26.1.1)	-	-	-	10.926	9.048	8.152
UHE Colider (26.1.2)	-	-	-	11.323	-	-
Elejor						
Complexo Energ. Fundação-Santa Clara (26.2.1)	40.984	38.029	38.166	317.850	303.578	311.281
	40.984	38.029	38.166	340.099	312.626	319.433

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Valor Nominal	Valor Presente
Pagamento efetuados até Dez/10	145.787	145.787
2011	40.798	39.292
2012	38.755	34.793
2013	38.755	32.438
2014	38.755	30.242
Após 2014	849.379	326.904
	1.152.229	609.456

Em 2010, foram registradas despesas de R\$ 55.501 e R\$ 8.797 (R\$ 30.326 e R\$ 8.797, em 2009) nas contas de despesas financeiras e de amortização de intangível.

26.1 Geração e Transmissão

26.1.1 UHE Mauá (NE nº 17.7)

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Copel recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, o valor das parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de 1.262), conforme cláusula sexta do Contrato de Concessão nº 001/07 – MME- UHE Mauá.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto real e líquida em torno de 5,65% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público em 31.12.2010 é de R\$ 10.926, no Passivo Não Circulante.

26.1.2 UHE Colíder (NE 17.8)

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Copel recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, do valor das parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, conforme Clausula sexta do Contrato de Concessão nº 001/11 – MME- UHE Colíder.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto real e líquida em torno de 7,74% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público em 31.12.2010 é de R\$ 11.323, no Passivo Não Circulante.

26.2 Elejor

26.2.1 Complexo Energético Fundão – Santa Clara – AHE's Fundão e Santa Clara

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Elejor recolherá à União, do 6º ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, conforme Termo de Ratificação do Lance, conforme cláusula sexta do Contrato de Concessão nº 125/01 – Aneel – Complexo Energético Fundão – Santa Clara – AHE's Fundão e Santa Clara.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IGP-M, a partir de maio de 2001.

O valor principal na data de assinatura do contrato de concessão era de R\$ 570.000. Este valor atualizado mensalmente pela variação do IGP-M e abatido dos valores mensais já pagos, em 31.12.2010 representa a importância de R\$ 1.041.968 (em 31.12.2009, R\$ 1.023.008).

O referido montante original na data de assinatura do contrato foi registrado a valor presente, o qual em 31.12.2010, está registrado no passivo pelo montante de R\$ 358.834, sendo que R\$ 40.984 constam no Passivo Circulante – R\$ 317.850 no Passivo não Circulante.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto real e líquida em torno de 11% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

A presente concessão foi outorgada em 23.10.2001, com assinatura de contrato em 25.10.2001 e data final prevista para 25.10.2036.

27 Outras Contas a Pagar

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Passivo circulante			
Taxa de iluminação pública arrecadada	18.224	17.989	18.669
Compensação financeira - recursos hídricos	16.135	19.402	17.601
Consumidores	7.107	2.647	1.676
Devolução ao consumidor	7.027	18.182	19.737
Cauções em garantia	5.946	4.521	1.723
Entidades seguradoras	3.005	2.251	3.181
Indenização Comunidade Indígena Apucarantina	2.759	2.596	2.498
Taxa de fiscalização Aneel	1.638	1.250	1.451
Adiantamento recebido de clientes	606	3.945	93
Parcerias em consórcios	339	7.309	4.833
Outras obrigações	8.522	4.489	4.282
	71.308	84.581	75.744
Passivo não circulante			
Indenização Comunidade Indígena Apucarantina	-	2.596	4.995
Outras obrigações	-	357	1.679
	-	2.953	6.674

28 Provisões para Litígios

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Provisão p/ Litígios	Depósitos Vinculados	Provisão p/ Litígios	Depósitos Vinculados	Provisão p/ Litígios	Depósitos Vinculados
Fiscais (28.1)	321.479	26.226	77.858	27.029	263.911	27.004
Trabalhistas (28.2)	146.348	25.329	123.259	23.722	95.254	25.345
Benefícios a Empregados (28.3)	53.245	-	35.172	-	34.445	-
Cíveis						
Fornecedores (28.4)	86.101	70.568	84.024	22.822	52.209	-
Cíveis e direito administrativo (28.5)	73.237	12.002	57.213	10.568	29.987	6.774
Servidões de passagem (28.6)	9.065	-	14.902	-	15.615	-
Desaprop. e patrimoniais (28.6)	132.709	-	125.339	-	119.645	-
Consumidores (28.7)	5.305	1.677	5.324	1.426	5.465	894
	306.417	84.247	286.802	34.816	222.921	7.668
Ambientais (28.8)	42	-	10	-	-	-
Regulatórios (28.9)	38.847	-	37.010	-	36.851	-
	866.378	135.802	560.111	85.567	653.382	60.017

Controladora (BR GAAP)	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Provisão p/ Lítigos	Depósitos Vinculados	Provisão p/ Lítigos	Depósitos Vinculados	Provisão p/ Lítigos	Depósitos Vinculados
Fiscais (28.1)	280.281	26.166	44.357	27.004	231.482	27.004
Cíveis	7.883	-	328	-	434	-
Regulatórios (28.9)	10.296	-	9.249	-	9.249	-
	298.460	26.166	53.934	27.004	241.165	27.004

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Saldo em 31.12.2009	Constituições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2010
Fiscais					
Cofins	-	234.563	-	-	234.563
Outros	77.858	22.199	(18.802)	5.661 ⁽¹⁾	86.916
	77.858	256.762	(18.802)	5.661	321.479
Trabalhistas	123.259	46.105	(12.190)	(10.826)	146.348
Benefícios a Empregados	35.172	28.653	(600)	(9.980)	53.245
Cíveis					
Fornecedores	84.024	2.733	(656)	-	86.101
Cíveis e direito administrativo	57.213	44.896	(22.721)	(6.151)	73.237
Servidões de passagem	14.902	1.614	(7.281)	(170)	9.065
Desaprop. e patrimoniais	125.339	8.742	(1.302)	(70)	132.709
Consumidores	5.324	776	(640)	(155)	5.305
	286.802	58.761	(32.600)	(6.546)	306.417
Ambientais	10	32	-	-	42
Regulatórios	37.010	8.173	(56)	(6.280)	38.847
	560.111	398.486	(64.248)	(27.971)	866.378

⁽¹⁾ Reclassificação do passivo circulante - Outras contas a pagar

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Saldo em 01.01.2009	Constituições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2009
Fiscais					
Cofins	178.753	5.284	(184.037)	-	-
Outros	85.158	2.182	(9.482)	-	77.858
	263.911	7.466	(193.519)	-	77.858
Trabalhistas	95.254	55.487	(4.060)	(23.422)	123.259
Benefícios a Empregados	34.445	3.641	(1.514)	(1.400)	35.172
Cíveis					
Fornecedores	52.209	31.815	-	-	84.024
Cíveis e direito administrativo	29.987	34.454	(1.712)	(5.516)	57.213
Servidões de passagem	15.615	6.783	(1.958)	(5.538)	14.902
Desapropriações e patrimoniais	119.645	6.398	(688)	(16)	125.339
Consumidores	5.465	903	(775)	(269)	5.324
	222.921	80.353	(5.133)	(11.339)	286.802
Ambientais	-	10	-	-	10
Regulatórios	36.851	164	(13)	8 ⁽¹⁾	37.010
	653.382	147.121	(204.239)	(36.153)	560.111

⁽¹⁾ Reclassificação do passivo circulante - Outras contas a pagar

Controladora (BR GAAP)	Saldo em 31.12.2009	Constituições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2010
Fiscais					
Cofins	-	234.563	-	-	234.563
Outras	44.357	9.486	(16.940)	8.815	45.718
	44.357	244.049	(16.940)	8.815	280.281
Cíveis	328	10.068	(197)	(2.316)	7.883
Regulatórias	9.249	1.047		-	10.296
	53.934	255.164	(17.137)	6.499	298.460

Controladora (BR GAAP)	Saldo em 01.01.2009	Constituições	Reversões	Saldo em 31.12.2009
Fiscais				
Cofins	178.753	5.284	(184.037)	-
Outras	52.729	720	(9.092)	44.357
	231.482	6.004	(193.129)	44.357
Cíveis	434	314	(420)	328
Regulatórias	9.249	-	-	9.249
	241.165	6.318	(193.549)	53.934

Ações Prováveis

28.1 Fiscais

28.1.1 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Processo nº 10980.004398/2010-09 – Receita Federal do Brasil de Curitiba.

No último semestre de 2010, transitou em julgado, perante o TRF/4ª Região a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9 favoravelmente à União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7 que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Como resultado desse julgamento, a Receita Federal lavrou a Intimação nº 9/2010, em 07.12.2010, expedida por agente fiscal da Receita Federal do Brasil de Curitiba, por meio do qual pretende exigir, da Copel, o pagamento de Cofins relativo ao período de Agosto de 1995 a Dezembro de 1996.

Essa cobrança decorre do entendimento da Receita Federal do Brasil de que a Copel teria declarado por meio de DCTF e/ou DIPJ, em época própria, ser devedora da quantia de R\$ 40.678 a título de Cofins no período cobrado, e que o prazo prescricional do fisco para cobrança do referido crédito tributário teria ficado suspenso desde o trânsito em julgado do mandado de segurança nº 95.0011037-7, que reconheceu a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins, mas que foi rescindido por acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento do processo n.º 2000.04.01.100266-9.

Esse entendimento da Receita Federal, somada à complexidade e peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidas no processo em questão, justifica a Diretoria Jurídica considerar como perda provável o valor do principal de R\$ 40.246.

Por outro lado sustenta a Companhia, em sua defesa, em síntese, que essas declarações não tiveram o efeito de confessar o débito objeto da cobrança, até porque o referido débito era objeto de questionamento judicial (Mandado de Segurança nº 95.0011037-7), tendo ainda o fisco decaído do seu direito de constituí-lo.

Processo nº 10980.720458/2011-15 – Receita Federal do Brasil de Curitiba.

No último semestre de 2010, transitou em julgado, perante o TRF/4ª Região a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9 favoravelmente à União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7 que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Como resultado desse julgamento, a Receita Federal lavrou o referido auto de infração, por meio do qual pretende exigir o pagamento de Cofins do período de outubro de 1998 a junho de 2001 em razão da procedência da ação rescisória nº 2000.04.01.100266-9.

Entende a Receita Federal que o julgamento da Ação Rescisória teria suspenso o prazo decadencial para constituir o referido crédito tributário.

Esse entendimento da Receita Federal, somada à complexidade e peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidas no processo em questão, justifica a Diretoria jurídica considerar como perda provável o valor do principal de R\$ 194.317.

Contudo, a Companhia sustenta, em sua defesa, que a União Federal decaiu do seu direito de constituir o referido crédito tributário, tendo em vista a ausência da constituição tempestiva do crédito tributário, para prevenir a decadência.

28.1.2 Impostos sobre serviços – ISS

As principais discussões referem-se a autuações fiscais lavradas em face da Companhia, por conta da eventual ausência de retenção do ISS na qualidade de tomadora do serviço contratado junto a terceiros no valor de R\$ 116.

28.1.3 Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS

No que tange ao ICMS, a grande maioria das discussões envolve a propositura de ação judicial pelos consumidores do Grupo A contra a inclusão da demanda contratada na base de cálculo do ICMS no valor de R\$ 6.401. Todavia, em quase todos esses processos, o Judiciário tem excluído a Companhia do pólo passivo da ação, mantendo apenas o Estado do Paraná como legitimado passivo por responder por eventual repetição de valores de ICMS cobrados indevidamente, sobre a demanda contratada de energia.

28.1.4 Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU

A Companhia discute administrativamente e judicialmente a incidência de IPTU sobre seus bens vinculados à concessão, ao argumento de que são imunes a impostos. Adicionalmente tem obtido sucesso em algumas execuções fiscais movidas pelos municípios do Estado do Paraná contra a Companhia no valor de R\$ 759.

28.1.5 Contribuições previdenciárias

No que se refere às contribuições previdenciárias, as demandas judiciais e administrativas envolvem uma gama bastante variada de discussões. Em síntese, porém, pode-se dizer que a maioria das questões discutidas administrativa ou judicialmente envolve a posição da Copel como responsável solidária, por eventual ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias devidas por serviços prestados por terceiros contratados pela Companhia, valor provisionado da ação é de R\$ 30.057.

28.1.6 Imposto único de energia elétrica - IUEE

Trata-se de ação ordinária intentada pelos Municípios em face da União e Copel, com o fito de obrigá-las a pagar o devido à título de repasse do IUEE em dinheiro, descontados os valores das ações anteriormente pagas, no valor de R\$ 4.933.

28.1.7 Contribuição de intervenção no domínio econômico - Cide

Refere-se à CIDE devida sobre pagamento de *royalties* da UEGA Araucária que está sendo discutida judicialmente, com obtenção de sentença favorável em primeira instância no valor de R\$ 3.053.

28.1.8 Outros Tributos Federais

A Companhia possui outras ações relacionadas a tributos federais que totalizam R\$ 41.596.

28.2 Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

28.3 Benefícios a empregados

Ações de aposentados (ex-empregados da Copel) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia.

28.4 Fornecedores

Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

A Copel Distribuição discute judicialmente a validade de cláusulas e condições do contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., ao entendimento de que estabelecem benefícios às empresas vendedoras. Concomitantemente, as vendedoras, depois de rescindirem o contrato, levaram o conflito para decisão da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas que condenou a Copel a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Copel pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão.

Considerando que ambas as empresas já levantaram os valores penhorados (R\$ 35.913 em 17.06.2010, R\$ 22.823 em 01.10.2009 e R\$ 11.833 em 03.02.2010), permanece a classificação da ação, pela Diretoria Jurídica, como perda provável, ressaltando que foram apresentadas pelas mesmas cartas de fiança bancária como garantia à referidos levantamentos, remanescendo, além da discussão judicial em questão, a possibilidade de execução de eventual saldo remanescente que possa vir a ser apurado em decorrência das ações judiciais em questão, razão pela qual a Administração decidiu por constituir provisão financeira para referidos litígios, no valor originário das dívidas que corrigidas até 31.12.2010, apontam para a importância de R\$ 100.286. Deste valor, R\$ 14.185 estão contabilizados na conta Fornecedores.

28.5 Cíveis e direito administrativo

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica e acidentes com veículos.

28.6 Servidões de passagem, desapropriações e patrimoniais

O contencioso patrimonial da Copel é constituído principalmente pelas ações de desapropriações e servidões, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias devido a preceito constitucional que obriga à justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública e nas servidões pela restrição no uso da propriedade sem transferir o domínio. As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário.

Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação de declaratória que tramitou perante a 1.^a Vara da Fazenda de Curitiba, foi reconhecido o direito da empresa Ivaí em receber créditos que teriam junto a Copel Geração e Transmissão em consequência da execução do contrato D-01, cujo objeto era execução de obras de derivação do rio Jordão, consistido em quantia compensatória de suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira do mesmo. Com base nesta decisão a Ivaí propôs ação de cobrança, que tramitou perante a 4.^a Vara da Fazenda de Curitiba, cuja decisão, atualmente contestada pela Copel determinou o pagamento do valor de R\$ 180.917, valor histórico relativo a 31.10.2005, que deverá ser corrigido pela média do INPC e do IGP-DI, acrescido de juros moratórios de 1% ao mês desde aludida data, além de honorários advocatícios na ordem de 3,2% de referida importância.

No que concerne à discussão em questão, em Medida Cautelar de relatoria do Ministro Castro Meira, autuada no STJ sob nº 15.372 – PR, foi concedida liminar em favor da Copel para atribuir efeito suspensivo ao processo de cobrança em questão, resultando, também na suspensão da execução provisória então movida pela Ivaí.

Aguarda-se o julgamento do Recurso Especial já recebido na ação de cobrança, também de relatoria do Ministro Castro Meira, autuado sob n.º 1096906.

De todo modo, diante das peculiaridades do processo em questão a Diretoria Jurídica considera a presente demanda como perda provável. Como provisão financeira para o presente litígio, em 31.12.2010, a importância de R\$ 119.787.

28.7 Consumidores

Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, indenizações por dano moral decorrente da prestação do serviço (por exemplo, suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado e pleiteando restituição de valores envolvidos. A Companhia constituiu provisão tomando por base o diferencial de alíquota, cobrada dos consumidores industriais, no período de março a novembro de 1986, acrescida de encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes.

28.8 Ambientais

O contencioso ambiental judicial da Copel e de suas subsidiárias refere-se, basicamente, a ações civis públicas e ações populares, que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel.

28.9 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles, o valor de R\$ 33.812, refere-se às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

Ações Possíveis

As causas classificadas como de perda possível, estimadas pela Companhia e suas controladas em 31.12.2010, totalizaram R\$ 2.967.755 distribuídos em ações das seguintes naturezas: trabalhistas R\$ 115.626, benefícios a empregados R\$ 32.796; regulatórias R\$ 1.629.001; cíveis R\$ 141.233; e tributárias R\$ 1.049.099.

Para uma das causas tributárias incluídas no montante de R\$ 1.049.099 descritos acima, ocorreu penhora, em abril de 2010, na ordem de R\$ 181.014. A Administração está envidando seus melhores esforços para revertê-la. Sua classificação permanece como possível.

Ainda no âmbito das causas tributárias possíveis, destaca-se o valor referente a juros e multas de R\$ 550.331 relativos às ações descritas na NE nº 28.1.1. O restante das causas tributárias possíveis se distribuem em aproximadamente 369 ações, relativas a matérias tributárias diversas.

Dentre as ações regulatórias, destaca-se a que envolve o Despacho Aneel nº 288, no valor de R\$ 1.473.000, detalhada na NE nº 34. O restante das causas regulatórias possíveis se distribuem em aproximadamente 24 ações, relativas a matérias regulatórias diversas.

As ações trabalhistas, de benefícios a empregados, cíveis, administrativas, ambientais, patrimoniais, classificadas como possíveis, se distribuem em aproximadamente 2.827 ações, com valores individuais estimados pelos assessores legais da Companhia inferiores à R\$ 8.407.

As discussões de ITR envolvem, basicamente, o questionamento da incidência deste tributo sobre as áreas alagadas decorrentes da construção de usinas hidrelétricas, bem como sobre as áreas atualmente de posse de assentados por força de programas de reassentamento, também decorrentes de construção de usinas hidrelétricas.

Outros compromissos

Adicionalmente a Copel possui, em 31.12.2010, compromissos assumidos, no montante de R\$ 81.735, (R\$ 89.541, em 31.12.2009) e (R\$ 17.674, em 01.01.2009), os quais serão realizados nos próximos anos.

29 Patrimônio Líquido

29.1 Atribuível aos acionistas da empresa controladora

29.1.1 Capital social

O capital social integralizado, em 31.12.2010, monta a R\$ 6.910.000 (R\$ 4.460.000 em 31.12.2009 e 01.01.2009). Sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
		%		%		%		%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,28	65.580.781	23,96
Eletróbrás	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
BM&FBOVESPA ⁽¹⁾	19.488.627	13,44	129.439	33,20	60.679.709	47,32	80.297.775	29,34
NYSE ⁽²⁾	131.825	0,09	-	-	40.066.921	31,25	40.198.746	14,69
Latibex ⁽³⁾	-	-	-	-	156.093	0,12	156.093	0,06
Prefeituras	178.393	0,12	12.797	3,28	-	-	191.190	0,07
Outros	374.088	0,25	247.695	63,52	35.996	0,02	657.779	0,24
	145.031.080	100,00	389.931	100,00	128.234.364	100,00	273.655.375	100,00

⁽¹⁾ Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

⁽²⁾ Bolsa de Valores de Nova Iorque

⁽³⁾ Mercado de Valores Latino Americano em Euros, vinculado à Bolsa de Valores de Madri

O valor de mercado das ações da Companhia em 31.12.2010 está demonstrado a seguir:

	Número de ações em unidades	Valor de mercado
Ações ordinárias	145.031.080	5.511.181
Ações preferenciais classe "A"	389.931	16.381
Ações preferenciais classe "B"	128.234.364	5.321.726
	273.655.375	10.849.288

Nas Assembléias Gerais, cada ação ordinária tem direito a um voto. As ações preferenciais não têm direito a voto e são de classes “A” e “B”.

As ações preferenciais classe “A” têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos de 10% a.a., não cumulativos, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações.

As ações preferenciais classe “B” têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos, correspondentes à parcela do valor equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações. Os dividendos assegurados à classe “B” são prioritários apenas em relação às ações ordinárias e somente são pagos à conta dos lucros remanescentes, depois de pagos os dividendos prioritários das ações preferenciais classe “A”.

De acordo com o artigo 17 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 6.404/76, os dividendos atribuídos às ações preferenciais são, no mínimo, 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

29.1.2 Posição acionária

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL							Posição em 31/12/2010 (Em Unidades)		
POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.									
ACIONISTAS		Ações Ordinárias		Ações Preferenciais Classe “A”		Ações Preferenciais Classe “B”		Total	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CONTROLADOR	ESTADO DO PARANÁ	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
	BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,28	65.580.781	23,96
AÇÕES EM TESOURARIA		-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS ACIONISTAS		21.703.707	14,96	389.931	100,00	100.938.719	78,71	123.032.357	44,96
TOTAL		145.031.080	100,00	389.931	100,00	128.234.364	100,00	273.655.375	100,00

Obs.: O BNDES Participações S.A. - BNDESPAR é uma companhia aberta, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, o qual é 100,0% da UNIÃO FEDERAL. Mantém em vigência o "Acordo de Acionistas" com o Estado do Paraná.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL								Posição em 31/12/2009 (Em Unidades)	
POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.									
ACIONISTAS		Ações Ordinárias		Ações Preferenciais Classe "A"		Ações Preferenciais Classe "B"		Total	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CONTROLADOR	ESTADO DO PARANÁ	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
	BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,28	65.580.781	23,96
CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CV S.A (FUNDOS)		9.774.900	6,74	-	-	175.830	0,14	9.950.730	3,64
BARCLAYS PLC. (FUNDOS)		-	-	-	-	7.817.189	6,10	7.817.189	2,86
AÇÕES EM TESOURARIA		-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS ACIONISTAS		11.928.807	8,22	394.841	100,00	92.940.790	72,47	105.264.438	38,46
TOTAL		145.031.080	100,00	394.841	100,00	128.229.454	100,00	273.655.375	100,00

Obs.: O BNDES Participações S.A. - BNDESPAR é uma companhia aberta, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, o qual é 100,0% da UNIÃO FEDERAL. Mantém em vigência o "Acordo de Acionistas" com o Estado do Paraná.

No exercício de 2010, 4.910 ações foram convertidas de ações preferenciais "classe A" para ações preferenciais "classe B".

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL								Posição em 31/12/2010 (Em Unidades)	
POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO									
ACIONISTAS		Ações Ordinárias		Ações Preferenciais Classe "A"		Ações Preferenciais Classe "B"		Total	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CONTROLADOR		123.327.373	85,04	-	-	27.295.645	21,29	150.623.018	55,04
ADMINISTRADORES	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10.008	-	-	-	10	-	10.018	-
	DIRETORIA	102	-	-	-	-	-	102	-
CONSELHO FISCAL		-	-	-	-	-	-	-	-
AÇÕES EM TESOURARIA		-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS ACIONISTAS		21.693.597	14,96	389.931	100,00	100.938.709	78,71	123.022.237	44,96
TOTAL		145.031.080	100,00	389.931	100,00	128.234.364	100,00	273.655.375	100,00
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO		21.693.597	14,96	389.931	100,00	100.938.709	78,71	123.022.237	44,96

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL							Posição em 31/12/2009 (Em Unidades)	
POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO								
ACIONISTAS	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais Classe "A"		Ações Preferenciais Classe "B"		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CONTROLADOR	123.327.373	85,04	-	-	27.295.645	21,29	150.623.018	55,04
ADMINISTRADORES	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	9	-	-	-	-	9	-
	DIRETORIA	102	-	-	-	-	102	-
CONSELHO FISCAL	-	-	-	-	-	-	-	-
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS ACIONISTAS	21.703.596	14,96	394.841	100,00	100.933.809	78,71	123.032.246	44,96
TOTAL	145.031.080	100,00	394.841	100,00	128.229.454	100,00	273.655.375	100,00
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	21.703.596	14,96	394.841	100,00	100.933.809	78,71	123.032.246	44,96

29.1.3 Reserva de capital

				Controladora (BR GAAP)		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009		
Conta de resultados a compensar - CRC		-	790.555	790.555		
Doações e subvenções para investimentos		-	702	702		
Incentivos fiscais - Finam		-	47.083	47.083		
		-	838.340	838.340		

29.1.4 Reserva de lucros

				Controladora (BR GAAP)		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009		
Reserva legal		478.302	428.912	377.590		
Reserva para investimentos		2.056.526	2.908.112	2.316.218		
Dividendo adicional proposto		25.779	-	-		
		2.560.607	3.337.024	2.693.808		

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital.

A reserva para investimentos visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

Em 2010, após a aprovação da Assembléia Geral Ordinária - AGO, R\$ 1.611.660 foram incorporados ao capital social, provenientes da realização da reserva para investimentos.

29.1.5 Ajustes de Avaliação Patrimonial

A Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial das IFRSs. A contrapartida deste ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido. A realização é contabilizada na conta de Lucros acumulados, na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

Mutação da conta de ajustes de avaliação patrimonial

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Total
Em 01.01.2009 (NE nº 4.3.8)	1.750.069
Ajuste ref. ativos financeiros classif. como disponíveis para venda – concessão Distribuição	11.464
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído	(100.899)
Em 31.12.2009	1.660.634
Ajuste ref. ativos financeiros classif. como disponíveis para venda – concessão Distribuição	1.999
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído	(103.117)
Em 31.12.2010	1.559.516

29.1.6 Proposta de distribuição de dividendos

	Controladora (BR GAAP)
	31.12.2010
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%) - (1)	
Lucro líquido do exercício	987.807
Reserva legal (5%)	(49.390)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	938.417
	234.604
Base de cálculo para dividendos ajustada	
Lucro líquido do exercício	987.807
Reserva legal (5%)	(49.390)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	103.117
	1.041.534
Dividendos propostos, líquido (25%) - (2)	
Juros sobre capital próprio	200.000
IRRF s/ os juros sobre capital próprio	(21.077)
Dividendos propostos	81.460
	260.383
Dividendos adicionais propostos (2-1)	25.779
Valor bruto dos dividendos por ação:	
Ações ordinárias	0,98027
Ações preferenciais classe "A"	2,52507
Ações preferenciais classe "B"	1,07854
Valor bruto dos dividendos por classes de ações:	
Ações ordinárias	142.170
Ações preferenciais classe "A"	985
Ações preferenciais classe "B"	138.305

Considerando o impacto do aumento da despesa de depreciação e baixa em virtude da aplicação das novas normas contábeis – ICPC 10 – referentes ao ativo imobilizado, a Administração da Companhia deliberou por excluir os efeitos desta depreciação e baixa para fins de dividendos a serem distribuídos aos acionistas, durante a realização de toda a diferença gerada pelo novo valor. Desta forma, a base de cálculo para dividendos que até o exercício de 2009 refletia o lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na Lei das Sociedades Anônimas, a partir deste exercício será acrescida na mesma proporção da realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial.

Em 2009, registrando um lucro na ordem de R\$ 1.026.433 originalmente divulgado, a Companhia distribuiu R\$ 249.459 na forma de juros sobre o capital próprio e dividendos.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas financeiras, e, para efeito de elaboração das demonstrações financeiras, são apresentados como destinação do lucro líquido do exercício. No resultado do exercício, sua reversão foi efetuada contra rubrica própria em despesas financeiras, conforme preconiza a CVM.

29.1.7 Lucro por ação – básico e diluído

	Controladora (BR GAAP)	
	31.12.2010	31.12.2009
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:		
Ações preferenciais classe "A"	2.050	1.469
Ações preferenciais classe "B"	486.044	389.668
Ações ordinárias	499.713	400.639
	987.807	791.776
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações preferenciais classe "A"	393.683	396.319
Ações preferenciais classe "B"	128.230.612	128.227.976
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080
	273.655.375	273.655.375
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora:		
Ações preferenciais classe "A"	5,2075	3,7066
Ações preferenciais classe "B"	3,7904	3,0389
Ações ordinárias	3,4456	2,7624

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

29.2 Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Compagas	Elejor	UEG Araucária	Total
Em 01.01.2009	84.913	1.739	132.225	218.877
Dividendos propostos	(9.065)	(1.949)	-	(11.014)
Resultado do período	15.630	6.844	(1.972)	20.502
Em 31.12.2009	91.478	6.634	130.253	228.365
Recursos para aumento de capital	-	30.813	-	30.813
Dividendos propostos	(15.949)	-	-	(15.949)
Resultado do período	19.864	4.017	(1.407)	22.474
Em 31.12.2010	95.393	41.464	128.846	265.703

30 Receita Operacional Líquida

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2010
Fornecimento de energia elétrica	3.517.008	(327.156)	(948.563)	(27.886)	-	2.213.403
Suprimento de energia elétrica	1.488.178	(145.462)	(392)	(54.323)	-	1.288.001
Disponibilidade da rede elétrica	4.295.275	(395.817)	(1.057.679)	(569.358)	-	2.272.421
Receita de construção	663.534	-	-	-	-	663.534
Telecomunicações	129.040	(7.385)	(22.925)	-	(848)	97.882
Distribuição de gás canalizado	300.598	(25.341)	(37.853)	-	(132)	237.272
Outras receitas operacionais	152.414	(14.043)	(3)	(8.808)	(960)	128.600
	10.546.047	(915.204)	(2.067.415)	(660.375)	(1.940)	6.901.113

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2009
Fornecimento de energia elétrica	3.250.761	(301.344)	(869.923)	(19.940)	-	2.059.554
Suprimento de energia elétrica	1.394.806	(141.199)	(310)	(44.140)	-	1.209.157
Disponibilidade da rede elétrica	3.684.706	(367.084)	(880.808)	(461.697)	-	1.975.117
Receita de construção	601.880	-	-	-	-	601.880
Telecomunicações	104.844	(6.082)	(17.756)	-	(744)	80.262
Distribuição de gás canalizado	261.325	(22.773)	(33.293)	-	(101)	205.158
Outras receitas operacionais	146.045	(17.498)	(6)	(8.589)	(940)	119.012
	9.444.367	(855.980)	(1.802.096)	(534.366)	(1.785)	6.250.140

Encargos do consumidor

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009
Encargos do consumidor		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	226.845	214.504
Conta de consumo de combustível - CCC	281.152	184.692
Quota para reserva global de reversão - RGR	78.445	78.560
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	61.157	56.284
Outros encargos	12.776	326
	660.375	534.366

Fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor

Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	Fornecimento de energia elétrica		Disponibilidade da rede elétrica	
	2010	2009	2010	2009
Residencial	1.156.856	1.071.740	1.336.081	1.142.061
Industrial	1.200.225	1.107.740	1.227.069	1.033.406
Comercial, serviços e outras atividades	760.206	697.997	892.046	748.765
Rural	146.606	135.646	170.367	144.807
Poder público	102.035	95.853	119.089	102.078
Iluminação pública	78.226	73.883	91.341	78.839
Serviço público	72.854	67.902	85.146	72.440
Consumidores livres	-	-	181.323	138.706
Rede básica, de fronteira e de conexão	-	-	2.856	2.407
Receita de operação e manutenção - O&M	-	-	42.952	42.090
Receita de juros efetivos	-	-	147.005	179.107
	3.517.008	3.250.761	4.295.275	3.684.706

Suprimento de energia elétrica

Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Suprimento de energia elétrica	
	2010	2009
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	1.151.485	1.098.636
Contratos bilaterais	223.788	197.207
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	112.905	98.963
	1.488.178	1.394.806

Outras receitas operacionais

Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Outras receitas operacionais	
	2010	2009
Outras receitas operacionais		
Arrendamentos e aluguéis	103.686	97.696
Renda da prestação de serviços	39.669	38.040
Serviço taxado	7.422	9.179
Outras receitas	1.637	1.130
	152.414	146.045

31 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total Consolidado (IFRS e BR GAAP)
2010					
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(1.972.275)	-	-	-	(1.972.275)
Encargos de uso da rede elétrica (31.2)	(592.741)	-	-	-	(592.741)
Pessoal e administradores (31.3)	(634.277)	(5.805)	(171.432)	-	(811.514)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(97.528)	(666)	(26.027)	-	(124.221)
Material (31.4)	(75.533)	(977)	(7.614)	-	(84.124)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(22.975)	-	-	-	(22.975)
Gás natural e insumos para operação de gás	(144.648)	-	-	-	(144.648)
Serviços de terceiros (31.5)	(245.232)	(33.557)	(72.117)	-	(350.906)
Depreciação e amortização	(511.491)	(53)	(27.618)	(3.830)	(542.992)
Provisões e reversões (31.6)	-	(26.424)	-	(336.352)	(362.776)
Custo de construção	(662.887)	-	-	-	(662.887)
Outros custos e despesas (31.7)	(16.556)	5.016	(48.818)	(235.726)	(296.084)
	(4.976.143)	(62.466)	(353.626)	(575.908)	(5.968.143)

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total Consolidado (IFRS e BR GAAP)
2009					
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(1.816.848)	-	-	-	(1.816.848)
Encargos de uso da rede elétrica (31.2)	(553.174)	-	-	-	(553.174)
Pessoal e administradores (31.3)	(630.917)	(4.764)	(174.370)	-	(810.051)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(85.243)	(545)	(23.944)	-	(109.732)
Material (31.4)	(58.993)	(2.862)	(7.368)	-	(69.223)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(21.231)	-	-	-	(21.231)
Gás natural e insumos para operação de gás	(128.916)	-	-	-	(128.916)
Serviços de terceiros (31.5)	(228.579)	(33.627)	(58.860)	-	(321.066)
Depreciação e amortização	(509.230)	(10)	(26.711)	(3.830)	(539.781)
Provisões e reversões (31.6)	-	(16.448)	-	56.385	39.937
Custo de construção	(601.614)	-	-	-	(601.614)
Outros custos e despesas (31.7)	5.961	3.975	(143.440)	(141.802)	(275.306)
	(4.628.784)	(54.281)	(434.693)	(89.247)	(5.207.005)

No quadro abaixo estão apresentados os saldos do custo de construção alocados nas respectivas naturezas de gasto:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009
Pessoal e administradores	59.305	46.796
Material	390.478	381.257
Serviços de terceiros	161.880	145.850
Outros	51.224	27.711
	662.887	601.614

Os custos e despesas operacionais da Controladora são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total Controladora (BR GAAP)
			2010
Administradores (31.3)	(7.276)	-	(7.276)
Plano assistencial	(433)	-	(433)
Material	(14)	-	(14)
Serviços de terceiros (31.5)	(4.255)	-	(4.255)
Depreciação e amortização	-	(754)	(754)
Provisões e reversões (31.6)	-	(239.097)	(239.097)
Outras despesas	(1.294)	683	(611)
	(13.272)	(239.168)	(252.440)

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total Controladora (BR GAAP)
			2009
Administradores (31.3)	(7.083)	-	(7.083)
Plano assistencial	(222)	-	(222)
Material	(13)	-	(13)
Serviços de terceiros (31.5)	(4.338)	-	(4.338)
Depreciação e amortização	-	(754)	(754)
Provisões e reversões (31.6)	-	186.498	186.498
Outras despesas	(63.484)	1.324	(62.160)
	(75.140)	187.068	111.928

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009
Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Itaipu)	468.296	521.023
Furnas Centrais Elétricas S.A. - leilão	357.763	322.514
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - leilão	332.801	305.207
Companhia Energética de São Paulo - Cesp - leilão	129.120	115.162
Itiquira Energética S.A.	117.813	116.195
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte - leilão	109.926	99.748
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	105.972	75.685
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - leilão	100.569	33.598
Dona Francisca Energética S.A.	61.189	60.303
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	58.446	62.110
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - leilão	52.378	58.578
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE - leilão	37.700	34.773
Light S.A. - leilão	28.557	26.166
Tractbel Energia S.A. - leilão	20.841	14.886
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(210.150)	(203.370)
Outras - leilão	201.054	174.270
	1.972.275	1.816.848

31.2 Encargos de uso da rede elétrica

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009
Furnas Centrais Elétricas S.A.	127.827	123.697
Cia Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep	68.658	65.323
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	59.878	59.594
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte	49.843	42.975
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	43.847	44.790
Encargos dos serviços do sistema - ESS	41.021	24.251
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	25.696	25.037
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A.	21.088	19.795
Novatrans Energia S.A.	20.978	19.521
Operador Nacional do Sistema	19.842	19.206
Cia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	17.744	17.457
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	17.434	16.545
ATE II Transmissora de Energia S.A.	8.941	8.407
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Ente	8.913	8.403
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda	8.468	7.990
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.	8.063	7.649
Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo	7.219	6.759
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A	7.145	6.740
NTE Nordeste Transmissora de Energia S.A	6.253	5.905
ATE Transmissora Energia S.A	5.743	5.508
Integração Transmissão Energia - Intesa	5.553	4.679
Serra Mesa Transm. Energia Ltda. - SMTE	4.975	4.983
LT Triângulo S.A.	4.771	4.697
ATE III Transmissora Energia S.A	4.707	4.381
Arthemis Transmissora de Energia S.A	3.796	3.583
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(65.866)	(54.959)
Outras	60.204	50.258
	592.741	553.174

31.3 Pessoal e administradores

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009	2010	2009
Pessoal				
Remunerações	-	-	561.842	530.187
Encargos sociais	-	-	186.042	171.319
	-	-	747.884	701.506
Participação nos lucros e/ou resultados	-	-	66.151	64.995
Auxílio alimentação e educação	-	-	66.511	55.695
Provisão indeniz. demissões voluntárias/aposentadorias	-	-	-	24.291
Indenização demissões volunt./aposentadorias	-	-	19.737	16.702
Compensação Indenizatória - PDV	-	-	-	15.859
	-	-	900.283	879.048
(-) Apropriação no imobilizado em curso (a)	-	-	(99.650)	(79.263)
	-	-	800.633	799.785
Administradores				
Honorários	5.759	5.657	8.922	8.472
Encargos sociais	1.517	1.426	1.959	1.770
Outros gastos	-	-	-	24
	7.276	7.083	10.881	10.266
	7.276	7.083	811.514	810.051

a) Valor referente a apropriação de mão de obra direta do imobilizado em curso, não considera despesas administrativas.

Participação nos lucros e/ou resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação foi provisionado como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Copel Geração e Transmissão	14.373	14.721	16.289
Copel Distribuição	46.950	46.102	45.580
Copel Telecomunicações	3.900	3.528	3.534
Compagas	928	644	413
	66.151	64.995	65.816

31.4 Material

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009
Sistema elétrico	27.040	18.517
Combustíveis e peças para veículos	24.006	22.586
Cantina	7.875	6.179
Construção civil	8.222	3.782
Expediente	4.124	5.849
Ferramental de serviço	1.691	2.763
Segurança	2.400	2.271
Hotéis e hospedarias	1.408	1.049
Informática	1.458	1.635
Outros materiais	5.900	4.592
	84.124	69.223

31.5 Serviços de terceiros

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009	2010	2009
Manutenção do sistema elétrico	-	-	91.053	74.986
Leitura e entrega de faturas	-	-	28.168	30.900
Processamento e transmissão de dados	-	-	25.170	15.708
Agentes autorizados e credenciados	-	-	24.359	21.274
Consultoria técnica, científica e administrativa	1.614	1.382	18.881	25.437
Apoio administrativo	-	-	17.875	15.889
Vigilância	-	-	17.247	14.589
Telefone	-	-	15.900	16.243
Viagens	185	52	13.495	13.139
Limpeza de faixa de servidão	-	-	11.183	8.316
Manutenção civil	-	-	10.618	8.015
Treinamentos	2	-	10.548	8.678
Atendimento a consumidores	-	-	7.143	5.707
Serviços em área verde	-	-	6.864	5.735
Manutenção e conservação de veículos	-	-	5.235	4.498
Acesso à comunicação por satélite	-	-	4.522	3.722
Fretes e carretos	-	-	4.106	3.854
Postais e telegráficos	-	-	3.594	5.063
Telefonista	-	-	3.532	3.133
Auditoria	1.583	2.173	2.714	3.097
Anúncios e publicações	320	356	1.497	1.434
Outros serviços	551	375	27.202	31.649
	4.255	4.338	350.906	321.066

31.6 Provisões e reversões

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009	2010	2009
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	26.424	16.448
Provisão p/ desvalorização particip. societárias	1.070	733	2.114	733
Provisões (reversões) para litígios (NE nº 28)				
Cofins	234.563	(178.753)	234.563	(178.753)
Fiscais	(7.454)	(8.372)	3.397	(7.300)
Trabalhistas	-	-	33.915	51.427
Benefícios a Empregados	-	-	28.053	2.127
Fornecedores	-	-	2.077	31.815
Cíveis e direito administrativo	9.871	(106)	22.175	32.742
Serviços de passagem	-	-	(5.667)	4.825
Desaprop. e patrimoniais	-	-	7.440	5.710
Consumidores	-	-	136	128
Ambientais	-	-	32	10
Regulatórias	1.047	-	8.117	151
	238.027	(187.231)	334.238	(57.118)
	239.097	(186.498)	362.776	(39.937)

31.7 Outros custos e despesas operacionais

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	112.210	80.227
Perdas na desativação e alienação de bens	50.203	22.542
Perdas pela não recuperabilidade de ativos (NE nº 18.4)	44.572	-
Provisão para perdas - contas a receber vinculadas a concessão	21.333	6.700
Taxa de fiscalização da Aneel	19.988	15.403
Indenizações	17.917	51.705
Arrendamentos e aluguéis	16.670	14.976
Tributos	16.548	73.091
Seguros	7.726	7.056
Incentivo esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	7.099	5.897
Energia elétrica - consumo próprio	6.489	5.868
Propaganda e publicidade	4.340	3.490
Recuperação de custos e despesas	(42.209)	(42.520)
Outros custos e despesas, líquidos	13.198	30.871
	296.084	275.306

32 Resultado Financeiro

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras				
Renda de aplic. financeiras mantidas p/ negociação	18.738	37.973	162.812	158.968
Renda de aplic. financeiras mantidas até o vencimento	42	9.895	5.104	12.853
Var. monetária s/ contas a receber vinc. a concessão	-	-	151.187	-
Var. monetária sobre repasse CRC (NE nº 8)	-	-	136.168	(18.196)
Renda sobre repasse CRC (NE nº 8)	-	-	79.546	83.834
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	70.985	59.420
Juros sobre impostos a compensar	8.248	6.596	23.752	27.168
Multas	-	-	11.879	9.407
Juros e comissões sobre contratos de mútuo	87.288	77.770	-	-
Outras receitas financeiras	6.185	1.658	10.798	3.942
	120.501	133.892	652.231	337.396
(-) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	92.955	96.553	105.118	135.618
Var. monetária s/ contas a pagar vinculadas				
a concessão - uso do bem público	-	-	55.501	30.326
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	31.973	39.085	32.506	39.644
Variações monetárias e cambiais	2	4	23.193	(10.435)
Indenização contratual	-	-	19.506	-
IOF	9	-	19.389	9.619
Juros sobre P&D e PEE	-	-	19.285	13.252
Juros sobre parcelamento de tributos	9.279	1.321	14.623	2.092
Var. monetária s/ contas a receber vinc. a concessão	-	-	-	15.522
Juros - Prog. de recuperação fiscal	-	73.555	-	90.164
Multa - Prog. de recuperação fiscal	-	1.238	-	2.476
Outras despesas financeiras	175	1	14.685	2.383
	134.393	211.757	303.806	330.661
	(13.892)	(77.865)	348.425	6.735

Os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros para aplicações em obras foram apropriados através de transferências para Imobilizações e Intangível em curso, totalizando o montante de R\$ 42.513 em 31.12.2010 (R\$ 20.629, em 31.12.2009)

33 Segmentos Operacionais

33.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua em cinco segmentos reportáveis identificados pela administração, através da presidência e das diretorias de cada área de negócio e considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. São gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

Nos exercícios de 2010 e 2009 a totalidade das vendas foram realizadas no território brasileiro.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no ano de 2010.

Os segmentos reportáveis do Grupo são os seguintes:

geração e transmissão de energia elétrica (GET) – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica, e também prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. Atua por intermédio das empresas Copel Geração e Transmissão, Elejor, UEG Araucária e Centrais Eólicas do Paraná;

distribuição e comercialização de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infra-estrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da Copel Distribuição;

telecomunicações (TEL) - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral. Atua por intermédio da Copel Telecomunicações;

gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado. Atua por intermédio da Compagas; e

holding (HOL) - Tem como atribuição a participação em outras empresas. Atua por intermédio da Copel, da Copel Empreendimentos (até junho de 2010) e da Dominó Holdings.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais (NE nº 2.8) são as mesmas que aquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis e contabiliza operações intersegmentos como se estas fossem com terceiros, ou seja, pelos preços correntes de mercado.

33.2 Ativo por segmento reportável

ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2010							
ATIVO TOTAL	9.959.623	6.708.119	291.909	263.498	12.984.711	(12.348.428)	17.859.432
ATIVO CIRCULANTE	1.912.635	1.963.891	42.797	65.249	1.109.196	(935.978)	4.157.790
Caixa e equivalentes de caixa	1.341.151	669.079	6.942	37.769	90.828	(351.353)	1.794.416
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	151.707	30.813	-	-	175	351.400	534.095
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinculados	63.473	201	-	404	-	-	64.078
Clientes	229.392	931.463	19.929	24.009	-	(42.166)	1.162.627
Dividendos a receber	4.480	-	-	-	894.719	(893.348)	5.851
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	58.816	-	-	-	-	58.816
Contas a receber vinculadas à concessão	54.700	-	-	-	-	-	54.700
Outros créditos	33.169	127.198	661	552	-	(511)	161.069
Estoques	24.429	83.893	11.758	1.344	-	-	121.424
Imposto de renda e contribuição social	3.232	30.685	821	1	123.474	-	158.213
Outros tributos correntes a recuperar	4.457	30.089	2.426	564	-	-	37.536
Despesas antecipadas	2.445	1.654	260	606	-	-	4.965
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.046.988	4.744.228	249.112	198.249	11.875.515	(11.412.450)	13.701.642
Realizável a Longo Prazo	955.980	3.451.017	13.934	28.748	1.443.091	(1.087.477)	4.805.293
Aplicações financeiras	5.306	26.280	-	1.845	-	-	33.431
Clientes	-	43.729	-	15.800	-	(15.800)	43.729
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.282.377	-	-	-	-	1.282.377
Depósitos judiciais	22.034	147.895	233	205	230.332	-	400.699
Contas a receber vinculadas à concessão	785.457	1.637.888	-	-	-	-	2.423.345
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	9.902	-	-	9.902
Outros créditos	1.878	3.280	-	164	-	-	5.322
Imposto de renda e contribuição social	12.341	-	-	-	-	-	12.341
Outros tributos correntes a recuperar	13.286	64.303	7.273	-	-	-	84.862
Imposto de renda e contribuição social diferidos	110.428	245.265	6.428	832	144.757	-	507.710
Créditos com controladas	5.250	-	-	-	1.068.002	(1.071.677)	1.575
Investimentos	390.810	4.232	-	-	10.432.424	(10.344.016)	483.450
Imobilizado	6.441.654	-	222.291	-	-	-	6.663.945
Intangível	258.544	1.288.979	12.887	169.501	-	19.043	1.748.954

33.3 Passivo por segmento reportável

PASSIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2010							
PASSIVO TOTAL	9.959.623	6.708.119	291.909	263.498	12.984.711	(12.348.428)	17.859.432
PASSIVO CIRCULANTE	1.033.899	1.449.633	33.721	60.066	900.738	(941.256)	2.536.801
Folha de pagamento e prov. trabalhistas	42.546	118.790	11.014	2.935	299	-	175.584
Fornecedores	175.753	444.987	7.759	26.325	333	(42.589)	612.568
Imposto de renda e contribuição social	126.012	-	-	12.252	14.985	-	153.249
Outros tributos	36.486	254.811	3.290	1.947	82.425	(88)	378.871
Empréstimos e financiamentos	46.233	17.950	-	6.330	17.860	(5.278)	83.095
Debêntures	-	-	-	-	621.157	-	621.157
Dividendos a pagar	517.352	355.968	10.474	9.628	163.560	(893.348)	163.634
Benefícios pós-emprego	6.232	16.811	1.093	-	119	-	24.255
Encargos do consumidor a recolher	3.630	52.475	-	-	-	-	56.105
Pesquisa e desenvolv. eficiência energética	15.610	140.381	-	-	-	-	155.991
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	40.984	-	-	-	-	-	40.984
Outras contas a pagar	23.061	47.460	91	649	-	47	71.308
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.413.241	1.941.675	16.826	8.754	728.508	(1.082.199)	4.026.805
Coligadas e controladas	295.788	715.539	-	-	3.675	(1.015.002)	-
Fornecedores	160.736	-	-	-	-	(15.800)	144.936
Obrigações fiscais	623	11.553	-	-	20.076	-	32.252
Imposto de renda e contribuição social diferidos	822.195	32.563	-	7.163	25.297	-	887.218
Empréstimos e financiamentos	425.628	525.711	-	43	380.997	(51.397)	1.280.982
Benefícios pós-emprego	104.541	262.728	15.774	1.165	-	-	384.208
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.285	64.447	-	-	-	-	90.732
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	340.099	-	-	-	-	-	340.099
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para litígios	237.346	329.134	1.052	383	298.463	-	866.378
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.512.483	3.316.811	241.362	194.678	11.355.465	(10.324.973)	11.295.826
Atribuível aos acionistas da empresa controladora							
Capital social	4.285.945	2.624.841	194.755	135.943	7.023.368	(7.354.852)	6.910.000
Reservas de capital	104.034	-	-	-	-	(104.034)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	1.540.695	13.463	-	-	1.564.874	(1.559.516)	1.559.516
Reserva legal	182.162	108.500	3.521	14.636	493.019	(323.536)	478.302
Reserva de retenção de lucros	146.260	570.007	43.086	31.172	2.056.526	(790.525)	2.056.526
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	191.899	(191.899)	-
Dividendo adicional proposto	351.866	-	-	12.927	25.779	(364.793)	25.779
Prejuízos acumulados	(98.479)	-	-	-	-	98.479	-
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	265.703	265.703

33.4 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2010							
RECEITA OPERACIONAL	1.948.799	4.939.328	139.153	267.829	-	(393.996)	6.901.113
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	113.102	2.100.301	-	-	-	-	2.213.403
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	4.649	-	-	-	(4.649)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	1.223.530	64.471	-	-	-	-	1.288.001
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	258.952	-	-	-	-	(258.952)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	166.600	2.105.821	-	-	-	-	2.272.421
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	70.098	11.633	-	-	-	(81.731)	-
Receita de construção	41.019	599.634	-	22.881	-	-	663.534
Prest. serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	97.882	-	-	-	97.882
Prest. serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	41.271	-	-	(41.271)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	237.272	-	-	237.272
Outras receitas operacionais para terceiros	69.659	51.265	-	7.676	-	-	128.600
Outras receitas operacionais entre segmentos	5.839	1.554	-	-	-	(7.393)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.219.484)	(4.577.731)	(99.047)	(212.120)	(253.757)	393.996	(5.968.143)
Energia elétrica comprada para revenda	(60.352)	(2.170.875)	-	-	-	258.952	(1.972.275)
Encargos de uso da rede elétrica	(205.749)	(468.723)	-	-	-	81.731	(592.741)
Pessoal e administradores	(200.659)	(546.834)	(43.920)	(12.796)	(7.305)	-	(811.514)
Planos previdenciário e assistencial	(30.535)	(86.359)	(5.655)	(1.239)	(433)	-	(124.221)
Material	(21.752)	(60.132)	(1.517)	(709)	(14)	-	(84.124)
Matéria-prima e insumos - prod. energia	(22.975)	-	-	-	-	-	(22.975)
Gás natural e insumos - operações de gás	-	-	-	(144.648)	-	-	(144.648)
Serviços de terceiros	(89.806)	(277.437)	(16.747)	(14.283)	(4.746)	52.113	(350.906)
Depreciação e amortização	(320.759)	(180.701)	(28.540)	(11.508)	(1.484)	-	(542.992)
Provisões e reversões	(17.630)	(106.913)	903	(39)	(239.097)	-	(362.776)
Custo de construção	(40.372)	(599.634)	-	(22.881)	-	-	(662.887)
Outros custos e despesas operacionais	(208.895)	(80.123)	(3.571)	(4.017)	(678)	1.200	(296.084)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(3.345)	-	-	-	1.225.676	(1.122.994)	99.337
LUCRO ANTES DO RES. FINANCEIRO E TRIBUTOS	725.970	361.597	40.106	55.709	971.919	(1.122.994)	1.032.307
Resultado financeiro	(25.829)	378.910	4.059	5.256	(13.971)	-	348.425
LUCRO OPERACIONAL	700.141	740.507	44.165	60.965	957.948	(1.122.994)	1.380.732
Imposto de renda e contribuição social	(236.566)	(193.982)	(11.287)	(20.734)	(35.399)	-	(497.968)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	72.796	(22.012)	(184)	307	76.610	-	127.517
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	536.371	524.513	32.694	40.538	999.159	(1.122.994)	1.010.281

34 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O Mercado Atacadista de Energia - MAE foi extinto e suas atividades, seus ativos e passivos foram, em 12.11.2004, absorvidos pela CCEE, que foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel.

Os dados de comercialização de energia elétrica da Copel Distribuição, considerados na contabilização do MAE, atualmente CCEE, não foram reconhecidos pela Companhia como efetivos e definitivos para os exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002. Esses dados foram calculados através de critérios e valores que levaram em conta decisões da agência reguladora, sendo objeto de contestação, e tendo a Companhia já encaminhado, pelas vias administrativas e judiciais, providências contra aquelas decisões.

O pleito está embasado substancialmente no fato de a Companhia ter efetuado transações de venda de energia, as quais não deveriam servir de base de cálculo efetuado pelo órgão regulador, para cumprir exclusivamente com contratos com clientes localizados no mercado da região sudeste. O montante estimado relativo às diferenças de cálculo é de aproximadamente R\$ 1.473.000 (valor atualizado em 31.12.2010), não reconhecido pela Companhia no passivo de fornecedores.

A Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, considera como possíveis as chances de perdas quando da decisão final desses processos judiciais.

Transações correntes no âmbito da CCEE

	Copel Geração e Transmissão	Copel Distribuição	Elejor	UEG Araucária	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
					31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante (NE nº 7)							
Até dezembro de 2009	-	14	-	105	119	761	9.931
De janeiro a março de 2010	-	-	-	-	-	225	-
De julho a setembro de 2010	-	-	-	-	-	10.842	-
De outubro a dezembro de 2010	21.053	-	379	-	21.432	28.781	-
	21.053	14	379	105	21.551	40.609	9.931
Passivo circulante (NE nº 20)							
Até dezembro de 2009	-	-	-	-	-	-	27.976
De outubro a dezembro de 2010	-	19.266	429	-	19.695	1.859	-
	-	19.266	429	-	19.695	1.859	27.976

Mutação da CCEE

	Valores a liquidar 31.12.2009	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar 31.12.2010
Ativo circulante				
Até dezembro de 2009	40.609	(18.558)	(21.932)	119
De janeiro a março de 2010	-	(32.568)	32.568	-
De abril a junho de 2010	-	(33.061)	33.061	-
De julho a setembro de 2010	-	(34.446)	34.446	-
De outubro a dezembro de 2010	-	(6.958)	28.390	21.432
	40.609	(125.591)	106.533	21.551
(-) Passivo circulante				
Até dezembro de 2009	1.859	(2.563)	704	-
De janeiro a março de 2010	-	(1.993)	1.993	-
De abril a junho de 2010	-	(16.994)	16.994	-
De julho a setembro de 2010	-	(30.027)	30.027	-
De outubro a dezembro de 2010	-	(3.836)	23.531	19.695
	1.859	(55.413)	73.249	19.695
Total líquido	38.750	(70.178)	33.284	1.856

35 Contratos de Arrendamento Operacional

35.1 O Grupo como arrendatário

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009
Imóveis	13.988	12.165
Fotocopiadora	2.872	3.353
Outros	1.190	720
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.380)	(1.262)
	16.670	14.976

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2010, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual.

Do total de R\$ 13.926 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 7.750 referem-se ao contrato de locação do Pólo Km 3, firmado entre a Copel e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para a Companhia. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

Não identificamos compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

35.2 O Grupo como arrendador

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2009
Receita de arrendamentos e aluguéis		
Equipamentos e estruturas	52.134	55.571
Usina termelétrica de Araucária	50.000	40.583
Imóveis	816	818
Compartilhamento de instalações	736	724
	103.686	97.696

Os arrendamentos operacionais referem-se receitas de aluguéis de bens de propriedade da Copel, o arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

Os arrendamentos de equipamentos e estruturas referem-se arrendamentos operacionais de cessão de pontos de fixação em espaço pré determinado nos postes para instalação de cabos, acessórios e equipamentos de serviços de telecomunicação, mediante pagamento mensal, atendendo o contido no Art. 73 da Lei nº 9472, de 16.07.1997 (Lei Geral das Telecomunicações), na Resolução Conjunta Aneel/Anatel/ANP nº 001 de 24.11.1999 e na Resolução Aneel nº 581 de 29.10.2002. Objetiva também a redução dos custos de implantação de infra-estrutura para os agentes dos setores elétrico e de telecomunicações, a otimização do uso dos postes e a obtenção de margem que contribua para tarifas mais competitivas (reverte para modicidade da tarifa de energia elétrica).

O “Contrato de Locação e Outras Avenças” foi firmado em 28.12.2006, pela UEG Araucária com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sócia não controladora, para locação da planta da usina pelo prazo de um ano, findo em 31.12.2007, prorrogado em diversas etapas até 31.12.2008. A locação da usina foi renovada em 19.02.2009, pelo prazo de 3 anos, com início em 01.01.2009 e término em 31.12.2011, com cláusulas que prevêm a possibilidade de rescisão antecipada, pela UEG Araucária, caso esta participe de leilões de energia promovidos pela Aneel. Este contrato prevê a utilização, pela Petrobras, do complexo da usina para geração de energia às suas expensas, cabendo à UEG Araucária receita de aluguel composta por parcelas fixa e variável definidas contratualmente.

36 Instrumentos Financeiros

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores, concessionárias e permissionárias, Contas a receber de entidades governamentais, Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, Aplicações Financeiras, Contas a receber vinculadas à concessão, Contas a pagar vinculadas à concessão, Empréstimos e financiamentos, Debêntures e Fornecedores.

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Nível	Valor contábil		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (NE nº 5)	-	1.794.416	1.518.523	1.649.481
Clientes (NE nº 7)	-	1.039.377	988.731	892.619
Contas a receber de entidades governamentais (NE nº 7)	-	166.979	135.187	174.269
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (NE nº 8)	-	1.341.193	1.254.574	1.319.903
Títulos e valores mobiliários (NE nº 6)	2	541.246	405.346	383.837
Cauções e depósitos vinculados (NE nº 6)	-	90.358	29.242	37.995
Contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9)	3	2.478.045	1.872.290	1.488.147
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos (NE nº 21)	-	1.364.077	865.842	867.517
Debêntures (NE nº 22)	-	621.157	807.579	997.116
Derivativos	3	47	1	9
Contas a pagar vinc. à concessão-uso do bem público(NE nº 26)	-	381.083	350.655	357.599
Eletrobrás - Itaipu (NE nº 20)	-	74.316	80.104	100.040
Petrobras - Compagas (NE nº 20)	-	25.720	23.166	36.775
Outros fornecedores (NE nº 20)	-	657.468	616.055	575.174

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. □

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

36.1 Valor justo e nível de classificação para apuração do valor justo dos Instrumentos Financeiros

36.1.1 Ativos financeiros não derivativos

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e contas a receber de entidades governamentais tem valores justos que se aproximam de seus respectivos valores contábeis, devido a sua natureza e prazos de realização.

Os Títulos e valores mobiliários e as cauções e depósitos vinculados tem valor justo de R\$ 541.251 e R\$ 90.157, respectivamente em 31.12.2010. O valor justo foi calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros para cada respectivo título e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

Repasse CRC ao Governo do Estado tem valor justo de R\$ 1.392.764, em 31.12.2010. Foi utilizada como premissa a comparação com um título do Tesouro Nacional de longo prazo e pós-fixado (NTN-B), o qual é remunerado aproximadamente em 6% a.a. mais IPCA.

36.1.2 Passivos financeiros não derivativos

Passivos com Eletrobrás – Itaipu, Petrobras e outros fornecedores tem valores justos que se aproximam de seus respectivos valores contábeis, em razão de sua natureza e prazos de liquidação.

A debêntures têm valor justo R\$ 616.831, em 31.12.2010, calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2010, obtido junto à Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – Andima.

Empréstimos e financiamentos tem valor justo de R\$ 1.285.295 em 31.12.2010. O valor justo foi calculado considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela companhia, em setembro de 2010, de 98,5% da variação do CDI.

Contas a pagar vinculadas à concessão – uso de bem público tem valor justo de R\$ 488.155 em 31.12.2010, calculado considerando como premissa a taxa de remuneração referente ao último empreendimento licitado pela Aneel e vencido pela Companhia.

36.1.3 Passivos financeiros derivativos

As outras obrigações – derivativos têm valor justo de R\$ 47, em 31.12.2010, R\$ 1 em 2009 e R\$ 9 em 2008. (NE 36.3.9)

36.1.4 Nível de classificação nº 3 para apuração do valor justo

Incluem nessa classificação as Contas a receber vinculadas à concessão e Outras obrigações – derivativos.

A composição detalhada do Contas a receber vinculadas à concessão está na NE nº 9, conforme abaixo:

- Quadro demonstrativo reconciliando os saldos iniciais com os saldos finais, com a demonstração separada das adições, baixas, transferências, perdas, variação monetária e ajuste ao valor justo;
- Critérios para apuração e mensuração; e
- Premissas adotadas pela administração da Companhia para atualização do valor indenizável.

Outras obrigações – derivativos está detalhada no item 36.3.9 desta nota.

36.2 Categoria de instrumentos financeiros

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Valor contábil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativos Financeiros			
Recebíveis e empréstimos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.794.416	1.518.523	1.649.481
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.039.377	988.731	892.619
Contas a receber de entidades governamentais	166.979	135.187	174.269
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	1.341.193	1.254.574	1.319.903
Contas a receber vinculadas à concessão	840.157	775.171	681.122
Cauções e depósitos vinculados	90.358	29.242	37.995
Disponível para venda			
Contas a receber vinculadas à concessão	1.637.888	1.097.119	807.025
Títulos e valores mobiliários	472.599	284.479	295.812
Mantidos até o vencimento			
Títulos e valores mobiliários	68.647	120.867	88.025
Passivos Financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Mantido para negociação			
Outras obrigações - derivativos	47	1	9
Outros passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	1.364.077	865.842	867.517
Debêntures	621.157	807.579	997.116
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	381.083	350.655	357.599
Eletrobrás - Itaipu	74.316	80.104	100.040
Petrobras - Compagas	25.720	23.166	36.775
Outros fornecedores	657.468	616.055	575.174

Resumo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Consolidado (IFRS e BR GAAP)								Valor	
Descrição	Classificação	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	Valor Justo		contábil líquido	
						31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
LTN	Mantidas até o vencimento	10,45%	23/4/2009	3/1/2011	Custo amortizado	1.183	1.071	1.183	1.071
LTN	Mantidas até o vencimento	10,42%	29/4/2009	3/1/2011	Custo amortizado	4.957	4.487	4.957	4.491
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	14/7/2009	7/3/2012	Custo amortizado	5.303	4.831	5.306	4.836
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	7/8/2009	16/3/2011	Custo amortizado	22.651	20.636	22.654	20.650
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	30/11/2009	15/6/2011	Custo amortizado	9.949	9.064	9.946	9.055
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	13/7/2010	15/6/2011	Custo amortizado	22.044	-	22.037	-
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	2/9/2009	21/12/2011	Custo amortizado	720	-	719	-

36.3 Fatores de Risco

36.3.1 Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, consumidores, concessionárias e permissionárias. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

36.3.2 Risco de moeda estrangeira - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobrás (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

A variação cambial decorrente da compra de gás da Petrobras pela Compagas impacta diretamente o resultado da Companhia. A Compagas mantém negociação com seus consumidores, objetivando, na medida do possível, o repasse destes custos.

A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2010
Cauções e dep. vinculados (STN)	26.280	-	26.280
Empréstimos e financiamentos Fornecedores	-	(65.928)	(65.928)
Eletrobrás (Itaipu)	-	(74.316)	(74.316)
Petrobras (aquisição de gás pela Compagas)	-	(25.720)	(25.720)
	26.280	(165.964)	(139.684)

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do Dólar Norte-Americano sobre seus Empréstimos e Financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2010 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio – fim de período (R\$/US\$), de R\$ 1,75, prevista na mediana das expectativas de mercado para 2011 do Relatório Focus do Bacen de 31.12.2010. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

	Risco	Base 31.12.2010	Cenários projetados - dez.2011		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Cauções e depósitos vinculados	Alta do dólar	26.280	27.601	34.502	41.402
		26.280	27.601	34.502	41.402
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BID ⁽¹⁾	Alta do dólar	9.233	9.697	12.121	14.546
STN	Alta do dólar	56.675	59.525	74.406	89.288
Eletrobrás	Alta do dólar	20	21	27	32
		65.928	69.243	86.554	103.866
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	74.316	78.054	97.567	117.080
Petrobras (aquisição de gás pela Compagas)	Alta do dólar	25.720	27.014	33.767	40.520
		100.036	105.068	131.334	157.600
Exposição Líquida		(139.684)	(146.710)	(183.386)	(220.064)

⁽¹⁾ No cálculo não foi contemplada a influência das oscilações da cesta de moedas do BID

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2010, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

36.3.3 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

A exposição ao risco de taxa de juros e variações monetárias está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2010
Aplicações financeiras - Equivalentes de Caixa	1.735.458	-	1.735.458
Aplicações financeiras - Cauções e Títulos e Valores Mobiliários	605.324	-	605.324
Repasse CRC - Governo do Estado do Paraná	1.341.193	-	1.341.193
Contas a receber vinculadas à concessão	2.478.045	-	2.478.045
Empréstimos e financiamentos	-	(1.298.149)	(1.298.149)
Debêntures	-	(621.157)	(621.157)
	6.160.020	(1.919.306)	4.240.714

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2010 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic de 12,25%, IGP-DI de 5,50%, IGP-M de 5,54% e TJLP de 6%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2011 do Relatório Focus do Bacen de 31.12.2010. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável

Estas projeções consideram a posição do cenário base simulada em 31.12.2011.

Operação	Risco	Base 31.12.2010	Cenários projetados - dez.2011		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras-Equivalentes de Caixa	Baixa CDI/SELIC	1.735.458	1.944.754	1.892.483	1.840.107
Aplicações financeiras-Cauções e Tít. e Val. Mobiliários	Baixa CDI/SELIC	605.324	685.476	667.055	648.591
Repasse CRC - Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.341.193	1.414.959	1.396.518	1.378.076
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	2.478.045	2.615.329	2.581.008	2.546.687
		6.160.020	6.660.518	6.537.064	6.413.461
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	703.786	789.999	811.552	833.106
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	176.953	178.915	179.405	179.895
Eletrobrás - RGR	Sem Risco ⁽¹⁾	125.363	125.363	125.363	125.363
BNDES - Compagás	Alta TJLP	6.373	6.755	6.850	6.946
Finep	Alta TJLP	7.822	8.290	8.407	8.525
BNDES – Copel Geração e Transmissão	Alta TJLP	138.885	147.218	149.302	151.385
Banco do Brasil – Repasse Recursos BNDES	Alta TJLP	138.967	147.306	149.390	151.475
		1.298.149	1.403.846	1.430.269	1.456.695
Debêntures					
	Alta CDI	621.157	697.249	716.272	735.295
		1.919.306	2.101.095	2.146.541	2.191.990

⁽¹⁾ Empréstimo indexado à UFIR

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2010, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

36.3.4 Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

36.3.5 Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas e ter um efeito adverso para a Companhia. A Companhia assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

36.3.6 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2010, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, as avaliações do ONS apontam para uma situação de segurança no atendimento ao mercado de energia elétrica nos próximos 5 anos, de maio de 2010 a dezembro de 2014. O critério de garantia de suprimento preconizado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (riscos de déficit de energia abaixo de 5%) é atendido com folga em todas as regiões durante o quinquênio para um cenário de crescimento médio do PIB da ordem de 5 % a.a., entre 2011 e 2014. Mesmo na hipótese de condições hidrológicas adversas, o atendimento ao mercado estará assegurado pela aplicação dos Procedimentos Operativos de Curto Prazo - POCP, aprovados pelo CMSE, e que poderão indicar despacho adicional de geração térmica e maximização de intercâmbios para garantir estoques de segurança nos reservatórios ao final de cada estação seca.

36.3.7 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério das Minas e Energia - MME com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

	Data de vencimento das concessões/autorização
Concessões - Copel Geração e Transmissão	
Hidrelétricas	
Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	23.05.2023
Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	15.11.2029
Gov. José Richa (Caxias)	04.05.2030
Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza	07.07.2015
Guaricana	16.08.2026
Chaminé	16.08.2026
Apucarantina	12.10.2025
Mourão	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	15.11.2029
Marumbi	- ^(a)
São Jorge	03.12.2024
Chopim I	07.07.2015
Rio dos Patos	14.02.2014
Cavernoso	07.01.2031
Melissa	- ^(b)
Salto do Vau	- ^(b)
Pitangui	- ^(b)
Mauá	03.07.2042
Colíder	17.01.2046
Termelétrica	
Figueira	26.03.2019
Concessões de transmissão	
Contrato nº 060/01 - Sistema de transmissão	07.07.2015
Contrato nº 075/01 - Linha de transmissão Bateias - Jaguariaíva	16.08.2031
Contrato nº 006/08 - Linha de transmissão Bateias - Pilarzinho	16.03.2038
Contrato nº 027/09 - Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	18.11.2039
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté	05.10.2040
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilho III	05.10.2040
Concessão - Copel Distribuição	07.07.2015
Concessão - Compagas	06.07.2024
Concessão - Elejor	25.10.2036
Autorização - UEG Araucária	22.12.2029

^(a) Em processo de homologação na Aneel

^(b) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel

Quanto a eventual indenização ao final da concessão, existe a incerteza quanto a forma de mensuração do valor a ser pago quando da reversão dos bens ao Poder Concedente.

36.3.8 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural para atender as atividades relacionadas a distribuição de gás e a geração de energia termelétrica.

Um período prolongado de escassez de gás poderia impactar em perdas devido à redução de receitas das controladas Compagas e UEG Araucária.

36.3.9 Instrumentos financeiros derivativos

A companhia opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Passivo			
Contratos futuros de DI	47	1	9
Parcela circulante	47	1	9

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições ativas (taxas de juros em DI) decorrentes de títulos e valores mobiliários, a Companhia contratou operações de DI futuro, negociadas na BM&FBOVESPA, e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

Durante o exercício de 2010, o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi um ganho de R\$ 53 (perda de R\$ 137 – 2009).

Os contratos são ajustados diariamente conforme ajustes do DI Futuro divulgados pela BM&FBOVESPA. Os valores de referência (nacionais) desses contratos em aberto em 31.12.2010 correspondem a R\$ 57.253 (31.12.2009 – R\$ 1.901 e 01.01.2009 - R\$ 6.976).

Em 31.12.2010, parte dos títulos públicos federais no montante de R\$ 7.993, estava depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros .

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes em 31.12.2010 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (DI) previsto na mediana das expectativas de mercado para 2011 do Relatório Focus do Bacen de 31.12.2010.

	Valor da operação	Risco	Base 31.12.2010	Cenários projetados - dez.2011		
				Provável	Adverso	Remoto
Passivos financeiros						
Derivativos	57.253	Alta do DI	47	190	1.879	3.567
			47	190	1.879	3.567

36.4 Índice de endividamento

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Dívida - Empréstimos e financiamentos	398.857	404.122	1.364.077	865.842
Dívida - Debêntures	621.157	617.238	621.157	807.579
Caixa e equivalentes de caixa e Aplic. financeiras	89.997	558.164	2.392.589	1.888.813
Dívida líquida	930.017	463.196	(407.355)	(215.392)
Patrimônio líquido	11.030.123	10.295.998	11.295.826	10.524.363
Índice de endividamento líquido	8,43%	4,50%	-3,61%	-2,05%

36.5 Linhas de financiamentos

A Copel não opera com linhas de financiamentos como: Conta garantida não assegurada; Letras de câmbio não asseguradas; Conta garantida assegurada; e Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento até 2011 e que podem ser estendidas de comum acordo.

36.6 Tabela de liquidez e juros

Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2010							
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.794.416	-	-	-	-	1.794.416
Clientes	0,76%	22.051	9.508	28.459	60.000	-	120.018
Repasso CRC-Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	11.973	23.947	107.759	840.030	1.981.717	2.965.426
Títulos e val. mobiliários + Fundos exclusivos	99,9% do CDI	357.492	26.089	45.592	133.362	-	562.535
Cauções e depósitos vinculados	TR e Dólar ⁽³⁾	64.078	-	-	-	98.724	162.802
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	29.587	59.304	273.828	5.050.599	2.076.135	7.489.453
		2.279.597	118.848	455.638	6.083.991	4.156.576	13.094.650
31 de dezembro de 2009							
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.518.523	-	-	-	-	1.518.523
Clientes	0,76%	23.889	10.013	29.806	60.884	-	124.592
Repasso CRC-Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	10.758	21.515	96.819	738.003	1.899.229	2.766.324
Títulos e val. mobiliários + Fundos exclusivos	99,9% do CDI	1.497.675	1.090	17.065	165.611	-	1.681.441
Cauções e depósitos vinculados	TR e Dólar ⁽³⁾	-	-	4.655	392	90.074	95.121
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	25.246	50.676	218.367	1.275.632	3.456.491	5.026.412
		3.076.091	83.294	366.712	2.240.522	5.445.794	11.212.413

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

⁽²⁾ WACC regulatório + Taxa de retorno do empreendimento

⁽³⁾ Moeda nacional: TR; Moeda estrangeira: vide NE nº 21.2

Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2010							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	22.916	28.656	99.167	1.455.068	434.672	2.040.479
Debêntures	NE nº 22	-	32.247	641.103	-	-	673.350
Derivativos	DI Futuro	47	-	-	-	-	47
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	3.524	7.048	31.715	253.278	2.061.329	2.356.894
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	77.507	353.466	3.284.329	7.125.809	10.841.111
Petrobras - Compagas	100% do CDI	3.988	8.158	38.647	194.202	-	244.995
Outros fornecedores	-	214.026	125.151	185.168	14.944	-	539.289
Benefícios pós emprego	7,17%	28.269	56.537	254.417	1.213.013	1.807.966	3.360.202
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	457.253	2.245.114	14.554.719	43.263.760	60.520.846
		272.770	792.557	3.848.797	20.969.553	54.693.536	80.577.213
31 de dezembro de 2009							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	20.065	34.132	80.602	844.862	297.595	1.277.256
Debêntures	NE nº 22	-	39.756	66.211	846.790	1.865	954.622
Derivativos	DI Futuro	1	-	-	-	-	1
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	3.192	6.386	28.736	212.287	1.617.507	1.868.108
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	81.698	373.409	2.847.733	6.891.569	10.194.409
Petrobras - Compagas	100% do CDI	3.662	7.403	34.669	233.591	-	279.325
Outros fornecedores	-	200.786	100.654	163.644	12.373	-	477.457
Benefícios pós emprego	7,30%	20.420	40.839	183.775	1.004.778	2.941.387	4.191.199
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	408.335	1.944.258	14.939.266	43.415.944	60.707.803
		248.126	719.203	2.875.304	20.941.680	55.165.867	79.950.180

37 Transações com Partes Relacionadas

37.1 Controladora

Parte Relacionada / Natureza da operação	Controladora (BR GAAP)							
	Ativo			Passivo			Resultado	
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	2010	2009
Acionistas controladores								
Estado do Paraná								
Dividendos a pagar (1)	-	-	-	58.140	32.336	77.635	-	-
BNDESPAR (5)								
Dividendos a pagar (1)	-	-	-	42.601	17.149	54.218	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 31.3)	-	-	-	-	-	-	(7.276)	(7.083)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	-	-	-	-	(433)	(222)

As principais transações entre a Controladora e suas coligadas e controladas estão demonstradas na NE nº 15, Créditos com Pessoas Ligadas, e na NE nº 16, Investimentos.

A Controladora concedeu, em 2002, avais a sua coligada Dona Francisca Energética S.A. para empréstimos tomados por esta com o BNDES (aval solidário) e ao Bradesco (aval solidário). Em 31.12.2010, os saldos devedores atualizados montavam a R\$ 26.627 e R\$ 16.213, respectivamente.

37.2 Consolidado

Parte Relacionada / Natureza da operação	Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
	Ativo			Passivo			Resultado	
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	2010	2009
Acionistas controladores								
Estado do Paraná								
Dividendos a pagar (1)	-	-	-	58.140	32.336	77.635	-	-
Parcelamento faturas de energia (2)	39.838	36.270	50.712	-	-	-	1.292	3.959
Programa luz fraterna (3)	11.528	4.030	7.500	-	-	-	-	-
Parcelamento faturas serv. telecomunicações (2)	4.376	3.984	6.231	-	-	-	182	560
Remuneração e enc. sociais empreg. cedidos (4)	2.457	2.155	2.185	-	-	-	-	-
CRC (NE nº 8)	1.341.193	1.254.574	1.319.903	-	-	-	215.714	65.638
ICMS (NE nº 12.3.1)	118.814	113.825	89.331	174.612	164.756	132.998	-	-
BNDÉS (5)								
Financiamento para investimento em rede de gás (NE nº 21.5)	-	-	-	6.373	12.743	6.526	(897)	(1.073)
Financiamento UHE Mauá e Sistema de Transmissão Associado (NE nº 21.7)	-	-	-	138.885	56.632	-	(6.090)	(3.769)
BNDENPAR (5)								
Debêntures - Elejor	-	-	-	-	190.341	25.767	(3.248)	(21.133)
Dividendos a pagar (1)	-	-	-	42.601	17.149	54.218	-	-
Coligadas								
Dona Francisca Energética								
Compra de energia elétrica (6)	-	-	-	5.506	5.100	5.128	(61.189)	(60.303)
Dividendos a receber pela Copel	955	-	-	-	-	-	-	-
Sanepar								
Dividendos a receber pela Dominó Holdings	4.896	5.135	5.247	-	-	-	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários, enc. sociais e outros (NE nº 31.3)	-	-	-	-	-	-	(10.881)	(10.266)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	-	-	-	-	(479)	(222)
Outras partes relacionadas								
Petrobras								
Aluguel planta UTE Araucária (NE nº 35.2)	4.296	550	7.474	-	-	-	50.000	40.583
Fornecimento e transporte de gás (7)	177	188	949	-	-	-	11.644	11.422
Aquisição de gás para revenda (7)	-	-	-	25.720	23.166	36.775	(144.519)	(128.818)
Adiantamento a fornecedores (7)	9.902	8.290	3.196	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar (7)	-	-	-	2.359	2.016	1.892	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (8)								
Dividendos a pagar	-	-	-	2.359	2.016	1.892	-	-
Paineira Participações S.A.								
Dividendos a pagar	-	-	-	-	2.145	401	-	-
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	-	-	(8.401)	(7.649)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	-	408.463	375.481	352.509	-	-
Instit. de Tecnol. p/ o Desenvolvimento - Lactec (9)								
Prestação de serviço e Pesq. e Desenvolvimento	28.064	23.419	11.509	433	211	16	(9.170)	(7.643)

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel e da Copel Telecomunicações são realizados em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

- 1) Em 2010, do total de dividendos propostos ao Governo do Estado do Paraná e ao BNDENPAR, nos valores de R\$ 83.366 e R\$ 59.826, foram adiantados, durante o exercício de 2010, R\$ 25.226 e R\$ 17.225, respectivamente.

- 2) Acordo de renegociação de faturas de fornecimento de energia elétrica e do Programa Luz Fraterna, com a Copel Distribuição, no valor original de R\$ 84.883, e acordo de renegociação de faturas de implantação de acesso à Internet nas escolas públicas, com a Copel Telecomunicações, no valor de R\$ 12.000. Estes acordos foram assinados em 20.04.2007, para pagamento em 45 parcelas mensais, atualizadas por taxa Selic pós-fixada, gerando as receitas financeiras demonstradas no quadro.
- 3) O Programa Luz Fraterna, instituído pela Lei Estadual nº 491, de 11.09.2003, permite ao Governo do Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 100 KWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Copel.
- 4) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 30.09.2010 e de 30.06.2010 foi constituída PCLD no valor de R\$ 2.036.
- 5) A BNDESPAR detém 26,41% das ações ordinárias da Companhia e tem o direito, pelo acordo de acionistas, de indicar 2 membros do Conselho da Administração. A BNDESPAR é subsidiária integral do BNDES, com o qual a Companhia mantém contratos de financiamentos conforme descritos na NE nº 21.
- 6) Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a empresa Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 06.10.2015.
- 7) Estes saldos referem-se a transações com a Petrobras, acionista que detém 24,5% do capital social da Compagas, e com suas subsidiárias, Petrobrás Distribuidora S.A. - BR e Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro.

O fornecimento e transporte de gás canalizado e a aquisição de gás para revenda são efetuados a preços e condições de mercado.

O adiantamento a fornecedores refere-se ao contrato de aquisição de gás relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Compagas possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Decorrente do plano de expansão da Compagas e das perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a administração da Compagas entende que a compensação do volume de gás acumulado até

31.12.2010 será efetuada nos próximos exercícios.

- 8) A Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. detém 24,5% do capital social da Compagas.
- 9) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão e com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

38 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

Apólice	Término da vigência	Consolidado Importância segurada
Riscos nomeados (38.1)	24/8/2011	1.829.168
Incêndio - imóveis próprios e locados (38.2)	24/8/2011	457.451
Responsabilidade civil - Copel (38.3)	24/8/2011	6.000
Responsabilidade civil - Compagas (38.3)	30/8/2011	4.200
Engenharia - Copel (38.4)	24/8/2011	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (38.5)	24/8/2011	apólice por averbação
Multirrisco - Compagas (38.6)	10/8/2011	5.767
Multirrisco - Compagas (38.6)	20/9/2011	720
Multirrisco - Elejor (38.6)	5/6/2011	924
Automóveis (38.7)	20/8/2011	valor de mercado
Riscos diversos (38.8)	24/8/2011	732
Riscos operacionais - Elejor (38.9)	25/9/2011	541.852
Riscos operacionais - UEG Araucária (38.10)	31/5/2011	449.723
Garantia judicial (38.11)	05.02.2012	58.473
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (38.12)	15/1/2013	14.700
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (38.12)	1/4/2013	5.082
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (38.12)	30/7/2015	63.313

38.1 Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações e usinas, nomeando os principais equipamentos, com respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

38.2 Incêndio

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval.

38.3 Responsabilidade civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

38.4 Riscos de engenharia - Copel

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

38.5 Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações.

38.6 Multirrisco

Apólice onde são relacionados os bens da Companhia. Visa dar cobertura securitária contra possíveis danos causados por incêndio, raio, explosão, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos, recomposição de registros e documentos, vendaval, fumaça e roubo ou furto qualificado.

38.7 Seguro de automóveis

Garante as indenizações dos prejuízos sofridos e das despesas incorridas, decorrentes dos riscos cobertos e relativos à frota de 26 veículos segurados da Compagas. Possui cobertura básica para os veículos e cobertura adicional de responsabilidade civil facultativa para os danos materiais, corporais e morais causados a terceiros. As importâncias seguradas para os danos causados a terceiros são de R\$ 150.000 para danos materiais e R\$ 300.000 para danos pessoais, para cada veículo.

38.8 Riscos diversos - Copel

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação.

Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

38.9 Riscos operacionais - Elejor

Garante cobertura para as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a prédios, mercadorias, matérias-primas, produtos em elaboração e acabados, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado, além de lucros cessantes.

38.10 Riscos operacionais – UEG Araucária

Apólice contratada tipo *all risks* (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis), inclusive quebra de máquinas, para todo o complexo da Usina Termelétrica a Gás de Araucária.

38.11 Garantia judicial

Garante a liquidação de sentença transitada em julgado de processos judiciais contra a Compagas. Possui o mesmo respaldo que a caução em processos judiciais, substituindo os depósitos judiciais em dinheiro, a penhora de bens e a fiança bancária.

38.12 Garantia de Fiel Cumprimento

Garante a indenização dos prejuízos decorrentes da inadimplência do tomador Copel no cumprimento das obrigações assumidas nos contratos de concessões firmados com a Aneel.

O seguro-garantia é destinado às empresas que, na condição de contratadas, estão obrigadas a garantir a seus clientes que os contratos firmados, no que se refere a preços, prazos e demais especificações pactuadas, serão rigorosamente cumpridos. Também os órgãos públicos de administração direta ou indireta, conforme determinam as Leis nºs 8.666/93 e 8.883/94, podem receber apólices de seguro como garantia de seus fornecedores de bens, serviços, executantes de obras e licitantes.

Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

39 Informações adicionais requeridas extraordinariamente pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM

39.1 Reapresentação das informações trimestrais

De acordo com a deliberação da CVM nº 659, de 25.01.2011, as companhias abertas que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de 01.01.2010, não tiverem reapresentado os seus ITR de 2010, deverão incluir nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no patrimônio líquido e no resultado decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

39.1.1 Efeitos trimestrais da adoção das IFRSs no patrimônio líquido de 2010 e 2009

PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	Item	31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		9.054.042	9.189.715	9.420.938
Participação de acionistas não controladores		312.957	322.010	334.457
Remensuração do ativo imobilizado	4.3.8	2.422.713	2.373.666	2.333.937
Reconhecimento de contratos de concessão - transmissão	4.3.3	93.088	122.138	73.279
Reconhecimento de contratos de concessão - distribuição	4.3.3	(2.985)	34.130	64.587
Contrato de concessão onerosa - utiliz. do bem público - UBP	4.3.3	(82.779)	(86.725)	(95.113)
Baixa de ativos e passivos regulatórios	4.3.8	(135.453)	13.887	25.507
Reversão de deságio	4.3.5	74.994	74.994	74.994
Outros efeitos da transição	4.3.9	(12.036)	(11.647)	(12.846)
Efeitos dos tributos nos ajustes	4.3.7	(827.245)	(883.949)	(994.886)
Total dos ajustes no patrimônio líquido		1.530.297	1.636.494	1.469.459
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE ACORDO COM AS IFRSs		10.897.296	11.148.219	11.224.854

PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	Item	31.03.2009	30.06.2009	30.09.2009
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		8.325.158	8.615.151	8.731.520
Participação de acionistas não controladores		239.841	249.068	254.850
Remensuração do ativo imobilizado	4.3.8	2.599.007	2.560.904	2.516.390
Reconhecimento de contratos de concessão - transmissão	4.3.3	7.762	12.222	66.087
Reconhecimento de contratos de concessão - distribuição	4.3.3	(31.411)	(33.612)	(36.080)
Contrato de concessão onerosa - utiliz. do bem público - UBP	4.3.3	(73.663)	(76.271)	(77.785)
Baixa de ativos e passivos regulatórios	4.3.8	(237.197)	(330.919)	(300.753)
Benefício pós-emprego	4.3.6	64.770	34.105	3.438
Reversão de deságio	4.3.5	74.994	74.994	74.994
Dividendos adicionais propostos	4.3.10	1.514	-	-
Capitalização de custos de empréstimos	4.3.8	4.724	7.303	10.209
Outros efeitos da transição	4.3.9	(5.049)	(10.291)	(19.396)
Efeitos dos tributos nos ajustes	4.3.7	(844.419)	(789.054)	(790.249)
Total dos ajustes no patrimônio líquido		1.561.032	1.449.381	1.446.855
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE ACORDO COM AS IFRSs		10.126.031	10.313.600	10.433.225

39.1.2 Efeitos trimestrais da adoção das IFRSs no resultado de 2010 e 2009

RESULTADO DOS PERÍODOS FINDOS EM	31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	223.981	359.654	675.877
Participação de acionistas não controladores	5.846	15.326	28.198
Depreciação sobre remensuração do ativo imobilizado	(50.403)	(99.450)	(139.179)
Reconhecimento de contratos de concessão - transmissão	17.238	46.288	(2.571)
Reconhecimento de contratos de concessão - distribuição	32.839	69.954	100.411
Contrato de concessão onerosa - utilização do bem público - UBP	(3.356)	(7.302)	(15.690)
Baixa de ativos e passivos regulatórios	142.182	291.522	303.142
Outros efeitos da transição	(1.154)	(765)	(1.964)
Efeitos dos tributos nos ajustes	(47.814)	(104.518)	(88.272)
Total dos ajustes no resultado	89.532	195.729	155.877
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO DE ACORDO COM AS IFRSs	319.359	570.709	859.952

RESULTADO DOS PERÍODOS FINDOS EM	31.03.2009	30.06.2009	30.09.2009
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	272.071	562.064	846.433
Participação de acionistas não controladores	3.795	13.012	18.607
Depreciação sobre remensuração do ativo imobilizado	(48.918)	(87.021)	(131.535)
Reconhecimento de contratos de concessão - transmissão	4.596	9.056	62.921
Reconhecimento de contratos de concessão - distribuição	(7.847)	(10.796)	(14.259)
Contrato de concessão onerosa - utilização do bem público - UBP	(1.534)	(4.142)	(5.656)
Capitalização de custos de empréstimos	4.724	7.303	10.209
Baixa de ativos e passivos regulatórios	(91.333)	(185.055)	(154.889)
Benefício pós-emprego	(30.666)	(61.331)	(91.998)
Outros efeitos da transição	(5.049)	(10.291)	(19.396)
Efeitos dos tributos nos ajustes	59.309	114.929	114.071
Total dos ajustes no resultado	(116.718)	(227.348)	(230.532)
LUCRO LÍQUIDO DOS PERÍODOS DE ACORDO COM AS IFRSs	159.148	347.728	634.508

RESULTADO DOS TRIMESTRES FINDOS EM	31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	223.981	135.673	316.223
Participação de acionistas não controladores	5.846	9.480	12.872
Depreciação sobre remensuração do ativo imobilizado	(50.403)	(49.047)	(39.729)
Reconhecimento de contratos de concessão - transmissão	17.238	29.050	(48.859)
Reconhecimento de contratos de concessão - distribuição	32.839	37.115	30.457
Contrato de concessão onerosa - utilização do bem público - UBP	(3.356)	(3.946)	(8.388)
Baixa de ativos e passivos regulatórios	142.182	149.340	11.620
Outros efeitos da transição	(1.154)	389	(1.199)
Efeitos dos tributos nos ajustes	(47.814)	(56.704)	16.246
Total dos ajustes no resultado	89.532	106.197	(39.852)
LUCRO LÍQUIDO DOS TRIMESTRES DE ACORDO COM AS IFRSs	319.359	251.350	289.243

RESULTADO DOS TRIMESTRES FINDOS EM	31.03.2009	30.06.2009	30.09.2009
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	272.071	289.993	284.369
Participação de acionistas não controladores	3.795	9.217	5.595
Depreciação sobre remensuração do ativo imobilizado	(48.918)	(38.103)	(44.514)
Reconhecimento de contratos de concessão - transmissão	4.596	4.460	53.865
Reconhecimento de contratos de concessão - distribuição	(7.847)	(2.949)	(3.463)
Contrato de concessão onerosa - utilização do bem público - UBP	(1.534)	(2.608)	(1.514)
Capitalização de custos de empréstimos	4.724	2.579	2.906
Baixa de ativos e passivos regulatórios	(91.333)	(93.722)	30.166
Benefício pós-emprego	(30.666)	(30.665)	(30.667)
Outros efeitos da transição	(5.049)	(5.242)	(9.105)
Efeitos dos tributos nos ajustes	59.309	55.620	(858)
Total dos ajustes no resultado	(116.718)	(110.630)	(3.184)
LUCRO LÍQUIDO DOS TRIMESTRES DE ACORDO COM AS IFRSs	159.148	188.580	286.780

Estas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para informações trimestrais (NPA 06 do Ibracon), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Companhia Paranaense de Energia – COPEL

Curitiba – PR

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Paranaense de Energia – COPEL (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paranaense de Energia - COPEL em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Paranaense de Energia - COPEL em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa no 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Paranaense de Energia - COPEL essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 22 de março de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 F-PR

Iara Pasion
Contadora

CRC nº 1 SP 121517/O-3 S/PR

RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA 2010

O Comitê de Auditoria da Companhia Paranaense de Energia - Copel, de acordo com calendário anual de reuniões, previamente discutido e aprovado por seus membros, realizou reuniões ordinárias bimestrais; reuniões trimestrais e conjuntas com o Conselho Fiscal, para análise das demonstrações financeiras da Companhia; e mensais com as diretorias, auditores independentes e a Auditoria Interna para abordagem de assuntos em seu âmbito de atuação e análise de outros de sua competência.

A atuação do Comitê no ano de 2010 foi focada na avaliação dos sistemas de controles internos e administração de riscos; análise dos trabalhos da Auditoria Externa - Deloitte Touche Tohmatsu, quanto aos seus resultados e às demonstrações financeiras; análise dos aspectos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas; no exame das práticas relevantes utilizadas pela Copel na elaboração das demonstrações financeiras; e na análise e acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Interna, com a finalidade de aperfeiçoamento de seu desempenho.

No exercício de suas atividades regulamentares, dentre outras, destacaram-se:

a) Acompanhamento do planejamento da Auditoria Externa para 2010; b) Análise, aprovação e acompanhamento das atividades da Auditoria Interna e aprovação de seu Planejamento para 2010-2011; c) Acompanhamento da evolução do orçamento da Companhia; d) Análise e deliberação sobre o Relatório da Administração 2009, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício de 2009; e) Aprovação da Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido verificado no Exercício de 2009 e para pagamento de Participação Referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade; f) Aprovação da Proposta da Diretoria para Aumento do Capital Social e Alteração do Art. 4º do Estatuto Social da Companhia; g) Revisão das políticas, práticas e princípios de Contabilidade utilizados pela Copel na elaboração das Demonstrações financeiras; h) Revisão dos métodos alternativos de Tratamento Contábil relativos a Informações Contábeis e Financeiras; i) Acompanhamento e aprovação da contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria independente; j) Acompanhamento dos principais Riscos Chave de Negócio e dos trabalhos do Comitê de Riscos; k) Acompanhamento das atividades da Auditoria Externa – Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu; l) Apresentação das Contingências Cíveis (provisionadas ou não) com valores acima de R\$ 5 milhões; m) Apreciação e aprovação dos resultados e das

informações financeiras relativas aos quatro trimestres de 2010; n) Aprovação do Relatório 20-F; o) Análise da Carta Comentário da Deloitte Touche Tohmatsu relativa a 2009; p) Apreciação das principais atividades: Diretoria de Gestão Corporativa; Presidência; Diretoria de Distribuição; Diretoria de Geração e Transmissão de Energia e de Telecomunicações; e Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações; q) Acompanhamento das denúncias realizadas à Ouvidoria através do Canal de Comunicação Confidencial; r) Aprovação do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria; s) Verificação das recomendações feitas pela Auditoria Interna da Copel; t) Verificação das recomendações feitas pela Auditoria Externa da Copel; u) Verificação das recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria; v) Acompanhamento e ratificação do Atestado de Independência da Auditoria Externa; w) Acompanhamento da implantação, na Companhia, do Padrão Internacional de Contabilidade e Contabilidade Regulatória, em atendimento à Lei 11.638, de 28.12.2007; x) Acompanhamento dos processos e controles internos da Lei Sarbanes Oxley; y) Realização de autoavaliação do Comitê de Auditoria e de seus membros; z) Aprovação do calendário de reuniões do Comitê de Auditoria para o ano de 2011; aa) Acompanhamento dos resultados das avaliações do processo de melhoria dos controles internos para atendimento dos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, apresentados pela Auditoria Externa, também através do questionário de autoavaliação do Comitê de Auditoria.

Na apreciação do Comitê, a forma e as ações adotadas para monitorar os sistemas de controles internos e a administração de riscos, em seus aspectos relevantes, estão bem estabelecidos e adequadamente direcionados. Não foram detectadas exceções relevantes que possam impactar a efetividade dos sistemas, apenas exceções de menor relevância, as quais foram tratadas e monitoradas no exercício de 2010.

Com base nos exames e nas informações fornecidas pela Deloitte, o Comitê atesta a objetividade e a independência dos Auditores Externos, uma vez que não identificou situações que pudessem afetá-las e avalia como adequadas as estruturas da Auditoria Interna da Companhia, assim como a qualidade de seu corpo técnico e gerencial e os resultados apresentados por seus trabalhos.

Não houve o registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Empresa que apontasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Copel ou a credibilidade de suas demonstrações financeiras.

Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pelos auditores independentes, assim como seu respectivo parecer, este Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Companhia Paranaense de Energia - Copel em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, e recomenda ao Conselho de Administração sua aprovação.

Curitiba, 22 de março de 2011

Paulo Procopiak de Aguiar

Presidente

José Richa Filho

Luiz Antonio Rodrigues Elias

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral de Acionistas.

Curitiba, 22 de março de 2011

JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES

Presidente

ROBERTO BRUNNER

SÉRGIO ROBERTO ZONATTO

Voto em separado

MASSAO FABIO OYA

Voto em separado

MURICI DOS SANTOS

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Instrução CVM Nº 480 de 07 de dezembro de 2009, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2011, da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, bem como a origem dos recursos.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	R\$ Milhões
Geração e Transmissão	1.024,8
Usina Hidrelétrica Mauá	164,4
UHE Colíder	492,4
PCH Cavernoso II	78,5
LT Foz / Cascavel Oeste	61,4
LT Araraquara / Taubaté	49,9
Subestação Cerquilho	18,5
Outros Empreendimentos de Geração	101,0
Outros Empreendimentos de Transmissão	58,7
Distribuição	933,3
Telecomunicações	102,4
TOTAL	2.060,5

FONTES DE RECURSOS	R\$ Milhões
Recursos de terceiros	1.036,3
Recursos Próprios, oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia	1.024,2
TOTAL	2.060,5

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Paranaense de Energia – Copel, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Coronel Dulcídio 800, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.483.817/0001-20, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Copel referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Copel relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Curitiba, 21 de março de 2011

LINDOLFO ZIMMER

Diretor Presidente

YÁRA CHRISTINA EISENBACH

Diretora de Gestão Corporativa

RICARDO PORTUGAL ALVES

Diretor de Finanças, Relações com
Investidores e de Controle de Participações

JULIO JACOB JUNIOR

Diretor Jurídico

PEDRO AUGUSTO DO NASCIMENTO NETO

Diretor de Distribuição

JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR

Diretor de Engenharia

JAIME DE OLIVEIRA KUHN

Diretor de Geração e Transmissão de Energia
e de Telecomunicações

GILBERTO MENDES FERNANDES

Diretor de Meio Ambiente e Cidadania
Empresarial